

Universidade Federal de Juiz de Fora  
Programa de Pós-Graduação em História  
Mestrado em História

**Cristiane de Paula Ribeiro**

***A VIDA CASEIRA É A SEPULTURA DOS TALENTOS: GÊNERO E PARTICIPAÇÃO  
POLÍTICA NOS ESCRITOS DE ANNA ROSA TERMACSICS DOS SANTOS (1850 –  
1886)***

Juiz de Fora  
2019

**CRISTIANE DE PAULA RIBEIRO**

***A VIDA CASEIRA É A SEPULTURA DOS TALENTOS: GÊNERO E PARTICIPAÇÃO  
POLÍTICA NOS ESCRITOS DE ANNA ROSA TERMACSICS DOS SANTOS (1850 –  
1886)***

JUIZ DE FORA

2019

**CRISTIANE DE PAULA RIBEIRO**

***A VIDA CASEIRA É A SEPULTURA DOS TALENTOS: GÊNERO E PARTICIPAÇÃO  
POLÍTICA NOS ESCRITOS DE ANNA ROSA TERMACSICS DOS SANTOS (1850 –  
1886)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Mota Barbosa

Juiz de Fora

2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática  
da Biblioteca Universitária da UFJF,  
com os dados fornecidos pelo (a) autor (a)

Ribeiro, Cristiane de Paula.

"A vida caseira é a sepultura dos talentos": gênero e participação política nos escritos de Anna Rosa Termacsics dos Santos (1850-1886) / Cristiane de Paula Ribeiro. -- 2019.

278 p. : il.

Orientadora: Silvana Mota Barbosa

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em História, 2019.

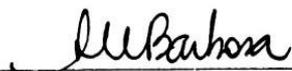
1. Anna Rosa Termacsics dos Santos. 2. Participação Política. 3. Direitos. 4. Gênero. 5. Século XIX. I. Barbosa, Silvana Mota , orient. II. Título.

**CRISTIANE DE PAULA RIBEIRO**

**A VIDA CASEIRA É A SEPULTURA DOS TALENTOS: GÊNERO E PARTICIPAÇÃO  
POLÍTICA NOS ESCRITOS DE ANNA ROSA TERMACSICS DOS SANTOS  
(1850-1886)**

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal de Juiz de Fora  
como requisito parcial à obtenção do grau  
de Mestra em História.

Dissertação defendida e aprovada em 19 de fevereiro de 2019.



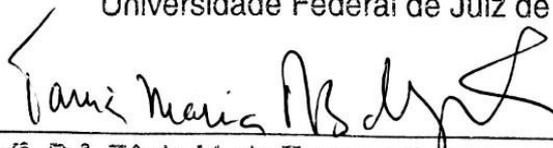
---

Prof.ª. Dr.ª. Silvana Mota Barbosa  
Universidade Federal de Juiz de Fora



---

Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata  
Universidade Federal de Juiz de Fora



---

Prof.ª. Dr.ª. Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

*Dedico esse trabalho à memória da minha querida vó Judith que, apesar de ter partido no meio desse percurso, me motivou pela mulher forte que sempre foi e que tanto me amou.*

## AGRADECIMENTOS

Envolvi muitas pessoas nessa aventura que foi pesquisar e elaborar essa dissertação. Foram momentos de participação mútua de gente diversa nessa minha insanidade incansável de buscar respostas imediatas, desde a pedir opiniões até as inúmeras leituras dos textos que vinha produzindo. A palavra que define o final desse percurso é simplesmente *gratidão* e nada como deixar registrado aqui as pessoas que colaboraram sobremaneira para que tudo desse certo e resultasse na pesquisa que apresento a público.

Inicialmente quero agradecer a todas as mulheres que, de alguma maneira, me fortaleceram e incentivaram na escrita deste trabalho, desde as revolucionárias do século XVIII, as literatas e cientistas oitocentistas até as feministas que me precederam e as que compartilham a vida comigo, nas lutas cotidianas de combate ao machismo e ao patriarcado. Este trabalho é por nós e por tantas outras que ainda estão por vir.

Agradeço, em especial, a minha mãe Aparecida, por dedicar toda uma vida por suas filhas, batalhando para que tivéssemos oportunidade de inserção numa educação superior pública. Desde sempre, mesmo com a perda de nosso pai, assumiu responsabilidades duplas e conseguiu dar conta de suas funções para além do necessário. Minha mãe é independente, trabalhadora, forte e nos ensinou a seguir nossos sonhos sem depender de homem para qualquer coisa, ela é uma feminista assídua que me inspira sem ao menos saber o significado. Também agradeço a minha irmã caçula, Carol, que juntas, enfrentamos e vencemos todos os obstáculos que aparecem em nossas vidas. Obrigada por dividir a casa, as finanças, as conquistas e também as tristezas, sem o apoio e incentivo de ambas nada disso seria possível.

Em memória ao meu pai, Rui, por permanecer vivo em minha mente e coração, e por fazer a saudade se transformar em incentivo cotidiano. Tenho certeza que todas as conquistas até aqui estão sendo vibradas em qualquer lugar que você esteja. Obrigada por ter sido um pai presente, coruja e que só deixou lembranças boas.

À minha família como um todo, até mesmo aquela parte que acredita que o conhecimento não importa tanto. Em especial aos meus avós Judith (in memoriam) e Cirim, base de toda uma vida, a minha tia Elisangela que faz vezes de melhor amiga, as minhas madrinhas, Beth e Ângela, as duas que nunca deixaram de ser coruja, e as minhas crianças Ítalo e Yasmin, a alegria dos dois contribuiu para que nem tudo fosse ansiedade e escrita.

Este trabalho também não seria possível sem o apoio da minha querida amiga e orientadora, a professora Silvana Mota Barbosa, obrigada por todo companheirismo nessa caminhada, pelas orientações, desabafos, choros, risadas, bolos e os muitos cafés compartilhados. Você foi quem mais acreditou em mim enquanto muitos desacreditaram, seu jeito carismático e os incentivos diários contribuíram para o meu crescimento enquanto pesquisadora que encerra mais um ciclo em sua trajetória acadêmica. Não posso deixar de destacar também a mulher forte que você ensinou a ser e os obstáculos que estamos sujeitas a enfrentar.

Sou especialmente grata ao meu companheiro e grande amor Igor David, por ser incentivo e base em momentos tão difíceis. Obrigada por participar de todo esse processo e por vibrar comigo a cada conquista, obrigada também por ouvir minhas constantes crises e apoiar todas as minhas escolhas. O seu amor diário me deu forças para terminar tudo isso. Agradeço também pela paciência, as leituras, traduções e todas sugestões. Sua família também fez parte e vibrou comigo a todas novas descobertas, em especial meus sogros Raquel e Marcus, meu cunhado Gustavo, além dos avós, Edson e Emma, que propiciam sempre o melhor convívio familiar, fazendo agrados nos mínimos detalhes.

Aos amigos e amigas de sempre. A Julliana Garcia por ser uma inspiração de pesquisadora que acompanhou todo o trabalho e sempre deu boas dicas que coadjuvaram para os resultados apresentados. A Marcela e a Taís por ouvirem atentamente os incansáveis áudios e, mesmo distantes, se fazerem sempre tão presentes. Ao Tadeu, Nina, Dani, Larissa e Thamires por terem sido base e apego nesses tantos anos de morada em Juiz de Fora. As amigadas criadas através do NEHSP e que compartilharam tantos cafés e bate papos em meio há dias que a escrita não fluía tão bem, nomeadamente: Eduardo, Diego, Eliene, Pâmela, Renata, Raissa, Renato, Pedro, Érica, Kathleen. Em especial as meninas Laura, Natália e Louise, aquelas que compartilham a vontade de resgatar escritoras mulheres anônimas comigo. Aos queridos e queridas da militância diária: Laíz, Victor, Mateus, Ana Paula, Débora, Gerson, Iara, Luísa, Laura, Ana Clara e Stella, estas últimas mesmo de tão longe, obrigada pela presença não só em momentos alegres, mas nos tantos outros tristes, em que nós, enquanto esquerda, somos obrigados a enfrentar. Fomos e sempre seremos a resistência!

Em especial agradeço a dois grandes amigos, Thomaz e Paulo Henrique. A amizade de ambos se tornou algo para além do esperado, compartilhamos infinitos momentos e, acredito que o principal, se relaciona com a nossa cumplicidade em toda essa jornada. Agradeço a vocês

pelas incansáveis conversas, leituras, dicas, viagens e afinidade que construímos juntos. Obrigada por serem vocês.

Ao professor Alexandre Mansur Barata e a professora Tânia Bessone por terem aceito participarem da banca desde a qualificação, lendo atentamente o texto e propondo contribuições de valor significativo. Obrigado por terem sido tão sensíveis nesse processo, ambos são, para mim, grandes referências de pesquisa no que se refere aos estudos sobre o Oitocentos no Brasil.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agradeço pela concessão de bolsa de pesquisa, a qual foi fundamental para uma dedicação exclusiva, que esta continue sendo uma das responsáveis por possibilitar que tantos outros jovens se dediquem a ciência em seus mestrados e doutorados.

Um agradecimento especial à Universidade Federal de Juiz de Fora, que me acolheu nos últimos 6 anos, ocasionando uma permanência digna no campus. Ressalto o papel de um ensino público, gratuito e de qualidade para que indivíduos de baixa renda possam ascender socialmente com maiores possibilidades, independente de gênero, raça, classe, etnia ou religião. A universidade pública é uma conquista nossa que deve ser defendida diariamente. Em especial agradeço a toda a administração superior, em nome do reitor Marcus David e da vice-reitora Girlene. O trabalho que ambos vem desenvolvendo na UFJF nos faz acreditar que um futuro melhor é possível, mesmo diante de tanto retrocesso. Contem comigo nessa luta!

Dois anos inteiros foram dedicados ao trabalho de pesquisa e escrita dessa dissertação. Nesse período muita gente importante participou dando afeto e carinho cotidiano, mas outras tão quanto partiram no meio do percurso, digo isso pela minha amada vó Judith, a outra mãe de longos 27 anos, e que de todas as dores destes anos, a sua perda foi a pior. Lembro da última vez que nos vimos, um dia antes de seu falecimento, eu levei ela ao sol, olhei bem nos seus olhos e disse: “Vozinha eu te amo muito, lembre-se disso”. A sua luta e vontade de vencer o câncer nunca demonstrou tristeza, ela vibrou com todas as minhas conquistas, desde o triunfo de um diploma, até a aprovação na seleção do Mestrado, ela estaria muito feliz, tenho certeza, com o término de tudo isso. Mais uma vez, obrigada vó!

Por fim, agradeço as tantas feministas que me estimularam a ser quem eu sou e a nunca desistir de lutar, das muitas Annas Rosas, Fridas Kahlos, e a outras tantas Marielles Francos. Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!

## **Resumo:**

Por intermédio da trajetória de Anna Rosa Termacsics dos Santos (1821-1886), esta dissertação buscou investigar a relação entre gênero e escrita em meados do século XIX no Brasil, mais especificamente entre 1850 e 1886. A questão central da pesquisa foi pensar as reivindicações femininas impressas pela autora, em especial aquela relacionada a participação política, imersas em um contexto paternalista, escravocrata e monárquico. Através de sua obra, o *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*, trabalhamos questões relacionadas não só a participação política, direito ao voto e a elegibilidade, mas também sobre o mundo do trabalho, casamento e educação, interligado com a aparição destas mesmas pautas na imprensa periódica. Ao longo de sua existência, Anna Rosa teve de lidar com diversos impasses por ser mulher, contudo, da mesma maneira, buscou burlar a ordem que impunha às mulheres certa “condição feminina”, criando estratégias e formas alternativas para contrapor tal sistema. Este trabalho se propôs, ainda, a contribuir com mais um capítulo na história das mulheres, através de uma análise empírica sobre a vida dessa autora tão singular.

**Palavras-Chaves:** Anna Rosa Termacsics dos Santos, Participação Política, Direitos, Gênero, Século XIX.

## **Abstract**

Through the Trajectory of Anna Rosa Termacsics dos Santos (1821-1886), this thesis aimed to investigate the relationship between gender and writing in the middle of the nineteenth century in Brazil, more specifically between 1850 and 1886. The central question of the research was to discuss the woman's claims written by the author especially that related to political participation, immersed in a paternalistic, enslaved and monarchical context. Through her work, the *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*, we discussed not only on political participation, voting rights and eligibility, but also on the world of work, marriage and education, interlinked with the appearance of these same agenda in the press. Anna Rosa had to deal with several impasses for being a woman, however, in the same way she sought to circumvent the order that imposed on women a certain "female condition," creating strategies and alternative ways to counteract the system. This thesis also proposes to contribute with another chapter in the history of women, through an empirical analysis on the life of this unique author.

**Keywords:** Anna Rosa Termacsics dos Santos, political participation, rights, gender, XIX century.

## Lista de Ilustrações

<b>Figura 1:</b> Guia alfabético de moradores da Corte no ano de 1868, página 7 do <i>Almanak Laemmert</i> .....	87
<b>Figura 2:</b> Capa do <i>Almanak Laemmert</i> no ano de 1868.....	88
<b>Figura 3:</b> Sessão dos professores e professoras de piano e canto no almanaque do ano de 1868 .....	89
<b>Figura 4:</b> Representação de uma mulher solteirona e tia pela imprensa.....	166
<b>Figura 5:</b> Representação sobre a vida de uma solteirona pela imprensa .....	167

## Tabelas

<b>Tabela 1:</b> Quantidade de anúncios de professores de canto e instrumentos do Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (1852-1855).....	124
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

## Abreviações:

**AGCRJ:** Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

**AL:** Almanak Laemmert

**ANH:** Arquivo Nacional da Hungria

**ANRJ:** Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

**BBMJG:** Biblioteca Brasileira Mindlin e José Guita

**BL:** British Library

**BNRJ:** Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

## Anexos:

<b>Anexo I:</b> Logradouros de Anna Rosa Termacsics dos Santos (1850-1886).....	219
<b>Anexo II:</b> Resoluções Olympe de Gouges em 1791 na França .....	221
<b>Anexo III:</b> Mapa do Rio de Janeiro no ano de 1870 e os respectivos logradouros de Anna Rosa Termacsics dos Santos .....	223

<b>Anexo IV:</b> Autores (as) e personagens citados no correr da obra <i>Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar</i> . .....	224
<b>Anexo V:</b> Certidão de óbito de Anna Rosa Termacsics dos Santos pela Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. ....	228
<b>Anexo VI:</b> Transcrição do Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar .....	230

## SUMÁRIO:

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1: TRATADO SOBRE A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER E DIREITO DE VOTAR: A REIVINDICAÇÃO FEMININA POR DIREITOS E O ANONIMATO DE UMA PUBLICAÇÃO NO BRASIL IMPÉRIO</b> .....	<b>33</b>
1.1-Antecedentes da discussão sobre o direito ao voto feminino .....	33
1.2- O processo de impressão da obra e o papel assumido pelo editor.....	43
1.3 –Autores (as) e ideias presentes na escrita do Tratado.....	48
1.4 – Recepção e autoria .....	78
<b>CAPÍTULO 2: QUEM FOI ANNA ROSA TERMACSICS DOS SANTOS: TRAJETÓRIA DE VIDA E MORADA NO BRASIL OITOCENTISTA.</b> .....	<b>91</b>
2.1 - Chegada de sua família ao Brasil.....	92
2.2– Uma estrangeira húngara e sua trajetória: logradouros e possíveis sociabilidades formadas a partir de 1850 .....	98
2.3- As viagens internacionais.....	111
2.4- O mundo do trabalho e a inserção de Anna Rosa Termacsics dos Santos.....	116
2.5- “Diz-se que as mulheres são companheiras e não escravas”: dois mundos de mulheres e visões distintas .....	133
<b>CAPÍTULO 3 –ANNA ROSA NA IMPRENSA: PUBLICAÇÕES E EMBATES</b> .....	<b>144</b>
3.1 – O papel da imprensa nas reivindicações femininas.....	145

3.2– O matrimônio como destino e sua legitimação através dos jornais diários.....	157
3.3 – As reivindicações de Anna na imprensa periódica: o caso no <i>Diário de Notícias</i> .....	177
3.4 – “Venha, venha o voto feminino”: a aparição da pauta do voto nos impressos em meados do XIX na Corte.....	190
<b>EPÍLOGO .....</b>	<b>201</b>
<b>REFEÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>206</b>
<b>Fontes: .....</b>	<b>206</b>
<b>Bibliografia: .....</b>	<b>209</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>219</b>

## INTRODUÇÃO

O início do ano de 2019 é marcado pela posse de um novo governo, no qual Jair Messias Bolsonaro foi eleito com 55,13% dos votos<sup>1</sup>. Na composição de seus ministérios, a advogada e pastora evangélica Damares Alves assume, em 2 de janeiro, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, gerando grande repercussão. No decorrer de sua trajetória de vida, Damares sempre argumentou que o papel que mais gosta de exercer é o materno e que as mulheres nascem para ele, mas que infelizmente necessitam ir para o mercado de trabalho. Em entrevista concedida em março de 2018, devido ao dia internacional da mulher, a ministra descreveu de que maneira ela gostaria de viver enquanto mulher<sup>2</sup>:

Me preocupo com a ausência da mulher de casa. Hoje, a mulher tem estado muito fora de casa. Costumo brincar como eu gostaria de estar em casa toda a tarde, numa rede, e meu marido ralando muito, muito, muito para me sustentar e me encher de joias e presentes. Esse seria o padrão ideal da sociedade. Mas, não é possível. Temos que ir para o mercado de trabalho.<sup>3</sup>

Para Damares, as mulheres conseguem sim conciliar as funções da casa com o trabalho, entretanto, para ela, esse não seria o modelo ideal de sociedade. Apesar de descrever suas vontades individuais, as posições da pastora têm gerado muitas repercussões<sup>4</sup>, sobretudo no movimento feminista atual, que, por sua vez, busca contrapor os discursos por ela pregados, que envolvem diretamente a discussão sobre os papéis de gênero.

A pastora retoma pontos cruciais das inúmeras reivindicações de mulheres, que vêm batalhando ao longo dos séculos pela conquista de direitos e a igualdade de gênero, contestando assim a maternidade, as funções domésticas, os salários desiguais no mercado de trabalho, mesmo no exercício de igual profissão, maior representação política, violência, feminicídio,

---

<sup>1</sup> <http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html> Acesso em 14 janeiro 2019.

<sup>2</sup> Ver vídeo completo da entrevista em: <https://www.youtube.com/watch?v=L3Z6wUhl5Lk>

<sup>3</sup> Ver mais sobre em: <https://oglobo.globo.com/brasil/cotada-para-ministra-diz-que-mulher-nasce-para-ser-mae-infelizmente-tem-que-ir-para-mercado-de-trabalho-23272762>; <https://blogdadidadania.com.br/2018/12/mulher-nasce-para-ser-mae-infelizmente-tem-que-ir-para-mercado-de-trabalho-afirma-pastora-cotada-para-ministerio/> Acesso em 14 janeiro 2019.

<sup>4</sup> Ver mais polêmicas envolvendo suas falas, caso de meninas vestem rosa e meninos azuis e outra em que diz que as feministas são feiras, em: [https://oglobo.globo.com/sociedade/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-23343024https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/380328/Damares-ataca-feministas-n%C3%A3o-gostam-de-homens-porque-s%C3%A3o-feias.htm?fbclid=IwAR3Ym4TD6o8WwDKp0-oNKLehvbTWxUEjOaAA\\_A4wfiQW\\_0ItAQFD4QizIeI](https://oglobo.globo.com/sociedade/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-23343024https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/380328/Damares-ataca-feministas-n%C3%A3o-gostam-de-homens-porque-s%C3%A3o-feias.htm?fbclid=IwAR3Ym4TD6o8WwDKp0-oNKLehvbTWxUEjOaAA_A4wfiQW_0ItAQFD4QizIeI) Acesso em 14 janeiro 2019.

além de buscarem uma forma independente de existência e pelo direito aos seus corpos, sem interferência masculina.

Porém, o que chama a atenção na fala de Damares é que esse discurso vem se tornando presente em grande parcela da sociedade brasileira, sendo representado em um cargo do governo, apoiado sobretudo no fundamentalismo religioso, e retrocedendo em muito dos avanços alcançados no decorrer dos séculos, como, por exemplo, uma maior presença de mulheres em espaços e cargos de poder, que antes eram ocupados apenas pelos homens, sejam como deputadas, senadoras, ministras e presidente do Brasil<sup>5</sup>, como resultados das demandas feministas pela igualdade de gênero desde os séculos passados.

As desigualdades de gênero hoje carregam raízes históricas, como consequência do patriarcado e dos discursos legitimados a partir dele. Busquei, com essa dissertação, mostrar que, muito antes, já existiram mulheres, como as feministas contemporâneas, que questionavam discursos proferidos parecido como o da ministra Damares Alves. Há aproximadamente 150 anos, em 1868, uma mulher de letras nos escrevia que “*a vida caseira é a sepultura dos talentos*”, contrapondo a privação a qual esteve submetida naquela época, sem oportunidades e direito de opinar nas questões públicas que influenciariam em sua vida. A autora oitocentista também rebateu que as mulheres nasceram para serem unicamente mães, assim nos escrevendo:

[...] não é justo e necessário ordenar as mulheres que não façam mais do que ser mães: e quando assim fosse, de nisso ficarem toda a vida, logo, nem mulheres nem homens precisam de uma lei que exclua eles de uma ocupação, quando eles têm empreendido uma outra que é incompatível com ela. Ninguém se lembra de excluir o sexo masculino porque um homem pode ser soldado em serviço ativo, ou marinheiro, ou negociante, ou enfermeiro, que requer todo o seu tempo e sua energia.<sup>6</sup>

A presente dissertação busca, precisamente, contribuir com a reflexão sobre as reivindicações de mulheres por direitos em um período específico desta história, a saber, a segunda metade do século XIX na Corte, 1850 e 1886. Procurei, a partir da trajetória da autora em questão, refletir sobre a discussão por direitos femininos, em especial o pela participação política num período em que parcela considerável da sociedade acreditava que ela fosse inexistente, propondo assim colaborar com uma reinterpretação do período monárquico

---

<sup>5</sup> No Brasil, elegeu-se a primeira mulher como presidente em 2010, Dilma Rousseff, que exerceu o cargo até o processo que acarretou no seu impeachment, em agosto de 2016;

<sup>6</sup> A.R.T.S. *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*. Rio de Janeiro: Tipografia Paula Brito, 1868, p.62.

brasileiro a partir de novos olhares e problematizações, através da categoria de análise do gênero.

O período de análise delimitado, 1850 a 1886, buscou abarcar o aparecimento da autora analisada, A.R.T.S., nas fontes por nós analisadas. O ponto de partida, em 1850, se deu por ser a data que localizamos o primeiro anúncio de seus serviços, como veremos no decorrer do trabalho. Finalizamos o recorte em 1886 por ser a data de seu falecimento, logo, seu desaparecimento da Corte e das fontes. Entretanto, em alguns momentos retomo em finais da década de 1820, por ter sido preciso descrever brevemente a chegada de sua família ao país, para assim entender sua inserção no país como uma mulher letrada.

Através da análise de fontes impressas, livros e jornais, pretendi mostrar a importância da escritora A.R.T.S., autora do *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*, para compreender a inserção de mulheres como ela, comuns e letradas, no Rio de Janeiro do século XIX. Entender os discursos proferidos em 1868, através da escrita de sua obra, acerca do lugar social de mulheres com características parecidas com a sua, é fundamental para que assim se compreenda como a desigualdade de gênero carrega resquícios de vários momentos de nossa História, o que leva, por exemplo, a existência, ainda hoje, de falas como da Ministra abordada no início.

### **Chegada ao tema de pesquisa**

Parte dessa pesquisa que agora apresento à público, reúne fragmentos de uma história não contada, ou mal contada, no período imperial brasileiro, que levantou diversas indagações e dúvidas em seu começo, o que me fez correr atrás de arquivos e bibliotecas<sup>7</sup> buscando respostas para minhas perguntas, mas também resultou em satisfatórias respostas. Por acidente de percurso, navegando um belo dia pelo meu facebook, me deparei, inesperadamente, com uma notícia publicada pelo blog da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBGJM) da Universidade de São Paulo (USP) sob o título - *Tratado Sobre a Emancipação da Mulher: uma feminista no Brasil de 1868* -, o que muito me instigou a pensar a concepção de feminista atribuída pelo autor do texto a uma mulher imersa no período imperial brasileiro. Segundo as informações:

---

<sup>7</sup> Aqui destaco a Biblioteca Nacional Brasileira e sua plataforma de buscas on-line, a Hemeroteca Digital Brasileira, A Biblioteca Brasileira José Guita e Mindlin da Universidade de São Paulo e o Arquivo Nacional no Rio de Janeiro.

Publicado em 1868, no Brasil imperial e escravocrata, o tratado reivindica o direito das mulheres de participar da política, do mercado de trabalho e da educação, e defende o voto feminino também como um símbolo dessa possibilidade de participação. Quase nada se sabe sobre a autoria e a circulação da obra, publicada pela famosa editora do tipógrafo Francisco de Paula Brito, responsável também pelo lançamento, 30 anos antes, da primeira revista brasileira direcionada especialmente ao público feminino, *A mulher do Simplício, ou A Fluminense Exaltada*. O anonimato da escritora, provavelmente uma mulher de classe alta, é sintomático: as ideias radicais defendidas no livro muito possivelmente não seriam bem recebidas no meio intelectual onde circularia a obra<sup>8</sup>

As questões levantadas no blog me indagaram a buscar mais informações sobre a obra em questão e, principalmente, sobre sua autoria, que assinou pelas iniciais A.R.T.S. O primeiro passo foi pesquisar em todos os bancos de teses e dissertações produzidas no Brasil, para ver se localizava algum trabalho que ao menos houvesse tocado na existência de tal fonte, sem resultados, o *Tratado* ainda era desconhecido pela academia

Incomodada com a carência de informações mais diretas sobre as ideias abordadas no impresso em questão, devido a sua inexistência no acervo on-line da biblioteca, além de sua ausência em trabalhos acadêmicos publicados, passei a investigar na imprensa diária que circulou no período, onde localizei sua venda em jornais como *Diário de Notícias, Correio Mercantil, Jornal do Comércio, Gazeta de Notícias, Periódico dos Pobres, Diário do Rio de Janeiro e Gazeta da Tarde*, ou seja, jornais que atingiram grandes impressões e vendas. Feito isso, fui instigada a averiguar toda a escrita da obra e, então, decidi escrever para a Brasileira solicitando uma cópia digitalizada, caso possível, para assim tentar entender, com a leitura do seu conteúdo, a inserção de ideias tão emblemáticas numa sociedade ainda imperial. Estava ciente da possibilidade de encontrar algum "sonho de historiadora"<sup>9</sup> naquelas páginas de papéis que permaneciam silenciadas na historiografia.

Após o pedido formal feito a instituição, em 15 de fevereiro de 2016, através do envio de um e-mail, e, o preenchimento do formulário solicitado, recebi em 6 de maio do mesmo ano o documento digitalizado pelo bibliotecário Rodrigo Garcia, dando, em seguida, início a empreitada da leitura. Viajei então em suas páginas impregnadas por questões de gênero que foram me encantando cada vez mais, aguçando minha imaginação ao pensar a inserção da

---

<sup>8</sup> Ver mais em: <https://blog.bbm.usp.br/2015/tratado-sobre-a-emancipacao-da-mulher-uma-feminista-no-brasil-de-1868-2/> Acesso em 14 fevereiro 2016.

<sup>9</sup> Expressão utilizada pelo historiador americano Robert Darton ao narrar seu percurso de descoberta dos documentos da Societé Typographique de Neuchâtel. Ver mais em: DARTON, Robert. *Boêmia Literária e Revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

possível autora no Velho Rio, uma época em que esteve presente uma política hegemônica qualificada como paternalista e existindo também a escravidão.

São 128 páginas escritas em forma de manifesto e repletas de uma insatisfação feminina, baseada em experiências conjuntas sobre relações de dependência nas quais as mulheres estiveram envolvidas, contrapondo de forma contundente os argumentos que as excluam de espaços como educação, trabalho e política, além de questionar o casamento como finalidade na vida de todas. A reivindicação do voto não foi, nesse caso, um ato isolado, mas inserido numa denúncia sobre a arbitrariedade de todo o sistema legislativo que, segundo o impresso, alienava as mulheres a aceitarem tal condição como natural.

Durante o Oitocentos, contexto delimitado, o ideário de dominação vigente era aquele no qual prevalecia a vontade dos homens, isto é, chefes de famílias e senhores proprietários. Esta vontade era inviolável, organizava e dava sentido às relações sociais.<sup>10</sup> O impresso de 1868 nos lança um significado dos antagonismos de classe constitutivos dessa política específica e, a chave para entendê-lo, consiste em perceber que o seu conteúdo transpassa uma visão de mundo que é própria de sua autora, e que não pode ser entendida se referida apenas à ideologia senhorial que vigorava. Isto é, dentro da perspectiva do paternalismo não existia lugar para o reconhecimento dos direitos do outro, dos dependentes, das mulheres.

O interessante é que, mesmo diante dessas relações de dependência, mulheres como a autora de 1868 buscaram formas alternativas por dentro desse sistema de burlar as imposições sociais às quais estiveram submetidas, utilizando diferentes estratégias para mostrarem suas agências, sendo a escrita uma destas vias para a construção de um contradiscurso ao dominante.

Nesse percurso da pesquisa, pude perceber que a relevância da fonte recém descoberta era tamanha, no qual ela traria novas reinterpretações para se pensar o período monárquico. Por algum tempo, acreditou-se que no Brasil do século XIX esse debate não tivesse sido travado como aconteceu, por exemplo, nos Estados Unidos e na Europa, permanecendo as brasileiras mais preocupadas com o direito à educação. Contudo, busquei demonstrar que as brasileiras oitocentistas, como a autora em questão, mulheres sobretudo letradas e imersas em classes específicas, estiveram atentas a todas as mudanças e atuações de outras mulheres pelo mundo e, não apenas isso, também colaboraram para que as discussões sobre direitos políticos circulassem pelo país.

---

<sup>10</sup> Ver mais em: CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

## Debate historiográfico

Na historiografia brasileira existem produções bastante sólidas no que se refere a uma história das mulheres de letras oitocentistas, sobretudo ao que se refere as suas reivindicações pelo direito a educação, produzidas sobretudo nas últimas décadas. Anterior a isso, a invisibilidade de mulheres na história oficial foi descrita por Maria Lygia Quartin de Moraes da seguinte maneira:

Ao longo da história do Brasil as mulheres não permaneceram omissas ou passivas. Na verdade, os estudos sobre a condição feminina realizados nas últimas décadas demonstram que, com relação a esse assunto, tratou-se menos de um silêncio por parte das mulheres do que do silêncio por parte da historiografia, seja devido à inexistência da documentação, à dificuldade de acesso a documentos manuscritos ou ainda à falta de interesse (que prevaleceu por um longo tempo), por parte dos pesquisadores, em encarar a questão.<sup>11</sup>

A entrada massiva de mulheres em departamentos universitários colaborou para que maiores produções sobre esta história viessem a serem escritas, em sua diversidade de recortes espaciais e temporais. No que se refere ao contexto do Império e das reivindicações por direitos, e todas suas ressignificações no decorrer das décadas, alguns trabalhos foram fundamentais em nossa pesquisa. Os localizados, por um lado, atentaram-se com a reivindicação impressa pelo direito a educação feita por mulheres como Nísia Floresta, Juana Paula Manso de Noronha, Júlia Sandy Aguiar, Francisca Senhorinha da Mota Diniz e Josephina Álvares de Azevedo. Por outro, entretanto, as produções se atentaram mais especificamente sobre a atuação das sufragistas em finais do século XIX e início do XX, casos estes de Bertha Lutz, Celina Guimarães, Carlota Pereira de Queiróz e Leoninda Daltro.

Sobre essas reivindicações femininas impressas ao XIX, merece destaque o trabalho de Karine da Rocha Oliveira, desenvolvido junto ao Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, promovido pela Fundação da Biblioteca Nacional e intitulado: *Josefina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal A Família*. A autora buscou analisar o debate sobre direitos femininos mediante as páginas da imprensa periódica feminina, focando

---

<sup>11</sup> Apud KARAWAJCZYK, Mônica. As filhas de Eva Querem Votar: dos primórdios da questão a conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932). Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013; MORAES, 2003, p.506.

na figura de Josefina de Azevedo e do jornal por ela encabeçado, surgido em 1888<sup>12</sup>. Aqui, a principal contribuição de seu trabalho se relaciona as reivindicações femininas em defesa da participação política das mulheres, votando e sendo eleitas, em finais do século. Contudo, cabe ressaltar que o jornal em questão não foi o primeiro a trazer abertamente a discussão pelo direito ao voto, como a autora aponta, sendo que em período antecedente, ainda em 1868, duas décadas antes, o *Tratado* anônimo já havia sido publicado e anunciado em jornais de circulação diária aquela época, colocando o debate sobre o voto feminino aos olhos dos sujeitos que vivenciavam o período.

Também destaco a contribuição de Mônica Karawejczyk, em sua tese de doutoramento, *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (1850-1932)*. Nesta, a autora analisou o processo que acarretou a conquista do voto feminino em 1932 no Brasil, utilizando o recorte que compreende os anos de 1850 até 1932, traçando uma trajetória das reivindicações femininas e suas ressignificações desde meados do século XIX. Segundo a autora, o surgimento da imprensa feminina em 1852<sup>13</sup> foi fundamental para que a discussão sobre a emancipação e direitos para as mulheres fossem postas e circulassem durante o Império, entretanto, os jornais que emergiram posteriormente, pouco ou nada trataram sobre a concessão do voto para as mulheres, até 1888, com o periódico *A Família*, como demonstrado na pesquisa de Karine. As preocupações se concentraram prioritariamente no problema da educação.<sup>14</sup> Segundo Mônica Karawejczyk:

Vários periódicos surgiram, a partir da metade do século, dirigidos e escritos por mulheres. Pode-se citar como exemplos Josefina Álvares de Azevedo, dona e redatora do jornal *A Família*, ou ainda Francisca Senhorinha da Mota Diniz, fundadora do jornal *O Sexo Feminino* – esses dois do Rio de Janeiro –; em Porto Alegre, são exemplos revistas como *O Escrínio*, de Andradina de Oliveira, ou o *Corimbo*, de Revocata Heloísa de Melo Monteiro, entre outros. Todos os periódicos eram voltados para assuntos femininos e abordavam temas variados, trazendo desde moldes de corte e costura, receitas culinárias, até reivindicações por melhores condições para a vida das brasileiras. Os temas mais recorrentes nesse último quesito giravam em torno da educação.<sup>15</sup>

<sup>12</sup> OLIVEIRA, Karine da Rocha, *Josephina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do Jornal A Família*. Programa Nacional de Apoio à pesquisa – Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

<sup>13</sup> Surgimento do *Jornal das Senhoras*, considerado pioneiro na imprensa estritamente feminina no Brasil. Sobre esta questão ver mais em: LIMA, Joelma Varão. "Jornal das Senhoras": As mulheres e a urbanização na corte. *Cadernos Ceruv*. 21, n. 2, USP, São Paulo: 2010. BARBOSA, Everton Vieira. *Páginas de sociabilidade feminina: sensibilidade musical no Rio de Janeiro oitocentista*. Dissertação (Mestrado em Letras). UNESP Assis, 2016.

<sup>14</sup> KARAJEJCZYK, Mônica. *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932)*. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p.49-50.

Ao pesquisar nos impressos produzidos durante o século XIX, Mônica reforça em seu trabalho que, inicialmente, as principais reivindicações femininas voltaram-se para o direito educacional. A pauta pelo direito ao voto, segundo a autora, só veio a aparecer em finais da década de 1880, fato devido à proximidade com a Proclamação da República, ganhando, a partir de então, maior circulação e adeptas, e chegando ao movimento organizado que adentrou as primeiras décadas do século XX. A autora retoma a meados do século XIX apenas para mostrar como surgiram as primeiras reivindicações femininas, não afirmando que em 1850 essa discussão pelo direito ao voto já existisse. Pelo contrário, ela nos reitera que não localizou nenhum escrito que tocasse neste tema anterior ao final do século.

Outra pesquisa importante produzida foi a tese de Ludmila de Souza Maia, *Viajantes de Saias: gênero, literatura e viagem em Adèle Toussaint-Samson e Nísia Floresta (Europa e Brasil, século XIX)*. A autora se voltou para a trajetória e experiência como viajantes de duas escritoras, nos ajudando a pensar nas reivindicações femininas escritas surgidas no período delimitado, principalmente através da figura de Nísia Floresta, considerada “pioneira” na busca por direitos educacionais aqui no Brasil. O intuito de Ludmila foi o de pensar escritoras mulheres que utilizaram da escrita para expressar uma “condição feminina” e seus questionamentos, baseados nas críticas às exclusões e à falta de oportunidades encontradas no decorrer de suas vidas.<sup>16</sup> O trabalho também nos ajuda a pensar sobre como a experiência de viajantes dessas mulheres de letras no Oitocentos influenciavam em seus escritos, refletindo fortemente em um contato cultural e numa movimentação transnacional de ideias que estavam sendo postas naquele dado momento.

Nísia Floresta ficou conhecida e vem sendo estudada em pesquisas diversas, tanto na literatura quanto na história, devido a sua grande importância no debate por direitos femininos no Brasil. Em 1832, escreveu uma obra intitulada *Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens*, a qual muitos estudiosos acreditaram ter sido uma tradução livre de *Reivindicação dos Direitos das Mulheres*, escrita em 1792, pela inglesa Mary Wolltonescraft, porém, adaptada à realidade brasileira. Dentre suas diversas atuações merece destaque aquela voltada à defesa de

---

<sup>16</sup> MAIA, Ludmila de Souza. *Viajantes de saias: gênero, literatura e viagem em Adèle Toussaint-Samson e Nísia Floresta (Europa e Brasil, século XIX)*. Tese (Doutorado em História), Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2016.

uma educação feminina. A pauta do voto, porém, não foi abordada pela autora em nenhum de seus escritos, os quais muitos já foram analisados em diversas pesquisas.<sup>17</sup>

A dissertação de Bárbara Figueiredo Couto sob o título de *Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Álvares de Azevedo: projetos de emancipação feminista na imprensa brasileira (1873-1894)*, foi a única que localizamos que aborda brevemente sobre a questão da participação política e o direito ao voto feminino no Brasil do XIX. A autora trabalhou com duas jornalistas e seus respectivos periódicos, *O Sexo Feminino* e *A Família*.

*O Sexo Feminino*, surgido em 1873 na cidade de Campanha em Minas Gerais, foi um periódico de suma importância na causa feminina por direitos, como aqueles relacionados à educação, ao matrimônio e à inserção no mercado de trabalho. O voto, apesar de ter aparecido em algumas publicações, não obteve tanta atenção e, na maioria das vezes, acabava ficando como uma reivindicação secundária. De acordo com Bárbara Figueiredo Couto:

[...] o voto feminino teve uma abordagem peculiar. Francisca Diniz foi inserindo a discussão do sufrágio aos poucos, ela tinha a prática de aproveitar algumas discussões para mencionar, de forma pontual, o voto. A primeira vez que ela mencionou o voto feminino foi em resposta ao jornal Colombo: 'não sabemos em que grande república ou republiqueta a mulher deixe de ser escrava, e goze de direitos políticos, como o de votar e ser votada.'<sup>18</sup>

Para Francisca Senhorinha o sufrágio feminino ainda era utópico no ano de 1874, algumas de suas publicações apenas comentavam acontecimentos de países como a Inglaterra, região na qual já se vinha discutindo mais abertamente sobre esse direito. No Brasil, acreditavam-se que esta fosse uma pauta da mulher moderna, que não caberia naquele momento.

Do mesmo modo, mulheres como Leoninda Daltro e Bertha Lutz são hoje bastantes estudadas e consideradas pioneiras na luta sufragista no Brasil iniciada a partir do século XX. Ambas se organizaram em associações, fizeram pronunciamentos públicos e utilizaram, da mesma maneira que as mulheres oitocentistas, a imprensa periódica para divulgar suas propostas. Em seus artigos escritos durante a década de 1920, Bertha Lutz expôs suas ideias sobre diversas dimensões do feminismo, abrindo espaço para pensar a condição de vida também

<sup>17</sup> Para saber mais sobre a figura de Nísia Floresta, ver em: DUARTE, Constância L. *Nísia Floresta, vida e obra*. Natal: UFRN, 1995. SOIHET, Rachel. *Nísia Floresta e mulheres de letras do Rio Grande do Norte: pioneiras na luta por cidadania. Estudos Feministas*, Florianópolis, SC, v.13, n.1, p. 179-199, jan./abr.2005.

<sup>18</sup> SOUTO, Bárbara Figueiredo. *Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Álvares de Azevedo: projetos de emancipação feminista na imprensa brasileira (1873-1894)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo: São Paulo, 2013.

das mulheres trabalhadoras, apesar de ter sido em menores proporções, pois, estas acreditavam que a conquista do voto deveria ter prioridade. Dentre as infinitas produções que trabalharam sobre a temática e a atuação destas feministas destaco a colaboração de Rachel Soihet, em seu livro, *O Feminismo tático de Bertha Lutz*.<sup>19</sup>

Em contrapartida, pesquisas também se atentaram em analisar as reivindicações das mulheres trabalhadoras organizadas nesse mesmo período, com bandeiras bem específicas e que não se assemelhavam ao movimento sufragista, contrapondo assim a ideia de uma organização feminista hegemônica. Caso este do recente livro de Gláucia Fraccaro, *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*<sup>20</sup>. Segundo a autora, até os dias de hoje, a história contada ainda procura compreender como o movimento pretendia lutar pelos direitos das mulheres por dentro das instituições governamentais e, a explicação encontrada, foi chama-lo de “feminismo tático”.<sup>21</sup> Fraccaro apresenta as particularidades sobre as reivindicações femininas por meio das leis trabalhistas, mostrando que o processo que envolveu a luta por direitos era pensado também para além do voto, sendo as mulheres trabalhadoras as responsáveis por encabeçarem tal luta.

Concomitante a isso, os impressos oitocentistas foram alvos de diversas produções historiográficas, alterando assim a concepção acerca dos documentos, por muito tempo presas as amarras de fontes ditas “oficiais”, nos quais foi possível localizar grande aparição de mulheres publicando seus textos, permitindo-nos estudá-las e compreender suas principais reivindicações, sobretudo através de textos literários.

A escrita literária no século XIX partiu, inicialmente, das publicações em jornais e, de acordo com Tânia Regina de Lucca, "a relação entre literatura e imprensa constitui-se num testemunho importante na medida em que oferece indícios sobre como os próprios escritores (e as poucas escritoras) percebiam e vivenciavam os impasses da nova condição social"<sup>22</sup>, possibilitando novas formas de compreender o contexto, a narração e a subjetividade de seus autores (as). Tânia ainda coloca a imprensa enquanto meio para a aplicação de conceitos como lugares, redes de sociabilidades, geração e cultura política, para assim compreender melhor as formas de organização e ação dos (das) intelectuais.

---

<sup>19</sup> Ver mais em: SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

<sup>20</sup> FRACCARO, Gláucia. *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

<sup>21</sup> Segundo Fraccaro o feminismo tático, título dado a obra de Rachel Soihet, era exercido pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) que aproveitava da ocasião para garantir o exercício da cidadania.

<sup>22</sup> DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2014, p.124.

Sobre o uso dos livros como fonte, em específico, o americano Robert Darton é considerado uma das principais referências. Segundo o autor:

[...] de modo geral, os livros impressos passam aproximadamente pelo mesmo ciclo de vida. Este pode ser descrito como um circuito de comunicação que vai do autor ao editor (se não é o livreiro que assume esse papel), ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor, e chega ao leitor. O leitor encerra o circuito por que ele influencia o autor tanto antes quanto depois do ato de composição. Os próprios autores são leitores.<sup>23</sup>

Isso nos confirma que a escrita da obra analisada, por sua autora A.R.T.S., foi resultado de suas próprias leituras e de toda a comunicação que ela buscava propiciar aos seus leitores, divulgando com isso suas concepções sobre emancipação e direitos femininos. Além, também, de comprovar o quanto o uso de livros como fonte histórica tem resultado em importantes produções.

No Brasil, alguns (algumas) pesquisadores também tem desenvolvido pesquisas sobre a história do livro impresso. Tânia Bessone é um exemplo, e em seus textos nos orienta a pensar questões como: Quem lia? Quem lia o que? Porque se lia? De que maneira se lia? Para a autora, foi ao longo do século XX que a história do livro se definiu, no qual intelectuais focaram seus estudos em questões relacionadas a impressão, técnicas de produção, construção de bibliotecas, papel do editor, construção e apropriações de escrita. De acordo com a autora:

As produções historiográficas europeias e americanas trataram o livro como objeto histórico, produzindo textos multidisciplinares que refletiram o trabalho de cientistas sociais das mais diversas áreas, demonstrando a existência de constantes debates sobre questões enunciadas na própria escolha de seus objetos de estudo: as sociabilidades intelectuais, a marginalidade, a história da leitura confrontada com a história do livro, as edições e sua recepção.<sup>24</sup>

Entender a produção e o consumo do livro durante o século XIX contribui para compreender a divulgação de conhecimento, o índice de analfabetismo e, segundo Bessone, tinha o dom de permitir que seus leitores pudessem ser chamados de pessoas civilizadas, segundo a autora:

O sentido de civilizar passou a ser uma noção muito presente na ação de intelectuais do século XIX, e a se refletir não apenas nos textos eruditos, mas também naqueles que pretendiam sua disseminação através de textos que atingiriam o conhecimento vulgar. Essa tradição manteve-se no Brasil da segunda metade do século XIX, quando

---

<sup>23</sup> DARTON, Robert. *O beijo de Lamourette*: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.125.

<sup>24</sup> FERREIRA, Tânia M. T. Bessone da Cruz. A história do livro e da leitura: novas abordagens. *Revista Floema*, ano III, n.05. 2009, p. 97-111.

muitos se deram conta de que seriam de muita valia para a sedimentação da cidadania<sup>25</sup>.

As possibilidades de estudo surgidas, através dos livros, são fundamentais em nossa pesquisa, na qual o conteúdo do *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*, seu processo de edição e a sua recepção no espaço público foram pontos cruciais abordados no decorrer dessa dissertação. E, além do mais, reflete bastante sobre a questão da civilidade, só que a sua maneira, reivindicando a inserção feminina nesse meio das letras.

As pesquisas atuais mostram que há um renovado interesse na questão do gênero no contexto do Império, utilizando para isso, da análise de impressos, livros e jornais, procurando um enfoque diversificado e inovador das produções feitas sobre o período. Apesar disso, nenhuma dessas pesquisas analisou de forma mais aprofundada uma reivindicação feminina pública pelo direito a participação política, tanto o de voto como o de elegibilidade, em meados do XIX.

Os trabalhos até aqui elencados são muito importantes e se complementam com a nossa proposta, que compreende o recorte entre 1850 e 1886, e que buscou mostrar que mesmo antes de finais do século, como descrito por muitos trabalhos, mulheres já vinham questionando e reivindicando o direito ao pleito eleitoral em suas produções escritas. Não localizamos nenhuma pesquisa que abordasse especificamente sobre o tema no contexto delimitado, muito menos que trabalhou com a fonte aqui utilizada, o *Tratado Sobre Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*, o que coloca esta como inédita e de grande relevância acadêmica.

Talvez isso se deva ao fato de que a fonte em questão tenha ficado esquecida no acervo da *Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin* por muito tempo e sem maiores informações sobre sua procedência. Afinal, esta obra que utilizo como ponto de partida, não foi trabalhada em nenhuma pesquisa acadêmica e muito menos havia sido divulgada no acervo da instituição até o pedido de digitalização encaminhado em fevereiro de 2016.

Ao encontrar uma fonte inédita que tocou no tema participação política das mulheres, inserção no mundo do trabalho e na educação abertamente, como nenhum outro impresso que circulou na mesma época, escrita por uma mulher em meados do XIX, percebi que o debate já vinha sendo travado, mas ainda permanece muito pouco explorado, possivelmente, pela dificuldade de acesso a fontes documentais. Diante disso, uma questão se colocou: Como

---

<sup>25</sup> FERREIRA, Tânia M. T. Bessone da Cruz. Os livros na imprensa: resenhas e a divulgação do conhecimento no Brasil na segunda metade do século XIX. In: CARVALHO, José Murilo (Org) *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.191.

analisar as reivindicações postas na obra sem pensar as especificidades e heterogeneidades presentes na concepção de “mulheres” imersas no contexto? O uso do gênero como categoria de análise nos pareceu assim como uma saída.

### Referenciais teóricos

Os aportes teóricos dos estudos de gênero, ancorados numa epistemologia feminista, têm ganhado cada vez mais espaço nas Ciências Humanas e, no campo da História em particular, tem se tornado fundamental, especialmente nas últimas décadas, desde 1970 e 1980. A partir de então, várias indagações vêm sendo postas com o intuito de questionar a produção do conhecimento científico, voltado para um sujeito humano universal. Surgiram, assim, trabalhos significativos que buscaram pensar a categoria do gênero sob diferentes perspectivas.

Historiadoras brasileiras como Rachel Soihet, Maria Odila Leite, Margareth Rago e Joana Maria Pedro são hoje reconhecidas como nomes pioneiros e importantes para aqueles e aquelas que enveredam na temática dos estudos de gênero no país, além é claro, da francesa Michelle Perrot e da americana Joan Wallach Scott, esta última umas das principais autoras, considerada importante internacionalmente ao propor o gênero como categoria útil para uma análise histórica, tornando-se referencial teórico e metodológico de muitos pesquisadores (as) pelo mundo.

No Brasil, inicialmente, as principais reflexões atentaram-se a analisar a opressão capitalista e patriarcal na vida das mulheres pobres. Um trabalho pioneiro a ser considerado é o de Heleieth Saffioti, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, que abordou a questão da mulher na sociedade sob o viés marxista.<sup>26</sup> Outros exemplos surgidos nessas produções foram: *Quotidiano e Poder em São Paulo do século XIX* de Maria Odila Leite<sup>27</sup>; *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920* de Rachel Soihet<sup>28</sup> e *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque* de Martha Abreu<sup>29</sup>.

Segundo Margareth Rago:

---

<sup>26</sup> SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis. Editora Vozes. 1976.

<sup>27</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

<sup>28</sup> SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e formas de violência*. Mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1989.

<sup>29</sup> ESTEVES, Marta Abreu. *Meninas perdidas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

É ao longo da década de 1980, porém, que emerge o que se poderia considerar uma segunda vertente das produções acadêmicas sobre as mulheres. Aí floresce um conjunto de estudos preocupados em revelar a presença das mulheres atuando na vida social, reinventando seu cotidiano, criando estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multifacetadas de resistência à dominação masculina e classista. Confere-se um destaque particular à sua atuação como sujeito histórico e, portanto, à sua capacidade de luta e de participação na transformação das condições sociais de vida.<sup>30</sup>

A autora ainda propôs que, ao considerar os “estudos da mulher”, esta não deveria ser pensada como uma essência biologicamente pré-determinada, anterior à História, mas como uma identidade construída culturalmente e socialmente no jogo não só das relações sociais e sexuais, mas também pelas práticas e pelos discursos instituintes.<sup>31</sup> Aqui, em nossa pesquisa, o uso da categoria gênero encontrou terreno favorável, pois, desnaturaliza e postula a dimensão da constituição de desigualdades, presente nos discursos masculinos, no qual mulheres já vinham contrapondo ainda em meados do século XIX.

Assim, os estudos que enveredam nesse referencial teórico, buscam propor uma nova relação entre teoria e prática, segundo Rago:

Delineia-se um novo agente epistêmico, não isolado do mundo, mas inserido no coração dele, não isento e imparcial, mas subjetivo e afirmando sua particularidade. Ao contrário do desligamento do cientista em relação ao seu objeto de conhecimento, o que permitiria produzir um conhecimento neutro, livre de interferências subjetivas, clama-se pelo envolvimento do sujeito com seu objeto.<sup>32</sup>

Cabe destacar que a contribuição mais significativa e que hoje é bastante utilizada na História, adveio da historiadora americana Joan Wallach Scott e a publicação de *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, traduzida no Brasil no ano de 1992, pela Revista Educação e Realidade.<sup>33</sup> No artigo, a autora define o gênero como uma categoria útil de análise histórica, constituída através das relações sociais que se fundam nas diferenças presentes entre os sexos, com principal atenção para os sistemas de significação, isto é, maneiras como as sociedades representam o gênero com o passar dos séculos, e que, para isso, devemos nos atentar para a

<sup>30</sup> RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: Silva, Zélia Lopes (orgs.). *Cultura Histórica em debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

<sup>31</sup> Ver mais em: RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: Pedro, Joana; Grossi, Mirian (orgs.) *Masculino, feminino, Plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.

<sup>32</sup> RAGO, Op. Cit., p.11.

<sup>33</sup> SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n. 02, jul. /Dez. 1995, pp.71-99.

complexa relação entre homens e mulheres e suas transformações. O gênero na concepção da autora é uma forma primeira de significar as relações de poder, constituídas historicamente nas sociedades, logo, torna-se central em nossa pesquisa, ao pensar a reivindicação contrária à exclusão do sexo feminino, entender as relações de poder imbricadas na condição de dependentes das mulheres, que foram construídas e legitimadas socialmente por diversos agentes.

De acordo com Margareth Rago, os estudos de gênero têm produzido críticas contundentes ao modo de produção do conhecimento científico, como também refletido sobre, segundo ela:

Não é demais reafirmar que os principais pontos da crítica feminista à ciência incidem na denúncia de seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista: o saber ocidental opera no interior da lógica da identidade, valendo-se de categorias reflexivas, incapazes de pensar a diferença. Em outras palavras, atacam as feministas, os conceitos com que trabalham as Ciências Humanas são identitários e, portanto, excludentes. Pensa-se a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexual-civilizado-do-Primeiro-Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência. Da mesma forma, as práticas masculinas são mais valorizadas e hierarquizadas em relação às femininas, o mundo privado sendo considerado de menor importância frente à esfera pública, no imaginário ocidental.<sup>34</sup>

Ou seja, os principais trabalhos surgidos que se utilizaram do gênero como categoria de análise buscaram trazer à tona debates e sujeitos, no caso específico, as mulheres, que permaneceram durante décadas à margem da produção de conhecimento e dos processos históricos, políticos e sociais de contextos passados, reafirmando assim uma crítica a ciência até então produzida.

Através da obra a ser aqui analisada, busquei discutir educação, casamento, mundo do trabalho e participação política, temas que se relacionam diretamente com as relações de gênero na sociedade, não só a oitocentista, mas também a contemporânea, em que a desigualdade de gênero ainda permeia todas as relações, servindo como um importante marcador social e convergindo diretamente na classe e na raça.

No contexto optado por trabalhar, 1850-1886, deve estar claro a existência da escravidão assim como a presença de sujeitos libertos, pobres e imigrantes, fatores de fundamental importância para o desenvolvimento de qualquer trabalho. Ou seja, não podemos utilizar da categoria “mulheres”, presente na obra, sem problematizar as distinções que esta carregava,

---

<sup>34</sup> RAGO, Op. Cit.

tanto no que se refere a classe como a raça. Pensando nisso, busquei pensar o gênero não apenas para as construções sociais impostas ao masculino e ao feminino, mas também para compreender as desigualdades e hierarquias relacionadas as constituintes de raça e classe desses sujeitos, demarcando assim as distinções postas no grupo das mulheres que vivenciavam meados do XIX, apreendendo com isso, a complexidade das desigualdades sociais do grupo, por intermédio de um enfoque integrado.<sup>35</sup>

As desigualdades constitutivas, independente do contexto, são reflexos do encontro de intersecções, sejam elas de gênero, raça, classe, etnia, religião e sexualidade. Entender o processo que levou a tais é fundamental para o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos comprometidos com uma produção do conhecimento a partir da compreensão das diferenças.

Nessa dissertação utilizei da categoria de análise *gênero* para entender a sociedade oitocentista e as interdependências e privilégios que concernem, principalmente, as constituintes de raça e classe das mulheres oitocentista, em especial destacando os privilégios da autora em questão em seu meio social. Acredito que, como historiadora e feminista, tenho papel fundamental para uma escrita da História não homogênea e que problematize que as reivindicações de mulheres, surgidas durante o século XIX, abarcavam a busca por direitos apenas para grupos específicos, brancas e instruídas, inserindo a diferença das outras, negras, analfabetas, imigrantes e prostitutas, que não apareceram presentes nas reivindicações analisadas, mostrando assim os resquícios advindos desde então em nosso meio social na constituição de desigualdades.

## **Fontes e capítulos**

O desenvolvimento dessa pesquisa contou com uma variedade de fontes, em sua maioria impressa. Através de buscas no site da Hemeroteca Digital Brasileira, sob comando da Biblioteca Nacional (BN) no Rio de Janeiro, que conta com um rico acervo on-line dos periódicos oitocentistas, explorei diversos jornais que circularam no período delimitado, 1850 e 1886. Além, é claro, da fonte que utilizo como ponto de partida, o *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*.

---

<sup>35</sup> Alguns trabalhos produzidos na sociologia e na antropologia nos ajudaram a refletir sobre as distinções postas na categoria do gênero e todas as suas intersecções, casos estes de: HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Revista Tempo Social*, v26, n.1, jun 2014. MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *Cadernos Pagu*, n.42, jan- jun. 2014.

O intuito das buscas foi o de procurar resultados referentes ao livro e sua autora. As análises partiram de uma leitura atenta das edições de periódicos localizadas, tanto anteriores como posteriores, o que possibilitou compreender qual o debate travado no jornal e como a discussão de meu interesse surgia em meio a suas publicações. Dessa maneira, foi possível descobrir informações relacionadas a autora, sua profissão, serviços prestados e buscados, família, logradouros, anúncios, viagens, compra e aluguel de escravizados e escravizadas, além de outros escritos de sua autoria, enviados para publicação em periódicos.

Outra fonte de grande valia foi o *Almanak Laemmert*, um impresso que era publicado anualmente, a partir de 1844 até 1889, sob a propriedade dos irmãos franceses Henrique e Eduardo Laemmert. Este contava com capa dura e mais de mil páginas em cada um de seus exemplares, divulgando informações diversas sobre o cotidiano da Corte. Por meio de seus anúncios, divulgavam-se serviços nas mais diversas atividades, instituições religiosas, comércio, livrarias e tipografias, sociedades de leituras, aulas avulsas e colégios, além de, ao seu final, aparecer uma lista com nomes de alguns moradores da cidade. Todos estes temas eram organizados por capítulos e destacados por um índice alfabético, que dá início a obra. Nesta fonte explorei a aparição dos anúncios de serviços prestados por mulheres, mais especificamente aqueles da autora objeto dessa dissertação, sendo possível perceber a importância desse impresso para muitos sujeitos, homens e mulheres, daquele período.

Tendo em vista os objetivos deste trabalho, ele foi dividido em três capítulos. No primeiro - *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher: a reivindicação feminina por direitos e o anonimato de uma publicação no Brasil Império*, mostro a discussão sobre a concessão de direitos civis e políticos para as mulheres entre os séculos XVIII e XIX, e a apropriação de ideias pela autora da obra em questão, que se utilizou de uma movimentação transnacional de ideias para argumentar a favor de sua causa – liberdade e direitos civis e políticos para as mulheres. Além disso, apresento o *Tratado Sobre a Emancipação da Mulher e Direito de Votar*, em suas diversas especificidades, desde o seu conteúdo escrito, citando ideias e autores presentes, até o processo que levou a sua construção e o papel assumido pelo seu editor (a), finalizando descrevendo a trajetória de pesquisa que levou a descoberta da identidade da autora, vulgo A.R.T.S.

No segundo capítulo - *Quem foi Anna Rosa Termacsics dos Santos: trajetória de vida e morada no Brasil Oitocentista*, trato da inserção da autora no país desde a chegada de sua família húngara no início do século, ressaltando os empecilhos por ela enfrentados, sobretudo

ao fato de sua condição enquanto mulher. Discuto também suas experiências com viagens internacionais e os reflexos destas em sua vida e escrita; a sua inserção e atuação diversa no mundo do trabalho, além de abordar a sua percepção sobre “ser mulher”, na qual outras como escravizadas e prostitutas não se encaixavam, problematizando assim as distinções envolvendo esse mundo feminino ao XIX.

Por fim, o último capítulo - *Anna Rosa na imprensa: publicações e embates*, discuto o papel dos impressos na legitimação dos discursos sobre a inferioridade das mulheres, tanto no que se refere a maternidade e ao casamento, como na concessão de direitos políticos. Além de mostrar a importância desta para a divulgação de um contradiscurso feminino, no qual mulheres vinham reivindicando direitos, afrontando até mesmo textos masculinos que foram publicados. Finalizo discutindo as insatisfações de Anna Rosa Termacsics dos Santos para além de sua obra, mas também em alguns artigos por ela publicado na imprensa diária, caso este dos localizados no *Diário de Notícias* em 1870.

O fio que liga toda a dissertação é os escritos da escritora Anna Rosa Termacsics dos Santos e, a ênfase dada, se relaciona a sua reivindicação por direitos, sobretudo os políticos, para as mulheres letradas oitocentistas. O universo que descobri no decorrer desses dois anos, na análise das fontes de meados do século, foi bem diferente do que eu pressupunha, comprovando que essa é uma história mais imprevisível do que pareceu à primeira vista para muitos, e que aguça a pensar sobre outras mulheres que, infelizmente, ainda permanecem no anonimato histórico.

# CAPÍTULO 1: TRATADO SOBRE A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER E DIREITO DE VOTAR: A REIVINDICAÇÃO FEMININA POR DIREITOS E O ANONIMATO DE UMA PUBLICAÇÃO NO BRASIL IMPÉRIO

## 1.1-Antecedentes da discussão sobre o direito ao voto feminino

**O VOTO FEMININO: Há Cem anos, José Bonifácio e Caravelas levava a câmara um projeto que o instituiu.**

A senhora Bertha Lutz - [...]. Realmente consultando os Anais da legislação pátria, vamos encontrar esta curiosa revelação em 1831 (há cem anos precisos!) Surgia, no Brasil, a primeira iniciativa em prol do voto feminino. Claro, não se dava a universalidade agora pretendida, mas força é reconhecer que, a seu tempo, a iniciativa em questão constitui uma verdadeira audácia. Foi a 18 de julho de 1831 que Alves Branco, depois marques de Caravelas e José Bonifácio "O Patriarca", então deputados, apresentaram à câmara a sua ideia de envolta com outras sobre assuntos eleitorais. Vamos transcrever o artigo 3º do projeto elaborado por aquelas duas figuras do império: "As mães de famílias viúvas, ou separadas de seus maridos, que reunirem as condições necessárias para o exercício do direito de eleger nas assembleias primárias poderão dar o seu voto por intermédio de um dos seus filhos, genros, netos, ou qualquer parente em falta deles." [Grifo meu]<sup>36</sup>

Em 13 de agosto de 1931, data em que as manifestações em prol do sufrágio feminino encontravam-se no ápice devido ao avanço do movimento sufragista e, um ano antes da conquista, em 24 de fevereiro de 1932, Bertha Lutz publicou a notícia transcrita acima, no jornal carioca *A Esquerda*. A proposta do estadista José Bonifácio, apesar de não abarcar as reivindicações do movimento das primeiras décadas do século XX, pode ser considerada audaciosa, como descrito pela própria sufragista, uma vez que se acreditava que a discussão só teria ganhado força com os ares republicanos no final do século XIX.

Entretanto, ao voltarmos ao contexto oitocentista, percebemos que o debate sobre direitos políticos para as mulheres esteve presente antes mesmo de José Bonifácio. Em 1822, reveste de singular importância uma proposta pelo voto feminino encabeçada pelo deputado liberal baiano Domingos Borges de Barros, constituinte brasileiro<sup>37</sup>.

<sup>36</sup> *A Esquerda*. Rio de Janeiro. N.1103, 13 agosto 1931.

<sup>37</sup> Domingos Borges de Barros cursou direito em Coimbra e tinha quarenta anos quando fez parte das cortes gerais. Enquanto liberal teve uma atuação importante nas questões sobre os direitos para as mulheres traduzindo obras, como *O mérito das mulheres de Legouvé*, e escrevendo poesias dedicadas ao sexo feminino. Ver mais em: COLLING, Ana Maria. Precursor do voto feminino no ocidente é um brasileiro: Domingos Borges de Barros nas

A proposta de Domingos, levada para discussão em 22 de abril de 1822, propunha que uma mãe nortista de seis filhos legítimos exercesse seu direito de cidadã, com o direito ao voto. Nesse momento, ainda no início do século XIX, não é difícil imaginar a reação dos deputados e a reprovação da proposta de Barros, que não foi levada para discussões futuras. De acordo com Anna Maria Colling, o recurso utilizado pelo baiano era inovador e uma prática comum em vários países da Europa:

Borges de Barros, ao ver excluída sua proposição, não sendo aprovada nem a discussão para um posterior parecer, ainda que contrariado, ocupa a tribuna e discursa na defesa de seu projeto, utilizando a figura materna que fornece cidadãos à nação, para sensibilizar os colegas. Defende as mulheres, acusando o desleixo proposital em relação à sua educação, que, segundo o parlamentar, é causado pelo temor masculino da inteligência feminina possuidora de talentos e virtudes.<sup>38</sup>

As duas propostas pelo sufrágio feminino, levadas para discussão em 1822 e 1831 respectivamente, envolveram situações específicas, mulheres viúvas e mães, nenhuma vindo a ser aprovada e pouco se sabendo das mesmas. Apesar dos discursos não terem pensado em todas as mulheres, apenas nas viúvas e nas mães, os mesmos são significativos ao colocar em pauta o voto feminino, uma discussão que se tornaria mais presente em meados do século, adentrando as manifestações organizadas nas primeiras décadas do XX. Tanto Domingos Borges de Barros, quanto José Bonifácio de Andrada e Silva, foram políticos importantes, o que nos indaga a pensar que suas propostas não passaram sem serem comentadas, levando, inclusive, a novas apropriações.

De forma resumida, é possível evidenciarmos a presença de uma discussão sobre o direito a participação política feminina, ainda no Império do Brasil, resultado de uma movimentação internacional. No que se refere as reivindicações feitas pelas próprias mulheres, encontramos escritos circulando e chegando a públicos diversos ainda no século XVIII. Na França, Olympe de Gouges escreveu, em 1791, a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, contendo dezessete resoluções<sup>39</sup>, escrito este que teve grande repercussão e que propunha uma ideia igualitarista de direitos entre homens e mulheres. De acordo com Ana Maria Marques:

---

Cortes Gerais portuguesas em 1822. In: *XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH*: Natal, Rio Grande do Norte, 2013.

<sup>38</sup> Ibidem. p.12.

<sup>39</sup> Ver resoluções completas ao final deste trabalho em anexo.

Olympe de Gouges (1748–1793) militou ativamente na Revolução Francesa. Em 1793, foi guilhotinada em Paris. A condenação deveu-se ao fato de ela ter se oposto aos conhecidos revolucionários, Robespierre e Marat, que a consideraram mulher “desnaturada” e “perigosa demais”. Ao ser conduzida à morte, teria afirmado: “A mulher tem o direito de subir ao cadafalso; ela deve ter igualmente o direito de subir à tribuna”. Nascida Marie Gouze, foi com o nome de Olympe de Gouges que a militante assinou suas dezenas de peças de teatro e panfletos, revelando e propalando o seu entusiástico apoio à Revolução Francesa.<sup>40</sup>

A revolucionária francesa redigiu diversos outros escritos, como panfletos e peças de teatros, abordando, sumariamente, a defesa por direitos femininos. Ou seja, assim como os homens das Luzes, as mulheres, do mesmo modo, acompanharam e estiveram atentas às mudanças que vinham se tornando cada vez mais visíveis e que colocavam em discussão o Antigo Regime, pensando em um novo modelo de governo que também as incluíssem.<sup>41</sup>

Na mesma época, mas na Inglaterra, Mary Wolltoncraft se destacou no grupo de mulheres inglesas que reivindicaram direitos. A autora escreveu em 1792 a obra *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, um manifesto com o objetivo de tornar público os problemas e a injustiça frente a exclusão das mulheres na educação, no trabalho e na política. Em sua escrita, confrontou figuras importantes de sua época, tais como o bispo Talleyrand<sup>42</sup>, dedicando a ele um prefácio no início de seu livro com o intuito de convencê-lo o quão injusto era negar as mulheres a mesma instrução que vinha recebendo os homens.<sup>43</sup>

A inglesa teve uma trajetória de vida marcada por impasses e dificuldades, que refletiram diretamente em toda sua escrita. No decorrer dos anos, Mary Wolltoncraft passou por perdas e desde nova necessitou trabalhar como professora e em casas de família. Nas suas palavras: “É hora de efetuar uma revolução nos modos das mulheres, hora de devolver-lhes a dignidade perdida e fazê-las, como parte da espécie humana, trabalhar reformando a si mesmo para reformar o mundo”<sup>44</sup>. Através de suas palavras, percebemos a sua busca pela universalidade de direitos, assim como a francesa Olympe de Gouges, comprovando a circularidade de pensamentos emancipacionistas em diversas regiões da Europa.

<sup>40</sup> MARQUES, Ana Maria. Feminismos e gênero: uma abordagem histórica. *Revista Trilhas da História*. Três Lagoas, v.4, n°8 jan-jun, 2015.p.06-19.

<sup>41</sup> MORIN, Tânia Machado. *Práticas e representações das mulheres na Revolução Francesa (1789-1795)*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

<sup>42</sup> Charles Maurice de Talleyrand-périgord (1754-1838) foi um bispo, diplomata e político francês, que ocupou altos cargos de poder. Ver mais em: WOLLTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos Direitos da Mulher*. São Paulo: Boitempo, 2016

<sup>43</sup> Ver mais em WOLLTONECRAFT. Op. Cit., p.17-21.

<sup>44</sup> Ibidem, p.69.

Os Estados Unidos também contou com uma importante discussão sobre direitos políticos para as mulheres durante meados do XIX, resultados da participação feminina ativa no movimento antiescravagista que, a partir da década de 1860, se tornava cada vez mais forte e com mais adeptas. Nesse contexto, estiveram presentes não apenas mulheres aristocráticas, mas também negras e trabalhadoras que, da mesma maneira, se engajaram nas reivindicações paralisando seus trabalhos em fábricas pelo país em busca de melhores condições e salários, ainda no início do século. De acordo com Ângela Davis:

O início da década [de 1830] foi de greves e paralizações nas fábricas têxteis do Nordeste do país, operadas em grande parte por mulheres jovens e crianças. Na mesma época, mulheres brancas de origem mais abastada começavam a lutar pelo direito à educação e por uma carreira fora de casa<sup>45</sup>.

É possível perceber que as mobilizações por direitos não só estiveram postas neste país, como trouxeram mulheres de diferentes classes, ampliando a participação e demonstrando que tais reivindicações não estiveram restritas apenas nos discursos das senhoras abastadas, mas também de mulheres trabalhadoras, que tinham em mira outros anseios, como melhores condições de trabalho.

As campanhas abolicionistas americanas proporcionaram para muitas uma oportunidade de saírem do ócio de seus lares, mostrando suas capacidades para além de mães e esposas. Surgiram, então, associações abolicionistas de mulheres por todo o país, nas quais estas assumiram papel central,<sup>46</sup> acumulando experiências políticas e atuações que possibilitaram, posteriormente, uma organização mais efetiva na reivindicação por seus direitos, como a busca pelo voto.

Apreendemos que durante todo o XIX, a busca pelos direitos femininos esteve inserida nas discussões nos Estados Unidos, país em que as brasileiras mantinham contato, assim como diversos outros da Europa, seja através de leituras ou viagens. No país norte americano, por exemplo, já vinham sendo feitas convenções<sup>47</sup> e discursos públicos em prol do sufrágio

---

<sup>45</sup> DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 45-46.

<sup>46</sup> Alguns exemplos: Sociedade Antiescravagista Feminina da Filadélfia e Sociedade Antiescravagista Feminina de Boston.

<sup>47</sup> A primeira convenção pelos direitos das mulheres pode ser destacada a de Sêneca Falls no ano de 1848. Dentre as mais de trezentas pessoas que participaram, entre homens e mulheres, a questão do sufrágio feminino era a única desavença entre os participantes, no qual Elizabeth Cady Stanton juntamente com o apoio de Frederick Douglas, foi a responsável pela defesa. Ver mais: Davis, Ângela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo. 2016.

feminino, como lembrado por John Stuart Mill<sup>48</sup>, contando com figuras importantes, como as sufragistas Angelina e Sarah Grimské, Elizabeth Cady Stanton, Susan B. Antony e Sojourner Truth, sendo esta última uma mulher negra, comprovando, novamente, como tal discussão não esteve restrita apenas à classe de mulheres abastadas.<sup>49</sup>

Em 1851, Sojourner Truth, uma ex-escravizada e analfabeta, foi a única mulher negra a participar da convenção de Akron. Truth proferiu um discurso derrubando as alegações de que a fraqueza feminina era incompatível com o sufrágio, descrevendo sua própria experiência como uma mulher negra que já havia vivenciado a escravidão:

Arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu consegui comida – e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher? Dei à luz a treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher?<sup>50</sup>

Com isso, revela-se por meio da experiência entre os corpos de mulheres e homens negros, que a diferença ditada entre os sexos eram construções que, como Sojourner nos mostra, não se aplicavam ao seu caso, como uma ex-escravizada. Esse exemplo é significativo para mostrar como muitas mulheres se mobilizavam em busca de direitos, cada qual com as suas especificidades, em um nível transnacional e para além das brancas e abastadas.

O fato de os Estados Unidos ter contado, desde o início do século, com a presença dessas mulheres nas discussões pela participação política, assim como a Inglaterra e a França, por exemplo, mostra que no Brasil não poderia ter sido diferente, visto que as brasileiras tinham um contato com essas ideias que vinham se comunicando, tanto em meios falados como escritos, casos estes de periódicos, obras, folhetins e peças de teatro. Além do mais, muitas mudavam para estas localidades com o intuito de se educarem e se profissionalizarem, voltando para o Brasil com grande influência ilustrada e percepções emancipacionistas.<sup>51</sup>

A imagem de mulheres instruídas não era compatível com as ideias de intelectuais, políticos e religiosos do tempo de Olympe de Gouges, Mary Wollstonecraft, Susan B Antony,

---

<sup>48</sup> Em sua obra *A Sujeição da Mulher*, datada em 1869, John Stuart Mill destaca e vangloria a atuação das mulheres americanas na busca de seus direitos, destacando o país como um dos mais influentes pelo mundo.

<sup>49</sup> DAVIS, Op. Cit.

<sup>50</sup> Ibidem, p.71.

<sup>51</sup> Pode ser destacado as brasileiras Josefa A. E. M. de Oliveira e Maria A. G. Estrella, redatoras do periódico *A Mulher*, que se mudam para os Estados Unidos para estudarem medicina e dão início a empreitada de escreverem sobre os avanços do sexo feminino naquele país e o atraso do Brasil frente a isso.

Elizabeth Candy Stanton e Sojourner Truth, algumas das diversas mulheres que tiveram trajetórias significativas em prol da emancipação e da busca por direitos de seu sexo, mas que, ainda, permanecem no anonimato histórico. A ideia da incompatibilidade das mulheres para questões educacionais, políticas, trabalhistas e científicas se perpetuou por todo o século XIX, contudo, também gerou incômodos naquelas que não aceitavam, reivindicando mudanças e melhoras na condição em que se encontravam, como os casos aqui exemplificados.

Voltemos ao Brasil de meados do século XIX. Como demonstrado no início deste capítulo, localizamos a discussão sobre voto feminino nas instituições do governo em dois momentos específicos, 1822 e 1831. Em ambos, pouco se sabendo sobre maiores discussões e reverberações no espaço público. No que se refere aos nomes de mulheres que encabeçaram essa reivindicação no Oitocentos, ainda há muito a se explorar, existindo poucas produções historiográficas. Contudo, gostaríamos de aqui destacar que as mulheres, em toda a sua diversidade e durante toda a História, também se mostraram atentas sobre a condição de suas vidas e a exclusão de direitos que lhes eram impostos, inclusive os políticos.

No mesmo momento em que nos EUA e em países da Europa se vinham discutindo direitos políticos para as mulheres, no Brasil também encontramos uma mulher, em específico, questionando os argumentos da época que excluía todo o sexo feminino da aquisição de direitos civis e políticos, comprovando como o debate pela emancipação e por direitos femininos estiveram interligados com outros países, resultados de uma movimentação de ideias postas naquele momento, entretanto, com as especificidades presentes no contexto brasileiro.

Em 1868, assinado pelas iniciais A.R.T.S., foi publicado no Rio de Janeiro o *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*, uma obra impressa pela tipografia Paula Brito e anunciada nos periódicos diários, tais como o *Jornal do Comércio*, *Correio Mercantil*, *Gazeta da Tarde*, *Diário de Notícias*, *Diário do Rio de Janeiro*, *Periódico dos Pobres*. Através dos anúncios publicados, sabemos que a autora foi uma mulher:

Saiu a luz e acha se a venda em Casa de Laemmert, n.77, Rua da Quitanda, tipografia Paula Brito, 10, rua do Sacramento, B.L. Garnier, 69, rua do ouvidor, e em casa da autora, Rua Sete de Setembro n. 223, 1º andar. TRATADO SOBRE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER E DIREITO DE VOTAR. Esta obra se recomenda a todos os pais de família, deputados, corpo jurídico e todo mundo ilustrado do Brasil, 1 volume 2\$000.<sup>52</sup>

---

<sup>52</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N.80, 20 março 1868.

Em todos os anúncios localizados na imprensa, a informação “casa da autora” apareceu presente, o que possibilita afirmar e problematizar o episódio de uma mulher ter escrito e publicado anonimamente um impresso com ideias tão emblemáticas durante o Império do Brasil.

O *Tratado* anônimo reivindicava direitos femininos relacionados à educação, ao mundo do trabalho e à política, e sua escrita se deu sob a forma de manifesto, provavelmente, com o intuito de persuadir o público leitor da justiça da causa ali exposta, questionando de maneira contundente os argumentos presentes que impediam as mulheres de se inserirem nestes espaços, e em seguida justificando a legitimidade da igualdade entre homens e mulheres. A participação política foi vista pela autora como o ponto central de todas as outras conquistas que surgiriam através dela.

Na década de sua escrita, em 1860, o Brasil vinha passando por grandes transformações, principalmente frente à estrutura de governo vigente e o papel assumido pelo imperador. Com isso, a imprensa assumiu papel primordial, publicando e divulgando folhetos que afrontavam diretamente a política em suas várias instâncias, denunciando a falta da representatividade presente na Constituição sob autorias diversas e por vezes anônimas. De acordo com Silvana Mota Barbosa, era muito comum a existência desses escritos por toda a Corte, aparecendo nas publicações dos três principais jornais à época: *Diário do Rio de Janeiro*, *Correio Mercantil* e *Jornal do Comércio*. Um exemplo que pode ser dado é sobre o escrito panfletário de Landolfo Medrado<sup>53</sup>, segundo Barbosa:

Medrado não renegava a monarquia brasileira nem defendia a república, mas estava convencido da especificidade do regime monárquico no Brasil, cuja característica principal era sua origem popular, que assegurava o consórcio entre monarquia e democracia. Diferentes em origem, já que as monarquias europeias eram obras da aristocracia, não poderiam ser importados os padrões do além-mar no cerimonial moderno. Para Medrado, no Velho Mundo os cortesãos tinham espaço e mesmo uma função política na manutenção da monarquia enquanto no Brasil o cortesão era uma aberração que só se mantinha pelos esforços de uma elite ávida de dominação e poder<sup>54</sup>.

Em linhas gerais, os panfletos que surgiram a partir da década de 1860, como o caso de Landolfo Medrado, enfatizavam a "corrupção, os males da centralização e também os efeitos

---

<sup>53</sup> Para mais informações referentes ao surgimento de panfletos nesse contexto, década de 1860, ler mais em: BARBOSA, Silvana Mota. “Panfletos vendidos como canela”: anotações em torno do debate político nos anos 1860. In: CARVALHO, José Murilo (Org) *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 152-183.

<sup>54</sup> *Ibidem*, p.159.

dessa política para o governo e toda a população"<sup>55</sup>. Fatores estes que foram fundamentais e possibilitaram, posteriormente, o enfraquecimento progressivo do poder Moderador.

O sistema eleitoral vigente também surgia no debate, no qual vinha-se questionando os problemas relacionados às fraudes<sup>56</sup> e à representação política, proporcionando embates entre os partidos políticos. Em 1875, aconteceu a aprovação da Lei do Terço<sup>57</sup>, cujo objetivo foi o de proporcionar representação mínima para a oposição no Parlamento, como uma tentativa de amenizar os confrontos, surgidos desde a queda do ministério Zacarias de Góis, em 1868, e no qual cresce a onda que iria derrubar a instituição monárquica<sup>58</sup>. Tal contexto propiciou que grupos instruídos que não se inseriam diretamente nos debates políticos e públicos, obtivessem espaço para elencar críticas ao sistema vigente, juntamente com os políticos da oposição, sobretudo por meio das publicações feitas na imprensa.

Em finais da década de 1870, o imperador chamou o liberal Visconde de Sinimbu, determinando a constituição de um ministério liberal com a tarefa de introduzir a eleição direta no Império. De forma clara e incisiva assim se deu a fala do Trono:

Reconhecida a necessidade de substituir o sistema eleitoral vigente pelo de eleição direta, cumpre que decreteis mediante reforma constitucional, afim de que o concurso de cidadãos, devidamente habilitados a exercer tão importante direito, contribua eficazmente para realidade do sistema representativo.<sup>59</sup>

Tal convocação se deu em meio à denominada crise institucional, que, somada também a crise escravista<sup>60</sup>, concorreu na mobilização que levaria a República, em 1889.

---

<sup>55</sup> BARBOSA. Op. Cit., p.160.

<sup>56</sup> Nos dias de eleições era muito constante as fraudes. As Igrejas, locais onde normalmente ficavam as urnas com as listas de votantes, no dia de eleições amanheciam cercadas pela polícia e sob o comando do presidente da província, intimidando e coagindo cidadãos na hora de depositarem seus votos nas urnas. Ver mais em: SILVA, Lyana Maria Martins da. *Reforma Gorada: a Lei do Terço e a representação das minorias nas eleições de 1876 em Pernambuco*. Dissertação (Mestrado em História). Recife, 2014

<sup>57</sup> De acordo com Lyana Maria Martins, "A Lei do Terço recebeu essa denominação de seus contemporâneos porque pretendia, através do voto incompleto, reservar um terço dos votos depositados nas urnas para o partido de oposição nas eleições para vereadores, deputados provinciais e gerais, com o intuito de garantir-lhe uma participação mínima no Parlamento. Segundo Sergio Buarque, a Lei do Terço foi a alternativa encontrada para que a oposição tivesse uma representatividade mínima na Câmara, sem que para isso fosse necessária uma reforma constitucional, tão temida pelo Imperador e por parte do Parlamento." SILVA, Op. Cit. p.13.

<sup>58</sup> Ver mais sobre no Capítulo 1: Crise do Regime e a inversão partidária, em: HOLANDA, S. B. de (Dir.). *Do império à república*. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1977. (Coleção História geral da civilização brasileira; tomo II – O Brasil monárquico; v. 5).

<sup>59</sup> Apud. FERRARO, Alceu R. Educação, classe, gênero e voto no Brasil imperial: Lei Saraiva - 1881. *EDUCAR EM REVISTA (IMPRESSO)*, v. -, p. 181-206, 2013.

<sup>60</sup> Ver mais em: CONRAD, R. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília: INL, 1975.

Ainda deve ser ressaltado a influência do liberal John Stuart Mill nos políticos brasileiros nesse mesmo momento, que se voltou, principalmente, para o processo de introdução do voto direto. As três principais teses defendidas pelo inglês foram:

1. que só devem votar aqueles que pagam impostos; 2. Que só devem votar aqueles que sabem ler, escrever e executar as operações comuns da aritmética, ficando, assim, excluídos de tal direito ou privilégio os analfabetos, mas devendo o Estado assegurar educação (escolarização) universal; e 3. Que as mulheres também devem ter o direito de voto.<sup>61</sup>

Sobre a terceira tese, ainda em 1859, em seu texto *Sobre a Liberdade*, Mill já havia argumentado que nada mais justo que as mulheres gozarem dos mesmos direitos políticos que os homens, retomando a essa questão novamente em vários momentos que procederam. Contudo, no Brasil, os políticos situavam as mulheres como incapazes, ao lado dos escravizados e dos menores de 21 anos, negando por mais de meio século o direito ao voto. De acordo com Alceu R. Ferraro:

No tempo da reforma eleitoral de que se vem tratando, elas [as mulheres] lutavam pelo acesso ao ensino superior, com atenção voltada para o direito e a medicina, o que obtiveram na lei de reforma educacional de Leôncio de Carvalho em 1879. A questão do voto não tardaria a se colocar: “Muitas finalmente advogavam o direito ao voto, uma demanda que chocava ou surpreendia a muitos homens mas que foi debatida, e negada, no congresso constituinte de 1891.”<sup>62</sup>

O voto, o ato de decidir sobre o suposto bem comum, era entendido como uma função social exercida apenas por cidadãos capacitados, sendo que somente homens com determinada renda poderiam empreender tal exercício. Apesar de todas as mudanças e as propostas por reformas que vieram à tona na segunda metade do século, pouco (ou nada) tocou na possibilidade de as mulheres poderem votar. De acordo com Lyana Maria Martins da Silva:

Os três principais problemas do sistema eleitoral [...] eram: a definição de quem deveria votar, a garantia de uma representação mínima da oposição no Parlamento e a interferência ilegal do governo e do setor privado nas eleições. Com relação ao direito de voto, o Brasil Império acompanhou a tendência mundial de restrição à cidadania plena. As reformas ocorridas até 1860 não visaram tocar na definição do eleitorado previsto na Constituição, conseqüentemente, nem ampliaram e nem reduziram o número de brasileiros com direito ao voto.<sup>63</sup>

<sup>61</sup> FERRARO. Op. Cit. p.187.

<sup>62</sup> Ibidem, p.200.

<sup>63</sup> SILVA, Lyana Maria Martins da. *Reforma Gorada: a Lei do Terço e a representação das minorias nas eleições de 1876 em Pernambuco*. Dissertação (Mestrado em História). Recife, 2014. P.23.

No início da década de 1870, o Estado estava em crise e o movimento por reformas estruturais se fortalecia, a Monarquia estava frágil frente todos esses acontecimentos e, D. Pedro II, começava a sofrer ataques que feriram a sua inviolabilidade<sup>64</sup>. Além disso, os republicanos lançavam a público o *Manifesto Republicano*, em 3 de dezembro de 1870, liderado por Quintino Bocaiúva e Joaquim Saldanha Marinho, membros dissidentes do Partido Liberal, fato que veio acarretar novas transformações. Ou seja, havia algum tempo que a política imperial vinha sendo contestada, seja através dos próprios políticos e de seus partidos ou por sujeitos comuns que vivenciavam a época e tinham acesso às informações, especialmente por vias impressas.

Em seu texto, a autora anônima de 1868 caracterizou sua obra como uma petição: “Acreditamos que é mais fácil ridicularizarem nossa petição do que responderem aos nossos argumentos”<sup>65</sup>. E, a nosso ver, ela foi apropriada e construída imersa a todas essas discussões por reformas e abusos de poder, no qual o governo, segundo ela, vinha agindo a partir de interesses pessoais e de forma despota, em suas palavras: “Os povos devem ter freio, gritam os velhos déspotas, e asseveram que suas leis são boas”<sup>66</sup>.

Mas, não apenas a conjuntura brasileira foi a responsável por sua escrita, a circulação de ideias internacionais também teve importância nesse processo. Os governos republicanos, mulheres rainhas, políticos favoráveis à ampliação do direito ao voto, como trata o caso de John Stuart Mill, obras divulgadas desde os séculos anteriores, foram algumas das diversas causas que propiciaram os apontamentos e as reflexões desenvolvidas na obra aqui analisada.

Diante desse momento histórico, brevemente abordado, a autora apontou algumas possibilidades de mudanças que acarretaria, segundo ela, um melhoramento intelectual:

Digo que existem dois caminhos adiante de vós, mulheres, **nesta reforma**, um é tomar tudo com uma mão confiada e determinada; outro é animar e ajudar [...] mulheres que tomam parte nesta empresa. Mulheres, eu vos aconselho, tomai vossos direitos, nenhuma lei vos embaraça em muitas ocasiões. [grifo meu] <sup>67</sup>

A reforma proposta, relacionada a melhorias na condição de vida das mulheres letradas oitocentistas, nos faz refletir sobre a assimilação e o grande interesse por fatos e acontecimentos que interferiram na vida da população brasileira, pela autora em questão. Como, por exemplo,

---

<sup>64</sup> BARBOSA. Op.Cit.

<sup>65</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.112.

<sup>66</sup> Ibidem, p.110.

<sup>67</sup> Ibidem, p.15-16.

ao perceber que todo o debate por reformas e eleições, com o intuito de melhorar o sistema vigente, ainda não pensava nas mulheres como parte desse sistema.

O intuito da autora foi o de incentivar outras, para que estas também se juntassem a ela na causa que havia encabeçado, buscando mudanças tênues para todo o sistema de desigualdade que a sociedade se encontrava, relacionado especialmente a questões de gênero.

Em contrapartida, ela deixou claro que uma reforma estava para ser feita, nos fazendo pensar em todas as discussões postas acerca do sistema eleitoral que vigorava. Para isso, utilizou de ideias de autores e autoras variadas, argumentando a favor da concessão de direitos e justificando os avanços que seriam alcançados caso a igualdade viesse a se tornar uma realidade no Brasil.

Frente ao enfraquecimento do poder político do imperador, dos embates entre os partidos políticos, da falta de representatividade de diversas camadas, da circulação de ideias liberais, podemos afirmar que todos estes foram perceptíveis, não só para aqueles inseridos no debate político, como também para sujeitos comuns e que residiram à época na Corte. A construção da escrita do *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar* se deu imersa em um período em que um novo ordenamento social vinha se fazendo presente, desde meados do século, propiciando diversas possibilidades para homens e mulheres comuns<sup>68</sup>.

A partir disso, pessoas comuns e sem qualquer influência política, tiveram a oportunidade de poder divulgar seus pensamentos de indignação com o sistema que vigorava, sobretudo, mediante os impressos. A.R.T.S. utilizou de seu letramento para escrever e levar a público o *Tratado*, conjuntamente com a contribuição tipográfica, que assumiu a tarefa de editar e imprimir seu manuscrito, levando assim suas ideias a se comunicarem.

## **1.2- O processo de impressão da obra e o papel assumido pelo editor**

No Brasil, os impressos foram muito importantes para a circulação de ideias e de opiniões durante todo o século XIX, envolvendo diversos agentes no processo de sua fabricação, merecendo destaque os editores ou livreiros, ambos fundamentais nas técnicas de

---

<sup>68</sup> Chalhoub em "Machado de Assis, historiador", nos mostra as possibilidades para sujeitos subordinados que viviam imersos numa relação de dependência durante o Oitocentos, isso relacionado ao novo ordenamento social que começa a se formar, desde as estratégias individuais até aquelas coletivas, isso tudo através da Literatura de Assis que refletia muito sua experiência e as transformações políticas e sociais durante o Império. Ver mais em: CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

edição, impressão e divulgação das ideias escritas. No caso específico dos livros, cabe ressaltar que estes surgiam como resultado de um apanhado de ideias, desenvolvidas por seu autor (a) e encaminhado para o editor ou impressor, que assumia nesse processo papel indispensável.

Impresso pela Tipografia Paula Brito, o *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar* foi divulgado no início de 1868, provavelmente entre fevereiro e março do mesmo ano, devido à aparição dos anúncios sobre sua venda nos jornais. Não sabemos quantos exemplares foram impressos, nem se houve reimpressão<sup>69</sup>, a única informação que temos é sobre outro exemplar, vendido para a *British Library*<sup>70</sup>, em 1869.

Apesar da falta de informações sobre a real circulação da obra, é possível afirmar que os altos índices de analfabetismo presentes na sociedade brasileira oitocentista restringiriam o público que teria acesso às ideias propagadas por aquele escrito. Apesar da nossa pesquisa não se inserir no campo de uma história das ideias, é fundamental entender as apropriações que estavam imersas em seu contexto de produção. De acordo com Roger Chartier:

Diante das ideias, ou melhor, diante dos conceitos de que se servem os homens de uma época lhes dando um conteúdo próprio a essa época, a tarefa do historiador das ideias é, pois, "substituir a busca de uma determinação pela de uma função", função que não pode ser apreendida senão pela consideração global do sistema ideológico da época considerada.<sup>71</sup>

Ou seja, cabe a nós entender que as ideias presentes na obra foram produtos não só de um contexto social e intelectual, mas também político, o que torna necessário estarmos a parte de tal contexto e das ideias que circularam neste, brevemente discutidos ao início deste capítulo.

A profissão de editor carregava diversas obrigações e responsabilidades com todo o conteúdo a ser divulgado. De acordo com o *Dicionário da Língua Portuguesa*, por Luiz Maria da Pinto Silva, de 1832, editor era “o que toma a seu cargo a publicação de uma obra”<sup>72</sup>. Em 1877, pelo mesmo autor, editor era “o que faz a edição de algum livro, o que faz publicar, dar

<sup>69</sup> Não encontramos referência a nenhuma outra possível segunda reimpressão.

<sup>70</sup> Obra digitalizada e disponível em: [http://explore.bl.uk/primo\\_library/libweb/action/display.do?frbrVersion=2&tabs=moreTab&ct=display&fn=search&doc=BLL01016900738&indx=1&recIds=BLL01016900738&recIdxs=0&elementId=0&renderMode=poppe&Out&displayMode=full&frbrVersion=2&frbg=&v1\(488279563UI0\)=any&dscnt=0&scp.scps=scope%3A%28BLCONTENT%29&tb=t&vid=BLVU1&mode=Basic&srt=rank&tab=local\\_tab&dum=true&v1\(freeText0\)=trato%20sobre%20a%20emancipa%C3%A7%C3%A3o%20&dstmp=1516222124143](http://explore.bl.uk/primo_library/libweb/action/display.do?frbrVersion=2&tabs=moreTab&ct=display&fn=search&doc=BLL01016900738&indx=1&recIds=BLL01016900738&recIdxs=0&elementId=0&renderMode=poppe&Out&displayMode=full&frbrVersion=2&frbg=&v1(488279563UI0)=any&dscnt=0&scp.scps=scope%3A%28BLCONTENT%29&tb=t&vid=BLVU1&mode=Basic&srt=rank&tab=local_tab&dum=true&v1(freeText0)=trato%20sobre%20a%20emancipa%C3%A7%C3%A3o%20&dstmp=1516222124143) Acesso em 12 abril 2016.

<sup>71</sup> CHARTIER, Roger. História Intelectual e História das Mentalidades. *A beira da falésia*. A história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS 2002.

<sup>72</sup> *Dicionário da Língua Portuguesa* Luiz Maria da Silva Pinto. Ouro Preto. Tipografia da Silva. 1832.

à luz a obra de algum autor ou por impressão ou por cópia manuscrita”<sup>73</sup>. No período de 45 anos, entre um dicionário e outro, o conceito em suma não se alterou, apenas outras características foram inseridas. Tal função abarcava técnicas específicas para a reprodução do escrito que durante o século tinha altos preços, tanto no valor do maquinário necessário como do próprio papel, dificultando o trabalho de fabricação do impresso.

De acordo com Rodrigo Godoi, “[...] além dos custos de imprimir com papel, tinta e prelos importados, havia ocasiões em que o impressor assumia também o papel de distribuidor, sobretudo, no caso dos periódicos”<sup>74</sup>. No Brasil, durante as primeiras décadas do Oitocentos, as impressões tiveram grande contribuição dos franceses que aqui se instalaram para empreender negócios com tal ofício.<sup>75</sup>

A impressão do *Tratado* foi realizada pela *Tipografia Paula Brito*. O nome da mesma advém do editor Francisco de Paula Brito, uma figura significativa e que obteve renome no mundo da impressão no Rio de Janeiro do século XIX, expandindo, sobremaneira, seus negócios e sua rede de relações com o mundo das letras. Entretanto, no período de impressão da obra, em 1868, o mesmo já havia falecido desde 1861, estando à frente dos negócios sua esposa Rufina Rodrigues da Costa.

Após a morte do marido, a viúva herdou muitas dívidas, que abarcavam alugueis dos imóveis localizados na Praça da Constituição, onde a tipografia funcionou por um longo período, serviços prestados por caixeiros e entregadores, salários de funcionários, despesas com consumo de gás, medicamentos, gastos com o funeral do marido e diversas outras que dificultaram manter os negócios com a tipografia.<sup>76</sup> A mesma, porém, já vinha passando por um longo período de dificuldades financeiras, mesmo com Paula Brito vivo, sendo encontrados vários processos contra o editor, que vinha valendo-se de estratégias para tentar se reerguer.<sup>77</sup>

No ano específico de publicação do *Tratado*, em 1868, a tipografia tinha acabado de se mudar para o endereço na Rua do Sacramento, n.10, um local menor do que o anterior. De acordo com Godoi, nesse período cada vez maior de decadência o estabelecimento imprimiu pouquíssimas obras que, vez ou outra, apareceram noticiadas nos jornais, como *Postilas de*

---

<sup>73</sup> *Dicionário da Língua Portuguesa Luiz Maria da Silva Pinto 7ª edição*. Lisboa. Tipografia de Joaquim Germano de Souza Neves. 1877.

<sup>74</sup> GODOI. Rodrigo Camargo. *Um editor no império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. Tese (Doutorado em História), Campinas: Universidade de Campinas, 2014, p. 255.

<sup>75</sup> Ver mais em: P. Impressores e Livreiros: Brasil, Portugal e França, ideias, cultura e poder nos primeiros anos do oitocentos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 451, p. 231-256, 2011.

<sup>76</sup> GODOI. Op. Cit.

<sup>77</sup> Guardados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ).

*Aritmética* de Manuel José Ferreira Frazão e *Sinopse genealógica, cronológica e histórica dos reis de Portugal e dos imperadores do Brasil*, de Henrique de Beaupaire Rohan.<sup>78</sup> Em meio a isso, tornou-se fundamental para a viúva que os serviços chegassem até sua tipografia, para que assim não precisasse fechar suas portas e conseguisse recursos para o mantimento de suas despesas com os negócios e, também, para sua própria subsistência familiar.

O trabalho de comércio de livros no século XIX não era tarefa fácil e passava por duas dificuldades básicas: a de se produzir os impressos e os entraves na distribuição desses bens, que dependendo do gênero outros obstáculos se punham. A publicação do *Tratado*, por A.R.T.S. apareceu como uma das poucas impressas pela tipografia no período em que a esposa do editor esteve à frente dos negócios, e, de acordo com pesquisas, no ano de 1868 despontou como a única a ter sua venda noticiada nos jornais de circulação diária<sup>79</sup>.

Ao que nos parece, a autora pagou pelo trabalho, acreditamos que em condições e a preços mais acessíveis, num período em que Rufina, a viúva e então editora da tipografia, estava precisando dos serviços, sejam eles quais fossem e independente das questões que abordassem. Outro ponto a ser levantado, é referente à venda da obra e o seu conteúdo instigante, defesa de uma igualdade entre homens e mulheres no espaço público, que, provavelmente, não contou com grande aceitação em uma sociedade na qual a inferioridade feminina era aceita por parcela considerável.

Segundo Rodrigo Godoi<sup>80</sup>, a tipografia faliu oficialmente em 1857 e, devido ao falecimento de Francisco, sua esposa assumiu os negócios e, não obstante de todo seu esforço para mantê-los em pé, eles foram perdendo cada vez mais importância no decorrer das décadas de 1860 e 1870, até sua completa extinção em 1875, comprovando assim que a impressão se deu num período de grandes dificuldades em que a esposa Rufina buscava se reerguer a todo custo.

Um fato importante a ser aqui destacado é a edição da obra em 1868 ter sido feita por uma mulher, que, sozinha, enfrentou diversos problemas para o mantimento de seus negócios e, como Rodrigo Godoi destacou, vinham perdendo força desde a década de 1860, só fechando as portas em 1875, ou seja, 15 anos após. Durante todos esses anos, a viúva buscou formas para tentar manter seus negócios em pé. De acordo com Godoi:

---

<sup>78</sup> GODOI. Op. Cit.

<sup>79</sup> Em buscas realizadas nos jornais da época não localizamos nenhuma outra publicação feita pela tipografia no ano de 1868.

<sup>80</sup> GODOI. Op. Cit.

Após assumir a tipografia, Rufina manteve o acordo com a Câmara Municipal para o restante de 1862. Mas, para o ano seguinte, ela teve que disputar com H. E. Tavares e Comp. a renovação do contrato. Rufina pretendia continuar fornecendo à Câmara “todos os objetos de expediente, e fazer as impressões necessárias” por seis contos de réis anuais. O Dr. Dias da Cruz, vereador que analisou a proposta baseado em dados da contadoria da Câmara, redigiu parecer favorável à viúva. Porém, o caso sofreu uma reviravolta inesperada quando o presidente da Câmara julgou que estava na hora de cortar gastos com impressão. O Arquivo Municipal devia ser extinto, na medida em que “sua pequena circulação”, sentenciava o presidente, “tem obrigado a câmara tanto atual com a transata, a novas despesas com publicações nas folhas que são lidas”. O desprezo do público leitor pelo Arquivo Municipal obrigava a Câmara a divulgar seus assuntos também no Correio Mercantil, que para isso cobrava um conto e oitocentos mil réis. Por conseguinte, o presidente decidiu reavaliar todo o acordo vigente com a viúva Paula Brito, propondo novo contrato com a tipografia do Correio Mercantil. Bem que o vereador Dr. José Mariano da Silva tentou salvar o acordo com Rufina, pedindo que “por equidade, [desse] preferência à casa Paula Brito, visto sujeitar-se esta às mesmas condições impostas pelo Mercantil, e ter sempre cumprido satisfatoriamente os seus contratos”. Mas sua proposta caiu por um voto.<sup>81</sup>

Não obstante de todo esse revés, ela continuou labutando, fazendo, vez ou outra, serviços de impressão. Com a morte de Paula Brito, em 1861, Rufina ficou sozinha, pois suas duas filhas, Rufina e Alexandrina, já eram senhoras casadas. Com isso, acreditamos que suas dificuldades foram ainda maiores, no qual trabalhou à frente dos negócios e sofreu com todos os obstáculos que sua condição como mulher carregava.

Trazemos esses dados pois, em seus estudos, Robert Darnton tem nos apontado a necessidade de se fazer uma história dos livros para além dos livros, voltada para uma melhor compreensão das ideias transmitidas por ele no seu meio social. Segundo o autor:

Até se poderia chamar de história social e cultural da comunicação impressa, se não fosse um nome tão comprido, pois sua finalidade era entender como as ideias eram transmitidas por vias impressas e como o contato com a palavra impressa afetou o pensamento e o comportamento da humanidade nos últimos quinhentos anos.<sup>82</sup>

Nesse processo de comunicação propiciado pelos impressos, o circuito de sua fabricação seguia uma ordem e passava por diversas mãos, que ia do autor para o editor, as vezes para os livreiros e encerrando o processo no leitor. Editores teriam desempenhado um papel significativo nesta dinâmica, que agia de acordo com o retorno que obtinha do público, podendo vir a gerar reimpressões de determinada obra, além de terem sido os principais responsáveis por

---

<sup>81</sup> GODOI. Op. Cit., p.268.

<sup>82</sup> DARTON, Robert. O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.122.

todo o conteúdo que saía para circulação, podendo até mesmo serem censurados. Cabe ressaltar que poucas vezes mulheres assumiram tal função. Os poucos casos se deram apenas após o falecimento do marido, no qual as viúvas, que em geral já contribuía com os serviços desde antes, assumiram a frente dos negócios.

Ou seja, o papel assumido pelo editor no processo de construção do livro nos instigou a pensar os diferentes motivos que levaram autores (as) a escolherem determinada tipografia para fazer o serviço de impressão de seus textos, induzindo a história do livro “a penetrar no território da história social, econômica e política, com benefícios mútuos”<sup>83</sup>. A nosso ver, a escolha pela *Tipografia Paula Brito* pode ter se dado por diversas questões, sendo uma delas a econômica, e que faz relação direta com o processo de decadência dos serviços de edição e impressão da viúva de Paula Brito ou mesmo a própria posição social da autora, que impediria um gasto mais alto para ter sua obra publicada, optando por um modelo mais simples e de menor valor.

As características físicas da obra nos demonstram um valor modesto no processo de sua fabricação. A impressão foi feita num papel de qualidade inferior e mais fino, com acabamento sem bordas douradas ou com pequenos detalhes na capa, seu tamanho é um pouco menor que um lápis, impresso como um livro de bolso<sup>84</sup>. Ao contrário da qualidade de outras obras que circularam ao contexto e que foram impressas pela mesma tipografia no decorrer dos anos, contendo papel maior e mais grosso e com melhores acabamentos, o *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar* é um livro simples e pequeno que foi vendido pelo preço de 1\$000 a 3\$000.

### 1.3 – Autores (as) e ideias presentes na escrita do Tratado

*“A mulher nasceu livre, a mulher geme em ferros”.*

Deste modo, A.R.T.S deu início ao seu texto no *Tratado*. Uma frase impactante e que será a responsável por grande parte de sua argumentação, na qual a retomou novamente em outros momentos, fundamentando todo o seu princípio a favor das liberdades. Ao procurarmos informações sobre a sua já existência, foi possível perceber as semelhanças com os escritos do

---

<sup>83</sup> DARTON. Op. Cit., p. 140.

<sup>84</sup> O tamanho original da obra conta com as seguintes medidas: 15,4 (altura) x 11,5 cm (comprimento).

filósofo que a precedeu, Jean Jacques Rousseau, autor de grandes obras que circularam por todo o mundo, com recordes de vendas e contrário a inserção feminina aos espaços públicos como os que a autora veio a reivindicar.

A relação com os escritos de Rousseau, nos leva a necessidade de fazer um estudo a partir de uma apropriação de ideias pela escritora oitocentista, que se utilizou de autores e autoras variadas, para argumentar sobre a justiça de sua causa – liberdade da mulheres e aquisição de direitos. Sua obra encontra-se tomada por inferências de ideias, tanto a um nível nacional como internacional, além de conceitos existentes durante o seu contexto de escrita, de modo correlacionado com as suas próprias subjetividades como uma escritora mulher, que sofreu com os resquícios da desigualdade de gênero presente durante o século XIX.

É interessante destacar a forma como A.R.T.S. representou a subjetividade feminina em seu texto, descrevendo vivências e experiências conjuntas, buscando assim dar voz as mulheres ao reivindicar por direitos e melhores condições, não apenas de forma individual, mas coletiva. Segundo ela: “Ninguém se persuada que eu quero desmoralizar; que quero defender os seus direitos por interesse próprio, não, é só por filantropia e para enxugar tantas lágrimas que correm entre quatro paredes fechadas”<sup>85</sup>.

Dentro dos parâmetros literários da época, a autora em questão teria buscado possibilidades de emergir com um contradiscurso, crítico a realidade paternalista que excluía as mulheres de qualquer participação dentro do espaço público, enfatizando não apenas sua contrariedade com o modo de sociedade em vigor, mas de muitas outras mulheres que “derramavam lágrimas entre as quatro paredes fechadas” de suas residências.

A aparição inicial no *Tratado*, em sua primeira seção ou capítulo, se deu em cima do escrito do filósofo Rousseau em *Do Contrato Social*<sup>86</sup>, impresso em 1762, no qual ele assim colocou: “*O homem nasceu livre, e por toda parte encontra-se sob ferros*”. Notamos que ao utilizar da expressão “mulher” ao invés de “homem”, assim como Rousseau, a autora brasileira demonstrou um rompimento com o sujeito humano universal, tão abordado na época, que não incluía e nem pensava nas mulheres. A liberdade, expressa aos indivíduos masculinos e tão reivindicada por Rousseau, esteve exposta ao início da escrita feminina, em 1868, aqui no Brasil, só que dessa vez, pensando nas mulheres como pertencentes ao gênero humano em questões de direitos, não apenas os homens.

---

<sup>85</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.127.

<sup>86</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. Coleção A Obra Prima de Cada Autor. São Paulo – SP: Editora Martin Claret, 2003.

Após essa frase, a autora, em seguida, argumentou enfaticamente sua defesa pelo direito ao voto feminino, acreditando que essa conquista seria o ponto de partida para muitas outras. Segundo ela: “Não queremos menosprezar outros métodos de defender a mulher, mas o direito de votar é na minha opinião a pedra angular da empresa desde que não só procuramos proteger a mulher, mas, antes pô-la em uma posição de se proteger ela mesma”<sup>87</sup>, contrapondo o argumento disseminado pelos intelectuais de que a liberdade feminina era incompatível com um Estado bem organizado.

O interessante é perceber as particularidades na escrita do *Tratado*, no qual a sua autora utilizou de casos concretos, como a privação das liberdades femininas, para justificar a necessidade de pôr fim a tamanha injustiça, tendo em vista que muitas coisas que antes eram proibidas já haviam sido liberadas desde o século passado:

Associações voluntárias, tanto religiosas como seculares, foram organizadas nesta base, com argumentos repetidos que nenhuma comunidade ou nação existiria que a mulher não ficasse em estado de inferioridade na política, mas nós respondemos a nossos antagonistas, que isso mesmo se citava contra os servos, contra a liberdade da indústria, contra a liberdade da imprensa, a liberdade da consciência; todas estas liberdades se achavam incompatíveis com um estado bem organizado; até se tem dado a possibilidade de fato, o que não é difícil compreender, porque era costume geral a escravidão da mulher, quando citamos a época que a força era direito<sup>88</sup>.

A influência liberal é perceptível no desenrolar da toda a escrita, em que a autora defendeu uma completa liberdade de escolha para os indivíduos, considerando um absurdo que metade do gênero humano decidisse pela outra metade, as mulheres, sem ao menos escutá-las, “Nós devemos desaprovar que uma parte da espécie humana decida de outra parte da mesma espécie, ou que um individual decida de outro individual que não é sua esfera própria”<sup>89</sup>. Novamente, mais à frente, ela retomou a essa questão, segundo suas palavras:

Só se podem negar estes privilégios quando se pretende dizer que a mulher não é humana, mas somente o sexo masculino; que a vida, a liberdade e a promessa da felicidade, são somente os privilégios do sexo masculino, e que são alienáveis direitos, só da metade da espécie; outra metade é governada, e cujo consentimento é afirmado pela única fonte de justo poder; é tomado somente por metade do gênero humano que até agora tem aceitado o caráter de governados<sup>90</sup>.

---

<sup>87</sup> A.R.T.S. Op.Cit., p.03.

<sup>88</sup> Ibidem, p.05.

<sup>89</sup> Ibidem, p.06

<sup>90</sup> Ibidem, p.53.

Partindo desse pressuposto, a defesa principal se voltou para os direitos políticos, direito ao voto e a elegibilidade, numa busca por uma representação de fato no âmbito da política e das escolhas que saíam desta, na qual as mulheres seriam, assim, inseridas como parte da espécie humana.

A todo momento a autora criticou a expressão “homens”, no qual a aquisição dos inalienáveis direitos para estes se dava apenas porque o estabelecimento de governos e leis eram criados por eles próprios, logo, para favorece-los, sem ao menos perguntar a outra metade que ficava excluída, caso esta das mulheres, que assim clamavam. “Nós chamamos o homem ignorante e ousado, que nega que esta expressão – homens – não encerra todo o gênero humano e que a liberdade, a vida, a procura da fé, felicidade, são os direitos inalienáveis somente da metade da espécie humana”<sup>91</sup>, contestando a ideia de que apenas os homens deveriam ser considerados cidadãos e portadores de direitos.

Em *Do Contrato Social*, Jean Jacques Rousseau discutiu questões sobre origem, formação e manutenção das sociedades, entendidas sobre a base de um acordo entre os homens, o qual ele caracterizou como um contrato social. Sobre isso, o *Tratado* traz a seguinte informação:

O corpo político é formado por uma associação voluntária de indivíduos; é um contrato social pelo qual todo o povo convém com todo o cidadão, e cada cidadão com todo o povo: que todos devem ser governados por certas leis para o bem comum. É então obrigação de um povo formar um governo, providenciar um modo de fazer leis por uma fiel interpretação e execução<sup>92</sup>.

Nessa obra específica, Rousseau estabeleceu o indivíduo e sua liberdade como fonte de todo o poder, apontando o contraste entre sua condição natural e social, na qual a natural seria o gozo de plena liberdade e, em contrapartida, a social viria para restringir essa liberdade tida como natural. O autor também propôs uma nova forma de vida em sociedade, a partir do ideal de soberania vinculado ao povo, sendo que a relação entre governo e governados deveria preservar a manutenção das liberdades civis e políticas. Segundo ele, a desigualdade de direitos entre os cidadãos tinha origem na desigualdade de riquezas.<sup>93</sup>

Tendo em vista que o filósofo, em sua escrita, manteve a preocupação com a defesa das liberdades, torna claro o porquê da apropriação da autora na obra de 1868, que encontrou nele

---

<sup>91</sup>A.R.T.S. Op. Cit., p.07.

<sup>92</sup> Ibidem, p.110.

<sup>93</sup> ROUSSEAU. Op. Cit.

uma falha ao utilizar da categoria “indivíduos”, que, na sua concepção, englobava apenas os homens, logo, não caberia ao escritor reivindicar direitos pelo povo sem considerar as mulheres parte dele. As obras de Rousseau obtiveram grande circulação mundial e, devido a isso, não é de estranhar a aparição do mesmo no *Tratado* aqui analisado.

Continuemos na argumentação da autora, seguidamente a aparição de Jean Jacques Rousseau. Segundo ela, os homens que vinham discursando contrários à aquisição de direitos políticos para as mulheres, faziam isso apenas por temerem que estas se sobressaíssem ou os superassem em cargos públicos, caracterizando-se como uma das “irmãs de Stael”:

Abri vossas portas da Assembleia e Academias, e dá as irmãs de Stael a mesma ocasião para a cultura do espírito que o homem tem: deixai o resultado provar quais são a sua capacidade inteligência. Quando a mulher tiver gozado por mais séculos que vós, com adjutório de livros a disciplina da vida, o estímulo da glória, será tempo de discutir sobre esta questão.<sup>94</sup>

Madame de Stael (1766-1817), escritora francesa, foi uma senhora da aristocracia que ficou reconhecida mundialmente por sua relação conflituosa com Napoleão, além de suas posições emancipacionistas em questões sobre artes, política e literatura.<sup>95</sup> Escreveu obras importantes e algumas foram citadas na aqui analisada, sendo estas: *Corina a influência das paixões (1807)*, *A literatura da Alemanha (1810)*<sup>96</sup> e suas *Cartas de Filosofia (s/ data)*<sup>97</sup>. Para A.R.T.S., se Stael tivesse se dedicado as funções caseiras, a sociedade moderna seria privada de suas produções, consideradas de grande relevância para os círculos intelectuais daquela época.

No correr de sua vida, Stael manteve contatos com muitos países, tecendo relações políticas e literárias importantes, como veio a se tornar inimiga do imperador francês Napoleão, chegando a ser banida do país por alguns anos. Teve diversos vínculos amorosos que vieram a ser bastante comentados e julgados moralmente, dentre alguns destes, merece destaque o Lorde Byron, Louis de Narbonne e Benjamin Constant, com este último permanecendo cerca de 15 anos.<sup>98</sup>

Por ser apaixonada pela Alemanha, Stael publicou, em 1810, *Da Alemanha*, uma obra que ainda hoje é bastante conhecida e utilizada em estudos históricos e literários. Para alguns,

<sup>94</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.09-10.

<sup>95</sup> Ver mais em RAVAGNANI, Janaína. *Madame de Stael e o Romantismo*: Projeto de Tradução. Dissertação (Mestrado em Letras. Curitiba, UFPR, 2013.

<sup>96</sup> Única obra traduzida para o português. No *Tratado*, A.R.T.S. está se referindo a obra *Da Alemanha*.

<sup>97</sup> Obras citadas na página 33 do *Tratado*.

<sup>98</sup> RAVAGNANI. Op. Cit.

essa obra pode ser considerada um dos primórdios da teoria culturalista, embora suas ideias guardassem traços infinitamente mais refinados e repletos de detalhes. Segundo Humberto S. Coelho:

A proposta ideológica do livro é clara, trazer aos fúteis e cínicos franceses as luzes e o espírito sentimental recém desenvolvido na alta cultura alemã, buscando assim salvar a pátria gaulesa da desorientação espiritual que a conduziu para a sangrenta revolução e para o despótico e burocrático governo militar Corso.<sup>99</sup>

O imperador Napoleão, porém, achou *Da Alemanha* antipatriota, mandando que os milhares de exemplares que haviam sido publicados na França, fossem retirados das livrarias e destruídos, lembrando que esse livro só saiu a público sete anos depois de seu banimento em 1803.

A caracterização da autora de 1868 como uma das “irmãs de Stael” faz relação com o fato de que outras mulheres também vinham se fazendo atuantes e presentes na literatura, assim como Stael, reivindicando maior inserção em espaços como educação, ciência, artes e política, afrontando desta maneira toda a ordem. Ademais, o incômodo que Madame gerou no governo de Napoleão nos demonstra que algumas mulheres, além de terem sido atuantes, também foram temidas pelos políticos de seu tempo, acreditando que estas trariam problemas para os seus governos.

Podemos com isso afirmar que, segundo A.R.T.S., se fosse dada instrução igualitária para mulheres e homens, diversas Stael’s mostrariam sua eloquência e capacidade em questões de literatura e política. “Só no momento que a mulher entrar na vida pública, mostrará pela sua energia o que ela pode prestar. Neste momento está resolvida a questão”<sup>100</sup>. Fora disso, seria impossível pensar dentro dessa ordem.

Algumas páginas à frente, a autora do *Tratado* voltou a reforçar a sabedoria e aptidão que muitas senhoras letradas possuíam em igualdade com Stael, contrapondo, assim, as características consideradas antagônicas entre homens e mulheres:

Cada indivíduo, homem ou mulher, não é o mesmo perante Deus? Não tem a mulher igualmente um corpo para ser protegido, uma alma para ser salva? Porque o homem há de ter mais liberdade que a mulher? O homem ignorante, estúpido, de má conduta

---

<sup>99</sup> COELHO, H. S. O descobrimento da Alemanha por Madame de Stael e a proposta de regeneração do espírito francês. *Cogitationes*, v. 1, p. 2, 2010.

<sup>100</sup> A.R.T.S. Op. Cit. p.15.

é contado por alguma coisa no Estado, e a mulher sendo em sabedoria uma Madame Stael, ou tipo de virtude é contada por um zero.<sup>101</sup>

O interessante neste caso, é perceber como a Madame de Stael se tornou o modelo de mulher a ser seguido, que inspirava com um padrão que todas mulheres deveriam buscar alcançar, sendo assim destemidas e engajadas em suas vontades, reivindicando por direitos. Além disso, para A.R.T.S. era claro que muitos homens não tinham qualquer aptidão para tomar parte nos negócios políticos, alguns foram caracterizados como estúpidos, entretanto, davam a eles tal direito e negavam duramente as mulheres, as muitas “irmãs de Stael”, que se destacavam em sabedoria e instrução.

Seguidamente a Stael, a partir dos primeiros filósofos que aparecem descritos, é possível evidenciarmos, mais uma vez, uma grande bagagem teórica de leituras que advém desde os séculos anteriores ao nascimento de Cristo, bem como uma rede de influências transnacionais com nomes renomados. O primeiro a aparecer foi Platão, filósofo e matemático do período clássico na Grécia Antiga, e de grande importância nos debates intelectuais de sua posteridade:

Platão, assim como outros filósofos, e como os maiores espíritos da França, Inglaterra e Alemanha, concordam sobre a inteligência igual dos dois sexos; só a educação faz a diferença; diz-se que a mulher é deserdada da natureza, é destituída do espírito de invenção, e que nada tem produzido, que o homem é astrônomo, poeta, maquinista e descobridor de terras; mas se ele recebesse a triste educação da mulher, que só serve para pasto do despotismo do homem, quero saber que habilidades ele adquiriria, e que havia de produzir na escravidão que agora produz na plena liberdade da escolha de sua esfera com estímulo da celebridade e sua elevada educação.<sup>102</sup>

Para criticar a forma de governo vigente e o atraso frente às civilizações passadas, a autora, em outro momento de seu texto, novamente utilizou-se de Platão. Na política, ele foi bastante citado devido a sua obra, *A República*, na qual fez uma crítica a forma de governo de sua época, propondo um novo modelo, a também chamada *pólis grega* (cidades estados). Em síntese, defendia que o governante deveria agir a partir dos interesses da coletividade e não do individual, pensando num modelo de cidade estado “ideal”<sup>103</sup>.

A proposta de governo presente em *A República*, em suma, subentendia uma maior possibilidade política para os cidadãos no direito de escolha dos seus representantes, bem como na formulação de políticas governamentais. Contudo, devemos ter o claro entendimento, aqui,

---

<sup>101</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.98.

<sup>102</sup> Ibidem, p.11.

<sup>103</sup> Ver mais em: PLATÃO. *República*. Rio de Janeiro: Editora Best Seller. 2002.

de que Platão não pode e nem deve ser visto como um defensor dos direitos das mulheres, sendo necessário que suas obras sejam analisadas dentro do seu contexto de produção. Tanto o cotidiano, como as relações sociais, se davam de maneira completamente distintas das que estiveram presentes no Brasil da década de 1860. O interessante nisso, entretanto, é conseguir perceber a capacidade da autora de buscar as especificidades na escrita do filósofo grego, que puderam vir a ser apropriadas favoráveis à sua causa e adaptadas à realidade brasileira do século XIX.

Outra aparição que encontramos faz relação com o Marquês de Condorcet, filósofo e matemático francês do século XVIII, e nome renomado nos debates intelectuais que abrangeram a igualdade entre homens e mulheres ao seu período. O mesmo aderiu a Revolução Francesa em 1789 e envolveu-se profundamente em atividades políticas, sobretudo, na defesa do sufrágio feminino. Escreveu um número expressivo de obras que obtiveram notório sucesso. Além de ter contribuído para as reivindicações em prol da instrução, sem distinção de gênero, raça ou classe. Para o autor, a sociedade precisava de uma organização de ensino “[...] em quatro graus, a saber: o ensino primário, as escolas secundárias, os institutos e os liceus. Acima deles, a Sociedade Nacional das Ciências e das Artes”<sup>104</sup>. Em 1868, a autora em questão escreveu:

A mulher nunca pode estudar estas grandes questões que mais interessam e movem a inteligência humana, até ela os não estuda debaixo do confundido estímulo e embaraço da responsabilidade. Uma grande razão existe então, fora justiça, porque nós devemos clamar o direito de votar, porque a grande escola dos povos é o júri, assim como a urna das eleições.<sup>105</sup>

A atuação pública de Condorcet em defesa da educação já nos comprova a aparição de seu nome e de suas ideias no *Tratado*, que incluía também o direito a instrução em igualdade com os homens, como meio de igualar as oportunidades. Segundo palavras presentes:

Meu primeiro clamor para a mulher é a educação, para que ela possa entender e ser capaz de desempenhar esta responsabilidade. Se a mulher tem uma missão, deve sentir as lutas dos missionários em sua alma, e revela-las a seu irmão antes que o mundo queira compreender seu clamor, e aceitar sua missão.<sup>106</sup>

---

<sup>104</sup> LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira. *Origens da Educação Pública: a instrução na Revolução Burguesa do Século XVIII*. São Paulo: Loyola, 1981.

<sup>105</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.17.

<sup>106</sup> *Ibidem*, p.114.

Em 1852, o *Jornal do Comércio* escreveu sobre algumas das ideias de Condorcet, especificamente sobre a inserção das mulheres no exercício das funções públicas:

As mulheres, diz Condorcet, devem ser admitidas ao exercício das funções públicas. A representação nacional é a representação da nação. Invocará-se há a fraqueza corporal das mulheres? Então cumpre que os representantes sejam submetidos a um júri médico, e que se reformem os que padecem de gota todos os invernos. Opor-se-á as mulheres a sua falta de instrução e de gênio político? Parece-me que são poucos os representantes que passam sem isso. Quanto mais se interrogam o bom senso e os princípios republicanos, menos se acham um motivo sério para arrear as mulheres da carreira política.<sup>107</sup>

Nesta parte transcrita é possível apreender sobre as pautas que Condorcet havia encabeçando há algum tempo, em defesa da educação e da participação política feminina, reivindicações centrais da autora aqui analisada, que, possivelmente vinha acompanhando toda a atuação e os escritos publicados pelo marquês, e utilizou disto para solidificar seus argumentos.

Contudo, o pensador mais influente foi o liberal inglês John Stuart Mill, um dos principais defensores da igualdade civil e política entre homens e mulheres durante o século XIX. Imerso na mesma época de vida da autora, suas ideias e atuações, vieram a ser lidas e comentadas no Brasil em questão de dias, semanas ou meses, devido, principalmente, a uma circulação rápida de informações através da imprensa, que compartilhava jornais internacionais pelos pacotes que chegavam aos portos.

Como um liberal, suas ideias, expostas não apenas em obras e jornais, mas, também na sua atuação como político, vieram a ter grande impressões e circulação. No Brasil, vinha sendo bastante citado nas falas de parlamentares e em artigos de jornais. Sua obra mais mencionada nos discursos políticos foi *Considerações sobre o sistema representativo*, especialmente devido ao contexto de debates sobre reforma no sistema eleitoral. Além de filósofo e economista, John Stuart Mill foi eleito para o parlamento inglês, em 1865, sendo o responsável por levar a pauta do sufrágio feminino para discussão em 1867. Nesta data, apresentou uma petição assinada por cerca de 1500 mulheres ao parlamento inglês e, neste fato, em específico, já é possível entender o porquê da aparição do autor na escrita do *Tratado*.

Esse acontecimento de 1867, encabeçado por Mill, no mesmo ano veio a ser comentado na imprensa brasileira, que assim o descreveu:

---

<sup>107</sup>*Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N. 32, 1 fevereiro 1852.

Acaba de se passar no parlamento inglês um fato muito curioso. Mr. Stuart Mill aí suscitou a questão do voto das mulheres. Várias emendas concebidas neste sentido não haviam sido se quer discutidas nas sessões procedentes, mas a emenda de Mr. Stuart Mill que é ao mesmo tempo um dos estadistas e um dos filósofos mais notáveis da Grã-Bretanha, afinal obteve as honras da discussão, e nessa câmara dos comunas, tão essencialmente pratica, 73 votos se pronunciaram pelo direito de sufrágio concedido ás mulheres.<sup>108</sup>

A notícia publicada, em 22 de junho de 1867, pelo *Diário do Rio de Janeiro*, nos confirma o quanto as atuações e ideias do autor eram comentadas instantaneamente no Brasil. A caracterização da petição levada por Mill ao parlamento como “um fato curioso” mostra como a imagem da ampliação de direitos políticos para as mulheres causou estranhamento naquela sociedade, sendo ridicularizada por muitos. A proposta do liberal inglês obteve 73 votos favoráveis, número que até pode ser considerado expressivo, contra 194 opostos.

Um dia depois, em 23 de julho, a *Revista Semana Ilustrada* publicou uma notícia, destinada para as suas “caríssimas leitoras”:

Caríssimas leitoras,  
Começa a raiar a aurora da vossa emancipação. Na América do Norte já dois Estados, o de Kansas e outro cujo nome não lembra agora, admitiram as mulheres nas eleições, isto é, podem votar e ser votadas.  
As folhas deram esta semana notícia de que uma emenda de Stuart Mill no parlamento inglês, no mesmo sentido, tivera 73 votos a favor, e embora caísse, já é um grande triunfo.  
Não tarda, pois, que a mulher entre no gozo dos direitos políticos. A reforma terá mais de uma vantagem, e entre outras a de fazer entrar no parlamento a galantaria.  
Eu proponho que as senhoras do Brasil façam uma liga afim de obter do parlamento esta reforma importante. Estou propondo a servir de secretário as ligueiras, e desde já proponho este singelo programa – “A liga quer a emancipação da liga!”  
Que belo tempo há de ser esse!<sup>109</sup>

Publicado com a autoria de um possível Dr. Semana, o texto descrito abordou a proposta de Mill como um grande triunfo para as mulheres, que já vinham reivindicando por esse direito ao redor do mundo. O autor ainda propôs que as brasileiras se organizassem igualmente as inglesas para obter do parlamento uma reforma tão importante. Essa publicação também nos comprova que os impressos brasileiros trouxeram o incentivo para que mulheres buscassem reivindicar por seus direitos, utilizando de Stuart Mill, político importante e influente nos debates liberais brasileiros, como exemplo para fundamentar a causa feminina.

<sup>108</sup> *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. N.158, 22 junho 1867.

<sup>109</sup> *Revista Semana Ilustrada*. Rio de Janeiro. N.341, 23 julho 1867.

De acordo com Maria Zina Gonçalves de Abreu:

A eleição de John Stuart Mill para deputado e a sua subsequente campanha no Parlamento em defesa das mulheres ao sufrágio tiveram como consequência a fundação da Women's Suffrage Committee, mais tarde designada por London National Society for Women's Suffrage. Nomes ilustres como da poetisa Florence Nightingale, o da reformadora política Harriet Martineau e o da matemática Mary Somerville figuraram entre as cerca de quinhentas mulheres que, em 1866, subscreveram uma nova petição apresentada à Câmara dos Comuns, exigindo o direito do voto.<sup>110</sup>

As mobilizações pelo voto, posterior à atuação de Mill, se ampliaram por todo o mundo, levando à criação de associações e convenções de mulheres na busca por direitos civis e políticos. Talvez, nossa autora possa ter sido motivada pela petição de 1867, noticiada na imprensa brasileira, um fato que nos instiga bastante a pensar suas relações, círculos de sociabilidade, conhecimento de idiomas e interferências transnacionais de personalidades influentes.

As principais obras de Mill foram, *Sistema de Lógica Dedutiva (1843)*, *Princípios da Economia Pública (1848)*, *O Governo representativo (1851)*, *A Liberdade (1859)*, *Utilitarismo (1861)* e *A Sujeição da Mulher (1869)*. No que se refere a abordagem dada no Brasil, em 1868, certamente, a apropriação se deu em cima de *O Governo representativo e A Liberdade*, sendo esta última aquela que ele abordou o liberalismo mais a fundo e que o tornou um dos políticos liberais mais importantes do século XIX, além é claro, de sua significativa atuação no parlamento inglês.

Utilizando dos intelectuais até aqui expostos, a autora caminhou sua argumentação citando personagens femininas antepassadas, demonstrando uma percepção histórica singular, resultado de muito estudo e esforço individual, como ela mesma fez questão de deixar claro. Citou a aparição de rainhas, reforçando a aptidão destas para governar, nomeadamente: Margarida D'Anjou (1430-1482), Bess (1533-1603), monarca consorte Joana Grey (1536-1554), Elizabeth (1553-1603) e Victória (1819-1901) ambas da Inglaterra, Catharina (1729-1796) da Rússia, Isabel (1451-1504) da Espanha, Maria Theresa (1717-1780) da Hungria, Cristina (1626-1689) da Suécia e Joana D'Albret (1528-1572) da França.

Além de ter exemplificado casos que ficaram bastante conhecidos de mulheres amantes de monarcas passados e que influenciavam todas as decisões importantes que estes

---

<sup>110</sup> ABREU, Maria Zina Gonçalves de. *A Reforma da Igreja em Inglaterra: ação feminina, protestantismo e democratização política e dos sexos*. Coimbra: Ministério da Ciência e do Ensino Superior. 2003.

necessitavam tomar, casos estes da Mme. Maintenon e Mme. Montespan, amantes de Luís XIV e Mme. Pompadour, amante de Luís XV, ambos reis da França. Segundo a autora: “[...] diz-se que a mulher governa o homem, não é verdade, mas poucas vezes toda a sua condescendência é somente com as meretrizes. Que esposa teve influência como Mme. Pompadour, Mme. Maintenon e muitas outras que podíamos citar presentemente?”<sup>111</sup>. Mais à frente, novamente, retomou esses casos, só que dessa vez comparando com as mulheres monarcas,

O governo de segunda mão é sempre defeituoso, se históricas demonstrações bastam para notar a grande diferença entre esta grande linha de senhoras que chamam meretrizes que secretamente governaram a França e as nobres soberanas de Inglaterra, Espanha e Alemanha: Montespan e Pompadour contra Elisabeth da Inglaterra, Isabel da Espanha e Maria Thereza da Hungria.<sup>112</sup>

Com isso, fica claro como ela via essas mulheres, diferenciando elas das “nobres soberanas”, apesar de que citou as francesas para mostrar como as mulheres, mesmo sem estarem à frente da política, interferiam nas decisões que saíam dela, e um exemplo disso foi com as amantes dos respectivos monarcas. Ainda se pode notar uma crítica aos governos franceses de Luís XIV e XV.

Ela ainda usou obras de autorias femininas que, segundo suas palavras, contribuíram para a resolução de questões diplomáticas passadas, citando Isabel Ulrich e sua obra *Incondicional e imediata emancipação*, considerada a responsável por grandes reformas sociais na Inglaterra. Os exemplos utilizados tiveram como intuito exemplificar fatos que existiram e que comprovavam que as mulheres eram capazes de estarem no mundo político, atuando e resolvendo questões que se acreditavam serem funções masculinas, mesmo se para isso tivessem que se submeter a “desmoralização” do meretrício.

Ainda nessa primeira parte, a autora abordou, brevemente, a precariedade do trabalho feminino, tema que também apareceu em seu segundo e terceiro capítulos, citando que algumas não ganhavam 4\$ por semana, um valor insuficiente para sobrevivência. Ainda assim, devido à grande abundância de mulheres que necessitavam de trabalho, muitas se submeteram a péssimas condições, gerando concorrência no grupo. Sobre isso, o texto de A.R.T.S. mostra como as relações de trabalho estabelecidas foram precárias, sendo envolvidas numa constante relação de dependência, em que os homens controlavam e detinham todo o poder.

---

<sup>111</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.72.

<sup>112</sup> Ibidem, p.101.

Se são mais trabalhadeiras para uma indústria que se precisa, matam-se entre si com a concorrência, e todos os dias se abaixam os salários delas, e elas estarão por tudo, porque se uma não se quer sujeitar a esse preço, mil outras anuem, e o trabalho da mulher é barato pela grande abundância que existe. Elas têm pouco escolha de ocupação; e porque não se abriria novas ocupações para elas, como a medicina, a advocacia, serem guarda-livros? Deixai-as empregar-se em todos os ramos do comércio, deixai-as principiar e monopolizar. Escolhei das que se empregam na agulha para negociantes, algumas para ministras, outras para guarda-livros, outras para médicos, para deputadas, e outros muitos empregos, como guarda-sepulturas, carcereiras e serem pagas como qualquer outro trabalhador. A concorrência é que faz sofrer a tantas mulheres, e se argumenta cada vez mais, pela superstição como pela preocupação<sup>113</sup>.

Sobre as relações de trabalho, e o exemplo por ela dado, podemos pensar mais especificamente sobre as muitas mulheres pobres e/ou simples, como ela as caracterizou, “É defeito das mulheres simples, de ter sempre na ideia, isso não convém a uma senhora, uma tola preocupação, confundam com esse argumento”<sup>114</sup>. Contudo, é ressaltado que estas, apesar de sua condição, também deveriam romper com a ideia de conveniência, buscando formas de se tornarem independentes, logo, caberiam também a elas reivindicarem por seus direitos.

A reivindicação sobre a inserção no trabalho, presente no *Tratado*, buscou tocar em pontos cruciais da legislação do Brasil, que era proposta e regida pelos políticos, responsáveis por ditar o rumo na vida de todos. A autora em questão, escreveu como uma maneira de direcionar seus apontamentos para esse grupo político, segundo ela:

Dê alguém um interesse sério da vida, alguma coisa a fazer, alguma ocupação que ascenda a sua imaginação, emulação; e logo a gratificação satisfará os sentidos ou sentidos submetidos na própria subordinação: só cabeças vadias são tentados a más ações. É inclinada a vadiação metade da natureza que não é empregada<sup>115</sup>.

Criticando, dessa maneira, os problemas sociais que se encontravam presentes, caso este dos vadios, criminosos e, especialmente, das prostitutas, ou seja, “Deste grande problema social a solução de diminuir ou causar os vícios das cidades é o que propomos aqui”<sup>116</sup>.

Ao escrever o *Tratado*, sua autora sabia dos problemas que enfrentaria, estes relacionados a ridicularizações e até mesmo perseguições, já que suas reivindicações não eram aceitas por parcela majoritária daquela época, como ela afirmou: “[...] nós lançamos a luva, sabemos as zombarias que nos esperam, os incômodos e as perseguições que nos sobrevirão;

---

<sup>113</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.20-21

<sup>114</sup> Ibidem, p.19.

<sup>115</sup> Ibidem, p.22.

<sup>116</sup> Ibidem, p.24.

tudo isso, contudo, não é nada que se ponha na balança, comparado com o estimável benefício para fazer justiça a metade do gênero humano”<sup>117</sup>. Tal fato, nos faz pensar sobre a recepção de suas ideias e os possíveis embates que a autora teve de enfrentar.

Ainda nesse sentido, ela também deixou claro seu objetivo, suplicando para que suas pautas fossem ouvidas e aprofundadas com maiores discussões feitas pela população, tanto masculina como feminina, segundo ela:

[...] nós pedimos somente uma ocasião de aprofundar a questão; de a pôr diante do povo e depois repousar nas inteligências e corações de nosso país, certos que as instituições debaixo das quais nós vivemos, e a educação que deu uma reforma em ambos os sexos, tem criado homens e mulheres capazes de resolver um problema mais dificultoso, e uma mudança mais radical do que esta<sup>118</sup>.

Em seguida, ao final desta primeira seção, clamou por justiça a metade do gênero humano, pedindo uma reforma urgente nos pontos que foram apresentados. Segundo ela, apenas os fatos deveriam determinar a real capacidade das mulheres, e não as teorias ditadas pelos próprios homens, resumindo assim sobre os direitos exigidos:

A geral questão dos direitos da mulher compreende, sua educação literária, científica, artística; seus embaraços industriais, profissionais e comerciais, seus interesses pecuniários civis e políticos, em uma palavra, como indivíduo, nas funções como cidadão, a mulher tem sido condenada por sua delicadeza e organização física, à inferioridade da cultura intelectual e moral, e a renúncia dos grandes sociais e civis privilégios na relação[...]<sup>119</sup>

Em suma, a ocupação de todos os espaços, feita perante a escolha das próprias mulheres. Uma “santa questão”<sup>120</sup> que necessitava urgentemente ser debatida nas instituições políticas do Brasil.

O segundo capítulo, intitulado: *Funções Públicas da Mulher*, é o único que contém título. Neste, a autora objetivou discutir os espaços que reivindicava a presença de mulheres, sobretudo, os que concernem a ocupações profissionais e lucrativas, questionando a domesticidade como único destino feminino. Segundo ela: “Os trabalhos domésticos da mulher como dona de casa, ou caseira, não esgotam suas forças. As funções da mulher de parceria com a caridade começam em casa: depois em outra parte”<sup>121</sup>. Com isso, percebe-se que ela

---

<sup>117</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.25.

<sup>118</sup> Ibidem, p.25.

<sup>119</sup> Ibidem, p.27.

<sup>120</sup> Expressão que aparece na página do *Tratado*, no último parágrafo de sua primeira seção.

<sup>121</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p. 29.

acreditava e reforçava as tarefas domésticas e maternas como sendo exclusivamente das mulheres, contudo, não concordava que todas deveriam achar satisfatório isso para o resto de suas vidas. Argumentou, ainda, que existiam aquelas para quem as tarefas domésticas não eram nada “preciosas”, outras, não tinham nenhuma habilidade e gosto.

O avanço da cultura intelectual de mulheres, residentes em países europeus, bem como nos Estados Unidos, foi aplicado para justificar o quão errôneo era a exclusão das brasileiras nos espaços reivindicados, valendo assim dos arquétipos de milhares de obras literárias escritas por mulheres, espalhadas por bibliotecas do mundo inteiro, dando o exemplo da existência em cerca de mais de 30.000 na livraria italiana do conde Ferry, em Pádua<sup>122</sup>. Não sabemos como a autora obteve essa informação, provavelmente, por um contato pessoal devido as suas viagens<sup>123</sup>. Além do mais, nos informou sobre diversas profissões que já vinham sendo ocupadas por mulheres nestas regiões: “nos Estados Unidos, onde as senhoras são doutores em medicina, advogados, e formadas em várias outras ciências”<sup>124</sup>.

Devido ao aumento da classe ilustrada, em especial de mulheres, muitas vinham adentrando no ofício da escrita e, inspiradas em literatas como Stael e George Sand, escreveram suas obras. Entretanto, a autora destacou que o talento para as letras não era para todas, “[...] a vocação para as letras não é geral, o que é para lamentar. Tudo vive só para o material; a maior parte da gente inclina-se a uma coisa prática e especulativa”<sup>125</sup>. Com isso, deu o exemplo do talento de Sand, a descrevendo e enfatizando o quão significativo foi e, ao mesmo tempo, quantas críticas repercutiu a escolha da autora para a escrita das peças do Teatro Francês, dentre tantos outros literatos homens renomados. Afinal, como uma mulher poderia demonstrar melhor conhecimento literário do que um homem durante o Oitocentos na França, berço no avanço em questões intelectuais?

George Sand (1804-1876) é o pseudônimo de Amandine Aurore Lucile Dupin, uma literata francesa que escreveu obras de grande sucesso entre os anos 1830 a 1876. Dentre os seus gêneros de escrita, destacam-se romances, contos, peças de teatro, ensaios políticos, críticas e autobiografias. Seus textos abarcavam questionamentos advogando aos direitos da mulher sob o controle de suas vidas e em igualdade com os homens. A francesa manteve atos um pouco inusitados para sua época, o que levou a comentários diversos, como por exemplo,

---

<sup>122</sup> Informação contida na página 87 do *Tratado*.

<sup>123</sup> Além do mais, as fontes nos comprovam isso, como discutiremos melhor no capítulo seguinte.

<sup>124</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.32.

<sup>125</sup> *Ibidem*, p.35.

ter optado por pseudônimo e vestimentas masculinas, algumas das maneiras encontradas para poder participar de eventos considerados apanágios dos homens, como reuniões literárias, fumar em público, além de suas várias relações amorosas.<sup>126</sup>

Diante do grande sucesso obtido por George Sand com tradução e circulação mundial, torna certo o contato de A.R.T.S. com suas ideias, devido ao fato de ter sido comum a prática de publicação de obras estrangeiras nos periódicos brasileiros, sobretudo, em Folhetins. Numa busca aos jornais que aqui circularam durante a década de 1860, localizamos uma constante aparição de seu nome e de suas obras. Um exemplo é a tradução de *O Marquez de Villemer* (1860), feita em 1862, dois anos após sua primeira publicação na França, pelo *Correio Mercantil*.<sup>127</sup>

Muitos dos jornais que por aqui circularam, reconheceram a grande valia dos escritos de George Sand, divulgando-os ao público leitor. No *Correio Mercantil*, por exemplo, seu nome foi citado repetidas vezes em anúncios de vendas e traduções. Entretanto, como era de imaginar, a autora também foi alvo de comentários inusitados referente ao seu sexo, um exemplo se deu na publicação feita pela *Marmota*, em 1860:

Há uma coisa que eu odeio mais que tudo nesta vida: é o falador. Quando eu vejo em qualquer companhia um sujeito que tomando a palavra quer fazer todas as despesas da conversação, tomo o chapéu e por aí vou.  
Mas quanto não folgo quando vejo que um falador sofre as consequências de seu vício?  
Eis um caso que deve prevenir os encantos das palavras.  
A Presse publicou há tempos um estudo crítico sobre os romances campestres de George Sand, assinados: - Stahl.  
George Sand é um escritor hermafrodito, de sexo duvidoso, cujas origens se perdem na noite de... não digo!  
Falava-se dias depois de George Sand em uma companhia.<sup>128</sup>

O comentário “escritor hermafrodita, de sexo duvidoso” corrobora diretamente com o fato da real aceitação e reconhecimento de uma mulher como escritora e, também, acerca das ridicularizações envolvendo o uso de seu pseudônimo.

Em 25 de dezembro de 1876, o periódico *Imprensa Industrial* assim escreveu sobre George Sand em uma publicação, sob o título de *Mulheres Poéticas*:

<sup>126</sup> Ver mais em: COSTA, Patrícia Rodrigues. George Sand no Brasil. *Belas Infieis*, v.4, n.1, 2015, p.257-288.

<sup>127</sup> *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro. N.41, 16 fevereiro 1862.

<sup>128</sup> *A Marmota*. Rio de Janeiro. N. 1151, 13 abril 1860.

Têm-se falado e escrito muito sobre George Sand. Os seus amigos íntimos, principalmente, espalharam muitas calúnias contra ela de modo que arredaram muita gente boa da sua amizade.

Quanto a mim, só exprobro a George Sand dois crimes graves: o cigarro e as calças. É a ela que devemos tantas mulheres fortes, proclamando a emancipação do sexo fraco entre dois copos de poncho e fumando cigarros de papel de cor.<sup>129</sup>

Nesta, podemos entender a grande influência da autora francesa nos círculos brasileiros, não apenas devido a suas obras, mas também, por sua atuação como modelo para outras mulheres que se envolveram em atividades emancipacionistas. Contudo, o autor criticou o uso das calças e o fato dela fumar, tidos como aspectos masculinos, além de caracterizar todas as mulheres como “sexo fraco”, expressão que legitimou a inferioridade como relacionada a questões biológicas e naturais. Também ridicularizou as atividades de mulheres como ela, ao fumarem ou ao optarem pelo não uso de vestidos e saias, padrões de gênero estabelecidos aquela época.

Patrícia Rodrigues Costa, na pesquisa *George Sand no Brasil*, levantou um quadro das obras da autora traduzidas durante o século XIX, sendo significativa a presença de seus Romances publicados em formato de Folhetins. Ainda, segundo ela, D. Pedro II teria sido um dos muitos leitores de Sand, vindo a ser censurado por sua filha, a princesa Isabel, pela leitura de obras caracterizadas como “imorais” para bons católicos como ele.<sup>130</sup> De acordo com a pesquisadora, foi localizado onze de suas obras nos impressos brasileiros, sendo elas e os anos de tradução, respectivamente: *O Pirata* (1841), *A derradeira Adini* (1853-1854), *Mont Reveche* (1853, 1854), *O Homem de Gelo* (1858), *O Marquês de Villemer* (1862), *Mademoiselle Marquem* (1868), *Flamarande* (1875-1876), *Dois Irmãos* (1876), *O Diabo no Campo V.II* (1888) e *A Dama de Companhia* (s/d), o que nos leva a poder afirmar sua grande influência em literatas brasileiras.

A literatura de mulheres, sobretudo a francesa, esteve presente no Brasil do século XIX, o que fez com que brasileiras, como a autora do *Tratado*, reivindicassem, igualmente, lugar nestes espaços sem os julgamentos e as ridicularizações que vinham acontecendo, como a autora em questão nos informou: “É verdade que as mulheres ilustradas são muitas vezes ridicularizadas [...]”<sup>131</sup>. Sabemos que tanto Madame de Stael como George Sand foram exemplos influentes e importantes de sua época, sendo ambas criticadas e ridicularizadas

<sup>129</sup> *Imprensa Industrial*. Rio de Janeiro. N.01, 25 dezembro 1876.

<sup>130</sup> COSTA. Op. Cit.

<sup>131</sup> A.R.T.S. Op. Cit. p.34.

moralmente pelo fato de terem sido mulheres que buscaram romper com os padrões de gênero que eram ditados a seu sexo.

Algumas literatas brasileiras também se destacaram no mundo da escrita do século XIX, caso este da escritora Nísia Floresta, lembrada pela historiografia como “pioneira” na busca por direitos. Escreveu diversas obras e atuou na instrução feminina criando em 1838 o *Colégio Augusto*, nome dado em homenagem ao seu falecido companheiro. Em 1832, Nísia publicou o livro *Reivindicação dos Direitos da Mulher e Injustiça dos Homens*, no qual dentre os seus inúmeros apontamentos merece destaque a busca pela igualdade de direitos na educação. A brasileira manteve uma grande rede de intelectuais, tanto nacional como internacional, residindo pela Europa, onde teceu relações com o filósofo Augusto Comte, que muito influenciou todo o seu pensamento, logo, sua escrita.<sup>132</sup> Nísia foi uma das autoras que apareceu descrita no *Tratado*, devido, especialmente, aos impasses que a mesma teve de passar no decorrer de sua vida, sendo assim descrita:

Vedes essa senhora que de repente ficou viúva, com o cuidado de seus filhos, da sua educação e da sua sorte, como prudente e circumspecta ela se torna; quanto fértil em recursos e sagaz com suas vistas; como surpreende suas antigas amizades com seu caráter e inteligência.<sup>133</sup>

Isso nos comprova, também, o contato da autora anônima com as obras das brasileiras que vinham sendo publicadas e que, da mesma maneira que as estrangeiras, escreveram sobre a realidade vivenciada no Brasil. Além disso, A.R.T.S. sabia e descreveu as dificuldades que Nísia enfrentou com a perda de seu esposo ainda nova, tendo, com isso, que dar conta de seus filhos e de sua mãe doente, criando um colégio na cidade do Rio de Janeiro como meio de sustento de sua família<sup>134</sup>.

A literatura vinha sendo ocupada cada vez mais por mulheres, algumas incomodando, devido ao grande sucesso de suas obras, como aconteceu com Stael, Sand e com a americana Harriet Beecher Stowe, autora de *A Cabana do Pai Tomás*, livro que obteve renomado sucesso a época de sua publicação, em 1852, nos Estados Unidos. Segundo a autora do *Tratado*, Harriet foi a responsável por tocar milhares de corações devido a sua escrita literária: “Como uma mulher toca o coração do mundo, a autora do livrinho intitulado *A Cabana do Meu Tio*

<sup>132</sup> Ver mais em: DUARTE, Constância L. *Nísia Floresta, vida e obra*. Natal: UFRN, 1995.

<sup>133</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.16-17.

<sup>134</sup> Ver mais em: MAIA, Ludmila de Souza. *Viajantes de saias: gênero, literatura e viagem em Adèle Toussaint-Samson e Nísia Floresta (Europa e Brasil, século XIX)*. Tese (Doutorado em História), Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2016.

Tomás<sup>135</sup>, por que ela fala com justiça com piedade e com amor. Que voz mais forte se erigiu em defesa dos oprimidos? Foi a voz de uma mulher”<sup>136</sup>.

*A Cabana do Meu Tio Tomás* ou *A cabana do Pai Tomás* como ficou mais conhecida, foi uma das obras mais populares da literatura abolicionista, que reuniu um grande número de mulheres estadunidenses e tornou-se ícone do movimento antiescravagista ao redor do mundo. Em 1853, a tradução portuguesa alcançou o Brasil e, possivelmente, obteve grande venda e circulação, chegando assim aos olhos de muitas mulheres. A.R.T.S. utilizou dessa obra como mais um dos exemplos da capacidade das mulheres para as letras.

De acordo com Ângela Davis:

Quando Stowe publicou *A Cabana do Pai Tomás*, o culto do século XIX à maternidade estava no auge. A mulher perfeita era retratada na imprensa, na nova literatura popular e até nos tribunais como a mãe perfeita. Seu lugar era em casa – nunca, é claro, na esfera política. No romance em questão, escravos e escravas eram representados, em geral, como crianças doces, carinhosas, indefesas, ainda que, às vezes, insolentes. [...] A maioria dos negros é dócil e servil; as mulheres, mães e quase nada além<sup>137</sup>.

Assim como no Brasil, o contexto americano idealizava a maternidade, sobretudo para mulheres burguesas, o que não aconteceu em grande parte com as escravizadas<sup>138</sup>. A obra de Stowe obteve tanto sucesso de venda, que a autora doou parte dos fundos recebidos para a instrução de meninas pobres e negras nos Estados Unidos, o que veio a ser comentado mundo a fora, incentivando outras senhoras na luta pela emancipação através da educação<sup>139</sup>.

Essa percepção do mundo pela autora aqui analisada, tendo contato com escritos de literatos pelo mundo a fora, como os das próprias brasileiras e/ou brasileiros, nos ajudam a compreender o seu interesse por vários temas, estando atenta às discussões que vinham sendo propagadas em diversos países, além do contato com obras diversas, trazendo suas ideias para o Brasil. Essa sua relação com o mundo das letras a levou a reivindicar inserção neste espaço como em diversos outros, utilizando do argumento de que as mulheres eram pertencentes ao gênero humano e tão capazes como os homens, logo, deveriam ter direitos e obrigações.

<sup>135</sup> A descrição da obra de Harriete, presente no *Tratado*, apareceu como *A Cabana de Meu Tio Thomaz*, e optamos por manter na forma original.

<sup>136</sup> A.R.T.S. Op. Cit. p.47.

<sup>137</sup> DAVIS. Op. Cit.

<sup>138</sup> A socióloga Ângela Davis criticou fortemente essa idealização a maternidade como algo unívoco que poderia ser aplicado a todas, mostrando que para as negras essa feminilização não serviria, visto que a reprodução representava apenas o nascimento de mais mão de obra, separando os filhos ainda novos de suas mães.

<sup>139</sup> DAVIS. Op. Cit.,

O direito natural da mulher não depende da força física ou moral, depende somente da natureza humana que Deus fez na mais fraca mulher, como no mais forte homem. Se a mulher é um ente humano, primeiro, tem uma natureza humana; segundo, tem o direito de um ente humano; terceiro, tem a obrigação de um ente humano. A natureza tem a capacidade de possuir, de usar, de desenvolver, de gozar cada faculdade humana, e tem obrigação de fazer uso de seus direitos, e fazer de sua própria natureza humana uma história: ela deve desenvolver-se, gozar seus direitos humanos, e cumprir com suas obrigações também humanas.<sup>140</sup>

Um ponto importante nessa parte de sua obra é relacionado à forma como ela direcionou seus escritos para os homens que, segundo suas palavras, eram os responsáveis pela opressão que as mulheres viviam, questionando inclusive os privilégios de suas vidas:

Eu não sei como o homem arroga a si tantos privilégios políticos e exclui a mulher, e tudo faz sob o nome de inalienável direito. Cada mulher tem direito natural a ter propriedades representadas na geral representação das propriedades, e sua pessoa representada na geral representação das pessoas.

A mulher deve ter propriedade que ela mesma administre, porque assim só o marido tem o poder de administrar, então a mulher faz banca rota logo que casa? O homem diz que a mulher não pode manejar os grandes negócios do estado; governo, economia e política. Se a mulher tivesse parte na administração, não haveriam tantas revoluções e guerras, porque a mulher não é egoísta que sacrificasse os interesses do país aos seus particulares, porque ela tem mais prudência, prevê mais depressa as consequências, e não haveria tanta venalidade, tanta corrupção, tanta discórdia<sup>141</sup>.

Com isso, A.R.T.S. buscou reivindicar a inserção feminina na política, advogando em defesa de colocar fim a muitos problemas sociais. Contudo, ela também soube que nem todas as mulheres iriam querer fazer parte da política, porém, caberia apenas a elas decidirem por isso, “Eu duvido que as mulheres em geral queiram tomar parte na política, e achar nela satisfação, mas isso cabe a elas e não ao homem o determinar”<sup>142</sup>. Ou seja, a culpa da exclusão feminina era unicamente responsabilidade dos homens que, há séculos, detinham o poder sobre suas vidas, resultados estes do paternalismo. O sistema em vigor no século XIX foi criticado por suas várias controvérsias, segundo ela:

Vê-se o que prevalece no século XIX, força do corpo, força do espírito, chama-se o século da civilização; mas antes poderia se chamar século das injustiças e abusos de força, de pouca filantropia, de pouca piedade, e de materialismo; em toda a parte prepondera o egoísmo individual doméstico, social e nacional. Ele é pregado como evangelho e executado como lei, é chamado boa política de uma nação forte devorar uma nação fraca, e pelos cristãos da Inglaterra e da América o saquear dos gentios e

---

<sup>140</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.37.

<sup>141</sup> Ibidem, p.42.

<sup>142</sup> Ibidem, p.43.

dividir suas terras, e por uma classe forte oprimir a classe mais fraca; os capitalistas arruinarem os trabalhadores, o enganador abusar da ignorância, e o rico fazer empobrecer os outros menos abastados para satisfazer sua ambição.

Vê-se classe em combate! O gênero humano com seu criador; no universo uma discórdia universal é um campo de destruição, e continuará esse estado de coisas enquanto a mulher não estiver de posse de seus direitos naturais, igual ao homem, tomar o lugar que lhe compete, regular os negócios da família, comunidade e estado<sup>143</sup>.

Ou seja, a autora criticou todo o sistema de força e de opressão que levou a tantas injustiças, exemplificando com as disputas por Nações, o saque dos indígenas, a exploração pelo capitalismo e a opressão de classes, pontos significativos para pensar a consciência crítica da autora em questão, que não concordava com tantos problemas sociais. Ela, ainda, ironicamente apontou: “Oh! Irmãos homens que fizestes estas coisas, é isto uma vista agradável? A perda das vidas preciosas, os assassinatos legais, as guerras, a prostituição da mulher”<sup>144</sup>.

Ao finalizar essa segunda parte, acreditando nos avanços que seriam alcançados, a autora escreveu:

Deixai-nos dizer, respeitai em cada mulher a vossa natureza, como um ente humano, depois respeitai vossos direitos, e lembrai-vos de vossa obrigação em premiar, usar, desenvolver e gozar de cada faculdade que o Criador deu em seu caminho normal, e digamos aos homens respeitáveis, com profunda reverência, a mãe que vos trazia dentro do seu coração, a irmã que vos tem amizade, a mulher que vos ama, e a mulher com quem casares, e veremos melhores coisas nas famílias como no Estado. O verde mostrará que botões ele esconde, os botões hão de florescer, as flores hão de trazer frutos, e a benção de Deus descera sobre nós todos<sup>145</sup>.

Por fim, o terceiro e último capítulo é aquele que a autora mais argumentou a favor de sua causa que, segundo ela, vinha sendo levantada por todo o mundo civilizado e ilustrado. “Esta questão é a liberdade da mulher, sua admissão na lei, a igualdade em todos os direitos políticos, civis e sociais, com os cidadãos masculinos”<sup>146</sup>. Este capítulo também é aquele que tomou a sua maior parte, 77 em um total de 128 páginas.

Neste capítulo, ela nos mostrou novamente o quão errôneo foi a exclusão das mulheres ao sufrágio, criticando a expressão “sufrágio universal”, visto que esta excluía metade do gênero humano. Para ela, a divisão vigente, que se dava em duas castas, uma para governar e

---

<sup>143</sup>A.R.T.S. Op. Cit., p.44.

<sup>144</sup> Ibidem, p.46.

<sup>145</sup> Ibidem, p.49-50.

<sup>146</sup> Ibidem, p.51.

outra para ser governada, não era satisfatória e não alcançava os anseios das mulheres, devendo, assim, a expressão “mundo masculino” ser riscada da Constituição. Além disso, ressaltou que o seu intuito ao publicar foi o de mostrar aos e às leitoras, para quem o conteúdo fosse novo, a justiça da causa que ela tinha encabeçado, buscando convencê-los ao reforçar que o principal obstáculo a ser enfrentado seria o costume. De acordo com suas palavras: “Queremos presentemente sustentar estas proposições; queremos distrair as objeções preliminares das pessoas a quem o objeto é novo, e obrigá-las a um exame consciencioso: o principal destes obstáculos é o costume”<sup>147</sup>.

O voto só poderia ser negado às mulheres caso estas não fossem humanas, ou seja, retomando, com isso, pontos trabalhados no decorrer de seu primeiro e segundo capítulos:

Só se podem negar estes privilégios, quando se pretende dizer que a mulher não é humana, mas somente o sexo masculino; que a vida, a liberdade e a promessa da felicidade, são somente os privilégios do sexo masculino, e que são alienáveis direitos, só da metade da espécie; outra metade é governada, e cujo consentimento é afirmado pela única fonte de justo poder; é tomado somente por metade do gênero humano que até agora tem aceitado o caráter de governados.<sup>148</sup>

O argumento da força física também foi uma constante nos discursos da época e, segundo a autora, vinha sendo utilizado desde seus antepassados:

A prevalência da força física era lei nos negócios humanos. Pela história pode-se ver que as Nações, classes e raças que se sentiram mais forçosas, ou mais ricas ou mais hábeis em disciplina militar, tem conquistado e posto em sujeição o resto. As guerras de conquista cessaram somente quando principiaram as revoluções democráticas.<sup>149</sup>

A sua percepção histórica nos surpreende em alguns momentos. A autora descreveu acontecimentos passados e as suas ressignificações, relacionadas com as mudanças de governo e o avanço da modernidade. Também buscou fatos anteriores ao nascimento de Cristo, na Antiguidade e na Idade Média, citando tanto países ocidentais quanto orientais, para assim embasar toda a sua argumentação. O século XIX ou Modernidade, foi caracterizado como uma época de grandes desigualdades, sendo algumas descritas: o absolutismo dos monarcas, o comércio de escravizados, a nobreza hereditária e o despotismo sacerdotal.

---

<sup>147</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.55.

<sup>148</sup> Ibidem, p.53.

<sup>149</sup> Ibidem, p.57.

Assim sendo, percebemos que todas as críticas estiveram relacionadas com uma ideia de progresso que traria grandes transformações sociais benéficas, que, entretanto, alguns consideravam como "drásticas" e impossíveis de serem realizadas naquele momento, afinal, vinham sendo pregadas como naturais e divinas. Segundo ela:

No mundo antigo, o mesmo fato era alegado em defesa da escravatura com igual verdade: alegaram em favor dos servos, mitigada a escravidão na idade média, emitiram contra a liberdade da indústria, contra a liberdade da imprensa e contra a liberdade da consciência; todas estas liberdades foram tidas por incompatíveis com um estado bem organizado: até foi sua possibilidade provada pelos fatos que uma instituição ou uma prática é usual, não é de presumir a sua bondade, quando uma outra coisa pode ser destinado em seu lugar<sup>150</sup>.

Utilizando de seus conhecimentos de História, para levantar a questão da falta de liberdades que vigorou por alguns séculos ela também descreveu a privação das liberdades femininas. “Não é dificultoso compreender porque a sujeição da mulher era costume: não há outra explicação senão a força física que os mais fracos deviam ser legalmente inferiores, segundo o modo porque o mundo era governado até quase a época presente”<sup>151</sup>.

Em 1868, a autora expôs sua indignação com a exclusão das mulheres nessa História, no qual autores de renome diziam que elas não “deveriam se meter na história”, em suas palavras:

As mulheres não devem se meter na história, diz um célebre escritor, porque a história pede ação e para esta, são elas incapazes. O contrário, mostram Margarida d’Anjou, Rainha Bess, a condessa de Derby, Flora Magdonald e Graça Danling. Goethe dizia que os diletantes e as mulheres têm ideias fracas da poesia. O dr. Chomine em uma conversação sobre a exclusão e domínio em religião censura muito as mulheres que se esquecem da ternura de seu sexo e argumentam sobre teologia.<sup>152</sup>

Os exemplos em que mulheres apareceram atuando na história eram diversos e foram descritos, que citou muitos nomes de mulheres como rainhas, chanceleres, poetizas, professoras universitárias e nos mais diferentes empregos, buscando comprovar que a incapacidade feminina, ditada pelos discursos dominantes, religiosos, políticos e impressos, não era uma realidade na prática. Com isso, ela atestava a agência do sexo feminino em vários momentos da História.

---

<sup>150</sup> A.R.T.S. Op. Cit, p.56.

<sup>151</sup> Ibidem, p.57.

<sup>152</sup> Ibidem, p.92.

Segundo ela, as razões dadas para se excluir as mulheres da vida pública e política eram quatro: a maternidade, os trabalhos domésticos, o caráter fraco e a rivalidade com os homens:

Acerca da aptidão das mulheres para a política, é inegável, mas a disputa pode tornar e a política é conveniente para a mulher, quando se alegam razões para excluir as mulheres da vida ativa: a primeira é a maternidade, a segunda os trabalhos domésticos, a terceira seu caráter fraco, a quarta a rivalidade com o outro sexo<sup>153</sup>.

Em todos estes, argumentos naturais e biológicos relacionados a fraqueza foram utilizados, o que não era satisfatório para aquelas que buscavam inserção nestes espaços. De acordo com o *Tratado*, não era justo ordenar que todas as mulheres fossem mães e que nisso ficassem o resto de suas vidas, além do mais, deixou claro que nem todas tinham esse desejo e, para estas, poderiam se dar outras ocupações. O mesmo com os trabalhos domésticos, no qual muitas não tinham nenhuma aptidão “[...]não é justo e necessário ordenar as mulheres que não façam mais do que ser mães: e quando assim fosse, de nisso ficarem toda a vida”<sup>154</sup>.

Isso comprova que existiram aquelas que buscavam romper com a dominação paternalista imposta, sendo nossa autora uma das que, de forma contundente, ironizou os discursos construídos e legitimados envolvendo a vida doméstica:

[...] mas em verdade, nenhum destes argumentos considerados, toca a este objeto; a real questão é que, se é direito e progressivo que metade do gênero humano deva passar em um estado de vida de subordinação forçada a outra metade, se esse é o melhor estado da sociedade, que sendo dividido em duas partes, uma consiste de pessoas com uma vontade e uma existência substantiva, e a outra de humildes companheiras, ligadas somente a essas pessoas para criar seus filhos, e fazer-lhe a vida doméstica agradável; se esse é o lugar destinado a mulher, então é um benefício criá-las na última ignorância, fazê-las acreditar que a maior fortuna que lhes pode caber, é serem escolhidas por um homem para esse fim, e que qualquer outra carreira que o homem chama feliz e honrosa, é lhes fechada pela lei, não pelas instituições, mas pela natureza e destino.<sup>155</sup>

Outra crítica abordada foi sobre a relação do matrimônio e os casos de adultério masculino, reforçando a necessidade das virtudes de “submissão, resignação e paciência” nas suas esposas. Segundo A.R.T.S.:

Se num ato existe imoralidade, não é quando o homem a pratica? Da vida irregular do homem, resulta o aniquilamento da saúde de sua mulher e filhos. Se imprudente pratica o adultério, arrasta ao abismo uma vítima de seu crime e quando se der o caso

---

<sup>153</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.61-62.

<sup>154</sup> Idem.

<sup>155</sup> A.R.T.S. Op.Cit., p.66.

da sedução de uma donzela deve-lhe pesar na consciência porque expõe esta criatura a desconsideração da sociedade, e seu filho deve-lhe pesar na consciência porque expõe esta criatura a desconsideração da sociedade, e seu filho deve-se criar em uma roda a ponta pés; animal algum abandona seu filho, só o homem!<sup>156</sup>

Ela ainda colocou que não se deveria julgar aquelas que “desviavam-se” do caminho da virtude, considerando todos os obstáculos que tinham de passar, inclusive, ao buscar estratégias de sobrevivência quando abandonadas pelos detentores de suas famílias. Assim, o universo do trabalho foi reivindicado para que mulheres pudessem dar conta de saírem de situações como a descrita, “[...]uma mulher que contribui materialmente para sustento da família, não pode ser tratada com a barbaridade que é aquela que somente é guarda chaves do marido, dependente do homem para sua subsistência”<sup>157</sup>, criticando a dependência financeira ao homem. Além disso, usou de um provérbio para reforçar a sua posição contrária a julgamentos, “[...] bem poucas pessoas lembram-se deste dito errar é humano, perdoar é divino – A desmoralização dos maridos produz a desmoralização das mulheres”, para falar sobre essas mulheres.

Argumentos de que as próprias mulheres oitocentistas vinham sendo contrárias a emancipação de seu sexo também foi disseminado por várias vias, inclusive as impressas, e tal fato era uma realidade da época, no qual localizamos publicações de outras que escreveram contrárias aos anseios de autoras como A.R.T.S.<sup>158</sup>. Segundo ela:

O argumento esclarece o segredo de saber que a alegada preferência da mulher pelo estado de dependência é puramente aparente, e resulta que lhe não foi concedida a escolha, porque se a preferência é natural, não é necessário força-la pela lei, a fazer leis para forçar os povos; a sua inclinação, nenhum legislador achou necessária<sup>159</sup>.

A dependência feminina, ao ser resultado de um costume vicioso de submissão, levava muitas a terem medo de se rebelarem contra seus próprios pais e maridos, detentores de suas necessidades, o que as deixava numa completa “escravidão”.

Não há mulher alguma que não deseje a liberdade; se ela não manifesta esse desejo, é porque não se quer comprometer com aqueles de quem depende: sua posição é igual à dos trabalhadores e rendeiros que votam contra seus interesses, para agradarem a seus patrões, com a adição que as mulheres se prega desde a infância a submissão, como um atrativo e graça do seu caráter<sup>160</sup>.

---

<sup>156</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.68.

<sup>157</sup> Ibidem, p.71.

<sup>158</sup> No capítulo 3 dessa dissertação faremos uma melhor discussão sobre os embates de publicações femininas que estiveram postas.

<sup>159</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.81

<sup>160</sup> Ibidem, p.82.

Novamente, culpou aqueles que detinham o poder, os homens públicos, pela condição de dependência feminina, segundo A.R.T.S. “o bem-estar da sua existência depende desses que usurparam esse injusto poder”<sup>161</sup>. Ainda, nos informou que algumas mulheres de renome literário poderiam ser consideradas uma destas que não buscavam a emancipação, dando como exemplo, a duquesa de Buckingham, uma inglesa que vinha proferindo a favor da “escravidão da mulher” por interesse próprio, uma vez que seus escritos dependiam de uma aceitação masculina.

A duquesa de Buckingham no tempo de Henrique VIII, e algumas senhoras literatas em Inglaterra, falaram a favor da escravidão da mulher e da sua completa satisfação com um lugar na sociedade, excitando, desta maneira, uma influência muito prejudicial sobre os homens, que aceitam a servilidade como concessões a força da verdade, não considerando que é interesse pessoal destas mulheres, professarem opiniões que são agradáveis aos homens.

As senhoras de grande fama literária são as últimas a proferir a causa de um sexo, a sua própria condição social depende da opinião dos homens, por seus interesses literários e femininos, e tal é a opinião que elas têm dos homens, que não há um dentre mil que não queira ser feliz à custa da mulher e não tema a força moral, o espírito e a sinceridade em uma mulher.<sup>162</sup>

O mundo das letras foi um campo que veio a ser muito reivindicado, como percebemos com os exemplos até aqui expostos e que foi considerado inapto para mulheres durante o Oitocentos. Nesse sentido, estudos produzidos desde a década de 1980 têm buscado resgatar numerosas mulheres de letras dessa época, mostrando que apesar da exclusão a qual estiveram impostas, várias adentravam no ofício da escrita e publicavam seus textos, os quais muitos ainda se encontram esquecidos. De acordo com Constância Lima Duarte:

Nas últimas décadas do século XIX, e mesmo nas primeiras do século XX, causava comoção uma mulher manifestar o desejo de fazer um curso superior. E a publicação de uma obra costumava ser recebida com desconfiança, descaso ou, na melhor das hipóteses, condescendência. Afinal, era só uma mulher escrevendo. Por isso, para realizar o desejo de publicar seus trabalhos, muitas usaram pseudônimos, o anonimato, ou se juntaram para criar jornais e revistas que atravessaram muitas vezes os limites de suas cidades, de seus estados e se converteram em verdadeiras redes intercambiantes de informações e cultura.<sup>163</sup>

---

<sup>161</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.82.

<sup>162</sup> Ibidem, p.83.

<sup>163</sup> DUARTE, Constância L. Arquivos de Mulheres e mulheres anarquistas: histórias de uma história mal contada. Niterói: *Revista Gênero*, v.09, n.02, 2009, p.11-17.

Era difícil para os homens de letras do Oitocentos aceitarem que as mulheres eram excelentes escritoras, escrevendo textos tão bem, ou até melhor que os seus, contudo, os mesmos não obtinham a mesma circulação e venda que os masculinos. O *Tratado Sobre a Emancipação da Mulher e Direito de Votar*, por ter sido escrito por uma mulher, possivelmente, foi levado ao esquecimento no cânone literário que procedeu a sua publicação, deixando-o como desconhecido no meio acadêmico e literário até o desenvolvimento de nossa pesquisa.

Segundo A.R.T.S.:

[...] pensam que as senhoras literatas são sempre más mulheres, sem alguma graça, e por isso, querem com um estilo humilde com que escrevem, ganhar sua aprovação, com tudo isso eles sempre olham com más vistas para aquela que tem talento; mas a época de hoje mostra o contrário em todos os países civilizados<sup>164</sup>.

Ou seja, vários escritos femininos estiveram presentes e circulavam em círculos sociais diferenciados, porém, como já abordado anteriormente, muitas destas mulheres eram ridicularizadas por tal ofício e permanecem esquecidas nessa História. Lucrecia Bórgia e Victória Collona da Itália, Elisabeth Barret da Inglaterra, Suzana Drassowich da Hungria e Hiesha, uma mulher árabe, foram alguns exemplos de literatas citadas pela autora e que foram caracterizadas como “homem-mulher”<sup>165</sup>.

Esses fatos descritos, de mulheres se destacando no mundo das letras, eram resultados da educação a qual muitas estiveram submetidas, mas que em contrapartida, foi negado a tantas outras. Esta educação em igualdade com os homens era a todo momento pleiteada pela autora, para que assim mulheres pelo mundo alçassem cargos e profissões das mais diversas magnitudes, negando a ideia de que existiram funções exclusivamente femininas:

É evidente esta convicção, que uma alma imortal necessita para seu alimento mais alguma coisa do que **visitar, passear, enfeitar-se, dançar, ler novelas, fazer choche, ou fazer quitutes**: é uma triste coisa ver depois que a mulher é instruída, que dedica seus mais belos anos a ciência, não se fazer caso do seu talento. [Grifo nosso]<sup>166</sup>

Podemos com isso, perceber um rompimento com padrões de gênero estabelecidos e legitimados ao período, criticando não apenas a submissão, mas, também, aquelas funções tidas como exclusivamente femininas. Para ela: “a primeira lição para uma menina é fazer-se

---

<sup>164</sup> A.R.T.S. Op. Cit. p.84.

<sup>165</sup> Ibidem, p.85-86.

<sup>166</sup> Ibidem, p.88-89.

agradável e para um menino ser útil e sábio”<sup>167</sup>, e isso não era satisfatório para sua vida, bem como para a de muitas, que buscavam se emancipar e terem direitos.

Caberia apenas aos homens, segundo a escritora de 1868, independentemente de posição social ou educação, terem direitos, o que causou indignação. Segundo suas palavras:

[...] nós sabemos que o homem mais miserável como o mais dotado, tem os mesmos direitos civis, conforme nossas teorias de instituição; nunca se clamava que aos menos dotados se negava o direito civil. As maiores inteligências não podem chamar por adição de seus privilégios, como também a conduta mais libertina não as diminui.<sup>168</sup>

Do mesmo modo, as leis teriam sido as responsáveis por tantos problemas sociais e desigualdades. Estas não pensavam e muito menos incluíam as mulheres em amparo de questões sociais e políticas, negando-as, por exemplo, o direito ao voto. Por serem elaboradas pelos homens, beneficiavam apenas eles próprios, deixando de lado as problemáticas dos dependentes, como as mulheres, que assim escreveram:

Deve haver uma nova forma de leis para fazer justiça às mulheres. A injustiça não consiste em um estatuto especial como na teoria fundamental da lei. Não há homem sensato que possa ler os estatutos sobre este objeto, das mais ilustradas nações sem admitir que foram feitos pelo homem, não com vistas de interesse para a mulher, mas sim em seu interesse próprio.<sup>169</sup>

Em seguida, foi abordado que os governos não deveriam se envergonhar de receber sugestões legislativas de suplicantes femininas, que eram tão bem, ou até mais capazes do que muitos homens, logo, deveriam fazer parte não só do governo, mas da criação das leis, colaborando, assim, para um Estado bem organizado e com menos problemas ou vícios sociais, como ela preferiu dizer. Ainda se considerava que se a inferioridade da mulher fosse realmente natural e/ou divina, não caberia aos governos criar leis que reforçassem tal condição, beneficiando apenas todo o sexo masculino, caracterizado como “o sexo egoísta que queria excluir as mulheres de tudo”<sup>170</sup>.

Retomando a questão do sufrágio, a autora ainda citou alguns exemplos de homens que advogaram favoráveis a concessão de tal direito, “democratas europeus como Condorcet, Jieijes, Godwin, Bentam”<sup>171</sup>, políticos ingleses importantes que já vinham discursando acerca

---

<sup>167</sup>A.R.T.S. Op. Cit., p.91.

<sup>168</sup> Ibidem, p.13.

<sup>169</sup> Ibidem, p.102.

<sup>170</sup> Ibidem, p.16.

<sup>171</sup> Ibidem, p.95.

dessa pauta em suas atuações públicas. Do mesmo modo, ela também apontou que outros tantos “veem sempre com a ladainha que as mulheres não desejam liberdade, e não a necessitam: as mulheres é que devem decidir sobre isso, é um despropósito o homem querer determinar o que a mulher deseja mais”<sup>172</sup>. Ou seja, homens, tanto favoráveis como contrários, eram os responsáveis por ditar as esferas que o sexo feminino deveria estar, com ou sem liberdade, estando elas exclusas desse debate.

Encontramos nos escritos analisados, construídos por uma mulher oitocentista, exemplos de mulheres atuando não apenas no mundo das letras, mas também como escultoras, cantoras, atrizes de teatro, teólogas, médicas, advogadas, conselheiras públicas, cientistas, jornalistas, revolucionárias, patrona das artes e muitas outras que nos comprovam sua grande percepção de mundo, utilizando dos exemplos para argumentar favorável à liberdade feminina.<sup>173</sup> Ainda, segundo a autora: “As mulheres também são indivíduos, elas fazem parte do povo, são cidadãs: a constituição distingue cidadãos masculinos; esta cláusula então concede mesmo que supliquemos”<sup>174</sup>.

Enfim, caminhando para o final, A.R.T.S. utilizou da seguinte expressão: “quero pôr a enxada no tronco da árvore”<sup>175</sup>, como uma forma de impressionar seus possíveis leitores e convencê-los da justiça de sua causa. O primeiro clamor foi pela educação que, apesar de ter sido negada às mulheres, muitas buscavam se instruir sozinhas, caso este da autora da obra em questão, que assim escreveu: “Nós podemos nos educar a nós mesmas”<sup>176</sup>, falando, possivelmente, de si própria e de sua experiência com a publicação do *Tratado*. Ela também descreveu os objetivos que buscou alcançar com seus escritos, falando diretamente com o seu público leitor:

Eu quisera que este objeto de responsabilidade que eu introduzi pudesse impressionar-vos da conveniência de conceder nossos direitos para sermos ajudantes dos homens no verdadeiro sentido de companheiras, mas não entendo que tenhamos a liberdade de ajudar o homem para o diabo: eu creio que nossa missão é ajuda-lo para o céu, para completo desenvolvimento e direto gozo de seu ser. Eu queria dizer, em referência aos direitos da mulher, que ela como mãe da raça, seus direitos são os mesmos do homem também, e de seus filhos, e também cada filho de uma mãe: o desenvolvimento mais perfeito e enérgico que a mãe lhes pode assegurar, pela aplicação e pelo uso de todos os seus poderes corporais e espirituais é para vantagem de nossos filhos e filhas, os homens futuros de nossa pátria, como para nossas filhas e futuras mães, que nós clamamos o completo desenvolvimento de nossas energias

---

<sup>172</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.100.

<sup>173</sup> Ver anexo ao final com os autores (as) e personagens citados no correr de toda obra.

<sup>174</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.110.

<sup>175</sup> Ibidem, p.114.

<sup>176</sup> Ibidem, p.119.

pela educação, proteção legal e poder, de todos os proveitos de nós mesmas como da nossa propriedade.<sup>177</sup>

Ainda, nesse sentido, ela exemplificou práticas que comprovavam a necessidade de conceder direitos as mulheres, sendo um deles o “de proteger seus filhos quando seu pai é um libertino, um extravagante”<sup>178</sup>, que as deixavam numa completa relação de dependência, sofrendo com os resquícios das libertinagens masculinas.

Ao final, depois de fundamentar todo seu argumento, ela nos informou que seu intento não foi o de semear intrigas entre as famílias do Brasil, pelo contrário, buscava melhoramento para as mesmas, resumindo assim suas reivindicações:

O que quero é que a mulher seja instruída conforme suas habilitações; o que queremos é que a mulher seja recompensada conforme seus merecimentos, o que queremos é que ela tenha uma posição na sociedade, correspondentes as suas obrigações e aos seus talentos; só assim livraremos a mulher dos inumeráveis perigos a que está exposta a todo o momento. Só assim nos constituiremos em ente livre e respeitado na sociedade, só assim obrigaremos o homem a se conservar nos limites da decência; não ultrapassar as leis morais, não abusar de sua posição, fazendo com seu ouro calar a voz da virtude. Só assim, enfim, propagaremos a verdadeira moral, respeitaremos a virtude, recompensamos o mérito, e seremos felizes!<sup>179</sup>

As 128 páginas escritas em 1868 que analisamos aqui neste trabalho encontram-se repletas de questões de gênero. Estas questões contribuíram para que revisitássemos o contexto monárquico buscando compreender a inserção e atuação de mulheres específicas que requereram direitos, não podendo homogeneizar o grupo, sobretudo os direitos políticos. As ideias e os autores presentes demonstram um conhecimento aprimorado da autora anônima, que apresentou, com a publicação de seu *Tratado*, esforços inigualáveis de estudos e leituras, como ela mesma nos falou: “Deste modo, eu estudei a mulher e estudei o homem e o resultado foi uma resolução fixa, uma coragem indomável para fazer com minhas faculdades e minhas mãos o que aprendi, aperfeiçoando-me nas minhas habilidades”<sup>180</sup>.

A escolha por discutir um pouco das ideias e dos autores principais que apareceram presentes se deu para apresentar melhor o *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar* e todas as suas especificidades, que contribuíram para que chegássemos a

---

<sup>177</sup> A.R.T.S. Op. Cit, p.115-116.

<sup>178</sup> Ibidem, p.118.

<sup>179</sup> Ibidem, p.128.

<sup>180</sup> Ibidem, p.121-122.

informações diversas, como por exemplo, a verdadeira identidade de A.R.T.S. como discutiremos agora, tanto a descoberta de seu nome, quanto sua trajetória no Brasil

#### 1.4 – Recepção e autoria

Ao nos debruçarmos sobre todo o conteúdo escrito no *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*, expostos no subcapítulo anterior, vários questionamentos surgiram, relacionados, sobretudo, com as reivindicações e defesas de sua autora, A.R.T.S., voltadas pela busca de direitos educacionais, trabalhistas e políticos.

A falta de estudos que tenham trabalhado com essas reivindicações no contexto delimitado, sobretudo as políticas, contribuiu para que, por muito tempo, historiadores e historiadoras não tenham se atentado nessa discussão, alguns até acreditavam que ela fosse inexistente. Entretanto, pensando nos acontecimentos internacionais, como a Revolução Francesa e a disseminação cada vez maior das ideias iluministas e liberais, com a participação de mulheres como Stael, George Sand, Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft, era de imaginarmos que a mesma movimentação em busca de direitos pelas brasileiras também viesse se fazendo presente no Brasil.

A autora em questão vinha tendo contato com as leituras disseminadas nestes países, como sua escrita nos comprova<sup>181</sup> ou, até mesmo, devido ao contato presencial com os mesmos, visto que era comum que estas senhoras letradas fizessem viagens internacionais e assim mantivessem relações com distintas culturas. Percebemos então uma rede de intelectualidade transnacional e que foi de suma importância para a construção de toda sua escrita, isso correlacionado com a sua vida prática e experiência como mulher e viajante.

Com isso surgiram indagações acerca de sua verdadeira identidade, afinal qual teria sido o motivo que levou essa mulher, imersa numa sociedade paternalista e de Corte, a publicar sob o uso das iniciais A.R.T.S.? Quem seria ela? Qual teria sido sua inserção naquele meio social? A obra teria sido bem recebida? Houve críticas? Questões de grande valia para compreender um pouco sobre as vivências das mulheres à época, e como o debate pela participação política vinha sendo abordado no Brasil.

Inicialmente, cabe refletirmos sobre a escolha da autora pelo uso do anonimato. De princípio, muitos são levados a pensar que tal ocorrência se deu devido a suas ideias,

---

<sup>181</sup> Ver tabela final sobre os nomes citados pela autora no decorrer de sua obra.

consideradas emblemáticas para o período. Contudo, acreditamos que esse não tenha sido o verdadeiro motivo, pois, ao ser publicada nos jornais diários apareceu a informação sobre os locais em que a mesma estaria disponível para compra, livrarias renomadas como *Garnier*, *Laemmert*, *Paula Brito* e *Cruz Coutinho* e, também, a casa da autora como outra possibilidade, sendo ela na Rua Sete de Setembro n.223, 1º andar. Se o motivo fosse não revelar sua identidade, não teria sido noticiado seu endereço residencial como um dos locais em que a obra poderia ser adquirida, o que diretamente desvendaria sua identidade.

O costume do anonimato foi analisado sob várias perspectivas. Segundo Cecília Helena Florenzini, tal uso poderia permitir a participação política do autor sem implicar sanções diretas e sem comprometer sua posição social ou suas eventuais ligações com sujeitos de prestígio ou, também, com o intuito de passar um caráter despersonalizado de seus textos, de modo a aparentar frieza e imparcialidade. Ainda segundo a autora:

Por outro lado, na medida em que as ideias e autor não se identificam, as ideias adquirem vida própria, libertando-se de sua origem e das determinações históricas que as engendram, podendo ser discutidas, veiculadas, interpretadas como se existissem por si mesmas, como se brotassem naturalmente do real e com ele se confundissem.<sup>182</sup>

Ou seja, o anonimato propiciaria uma melhor discussão das ideias por todo o público que tivesse contato com aquele escrito. No caso do *Tratado*, talvez, esse tenha sido um dos motivos de a autora ter optado por esconder seu nome, colocar suas ideias sem serem vinculadas a ela para que assim elas fossem melhor interpretadas. Ou, ela também pode ter se decidido apenas por questões pessoais ou estéticas de seu gênero de escrita.

Com esses dados nos inquietamos em buscar informações sobre o verdadeiro nome de A.R.T.S., com a ideia de que tal escolha teria se dado apenas pelo fato de que tal prática era bastante comum ao período. Literatos de renome também vinham se utilizando do uso de anonimato, casos estes de Machado de Assis, José de Alencar e Álvares de Azevedo, que publicavam diversos folhetins, poemas ou artigos na imprensa oitocentista.

O *Tratado* é um impresso que narra muito sobre o seu contexto de escrita, passando diversas informações acerca da condição das mulheres letradas, que, segundo sua autora, se encontravam numa total inferioridade de direitos civis e políticos. Diante disso, fomos levados a pensar a sua recepção ao aparecer anunciada nos jornais e ser vendido em livrarias renomadas.

---

<sup>182</sup> OLIVEIRA, Cecília Helena F. de Sales. Na Querela dos Folhetos: o anonimato dos autores e a supressão de questões sociais. *Revista de História*, São Paulo, n.116, p. 55-65, 1984.

A.R.T.S., em alguns desses anúncios, o dedicou para grupos bem específicos, sendo estes: “a todos os pais de família, deputados, corpo jurídico e todo mundo ilustrado do Brasil”<sup>183</sup>.

Neste público é possível evidenciarmos algumas especificidades que se relacionam com toda a escrita da obra. Primeiramente, cabe reforçar que as senhoras seriam o principal grupo de interesse, mesmo sem ter aparecido neste anúncio, uma vez que as pautas discutidas faziam relação direta com os seus anseios e que, de acordo com a autora, estas deveriam se unir para alçarem as conquistas que apareceram sendo reivindicadas no decorrer de todo seu conteúdo.

Em seguida, os pais de família, aqueles que seriam os responsáveis pela instrução de seus filhos e filhas, logo, estes deveriam buscar romper com a “triste educação” que suas filhas estiveram impostas. Do mesmo modo, ao recomendar a leitura para os deputados e todo o corpo jurídico do Império, a autora esperava que os sujeitos que compunham estes grupos lessem seus apontamentos e votassem a favor da criação de leis que as beneficiassem, já que estes eram os responsáveis por dizer quais esferas as mulheres deveriam ou não ocupar, ditando assim o rumo de suas vidas através de decisões políticas. Os patriotas também, pois, se eles realmente acreditassem no avanço e progresso da Nação brasileira fariam jus à aquisição de direito para as mulheres que também compunham o grupo “seres humanos”.

Por fim, pensadores e mundo ilustrado, sujeitos imersos nos círculos de sociabilidade letrada da Corte com interferências iluministas e liberais internacionais e que contribuíram para a propagação de ideias nos veículos de comunicação, tais como os impressos. Além do mais, muitos literatos e políticos influentes internacionais já vinham levantando a bandeira da causa feminina ao redor do mundo, casos estes de John Stuart Mill e do Marquês de Condorcet.

Diante do público para qual a autora destinou sua obra, podemos afirmar que seria este um grupo que se distinguiu ao período, formado por pessoas letradas e com uma interferência importante nos círculos políticos e sociais, o que nos faz pensar na sua inserção em redes de sociabilidades ilustradas e liberais, mantendo diversas relações e tecendo contatos para propagação de suas ideias. Neste mesmo público leitor, possivelmente, apareceram recepções que geraram comentários, até mesmo inusitados. Vejamos um exemplo que localizamos.

No dia 22 de março de 1868, num domingo, o *Jornal do Comércio* publicou um Folhetim anônimo intitulado *Será Serio?*, dois dias após a obra ter aparecido noticiada para venda pela primeira vez no mesmo jornal, em 20 de março. Neste, o autor narrou alguns últimos acontecimentos da Corte, dando início a sua escrita da seguinte maneira:

---

<sup>183</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N.80, 20 março 1868.

Macacos me mordam se eu entendo nem metade das coisas que por aí se dizem e escrevem. Não me refiro à discussão senatorial entre 2 conselheiros que dizem um do outro o que a Mafoma esqueceu de dizer do toucinho. A respeito desses é mister confessar que o que tem de dizer o dizem claramente e sem refolhos.

Sucede isto, porém, raras vezes, e o que, ao menos para mim, é infinitamente mais frequente, é ler, meditar, e nem por isso lucrar muito. Como, porém, duvido sempre de mim, quero consultar aos meus leitores a ver se lhes acontece o mesmo.<sup>184</sup>

Ele nos pareceu espantado com os últimos fatos, tanto falados como escritos e, para isso, escreveu um Folhetim com o intuito de “consultar os seus leitores”, fazendo comentários sobre tudo que ele julgava pertinente.

Após assim iniciar, ele narrou alguns fatos, sendo o primeiro deles um conflito sobre um mal pagamento na Bahia entre dois senhores, Victorino Gonçalves Barity e Thomaz José de Queiroz. Em seguida, contou sobre a construção de alguns botequins na Praça da Constituição e as reclamações que estes geraram nos moradores daquela região, levando-os até a Câmara Municipal que, segundo ele, nada vinha fazendo para impedir tais infortúnios. Em suma, o autor descreveu conflitos que repercutiram na cidade e que chegaram a seu conhecimento, sendo que em um desses, enfim, comentou a publicação da obra em questão, o *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*, escrita por uma autora anônima no Rio de Janeiro em 1868.

O autor mostrou no seu texto a necessidade de se pôr fim as injustiças daquele meio social e, uma delas, era concedendo os empregos que a autora do *Tratado* reivindicava. Segundo ele:

É tempo de se pôr termo a estas injustiças, e eu proponho que para principiar se dê uma remuneração condigna à autora do tratado que acaba de publicar sobre a emancipação política da mulher e seu direito de votar. O melhor prêmio que podia dar, quanto a mim, seria algum dos empregos que ela reclama para o seu sexo. Diz ela na página 96 que:

“A mulher pode servir em todos os empregos, como rainhas, espíãs de polícia, marechais, comissárias, inspetoras de canais, aquedutos, camareiras, governadoras das fábricas, inspetoras dos adros, das prisões, criadas de polícia, escritvãs, guarda-livros. O emprego de carcereiro foi sempre exercido pela mulher na Inglaterra”

Dês-lhe, pois, a escolha, ou, se quiserem, como ela, duas páginas adiante, acrescenta: “também empregos dos correios nós podíamos bem desempenhar: não se veriam de certo essas desordens que se veem agora nas províncias”; ponham-na no correio da Corte onde também não deixa de haver de vez em quando sua desordem.<sup>185</sup>

<sup>184</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N.82, 22 março 1868.

<sup>185</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N.82, 22 março 1868.

É possível afirmamos que o autor pelo *Jornal do Comércio* rapidamente leu a obra que havia sido publicada, transcrevendo partes do texto original para formular sua argumentação. Ele foi além, expondo sua posição favorável de empregar A.R.T.S. no correio da Corte que, segundo suas palavras, vez em quando passava por desordens. Nessa parte, enfocou na reivindicação pela inserção feminina aos empregos lucrativos que a autora defendeu em seu livro, não sendo apenas aqueles transcritos no folhetim, mas, diversos outros como professoras universitárias, médicas, advogadas, escritoras, guarda-livros, carcereiras, além de deputadas, senadoras e até mesmo ministras.

Sobre a concessão do voto feminino, o autor disse ser favorável. Ainda assim, reforçou as construções de gênero que diferenciavam o masculino do feminino e o lugar que vinha sendo atribuído a ambos os sexos, no caso das mulheres o privado dos lares, a beleza, ternura, sensibilidade, a função materna, dentre tantos outros. Observemos:

Quanto ao direito de votar sou de opinião que se conceda sem demora às mulheres, do que se tirará ao menos a vantagem de não termos tantos deputados feios. Se quem tiver de apresentar a proposta nas câmaras, tiver o tino de pôr a questão no terreno do merecimento pessoal e declarar que quem votar contra dará prova de que não confia no seu valimento junto das damas e se arreceia que elas lhe hostilizem a futura candidatura, desde já empenho a cabeça em como a medida passará por unanimidade. É que mesmo entre os homens não há um só que não tenha sua presunção, quando não absolutamente de bonito, ao menos de muito capaz de agradar ao belo sexo. Depois do direito de votar, é muito natural que a formosa metade do gênero humano queira também o de ser votada. A questão então será unicamente de saber quem ficará em casa a criar os filhos, se não se adaptar o costume introduzido na família galinácea, em que os melhores criadores de pintos não são galinhas nem galo.<sup>186</sup>

O fato de o autor ter utilizado a expressão “não termos tantos deputados feios” para argumentar a favor da presença de mulheres na política, corrobora diretamente com os padrões de gênero construídos historicamente. Ele parece não acreditar que a reivindicação presente na obra de 1868, de ter parte na política, era válida ou que as mulheres fossem realmente capazes. A presença das mesmas se daria apenas para melhorar o ambiente das câmaras, para que assim não apenas "homens feios" se fizessem presentes.

E, para confirmar os papéis e os lugares ditados historicamente e hierarquicamente para ambos os sexos, ainda foi levantado o fato de que, caso as senhoras quisessem serem eleitas quem seriam os responsáveis pelos filhos e filhas? Quer dizer, voltamos ao papel das mulheres burguesas naquela sociedade, o de serem mães e educarem seus filhos e filhas, logo, a política

---

<sup>186</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N.82, 22 março 1868.

parecia ser incompatível com as mesmas. Em contrapartida, ele voltou, no decorrer do texto, a reforçar sua posição favorável a concessão de direitos femininos, argumentando que não queria mais receber cartas de senhoras reclamando da falta de empregos:

Fará V. um verdadeiro serviço à pobreza, as viúvas e famílias de milhares de infelizes que no campo derramaram o seu sangue pela causa da pátria, pintando a maneira escandalosa porque presentemente se distribuem costuras na repartição respectiva do arsenal de guerra da corte. Nos dias designados aglomeram-se pessoas necessitadas (não cabendo ali comodamente mais de duzentas), à espera que chegue o encarregado, aliás moço de bem, mas que, tendo pouca energia e conhecimento do negócio, se deixa iludir por alguns dos subalternos em quem confia. Às nove e tanto ou dez horas chega ele, e as pobres, infelizes e necessitadas aglomeram-se em roda apresentando-lhe os seus bilhetes. Ele aceita os de umas, procura consolar as outras que chorando lhe pedem trabalho para sustentarem seus filhinhos, recolhe-se à secretaria, onde há três ou quatro empregados, mas ali encontra já uma porção de moças bonitas, que bem e comodamente sentadas só por ele esperam.<sup>187</sup>

Nesse período, o Brasil esteve imerso na guerra do Paraguai, onde milhões de soldados tiveram que sair de suas residências e deixar famílias para irem em missão de guerra pela pátria. Muitas das esposas destes passaram por grandes dificuldades em manterem suas casas, afinal isto era função dos maridos. Em casos assim, alguns não voltavam ou faleciam em campo e muitas necessitavam trabalhar, sendo um desses casos que o autor narrou no Folhetim, mulheres viúvas que buscavam serviços de costura na sessão do arsenal de guerra.

Um número significativo de mulheres que foram afetadas direta ou indiretamente pela guerra do Paraguai, passaram a requerer seus direitos a pensão, para o sustento não apenas delas, mas também de seus filhos e filhas. Segundo Maria Teresa Garritano Dourado: “As alegações giraram em torno na pobreza a que estavam submetidas e da dependência do homem para provimento das suas necessidades”<sup>188</sup>.

Na parte acima transcrita, sobre a busca de emprego por mulheres viúvas, é possível evidenciarmos uma clara distinção de classe em que, por um lado, encontravam-se cerca de 200 mulheres aglomeradas necessitando do trabalho da costura e à borda da pobreza por fatores e necessidades diversas, algumas viúvas, solteiras, com vários filhos com os maridos na guerra ou mortos devido a ela. Por outro lado, outras mais bem vestidas, letradas e trabalhando no ofício de secretária, um dos poucos serviços que algumas senhoras puderam se fazer presente e “comodamente sentadas”. Esses dados fornecidos nos levam a possibilidade de afirmar a

<sup>187</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N.82, 22 março 1868.

<sup>188</sup> DOURADO, Maria Teresa Garritano. *Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: a presença feminina na Guerra do Paraguai*. Mato Grosso do Sul: Editora UFMS, 2005.

existência de grande desigualdade durante o Império, não apenas de gênero, mas, também, de classe. Isso se confirma em outra parte do mesmo escrito:

Sendo proibido o ingresso a quem não tem proteção na secretaria, há senhoras das tais, uma até de S. Cristóvão, que vão abrindo a cancela, entrando e mandando também entrar suas amigas, enquanto as necessitadas de pé e apertadas se conservam na sala de espera ou entrega desde antes das nove até as duas e três horas da tarde, a ver se recebem algumas costuras, voltando por fim para casa com o desespero.<sup>189</sup>

O Folhetim conta com discursos significativos e que são relevantes para nossa pesquisa. O autor descreveu em seu texto a condição que as mulheres, em suas diversas heterogeneidades, se encontravam naquela época, partindo para isso, da obra que havia sido noticiada no mesmo jornal dois dias antes. Ao mesmo tempo em que se dizia ser favorável a participação das mulheres na política e a concessão dos empregos lucrativos, ele usou de impedimentos como, por exemplo, o cuidado dos filhos e filhas.

Por outro lado, ao utilizar dos exemplos das mulheres pobres que buscaram trabalho através da costura, na repartição do arsenal de guerra da Corte, o mesmo nos passou dados sobre essa desigualdade de classe e da diversidade de mulheres imersas no Brasil monárquico. Neste período, muitas necessitavam criar estratégias em busca de subsistência familiar, passando por dificuldades financeiras, enquanto outras não, reivindicavam por trabalho apenas como uma forma de se emanciparem e manterem sua posição naquela sociedade, “comodamente sentadas”.

O autor finalizou da seguinte maneira, passando em seguida para outros casos cotidianos do Rio de Janeiro:

Onde deixará de haver proteção neste mundo de complacências, onde a gente a cada passo se esbarra com afilhados recomendados de alto e até de muito alto? Mas é mesmo por isso que sempre ouvi dizer que é bom ter amigos até no inferno, pois que pôr fim de contas ninguém sabe se lá irá dar por seus pecados. E, como eu não sei se algum dia precisarei de costuras do arsenal, principalmente, quando as mulheres forem votar, não quero dizer mal dos distribuidores, preferindo que eles sejam meus amigos, porque enfim ainda podem servir-me.<sup>190</sup>

No decorrer de todo o Folhetim, seu autor nos falou sobre os laços de dependência e as relações clientelares dessas mulheres, que enfrentavam muitas dificuldades, reforçando a validade da escrita da autora anônima em 1868, que exemplificava vários casos em que essas desigualdades apareceram e influenciavam as suas vivências na prática.

---

<sup>189</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N.82, 22 março 1868.

<sup>190</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N.82, 22 março 1868.

Os comentários feitos sobre a obra pelo *Jornal do Comércio* nos informam que ela gerou incômodos, isto é, o autor demonstrou ter se espantado com o seu conteúdo em todas as controvérsias. Fatos como este eram cotidianos naquele período, em que encontramos muitos escritos impressos contrários a emancipação das mulheres e a aquisição de direitos, outro ponto que nos levou a querer descobrir quem teria sido a mulher que “ousou” publicar um impresso com ideias que parte majoritária daquela sociedade paternalista foi contrária, sobretudo, os homens brancos e políticos responsáveis pelo controle do Estado.

Depois de discutirmos uma das únicas recepções localizada da obra aqui no Brasil, vamos nos atentar em narrar um pouco sobre o percurso que nos levou a verdadeira identidade de A.R.T.S., uma escritora mulher que ficou completamente esquecida pela História até o presente momento, e que obteve uma atuação significativa nos primórdios<sup>191</sup> da busca pelo sufrágio feminino no Brasil.

A obra *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar* encontra-se hoje no Brasil sob guarda do acervo da *Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin* na Universidade de São Paulo (USP) e foi descoberta por nós, inesperadamente, através de uma publicação feita pelo blog da mesma instituição em dezembro de 2015. Segundo dados da instituição, a aquisição se deu pelo bibliófilo José Mindlin, que doou seu acervo pessoal com milhares de livros raros para a universidade. Ao longo de sua vida, Mindlin buscou adquirir inúmeras obras que foram impressas pela Tipografia Paula Brito no decorrer do XIX, a responsável pela edição e impressão do *Tratado* em 1868.

Também localizamos outra versão localizada na *British Library*, na Inglaterra. De acordo com a funcionária Diana, com informações obtidas via troca de e-mails<sup>192</sup>, a aquisição se deu no ano de 1869 e, segundo sua ficha técnica, foi adquirida por uma importadora de livros americanos, intitulada *Trubners*, sob o endereço: 60 Paternoster Row, London EC, um ano após sua impressão e publicação no Brasil. Em ambas instituições, *Brasiliiana José Mindlin e British Library*, nada sabiam sobre a autora A.R.T.S. e nem mesmo se seria uma mulher.

Devido a tais descobertas é possível afirmar que a circulação de suas ideias alcançou um nível internacional, tendo como exemplo a sua chegada na Inglaterra um ano após sua impressão no Brasil. Não encontramos outras versões, entretanto, não descartamos a

---

<sup>191</sup> Utilizamos “primórdios” não para afirmar que ela teria sido a pioneira a reivindicar o voto feminino no Brasil, apenas como uma categoria para pensar o contexto de sua escrita que, não compreende finais do século XIX e a organização sufragista até meados do XX, pelo contrário, aparece em um período, 1868, em que até o presente momento não havíamos encontrado tal discussão abertamente.

<sup>192</sup> E-mail recebido em 4 de maio de 2017.

possibilidade de também ter ido para outros países como França, Estados Unidos e Alemanha, todos muito citados no decorrer de sua escrita.

Após isso, nos inquietamos ainda mais em descobrir quem seria a mulher que se escondeu sob as iniciais A.R.T.S., pesquisando em fontes manuscritas e impressas do seu contexto em suas diversidades, além de entrar em contato com arquivos de países como França, Inglaterra e EUA. O intuito foi o de buscar informações sobre tal fonte e algum indício que pudesse nos levar aquela mulher, prática essa de historiador (a) social em um trabalho indiciário de pesquisa.

Os impressos tiveram papel fundamental nesse processo exaustivo de busca, casos de jornais, livros e almanaques, e, foi no *Almanak Laemmert* que conseguimos ligar as informações que tínhamos em mãos, como as iniciais do nome e o endereço residencial no Rio de Janeiro. O *Laemmert* ou *Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro*, considerado o primeiro almanaque editado e publicado no Brasil, foi um impresso que saía anualmente na Corte e que continha informações diversas sobre o cotidiano da cidade ao Oitocentos. Possuía dados sobre os ministérios do Império, estabelecimentos comerciais, logradouros de políticos, oferta de serviços, guias de nomes de moradores e os seus respectivos endereços, sendo este último o que nos foi fundamental. Tínhamos a informação de seu logradouro, localizado em *Rua Sete de Setembro, n.223/ 1º andar*, e sabíamos que A.R.T.S. eram as iniciais de uma mulher.

No ano de 1868, na parte final do almanaque, no guia de nomes e endereços de moradores, buscamos por uma mulher que iniciasse seu nome com a letra A, torcendo para que o respectivo endereço aparecesse, dito e feito, a autora na verdade chamava-se Anna Rosa Termacsics dos Santos, uma professora de piano e canto que anunciou ali seus serviços entre os anos de 1850 a 1886 como professora destes aprendizados.<sup>193</sup>

---

<sup>193</sup>*Almanak Laemmert*. Rio de Janeiro, 1868, p.480.

Figura 1: Guia alfabético de moradores da Corte no ano de 1868, página 7 do *Almanak*

*Laemmert*

- Anna Andrade Coutinho, praia do Botafogo 442.  
 — de Castro, Arcos 45. (445.  
 — Chaves, Santo Antonio 223. (307 a.  
 — Claudina Mello Barata, Carvalho de Sá 12.  
 — da Conceição Silva. (334.  
 — Custodia de Azevedo, Conde d'Eu 158. (560.  
 — Custodia Vieira de Andrade. (315 a.  
 — Emilia de Castro, Sete Setembró. (334.  
 — Euqueria Lopes Alvares, S. Clemente. (57.  
 — Fausta de Almeida Rego, Arcos 28. (316.  
 — Fortunata de Brito Saldanha da Gama, Lavradio 162. (3.  
 — Joaquina de Almeida, Imperial Quinta. (14.  
 — — da Costa Passos, p. do Sacco 253. (57.  
 — Lyra da Silva, pr. de S. Christo. 50 1. (316.  
 — Luiza Ahrends, Mangueiras 57. (445.  
 — Rosa Termasies de Santo, Sete de Setembro 223. (476.  
 — Rosalina de Costa, Theatro das S. Pedra. (305.

Fonte: *Almanak Laemmert ou Almanak administrativo, mercantil e industrial*. Tipografia Eduardo e Henrich Laemmert. Rio de Janeiro, 1868.

Figura 2: Capa do *Almanak Laemmert* no ano de 1868

GUIA DO RIO DE JANEIRO  
OU  
INDICADOR ALPHABETICO

DA MORADA DOS SEUS PRINCIPAES HABITANTES,  
ALTOS FUNCIONARIOS, EMPREGADOS, NEGOCIANTES,  
CAPITALISTAS, PROPRIETARIOS, FABRICANTES, ARTISTAS,  
INDUSTRIAES, ETC.

MENCIONADOS EM SEUS LUGARES COMPETENTES

NO

ALMANAK DE LAEMMERT PARA 1868

DO QUAL FAZ PARTE INTEGRANTE

E É DISTRIBUIDO GRATIS A CADA COMPRADOR DO ALMANAK

(NÃO SE VENDE AVULSO)



RIO DE JANEIRO

EM CASA DOS EDITORES

EDUARDO & HENRIQUE LAEMMERT

77, Rua da Quitanda, 77

—  
1868

Fonte: *Almanak Laemmert ou Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro*. Tipografia Eduardo e Henrich Laemmert. Rio de Janeiro, 1868

**Figura 3: Sessão dos professores e professoras de piano e canto no almanaque do ano de  
1868**

**Professores de Piano e Canto. [476**

Alfredo Bevilacqua, — piano, canto e composição, — r. dos Ourives, 53.  
 Amelia Anaís da Silva Costa, — piano, — r. do Riachuelo, 24 A.  
 D. Anna Rosa Termacsics de Santo, — r. Sete Setembro 223. 1º andar.  
 Alexandre Elena, r. do Sabão, 37 B.  
 Annibal Elena, — piano e canto, — r. do Sabão, 37 B. (V. Notabilid.)  
 Antonio José dos Santos Monteiro, — piano e canto, — r. de Gonçalves Dias.  
 Archangelo Fiorito, director da musica particular da Casa Imperial, e Mestre da Capella Imperial, — harmonia, contraponto, canto e piano, — r. dos Lazaros, 30 A; recados r. d'Ouvidor, 101.

**Fonte: Almanak Laemmert ou Almanak administrativo, mercantil e industrial. Tipografia Eduardo e Henrich Laemmert. Rio de Janeiro, 1868.**

Após a descoberta da identidade da autora optamos por traçar sua trajetória no Brasil da segunda metade do XIX, focando em especial na sua reivindicação pelo direito de participar na política. Isto, utilizando de uma epistemologia feminista com o uso da categoria gênero, para assim analisar as construções de papéis e lugares impostos ao masculino e ao feminino, dentro de uma política de domínio paternalista. Contudo, enfatizando e mostrando através de uma análise empírica que, existiu, ainda no Oitocentos, uma desconstrução a esses papéis sociais que resultaram tanto em desigualdades como em oportunidades distintas. Anna Rosa é um exemplo de que mulheres vinham contrapondo o discurso hegemônico, construindo à sua maneira um contradiscurso.

Além disso, após termos em mãos mais dados sobre o modo como viveu sua vida, percebemos que as suas reivindicações escritas transpassam muito sobre sua existência naquele meio, refletindo toda a sua trajetória. Através de seu sobrenome, *Termacsics*, conseguimos localizar sua descendência estrangeira. Sua obra também nos informa sobre seu letramento aprimorado, nos comprovando sua inserção em círculos de parcela minoritária daquela sociedade. No fim da vida faleceu solteira<sup>194</sup>, o que nos leva a ver em sua figura questões importantes para se entender o contexto que nos propomos analisar, pensando na condição das mulheres em busca de direitos, que eram duramente negados.

<sup>194</sup> Como mostra sua certidão de óbito n.1223, presente no acervo da Santa Casa Misericórdia do Rio de Janeiro.

Nesse contexto, segunda metade do século XIX, cabe entender que a condição feminina e “ser mulher”, permeavam várias complexidades e recortes. Ao utilizarmos o termo "mulher" devemos ter em mente a impossibilidade de homogeneizá-lo, uma vez que o mesmo designa mulheres diversas, sejam elas da elite, sejam aquelas com condições mais modestas e medianas, ou ainda as escravizadas, libertas, indígenas, comerciantes, mulheres com as mais heterogêneas características e que se fizeram presentes e atuantes no cotidiano da Corte carioca.

Do mesmo modo, contrapomos a ideia de que ela foi uma mulher "à frente de seu tempo", expressão bastante utilizada para falar de mulheres antepassadas, como aconteceu com Nísia Floresta, pois, acreditamos que o diferencial de mulheres como elas, não pode ser visto como algo isolado e sim como resultado de uma dinâmica sociocultural da época, que era propícia para que todas as reivindicações postas fossem construídas e divulgadas. Anna Rosa, no correr de sua vida, elaborou propostas de mudanças e afrontou diretamente a ordem da política de domínio, buscando mudanças tênues.

Essas questões de gênero, relacionadas às suas reivindicações, nos ajudaram a refletir sobre as transformações ocorridas na vida das mulheres com o passar dos séculos, resultados da insatisfação de personagens como a autora aqui analisada. Por isso a escolha em discutir no capítulo seguinte a trajetória de sua vida em todas as contradições, narrando informações e fatos que julgamos pertinentes para se pensar a interligação entre os estudos históricos e a contribuição da categoria do gênero.

## **CAPÍTULO 2: QUEM FOI ANNA ROSA TERMACSICS DOS SANTOS: TRAJETÓRIA DE VIDA E MORADA NO BRASIL OITOCENTISTA.**

O desenvolvimento de uma pesquisa que tenha como objetivo traçar uma trajetória no contexto oitocentista requer um trabalho quase indiciário na busca por pequenos rastros que possam contribuir para a construção da narrativa, prática comum essa de historiador (a) social<sup>195</sup>. O problema fica ainda maior quando fazemos a escolha de trabalhar com uma trajetória feminina. Como as mulheres geralmente não deixavam documentação pública, por seu campo de atuação ter sido majoritariamente privado, muitos dos seus indícios não se perpetuaram com o passar dos séculos.

Apesar de tais dificuldades, os historiadores e as historiadoras têm buscado outras saídas, principalmente aquelas que concernem a um novo olhar para as documentações do período. De acordo com Michelle Perrot:

Existem, [entretanto], muitas fontes. Fontes que falam delas. Fontes que emanam delas, nas quais se pode ouvir suas vozes diretamente. Podem ser achadas em bibliotecas, local do impresso, dos livros e dos jornais: como nos arquivos públicos ou privados. Lugares solitários e complementares, que não deveriam ser excludentes, mas que se diferenciam, entretanto, por um grau maior ou menor de espontaneidade.<sup>196</sup>

Por tais fontes, podemos destacar impressos como livros e jornais, imagens, discursos filosófico, literário, popular, romanesco e poético, além, também, das próprias fontes oficiais, como documentos do Estado, cartoriais, jurídicos, políticos e religiosos, trabalhando sob novas perspectivas, antes ignoradas, que nos permitem trazer à tona as mulheres, resgatando informações importantes sobre suas vidas nos períodos em que a documentação aparecia como uma dificuldade<sup>197</sup>.

Por outro lado, os seus escritos íntimos, como diários, escritos autobiográficos e correspondências, normalmente não são fáceis de serem encontrados, muitos inexistem. Segundo Michele Perrot<sup>198</sup>, a perda, a destruição e a autodestruição foram práticas muito

---

<sup>195</sup> GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. Verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>196</sup> PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Editora Contexto, 2017, p.25-26.

<sup>197</sup> Normalmente períodos anteriores ao século XIX essa dificuldade tem sido mais presente, a partir do XX, devido a criação de arquivos específicos e uma produção de documentação sob grande número, os estudos não tem encontrado muitos empecilhos, pelo contrário, tem aparecido vivamente em pesquisas.

<sup>198</sup> PERROT. Op. Cit.

frequentes em contextos passados. As exceções estavam, normalmente, relacionadas a pessoas que tiveram atuações importantes, sejam políticos (as), literatos (as) e artistas antepassados.

Para o desenvolvimento desta pesquisa utilizamos dos impressos como fontes, livro e jornais, e ambos nos passaram informações significativas sobre o lugar das mulheres no Brasil oitocentista, permitindo-nos saber diversas informações sobre a própria vida de Anna Rosa Termacsics dos Santos, objeto central desta dissertação, devido a sua subjetividade narrada enquanto escritora.

Apesar das suas especificidades de letramento, sua inserção no âmbito público não pareceu ter sido a de uma mulher com grandes atuações, inserida em uma elite intelectual ou política. Pelo contrário, Anna foi uma mulher comum, que teve uma vida mediana e que, mesmo devido a esses fatores, alguns de seus escritos se perpetuaram, fato que nos permitiu resgatar seu passado e a sua significativa atuação na busca por direitos femininos. Diante disso, optamos por traçar a trajetória de sua vida. Segundo Jacques Revel, em uma publicação para o prefácio da obra de Geovani Levi<sup>199</sup>, a escolha do individual torna possível uma abordagem que permite destacar, ao longo de um destino específico, a complexa rede de relações e a multiplicidade dos espaços e dos tempos nos quais se insere. Trata-se, então, de compreender como dada sociedade responde a certos acontecimentos históricos, no nosso caso, compreender como a sociedade do século XIX vinha ou não lidando com os questionamentos impressos que concernem a participação política das mulheres na política.

## **2.1 - Chegada de sua família ao Brasil**

A inserção de Anna Rosa Termacsics dos Santos no Brasil, suas ideias sobre direitos políticos e sua percepção sobre o mundo do trabalho para as mulheres no contexto monárquico, chamou nossa atenção devido a esta ter sido mulher e ter vivido num período de grande domínio paternalista. Nesse sentido, buscar informações sobre sua inserção e os dados sobre sua família pareceu uma saída inicial, para, assim, compreendermos diversos outros fatores que se relacionam com a sua trajetória de vida.

Os seus sobrenomes, *Termacsics* e *Szanto* (que apareceram no Brasil como Santo ou Santos), logo de início nos causaram espanto, devido a não semelhança com sobrenomes

---

<sup>199</sup> LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

brasileiros, o que fez com que buscássemos sua genealogia em países estrangeiros e, no qual encontramos ambos presentes na região da Hungria<sup>200</sup>, ainda no início do século XIX.

Ao buscarmos as relações com tais sobrenomes, constatamos a vinda de uma família para o Brasil em meados de 1828. O senhor Antônio Termacsics foi um comerciante de vinhos em Viena, produzidos na Hungria, região de Zagreb<sup>201</sup>. O mesmo pediu a emissão de seu passaporte na Chancelaria de Viena<sup>202</sup>, encaminhando, também, uma cópia para a embaixada brasileira.<sup>203</sup> Antônio mudou-se para o Brasil e logo seu nome apareceu presente na imprensa periódica paulista, descrevendo a cultura das vinhas que vinha progredindo no país e que ele tinha encabeçado ao aqui se instalar:

Este colono, natural da Hungria, de uma família distinta, como faz certo pela educação não vulgar que recebeu, e de que dá provas, já pela polidez de suas maneiras, já pela perfeição com que fala a língua Latina, já finalmente pela erudição com que discorre sobre todos os tópicos literários, nada tem de comum com essa turma de estrangeiros imorais, vadios e debochados, que com enormes despesas foram mandados vir pelo governo do Brasil com o título de colonos, mas Deus sabe se fins muito diversos, e talvez criminosíssimos.

O perdimento de um processo injusto e ruinoso, que acarretou o de toda a sua não insignificante fortuna; o já antigo desgosto por uma pátria, onde há servos da gleba e senhores que necessitam de esfola-los para poderem nutrir um fausto imoderado, e toda a sorte de vícios, devassidões, chichisbeismos&&& [sic]; a leitura de alguns viajantes europeus, que falavam das riquezas naturais do Brasil; e sobretudo a leitura da nossa Constituição, determinaram este pai de família a transportar-se com ela para o Brasil<sup>204</sup>

Através da publicação feita na imprensa periódica paulista, é possível perceber várias questões que podem ter refletido na formação de Anna Rosa Termacsics dos Santos. A primeira está relacionada à família, descrita como "distinta" e com uma educação aprimorada em assuntos referentes a literatura e línguas, ou seja, pontos significativos de formação para os indivíduos no início do século, visto que muitas famílias das elites brasileiras continham mulheres que mal sabiam assinar seus próprios nomes, residindo ainda em regiões rurais<sup>205</sup>.

<sup>200</sup> Império Austríaco que compreende regiões da Áustria, Hungria e Croácia.

<sup>201</sup> Hoje a região compreende a cidade de Zagreb, capital da Croácia.

<sup>202</sup> Existe uma série de correspondências trocadas entre a chancelaria da Hungria e de Viena, referente ao passaporte de Antônio Termacsics. *National Archives of Hungary*: OStAHHStAStaatskanzlei, Notenwechsel – von der ungarischen Hofkanzlei 1827.10.19 e OStAHHStAStaatskanzlei, Notenwechsel - na die ungarische Hofkanzlei 1827.10.30

<sup>203</sup> Procuramos o passaporte de Antônio Termacsics, tanto no Arquivo Nacional como no Arquivo Itamaraty, ambos localizados no Rio de Janeiro, e não encontramos indício algum do mesmo.

<sup>204</sup> *O Farol Paulistano*. São Paulo. 20 outubro 1829.

<sup>205</sup> Ver mais em HAHNER, June. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs) *Nova História das Mulheres no Brasil*, 1ª edição, São Paulo: Contexto, 2016.

A segunda informação diz respeito a um processo de perda de fortuna, isto é, uma família que veio para o Brasil tentar se reerguer, mas que descende de boa posição social, com negócios, terras, educação e com grandes interesses literários e políticos relacionados a ilustração. Características de notável valor para homens e mulheres no século XIX que poderiam distinguir essa família socialmente.

Por fim, a informação referente à leitura da Constituição como um dos pontos favoráveis que determinaram a vinda da família Termacsics para o Brasil. Tal fato nos confirma e reflete diretamente em um interesse por conhecimentos políticos, no qual a Constituição, escrita que determina as leis de uma Nação, foi uma de suas leituras antes de escolher aqui se instalar, permanecendo atento às transformações que o Brasil vinha passando desde a Constituição de 1824, a primeira após a independência, característica que, posteriormente, vai cair direto nos apontamentos formulados por Anna Rosa e todo o seu conhecimento político.

Sobre o sobrenome *Szanto*, constatamos uma documentação presente no Arquivo Nacional Histórico da Hungria. Nesta encontramos, entre os anos de 1822 e 1824, um acordo de arrendamento de terras feito pelo senhor Termacsics em uma região próxima à Budapeste conhecida como Szánto. A documentação escrita possui cerca de 100 páginas e encontra-se disponível para acesso no Arquivo Nacional da Hungria<sup>206</sup>.

O trabalho de fabricar e comercializar vinho demandava um longo processo, que ia desde a plantação das uvas até a fabricação e comercialização do vinho. Em alguns casos, necessitava-se contar com alguma ajuda pessoal, dependendo da quantidade de bebida a ser fabricada. O arrendamento de terras e o nome dado ao mesmo, presente na documentação, *Szanto*, nos respondem algumas questões, como por exemplo, o fato da região escolhida ter sido bem próxima a capital da Áustria, onde o mesmo comercializou seu produto e ficou reconhecido. Além de ser o mesmo nome que veio a aparecer no sobrenome da família aqui no Brasil, adaptado como Szanto, Zantho, Santo e, por último, Santos. Possivelmente, o nome dado ao negócio com as terras veio da própria família, *Termacsics Szanto*.

Dentre os principais motivos que levaram a família Termacsics a se transferir para o Brasil, podem ser destacados: o desgosto pela sua nação, a leitura dos relatos de viajantes que

---

<sup>206</sup> A documentação encontra-se escrita em húngaro, o que nos impossibilitou uma leitura completa e precisa dos dados. Entretanto, informações mais pertinentes foram traduzidas pelo responsável do arquivo, que nos encaminhou-as via troca de e-mails em inglês. OSta Finanz – und Hofkammer archive Kamerale Ungarn Akten Fasc. 13.1 N.175, ex April 1822 (box n.916) <http://archivinformationssystem.at/detail.aspx?id=2358481>  
OStaFinanz-und Hofkammer archive Kamerale Ungararn Fasc.13.1 N.93, ex Martii 1824 (box n.927) <http://archivinformationssystem.at/detail.aspx?id=2358490>

aqui estiveram no início do século e que escreveram sobre suas experiências e percepções com a cultura e as riquezas naturais, mas, principalmente, pela leitura que Antônio fez da Constituição, motivos que “levou o húngaro de nação e pai de família, a transportar-se para a América”<sup>207</sup>, aqui fixando-se e criando laços.

Ao chegar no Brasil, o agricultor e comerciante buscou recomeçar seus negócios com a fabricação e comercialização do vinho em um país que, até então, estava acostumado apenas com os vinhos portugueses. Instalou-se, inicialmente, em uma chácara na região de Tatuapé, São Paulo, com o intuito de plantar 40 mil pés de vinhas, dos quais metade ele tinha a capacidade de plantar, mas o restante necessitava de um empréstimo do governo, que colocou grandes dificuldades em conceder<sup>208</sup>. Para além do problema financeiro, Antônio também enfrentou empecilhos com os comerciantes de vinhos locais, que buscaram importunar o empreendimento com seus negócios.

Metendo-se a pôr em execução um plano, que para quem começou sem vintém se pode chamar gigantesco, ele tem tido que suportar ainda a oposição, não dos bons brasileiros, por que esses trocariam facilmente pelo vinho da sua pátria (por inferior que fosse) a surrapa ou mistura de água, água-ardente, tintura de pau-brasil ou Campeche, que se vende aí por essas tavernas com o nome de vinho; mas a guerra que lhe fazem os comerciantes de vinho em grosso e por miúdo, os quais não só põe em prática o ridículo, como toda a sorte de intrigas e cabalas para desanimarem o honrado estrangeiro, e desviarem deles os socorros, aliás indispensáveis para a continuação de seu plano. Todos estes obstáculos, tem ele vencido com uma perseverança, de que há poucos exemplos; e se os mais incrédulos podem ainda duvidar do bom sucesso de sua tentativa, ao menos não o poderão de boa-fé, energia, e assiduidade com que trabalha.<sup>209</sup>

A discussão sobre Antônio Termacsiscs e o seu pedido de empréstimo ao governo foi levada várias vezes para diferentes instâncias, como Câmaras e Assembleias provinciais, chegando a um debate parlamentar. Para a empreitada com seu negócio, o agricultor encaminhou pedidos com diferentes valores, 700 rs, 400\$000 e 200\$000, sendo aprovado apenas o valor de 400\$000 em 11 de abril de 1832<sup>210</sup>, ou seja, três anos após o primeiro pedido, realizado em 1829, que deveria ser pago até dezembro de 1832. Posterior a isso, no ano de 1837, o jornal *O Paulista Oficial* ainda noticiou mais uma solicitação de empréstimo no valor de 200\$000, que lhe foi negado por não haver reembolso garantido<sup>211</sup>.

<sup>207</sup> Informações retiradas do periódico *O Farol Paulistano* em 20 de outubro de 1829.

<sup>208</sup> *O Novo Farol Paulistano*. São Paulo. 11 abril 1832.

<sup>209</sup> *O Farol Paulistano*. São Paulo. 20 outubro 1829.

<sup>210</sup> *O Novo Farol Paulistano*. São Paulo. N.69, 11 de abril de 1832.

<sup>211</sup> *O Paulista Oficial*, 20 janeiro 1837.

Em 16 de agosto de 1832, Antônio deu entrada pela Polícia da Corte do Rio de Janeiro. Nesta data, o mesmo se encontrava com 60 anos, ou seja, ele já veio para o Brasil em uma idade avançada, visto a expectativa de vida à época. A descrição física do mesmo era de um homem alto, olhos azuis claros, testa grande e cabelos russos<sup>212</sup>, traços típicos daquela região da Europa e que aguçaram nossa imaginação ao pensar a fisionomia de Anna Rosa Termacsics dos Santos. Além do mais, o senhor Termacsics foi descrito como um homem solteiro. Não sabemos o que foi fazer na Corte e por quanto tempo permaneceu, apenas que, nessa data, não foi de mudança, retornando em seguida para São Paulo. Talvez o mesmo tenha ido buscar auxílio financeiro no Rio de Janeiro com outros órgãos e não sabemos também se obteve sorte.

A família húngara que aqui se instalou, buscou, a todo custo, reerguer-se e progredir com seus negócios com as vinhas e, ao que tudo indica, não angariou sorte, passando por processos de decadência cada vez maiores. Diante disso, o “pai de família”, em 1836, procurava outra estratégia para captar recursos, abrindo uma escola para instrução de meninas, na qual suas filhas seriam as responsáveis, anunciando os serviços no jornal *O Novo Farol Paulistano*:

Aviso. Antônio Termacsics, húngaro de Nação, faz saber ao respeitável público que no dia 1º de setembro do corrente ano, suas filhas tencionam abrir uma escola, na qual se comprometem a ensinar com perfeição o seguinte: tocar piano forte por música, costurar, marcar, recortar, cortar vestidos de senhoras e bordar. Todas as pessoas, que quiserem que suas filhas sejam instruídas nos objetos acima indicados deverão dar seus nomes na casa de Leonardo Loskill, rua da Quitanda n.6. A escola principiará no dia mencionado, à exceção dos dias santos; as meninas deverão comparecer diariamente de manhã das 9 ao meio dia, e de tarde das 3 às 6, na casa da Rua Direita, n.18. – Pelo trabalho de cada mês levar-se 6\$000 rs.<sup>213</sup>

Cobrando o valor de 6\$000 mensais de cada aluna, a escola tinha como intuito educar meninas de acordo com os padrões de civilidade postos e foi uma saída do estrangeiro para angariar recursos, tendo em vista que essas aulas vinham sendo muito buscadas por famílias durante todo o Império.

Os fatos relacionados à condição financeira da família húngara que aqui se fixou no final da década de 1820, podem e devem ser vistos como características de pessoas imersas em classes medianas e modestas, não se inserindo nem enquanto grandes proprietários da elite e nem como a parte ínfima e pobre da sociedade. Os problemas enfrentados pelo senhor Termacsics, pai de família, com seus negócios de agricultor, eram, também, encarados por

<sup>212</sup> Livro de registro de entradas de estrangeiros na Corte. Polícia da Corte. ANRJ

<sup>213</sup> *O Farol Paulistano*. São Paulo N.458, 24 agosto 1836.

muitos outros, que, assim como ele, vivenciavam e necessitavam do trabalho para conseguirem se adaptar ao sistema econômico daquela época, demonstrando-nos uma presença de famílias que vinham buscando se ascender através de seus negócios, de modo que muitos precisavam do apoio do governo para progredir.

As filhas do húngaro que encontramos nas fontes foram Teresa Rosa Termacsics dos Santos, Amália Luíza Termacsics e Anna Rosa Termacsics dos Santos. Sabemos que todas residiram no Rio de Janeiro a partir do Segundo Reinado, entretanto, não temos dados sobre o motivo da mudança. Uma de nossas hipóteses é de que a mudança pode ter relação com a morte do pai ou uma busca por maiores oportunidades de trabalho no ofício do ensino, tendo em vista que na Corte os serviços eram mais buscados. A aparição das filhas, com exceção de Anna Rosa, deu-se de maneira bem restrita na imprensa, aparecendo Amália na relação de credores de um órgão intitulado A.J. Alves Souto<sup>214</sup> e, posteriormente, numa informação sobre seu falecimento, a pedido de sua irmã Teresa Rosa:

D. Teresa Rosa Termacsics de Santo agradece a todos as pessoas de sua amizade que se designarão acompanhar ao último jazigo os restos mortais de sua prezada irmã Amália Luiza Termacsics dos Santos, que teve lugar a 12 corrente, no cemitério de S. Francisco Xavier, e igualmente as pessoas que assistirão a missa do sétimo dia, que teve lugar a 17, da corrente, na matriz do Santíssimo Sacramento da Sé.<sup>215</sup>

Amália faleceu em 11 de agosto de 1868, aos 50 anos, com o diagnóstico médico de insuficiência cerebral descritos em sua certidão de óbito<sup>216</sup>. Sua condição civil não foi informada nesse documento, mas pelo sobrenome, possivelmente, foi solteira. Ambas, Amália e Anna, foram sepultadas no mesmo cemitério, São Francisco Xavier. Por fim, ressaltamos que não conseguimos ter acesso às certidões de óbito de Antônio e Teresa Rosa Termacsics, os outros membros da família húngara que chegaram ao Brasil no início do XIX.

---

<sup>214</sup> *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. n.311, 12 novembro 1864.

<sup>215</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N.230, 19 agosto 1868.

<sup>216</sup> Certidão de óbito n.323, disponível no Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

## 2.2– Uma estrangeira húngara e sua trajetória: logradouros e possíveis sociabilidades formadas a partir de 1850

Anna Rosa Termacsics dos Santos foi uma estrangeira nascida no ano de 1821, na Hungria, não sabemos o dia ou o mês exato<sup>217</sup>. As fontes nos indicam que ela se mudou para o Brasil em 1828, quando tinha aproximadamente sete anos de idade e que não se casou<sup>218</sup>, atuando no decorrer de sua vida como professora de piano, canto e idiomas, ofícios que estiveram concomitantemente relacionados com uma independência financeira, oferecendo, anualmente, seus serviços em anúncios de jornais diários, assim como no *Almanak Laemmert*.

A informação de que ela não se casou é notória e reflete em seus locais de morada, descritos como locais pequenos e destinados para famílias reduzidas ou "senhoras sós". Seus endereços residenciais foram respectivamente: Rua da Prainha, n.48/1ºandar e 50; Rua d'Alfandega, n.118/1ºandar; Rua dos Inválidos, n.57; Rua da Misericórdia, n.40/2ºandar; Rua das Flores, n.48; Rua Luiz de Vasconcelos, AA/sobrado; Rua Sete de Setembro, n.223/1ºandar; Rua do Lavradio, n.15/sobrado; Rua do Conde d'Eu, n.166/sobrado e 65; Rua do Monte Alegre, n.03/Santa Teresa<sup>219</sup>. De todos descritos, destacamos que estes eram ruas bem próximas umas das outras e localizadas no centro da Corte, à exceção de Prainha, Misericórdia e Conde d'eu<sup>220</sup>.

O Rio de Janeiro vinha passando por grandes mudanças urbanas desde a Colônia, em especial com a vinda da família real em 1808. A cidade, que era extremamente rural e com grandes fazendas, passou a ganhar em sua área urbana sobrados e casas térreas, modificando toda a sua arquitetura. No início do século, essas residências foram ocupadas por famílias da elite, muitas das quais haviam vindo com D. João VI. Já em meados do século, a estrutura se modificava novamente, com novas construções de solares, além das diversas moradias – térreas, sobrados, palacetes e cortiços – terem sido postas lado a lado, reestruturado toda a ordem urbana. De acordo com Solange de Aragão: “Mudava a sociedade, alterava-se a paisagem – ou melhor dizendo as paisagens: a paisagem social, a paisagem física, a paisagem política, a paisagem econômica, a paisagem intelectual [...]”<sup>221</sup>, fazendo com que muitas famílias saíssem

<sup>217</sup> Através da data de seu falecimento é possível ter a certeza de seu nascimento em 1821.

<sup>218</sup> A sua certidão de óbito, localizada no acervo do arquivo da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro a descreve como solteira, além do mais, as fontes nos mostram que residiu em pequenos imóveis durante toda vida.

<sup>219</sup> Endereços mapeados pelo *Almanak Laemmert* entre os anos de 1850 a 1886, anos em que ela apareceu noticiando seus serviços na Corte carioca.

<sup>220</sup> Ver ao final da dissertação anexo das ruas e os respectivos logradouros de Anna Rosa durante o século XIX.

<sup>221</sup> ARAGÃO, Solange de. *Ensaio sobre a casa brasileira no século XIX*. [Livro eletrônico] São Paulo: Blucher, 2017, p.85.

das regiões centrais e migrassem para áreas mais afastadas, regiões que ficaram conhecidas como subúrbios.

A Rua da Alfandega era conhecida durante o Oitocentos pela constante aglomeração e circulação de escravizados e escravizadas que faziam serviços de rua, como as vendedoras de doces e frutas, também reputadas como quitandeiras, ou aquelas que saíam para cumprir algum serviço à mando de seus senhores e senhoras, chamando a atenção de estrangeiros que por lá passavam. Lá instalaram-se escritórios, residências e companhias como as de seguro e gás.<sup>222</sup>

A Rua das Flores, conhecida também como Ourives, era bem próxima a Rua do Ouvidor, uma das mais requintadas durante todo o Oitocentos. Por lá, encontravam-se livrarias renomadas, residências e joalherias. Das 78 joalherias cariocas, nada menos do que 66 estavam situadas nela. Devido a sua proximidade com a Rua do Ouvidor, a Rua das Flores, ao que tudo indica, também foi muito bem frequentada e movimentada por pessoas de boa posição, além de ter levado diversos comerciantes a se instalarem lá, devido a sua boa localização e as melhores possibilidades de vendas.<sup>223</sup>

A Rua Sete de Setembro, endereço que Anna residiu no ano da publicação de sua obra, em 1868, era bem próxima às outras e nela instalaram-se tipografias, como a *Lamoureux* e a *Gazeta de Notícias*. Lá também se localizavam a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, o Instituto de Advogados Brasileiros, o Club 14 Juliet da Sociedade da Sociedade Recreativa da colônia francesa e o Joquet Club Brasileiro, todos estes importantes espaços de sociabilidades intelectuais ao contexto.

Dentre todos os endereços em que Anna residiu, o que ela permaneceu por maior tempo foi na Rua do Lavradio, sendo, inclusive, o mesmo que encontramos em sua certidão de óbito como residência no ano de seu falecimento, em 1886. A partir do ano de 1870 ela residiu no mesmo local quase todos os anos, apenas em 1875, 1877, 1879 e 1882 eles variaram<sup>224</sup>, não sabemos se isso esteve relacionado realmente a alguma mudança residencial ou apenas relacionado as suas aulas, pois, todos aqueles localizados foram relacionados ao seu nome e vinculados aos anúncios de prestação de seus serviços, tanto nos jornais como no almanaque.

A Rua do Lavradio se localiza, hoje, na região central da Lapa. No século XIX a localidade contava com lojas, botequins, restaurantes, consultórios médicos, escritórios e residências que moravam desde pessoas ilustres até aquelas comuns. Era uma rua bastante

---

<sup>222</sup> Ver mais em: GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Brasileira, 1965.

<sup>223</sup> *Ibidem*.

<sup>224</sup> Ver tabela sobre os endereços de Anna Rosa Termacsics dos Santos em anexo ao final

movimentada e chique, sendo local de encontro de poetas, escritores, músicos e artistas. Nela construíram desde enormes casarões até pequenos sobrados, muitos sendo divididos por andares. Por lá, localizava-se também o Clube de música Bettowen, que reunia diversas pessoas com interesses musicais<sup>225</sup>. Como Anna Rosa foi uma musicista, fato que abordaremos mais à frente, o clube e sua localização podem ter sido fatores importantes.

Levantamos esse fato referente a sua residência a partir de 1870, ano que seu nome apareceu relacionado a ele, pelo seguinte motivo: localizamos uma publicação que noticiou uma arrematação judicial por adjudicação do logradouro da Rua do Lavradio N.15, sobrado, em 1870, o mesmo que Anna residiu a partir de então, permanecendo até sua morte. Diante disso, levantamos duas hipóteses sobre esse imóvel. A primeira é de que Anna Rosa pode ter sido a proprietária que o arrematou e, a segunda, de que a partir daquela venda, mesmo sem se tornar proprietária, ela o alugou por um longo período, residindo nele até o seu falecimento<sup>226</sup>. O imóvel possuía as seguintes características:

**[..] partes da casa da rua do Lavradio n.15, sobrado**, a qual tem em vão 25 1/2 palmos, de fundo 170 e de quintal 350, todo murado, parte de pedra e parte de frontais de tijolo, onde tem um poço com bomba, sua formação na frente de pedra e cal com um portão e uma porta na loja e três ditas no sobrado, tudo de portais de cantaria, com sacada e grade de ferro, as paredes do lado de pedra até o madeiramento, suas divisões, frontais e estuque dividido em salas, dita de jantar e dita de engomar, duas alcovas, dois quartos e cozinha, tudo forrado, tendo um cômodo debaixo do madeiramento; a loja toda aberta em armazém com dois quartos no fundo, parte calçada de alvenaria e parte ladrilhada de tijolo, precisando toda de grandes reparos, avaliada em 4:350\$. Abatendo-se a 5 partes para adjudicação e com cujo abatimento vai novamente a praça, 3:480\$. O quintal desta casa é dividido em dois por um muro de frontais com uma porta de comunicação; sendo o fundo irregular em largura. [...] <sup>227</sup>[Grifo nosso]

A partir das transformações urbanas ocorridas durante o Império, destacamos alguns apontamentos sobre os logradouros elencados como residência de nossa autora. Inicialmente, cabe reforçarmos que, a partir de 1850, apesar de alguns sobrados continuarem sendo extremamente luxuosos, outros já haviam passado por mudanças em sua estrutura, sendo divididos em repartições, residindo neles mais de uma família, normalmente uma por andar. Outros ainda eram utilizados como armazéns e lojas em suas partes térreas, sendo ocupados por comerciantes, modistas e tipografias. Através dos endereços citados, podemos notar que a

<sup>225</sup> GERSON. Op. Cit.

<sup>226</sup> Em contato com o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, em busca de informações sobre o imóvel e que faça referência a Anna Rosa Termacsics dos Santos como proprietária, não localizamos nenhuma documentação sobre tal endereço nesse contexto do século XIX, apenas a partir de 1906, proprietário Pedro de Almeida Godinho.

<sup>227</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N.205, 27 julho 1870.

maioria se encaixava nessa nova reestruturação das moradias na Corte carioca, que passaram a ser divididas por andar, logo, tornaram-se pequenas e mais simples. De acordo com o anúncio descrito e publicado pelo *Jornal do Comércio*, o que estava sendo anunciado para arrematação eram partes da casa lograda na Rua do Lavradio N.15, sobrado, e aquela que Anna residiu é exatamente a que apareceu descrita como “três ditas do sobrado”.

Os sobrados localizados no centro do Rio de Janeiro variavam, tanto em tamanhos como em luxo, sendo casas extremamente espaçosas, com mais de um andar, ou pequenos cômodos. De acordo com o *Dicionário da Língua Portuguesa*, escrito pelo autor Luiz Maria da Silva Pinto e datado em 1832, sobrado era “pavimento do andar da casa mais alto que o térreo, andar de casas.”<sup>228</sup> A partir do conceito, podemos pensar que existiram casas em que famílias residiram em todos os seus andares, sendo muito espaçosas e ocupadas, em sua maioria, por famílias de melhor posição social.<sup>229</sup>

Em contrapartida, outros imóveis eram divididos por andares, sendo os sobrados pavimentos superiores e normalmente menores, o que nos explica Anna Rosa ter logrado na maior parte de sua vida nesses espaços. Segundo estudos, as mulheres coloniais que antes viviam reclusas aos olhos públicos, nos sobrados urbanos do século XIX observavam a movimentação das ruas e até mesmo faziam suas leituras com a visão para o espaço público da cidade.<sup>230</sup>

Na imprensa transparecia essa diferenciação. Alguns exemplos: “A porta do alfaiate Campagnac parara uma carroça de água e, enquanto o condutor dela ia servir de água os moradores do sobrado da mesma casa, uma filha de Campagnac, menina de 16 meses de idade, aproxima-se da carroça e toca o animal.”<sup>231</sup> “Vende-se uma casa de sobrado, com telheiros, grande quintal, espaçoso, própria para qualquer grande estabelecimento ou casa de saúde, lugar muito fresco, central, para informações Rua da Assembleia n.79 e Barbonos n.33 A.”<sup>231</sup> Dois tipos de sobrados, o primeiro sendo uma parte da casa, dividida com mais de um morador; já o segundo, todo completo e composto por andares, quintal e sendo bastante espaçoso. O primeiro modelo, com repartições divididas com mais de um morador, assemelha-se àqueles que Anna Rosa residiu durante sua vida e aqui descritos.

<sup>228</sup> *Dicionário da Língua brasileira Luiz Maria da Silva Pinto*. Ouro Preto. Tipografia da Silva. 1832.

<sup>229</sup> ARAGÃO. Op.Cit.

<sup>230</sup> Ibidem.

<sup>231</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N.15, 15 janeiro 1868.

Impossível afirmarmos com segurança qual teria sido a real posição social de Anna Rosa, mas algumas pistas nos indicam sua inserção em um meio repleto de instabilidades, sendo sua constante mudança de imóveis, sempre em andares ou pequenos sobrados, uma delas. Ao buscarmos a documentação dos proprietários dos logradouros em que ela residiu durante sua trajetória de vida, nenhum fez referência ao seu nome, ou seja, eram possivelmente alugados<sup>232</sup>.

Sua morada se deu, na maioria das vezes, em regiões centrais do Rio de Janeiro. De acordo com Flávia Fernandes de Souza, nesse período, tais espaços eram essenciais na organização no mundo do trabalho, sendo local ideal para o estabelecimento de serviços, contando com uma grande circulação e uma dinâmica de ofertas e buscas.<sup>233</sup> Talvez, um dos motivos que levou nossa autora a optar por morar em tais espaços tenha relação com sua profissão e a necessidade de estar inserida no mundo do trabalho<sup>234</sup>, ampliando, assim, sua rede de relações e facilitando a busca por suas aulas.

De início, cabe levantarmos que todos os endereços eram pequenos imóveis, o que a coloca com uma vida em condição de sujeitos médios ou medianos, em um cotidiano de pessoas comuns, que buscavam oportunidades através do mundo do trabalho. Como por muito tempo acreditou-se que apenas mulheres de uma elite aristocrática estiveram a par dos debates travados por Anna Rosa, levando a uma dicotomia entre ricos e pobres, muitos estudos não se preocuparam em buscar vozes de pessoas que apareciam nesse entremeio, sobretudo mulheres. De acordo com João Costa Gouveia Neto:

Durante toda a história dos homens e das mulheres, sendo estes pobres ou ricos, existiu uma busca por lugares, objetos, símbolos, formas de comportamento, tipos de leitura, arquitetura, pintura que estivesse associada a seus hábitos e costumes e, assim, servisse para identificá-los como membros de uma determinada comunidade. Dependendo do lugar e do tempo no qual estes homens e mulheres estão inseridos, essas formas de identificação se modificam, são readaptadas a fim de adequarem-se às necessidades dos seres humanos em sociedade, e que só se consideram como tais a partir da convivência com seus pares.<sup>235</sup>

<sup>232</sup> Consulta feita através de contato com o AGCRJ, onde se encontra grande parte dos inventários de imóveis durante o Oitocentos.

<sup>233</sup> SOUZA, Flávia Fernandes de. Por ruas, becos e travessas: um olhar sobre dinâmica espacial do mundo do trabalho na cidade do Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, violência e exclusão*. ANPUH São Paulo, 2008.

<sup>234</sup> Aprofundaremos na discussão sobre sua inserção no mundo do trabalho em subcapítulos seguintes.

<sup>235</sup> GOUVEIA NETO, João Costa. *Ao som de pianos, flautas e rabecas...* Estudo das vivências musicais das elites na São Luís da segunda metade do século XIX. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Universidade Federal do Piauí, 2010.

Diante do exposto, fica claro a inserção de Anna nesse meio de sujeitos “comuns” que transitavam pelo cotidiano da Corte aqui no Brasil, buscando, através de suas vivências e hábitos, uma inserção no meio social como cidadã e portadora de direitos, tal como os homens. Suas experiências, compartilhadas com outros sujeitos, servem-nos como aportes para pensar essas classes intermediárias que também vivenciaram o período monárquico.

Sergio Buarque de Holanda nos diz sobre a falta das ditas “classes médias” no contexto do Império brasileiro. Segundo o autor: “A mais notável [...] era a inexistência de uma numerosa camada social intermediária entre os grandes senhores e a parte ínfima da população livre, que pudesse fazer as vezes de classe média [...]”<sup>236</sup> Sobre essas classes, as pessoas pertencentes a elas poderiam ser caracterizadas como aquelas que possuíam “ares aristocráticos”, ou seja, pessoas que, apesar de não terem estado imersas numa elite aristocrática social e econômica, foram, aos poucos, inserindo-se nos meios sociais que levaram a tal caracterização, frequentando espaços como bibliotecas, cafés, imprensa, bailes, teatros ou realizando viagens pela Europa, adquirindo piano e outros instrumentos musicais.

Essa posição social ocupada por Anna Rosa Termacsics dos Santos, uma mulher comum e com condições modestas, mas que, mesmo diante disso, conseguiu ascender-se socialmente para questões ilustradas, nos é comprovada em diversos momentos, que se relacionam aos seus rastros localizados na imprensa. O mundo do trabalho foi seu meio de atuação, sendo que os recursos angariados através deste foram de suma importância na sua vida, como percebemos em um anúncio publicado por ela na imprensa diária do Rio de Janeiro: “DINHEIRO perdido - Uma senhora muito pobre perdeu no Banco do Brasil a quantia de 81\$; quem achou pratica um ato de caridade e consciência restituindo-se, na rua do Lavradio, n.15, sobrado, onde se gratifica se assim o exigir, e se agradece.”<sup>237</sup>

O anúncio posto sobre a perda de dinheiro no banco levanta alguns questionamentos relacionados a sua trajetória, que foi marcada por altos e baixos. A sua caracterização como “uma senhora muito pobre” aguça a pensar essa concepção de pobreza que apareceu no jornal, que não tinha relação nenhuma com sujeitos da mais baixa camada social, como escravizados, libertos, estrangeiros ou prostitutas da rua. Só o fato de se gratificar a pessoa que encontrasse o dinheiro já a colocava imersa em uma classe mediana. Na data do anúncio, em 1878, Anna Rosa tinha 57 anos, ou seja, uma senhora com certa idade e que, vivendo sozinha e ainda trabalhando,

<sup>236</sup> HOLANDA, Sergio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volumes 2 e 4; 2ª edição. São Paulo: Difel, 1978, p. 95.

<sup>237</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N.10, 10 de janeiro de 1878.

necessitava, e muito, do que havia perdido. As particularidades de sua existência nos permitiram refletir que o debate sobre liberdades e direitos femininos estava sendo posto para além das mulheres de elite, circulando em grupos distintos e com menos influência, mulheres comuns como nossa autora.

Outro dado importante se relaciona à sua formação, que não foi adquirida com aprendizados em colégios, sejam eles públicos ou particulares e, sim, com seus próprios esforços individuais, além do incentivo que teve de sua família, que, segundo as fontes, tinham interesses em questões literárias. Podemos, com isso, caracterizá-la como autodidata, segundo suas próprias palavras:

Minhas irmãs, eu que falo por experiência própria n'esta matéria, declaro que a mim mesmo me eduquei, a não ser um ano que estive em um colégio; a instrução que tenho adquirido é das livrarias públicas e do estudo da natureza humana, o desenvolvimento do espírito imortal, para cumprimento do destino humano. Vossa própria experiência, e o mundo em que vivemos, e pelo qual somos impressionadas, é a melhor escola, tanto para o homem, como para a mulher. A vida pratica fornece a melhor disciplina para nossas faculdades: ela nos qualifica para seguirmos a vida como a achamos, e deixamos a melhor que talvez encontrássemos.<sup>238</sup>

A sua formação não foi a mesma daquela destinada para meninas da elite, com grandes mestres ou em colégios renomados e estrangeiros, pelo contrário, sua intelectualidade foi resultado de seu engajamento e de suas leituras pessoais, frequentando bibliotecas e tendo contato com diversas obras em suas variedades de áreas. A mesma nos declarou ter cursado colégio apenas um ano de sua vida, período insatisfatório para tamanha bagagem ilustrada. Ela também nos informou que era uma leitora assídua de livros e jornais, principalmente aqueles publicados na Europa e nos Estados Unidos, regiões que interferiram em toda escrita do seu *Tratado* político. Sua qualificação foi resultado de sua vida prática como mulher, além de suas muitas leituras, uma formação individualizada e sem grandes mestres. Nesse sentido, acreditamos que tenha sido motivada, sobretudo, por sua família.

Os dados de sua família, descrita como distinta e portadora de conhecimentos ilustrados, também podem nos responder sobre o seu grande intelecto, que veio de uma linhagem que tinha o costume de leituras e do aperfeiçoamento cultural e letrado, principalmente na fase em que contava com uma melhor ascensão social, apesar de sua pouca idade, residindo na Europa no início do século. Tendo em vista que se mudou para o Brasil aos sete anos de idade, podemos

---

<sup>238</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.121.

afirmar que grande parte de sua formação ilustrada foi adquirida aqui e reflexo de suas viagens, como será abordado mais adiante.

Para Anna Rosa, a instrução que era negada às mulheres e aceita por muitas, dava-se devido a uma universalidade de inferioridade por sexo que vinha sendo ditada desde seus antepassados. Segundo suas próprias palavras: “A mulher diz agora: - eu nunca sondei os abismos da ciência porque ouvi sempre [que] esta doutrina, que isso é inconveniente ao nosso sexo, e que todos os conhecimentos do mundo, são supérfluos à mulher”<sup>239</sup>. Não sabemos se o seu curto período de estadia em colégio, um ano como ela nos descreveu, esteve relacionado a falta de oportunidades, a questões financeiras ou a escolhas de sua própria família. O fato é que, mesmo diante de todas as dificuldades e empecilhos sociais postos em sua vida, a mesma conseguiu educar-se, a ponto de formular uma escrita com grandes percepções políticas, sociais, filosóficas e literárias.

Os dados localizados que fizeram referência a Anna Rosa, em diferentes momentos de sua vida, demonstraram-nos aquisição de obras e circulação em meios letrados, características que corroboram com sua diferenciação social e formação<sup>240</sup>. Em 1864, ela colocou para venda dois de seus livros, comprovando-nos sua continuada leitura de obras em suas mais variadas temáticas:

Vende-se muito em conta a Galeria dos Brasileiros Ilustres (do Sr. Sissou), em 2 grandes volumes, ricamente encadernados, contendo cada um, 44 retratos com as competentes biografias, não entrando nesse número os de SS MM Imperiais, os Srs. D. Pedro, I e II, o e S. M Imperatriz e das sereníssimas princesas a cavalo, Rua das Flores 48.<sup>241</sup>

As informações contidas fazem referência a seu grande conhecimento de personalidades em contextos passados, presentes no correr de sua escrita, que contou com mais de 100 nomes (ver tabela ao final), compreendendo homens e mulheres ilustres de todo o mundo e se relacionando diretamente com as leituras por ela feitas em períodos antecedentes à escrita de sua obra.

Sobre suas leituras, seja de obras ou jornais, localizamos, no ano de 1869, seu nome como assinante de uma revista intitulada *Ilustração Americana* e de propriedade de Thomaz

<sup>239</sup> A.R.T.S. Op.Cit., p.11.

<sup>240</sup> Como no contexto o número de analfabetos era altíssimo, estando presente inclusive no próprio meio de senhoras da elite, ser instruída era característica privilegiada para aquelas pessoas.

<sup>241</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N.79, 20 março 1864.

Gomes dos Santos Filhos, noticiada pelo *Jornal do Comércio*. O que chamou nossa atenção é que a publicação trouxe 67 nomes de pessoas que realizaram a assinatura de tal revista pela quantia de 3:000\$ e, dentre todos, Anna Rosa surgiu como a única mulher no meio de nomes de senadores, doutores e senhores daquela sociedade<sup>242</sup>. Essa informação responde muito sobre seus questionamentos presentes no *Tratado*, no qual ela esteve em contato com diversos tipos de publicações.

Sobre essa revista, o mesmo jornal assim a descreveu:

A ILLUSTRACÃO AMERICANA não tem cor política, o que incontestavelmente lhe dá plena liberdade de melhor servir aos interesses do país. O seu fim é ligar cada vez mais os laços que prendem o Brasil aos Estados Unidos, e nesse propósito tratará especialmente de assuntos concernentes as duas nações americanas, para que sejam estudados com a maior atenção e daí possam resultar benefícios reais para este vasto Império, digno por sem dúvida de ocupar um dos principais lugares no mapa das primeiras nações do mundo. [...]

A ILLUSTRACÃO AMERICANA tentará pôr em prática esta reconhecida verdade, e espera ser aplaudida no primeiro passo que dá para essa nova cruzada de progresso. São objetos especiais de sua redação: finanças, agricultura, indústria, comércio, melhoramentos materiais, estatística, imigração, colonização, literatura, ensino público e belas artes.<sup>243</sup>

A relação da autora com outros países é novamente confirmada, só que dessa vez com uma ênfase maior nos Estados Unidos, país de grande referência para muitas brasileiras letradas como ela. Do mesmo modo, o interesse por assuntos como “finanças, agricultura, indústria, comércio, melhoramentos materiais, estatística, imigração, colonização, literatura, ensino público e belas artes” não eram, na maioria dos casos, destinados as mulheres, salvo às vezes literatura e belas artes, o que talvez explique ela como única mulher assinante dessa mesma revista.

Ainda sobre sua educação, podemos inseri-la como uma grande adepta aos ideais do liberalismo político, que em meados do XIX encontrava-se sendo difundido por todo o mundo ocidental. O filósofo e político inglês John Stuart Mill é considerado um dos principais difusores, suas obras circularam a nível internacional e tiveram grande importância na formação dos discursos por direitos, dentre os quais os das mulheres merecem destaque. Em toda sua escrita, Anna Rosa defendeu uma liberdade feminina, utilizando dos princípios contidos no liberalismo e de intelectuais de renome. Caracterizá-la como liberal está intimamente relacionado ao discurso por ela construído, que contém características suficientes para tal

<sup>242</sup> Ver publicação na edição n.191 do *Jornal do Comércio* do dia 11 de julho de 1869.

<sup>243</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N. 119, 30 abril 1869.

afirmação, utilizando desde os teóricos iluministas até os seus contemporâneos, estando em contato direto com obras em defesa das liberdades individuais e na igualdade civil e política entre os sexos.

Ao escrever em 1868, Anna Rosa Termacsics dos Santos tinha 47 anos, encontrando-se numa idade adulta um pouco avançada. Ela descreveu que já tinha passado pela mocidade, segundo suas próprias palavras: "Na mocidade, minha atenção foi examinar o valor da beleza e sua perfeição como afeição permanente"<sup>244</sup>. Informação que nos leva ao ofício da escrita desde nova, dando-nos indícios sobre outro de seus textos e nos confirmando sua carreira como escritora.

No seu meio intelectual e de sociabilidade, sabemos que esteve inserida em reuniões literárias e associações, nas quais, segundo ela, eram debatidos temas relacionados aos direitos femininos, "[...] criamos clubes e sociedades para deliberar sobre esta grande questão dos direitos, das obrigações e relações da mulher"<sup>245</sup>. Em meio a tal informação, podemos levantar que o seu endereço de morada no ano da publicação contou com uma sala espaçosa, sendo descrito como um ótimo imóvel para realização de reuniões: "Aluga-se uma espaçosa sala e alcova, para escritório, das 10 até as 4 horas, ou para reuniões literárias, na Rua sete de setembro, n.223/1º andar, próximo à praça da Constituição"<sup>246</sup>. Não sabemos de fato se naquele espaço ocorreram reuniões de mulheres emancipadas, contudo, suas crenças e atuações em busca de direitos nos levaram a pensar sobre essa possibilidade.

Durante o correr do século XIX vinham se formando e crescendo os espaços de sociabilidades literárias e, com isso, as mulheres também começaram a marcar seus encontros. Tal fato esteve relacionado à criação de jornais estritamente femininos, feitos por e para mulheres, nos quais encontramos reuniões para debater assuntos sobre as publicações que viriam a ser publicadas nesses periódicos, além de deliberar sobre questões referentes aos direitos das mulheres.

Nesse entremeio, cabe uma informação que pode estar relacionada a Anna Rosa e a sua circulação nestes espaços. O periódico *Bello Sexo*, surgido em 1862, e com poucas edições disponíveis para acesso<sup>247</sup>, teve como redatora chefe Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, além

---

<sup>244</sup> A.R.T.S. Op.Cit, p.122.

<sup>245</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>246</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N. 124, 06 maio 1869.

<sup>247</sup> Não se sabe quantas edições exatas do jornal circularam, apenas seis foram preservadas e encontram-se presentes no acervo da Biblioteca Nacional, na sessão de periódicos e disponíveis para consulta no site da Hemeroteca Digital Brasileira.

de diversas outras senhoras como colaboradoras, que tinham o mesmo objetivo que nossa autora descreveu em sua escrita, ou seja, “deliberar sobre esta grande questão dos direitos, das obrigações e relações da mulher”<sup>248</sup>. A cada edição eram transcritas as reuniões realizadas com todas as redatoras presentes, elencando os principais assuntos que seriam abordados e publicados nas edições seguintes.

Em sua primeira edição, em 21 de agosto de 1862, encontramos os nomes das senhoras que deram início a esta empreitada: D. Júlia, D. Adelaide, D. Anna, D. Maria, D. Carolina, D. Eulália, D. Theresa, D. Luiza, D. Hedulviges e D. Romana, combinando de se reunirem uma vez por semana e, elegendo para presidente, D. Luiza, devido a sua idade mais avançada e posição; D. Júlia para secretária e D. Romana como sua substituta.<sup>249</sup>

À vista disso, levantamos algumas possibilidades que surgiram diante dos dados fornecidos pela obra escrita por Anna Rosa Termacsics, em 1868, além de outras informações referentes a sua família, abordada no primeiro ponto deste capítulo. A nossa personagem nos descreveu sua participação em reuniões femininas, com o mesmo intuito do periódico *Bello Sexo*, deliberar sobre questões relacionadas aos direitos das mulheres. Outrora, apareceu uma Anna como redatora do periódico, que contou com a seguinte informação em uma das reuniões do jornal: "A Sra. D. Anna pedindo a palavra, fez ver que tinha consigo alguns artigos originais e que passava a oferecer a ilustre **associação**, a fim de ir dando-os à publicidade. Foram aceitos e remetidos a gerência do *Bello Sexo* a fim de fazê-los publicar com urgência. [Grifo meu]"<sup>250</sup>

Sabemos que, para além da obra escrita em 1868, Anna Rosa também escreveu vários pequenos artigos que vieram a ser publicitados posteriormente no *Diário de Notícias*<sup>251</sup>, além da informação de que na sua mocidade trabalhou com a discussão sobre beleza feminina<sup>252</sup>, ou seja, podemos afirmar que ela atuou como uma escritora e que esteve constantemente escrevendo, podendo ter oferecido seus textos para serem publicados no jornal que surgiu no Rio de Janeiro. Os escritos analisados nas poucas edições do *Bello Sexo* não contaram com artigos assinalados, ele foi um periódico pequeno que não cabia espaço para muitas publicações, como aconteceu, por exemplo, em jornais como *Diário do Rio de Janeiro*, *Jornal do Comércio e Correio Mercantil*. Acreditamos que os artigos que foram aceitos naquela reunião deliberativa não vieram a ser públicos.

<sup>248</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.25.

<sup>249</sup> *Bello Sexo*. Rio de Janeiro. N.1, 21 agosto 1862.

<sup>250</sup> *Bello Sexo*. Rio de Janeiro. N. 2, 31 agosto 1862.

<sup>251</sup> Assunto que abordaremos no capítulo 3 de nossa dissertação.

<sup>252</sup> Discussão presente na página 122 do *Tratado*.

Outro apontamento notório sobre a possibilidade de Anna Rosa ter sido a mesma redatora do *Bello Sexo* está relacionado à sua família e a outros dois nomes que apareceram de colaboradoras. Dentre as suas irmãs, localizadas e descritas por nós anteriormente, Amália Luiza e Teresa Rosa, se assemelham com duas redadoras do jornal, só que caracterizadas apenas com um único nome, respectivamente, Teresa e Luiza. A última era a irmã mais velha de Anna e no periódico sua idade mais avançada a deu o cargo de presidente, sabemos que ela faleceu em 1868 com 50 anos, ou seja, em 1862 ela tinha 43 anos.

As coincidências referentes tanto às reuniões quanto aos nomes femininos presentes, levantaram grandes vestígios que podem estar interligados com a trajetória da senhora Termacsics e a sua presença no debate sobre direitos femininos no Brasil oitocentista. A falta de edições do periódico *Bello Sexo*, assim como a sua pouca publicidade de recepção frente aos periódicos de grande circulação, impossibilitou afirmar que a Anna, redatora do jornal, fosse a mesma autora do *Tratado*, apesar de todas as possibilidades. Mas a hipótese aqui levantada deve ser levada em conta, tendo em vista que o debate por direitos femininos, não só o educacional, mas, também o do trabalho e política, esteve posto e circulando em grupos de mulheres durante o período.

A informação fornecida sobre a realização de reuniões de mulheres comprovou, ainda, que outras estiveram presentes nesse debate, permanecendo ainda no anonimato histórico. Percebemos, com isso, a formação de uma rede de mulheres compartilhando vivências, experiências, anseios, desejos e angústias sobre a condição de suas vidas, condição essa que estava repleta de preconceitos e exclusão do debate político. A sociabilidade de tais mulheres propiciou uma compreensão sobre o trânsito de ideias presente no decorrer de toda a escrita do *Tratado*, que se encontra repleto de experiências conjuntas de mulheres, como sua autora deixou claro:

O que queremos é que a mulher seja recompensada conforme seus merecimentos, o que queremos é que ela tenha uma posição na sociedade, correspondente as suas obrigações e aos seus talentos; só assim livraremos a mulher dos inumeráveis perigos a que está exposta a todo momento. Só assim nos constituiremos um ente livre e respeitado na sociedade.<sup>253</sup>

O trecho retirado ao final da obra, permitiu perceber uma fala que englobava um plural, isto é, tudo que a autora trabalhou foi construído não apenas sobre seus anseios e desejos, mas

---

<sup>253</sup> A.R.T.S. Op.cit.p.128.

de uma circulação e um contato com outras mulheres, que também tinham em mente a libertação frente ao sexo masculino na busca por direitos.

Em um dos anúncios de venda da obra apareceu a seguinte frase: “O título dá inteira ideia do assunto, que é tratado em linguagem boa e fácil, e o livro estudo e aplicação da parte de sua autora”<sup>254</sup>. Fica claro, a partir do exposto, que os apontamentos escritos por Anna Rosa foram desencadeados e fundamentados em grandes estudos sobre o assunto e ela nos comprovou isso,

[...]eu estudei a mulher e estudei o homem, e o resultado foi uma resolução fixa, uma coragem indomável para fazer com minhas faculdades e com minhas mãos o que aprendi, aperfeiçoando-me nas minhas habilidades, para com Deus e a humanidade, e gosando da minha capacidade<sup>255</sup>.

Como visto, os resultados obtidos se deram através de apropriações de autores (as) que apareceram descritos no correr da obra e que já vinham trabalhando em seus escritos a condição de inferioridade das mulheres no século XIX. Mas, para além de seus estudos, também deve ser destacado sua experiência de vivência naquela sociedade, sendo marginalizada e impossibilitada de participar de assuntos que englobassem o espaço público, o qual ela tinha grande interesse em se inserir, possuindo grandes aptidões intelectuais.

Anna Rosa teve uma vida repleta de dificuldades, apesar de todas as suas características de senhora aristocrática. Trabalhou muito na busca de reconhecimento social, residiu sozinha em lugares pequenos e escreveu sobre direitos femininos, que, em suma, interfeririam em melhoras na sua própria existência, propiciando, assim, maiores oportunidades de ascensão, especificidades significativas para uma mulher em uma sociedade paternalista, visto que diversas outras mal sabiam assinar seus próprios nomes, trabalhando em serviços urbanos em situações de precariedade ou presa às amarras da escravidão, o que nos leva a pensar nas distinções postas no grupo feminino que vivenciou o período monárquico.

Acreditamos que a sua trajetória de vida passou por um processo de decadência financeira, no qual o fato de ter sido estrangeira e ter vivido grande parte sozinha possa fazer relação direta com isso. A chegada ao país e toda a linhagem de sua família com bagagens ilustradas e políticas incidiram diretamente em sua formação intelectual e musical. Os negócios de seu pai com as vinhas, ao que tudo indica e as fontes nos mostram, apesar de alguns

---

<sup>254</sup> *Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal*. Rio de Janeiro, n.79, sexta-feira, 20 março 1868.

<sup>255</sup> A.R.T.S. Op.Cit, p.121-122.

progressos, perpassaram por dificuldades financeiras desde seu início, tendo que tentar a sorte abrindo, ainda em São Paulo, um curso para meninas em que as irmãs Termacsics seriam as professoras. Alguns anos depois se mudaram para o Rio de Janeiro e não sabemos como as coisas desencadearam. O fato de termos localizado apenas dados de sua vida sem uma figura masculina a seu lado, a partir de 1850, pode ter se dado pela morte do pai, que já se mudou para o Brasil em finais da década de 1820, com 60 anos. Também ressaltamos que pode ter sido sua escolha própria optar por não se casar e constituir família, tendo em vista as funções e imposições que o matrimônio carregava e que ela tanto criticou em sua escrita, como discutiremos melhor em capítulo seguinte.

As diferentes frentes de atuação de Anna englobaram o mundo da música com o piano e o canto, da costura e bordado, da instrução com o ensino de primeiras letras, boas maneiras e línguas e da governança das tarefas domésticas de casas de família<sup>256</sup>. Apesar de terem sido ofícios distintos, todos eram desempenhados, em sua maioria, por senhoras educadas, característica que nossa autora possuía e seus escritos nos comprovaram. Por fim, cabe reforçarmos o papel assumido pela imprensa, que nos forneceu dados significativos sobre sua aparição naquela sociedade, além do levantamento de possíveis redes de sociabilidades femininas, como no *Bello Sexo*, mostrando a presença de um debate sobre direitos na educação, no trabalho e na busca pela participação política das mulheres ainda no Império.

### **2.3- As viagens internacionais**

Como era de se imaginar, Anna Rosa esteve, devido à sua concepção de mundo, em constantes viagens para fora do Brasil, sendo possível destacar suas muitas saídas e entradas em portos brasileiros no decorrer de algumas décadas do século XIX. Tal fato relaciona-se diretamente com sua atuação como professora de idiomas, refletindo em todo o seu conhecimento e levando suas relações intelectuais em contatos transnacionais, como buscaremos demonstrar.

Suas idas e apropriações de ideias se deram, principalmente, em países europeus, mas percebemos, a partir de sua escrita, que apesar da ideia de civilização ter estado constantemente relacionada com a Europa, sendo reforçada pelos escritos do período, ela utilizou, igualmente,

---

<sup>256</sup> Ofícios que apareceram concomitantemente relacionados a imprensa periódica, que foi utilizada para anunciar seus préstimos, além do Almanak Laemmert.

de países da América Latina e até mesmo dos asiáticos, demonstrando um rompimento com a ideia de progresso e civilidade apenas em países ocidentais, sobretudo naqueles que mulheres tiveram atuações, reivindicando direitos educacionais e políticos.

Anna nos mostrou uma agência de mulheres árabes, que viviam em regiões sem muito acesso pelas brasileiras que, inclusive, caracterizavam esses países como bárbaros<sup>257</sup>. Descreveu uma senhora, Hiesha, inserida no século X, da seguinte maneira:

Lembramo-nos da Sra. Hiesha, filha de Mahned-ben-Laduim, que foi tida pelo maior gênio que produziu o décimo século; ela brilhava em poesia, em seus conhecimentos em medicina, matemática, e outras ciências que floresciam neste tempo: nas palavras dos historiadores mouros, ela era uma fonte de ciências, uma montanha de discrição e um oceano de instrução: isso é a definição dos árabes, que muitos homens medíocres queriam chamar homem-mulher<sup>258</sup>.

O seu contato com tal informação, uma poetisa árabe do décimo século, demonstra um grande conhecimento por questões para além da Europa e dos Estados Unidos, sendo, provavelmente, resultado de seu conhecimento de idiomas. Além disso, a sua grande percepção sobre a história mundial, tendo em vista que ela nos passou informações levantadas por “historiadores mouros”, isto é, ela vinha tendo contato com as produções desses profissionais, que, ao que nos mostra, também circularam em países para além da Ásia.

Em 1853, entre os meses de março<sup>259</sup> a agosto<sup>260</sup>, Anna Rosa deu entrada em portos da França e da Inglaterra, por lá permanecendo até 1854, quando voltou para o Brasil em dezembro deste ano<sup>261</sup>. Ela esteve fora do país cerca de um ano e dez meses, viajando em regiões europeias que contavam com políticos que advogaram a favor da igualdade entre os sexos, mulheres intelectuais, artistas, musicistas e professoras que já vinham reivindicando por direitos, influenciando, assim, tanto sua trajetória de atuação, como a de escrita. Por lá, possivelmente, teceu redes de sociabilidades, mantendo contato e contribuindo para que muitas ideias que vinham sendo propagadas viessem a aqui circular.

<sup>257</sup> Anna Rosa em sua obra de 1868 caracteriza os países orientais como bárbaros em sua página 78.

<sup>258</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p. 85-86.

<sup>259</sup> Sai do Brasil no dia 15 de março de 1853 sentido Harvre na França. Noticiado pelo *Jornal do Comércio* na movimentação de portos em sua edição número 75 deste ano.

<sup>260</sup> Anna Rosa Termacsics dos Santos dá entrada em 09 de agosto de 1853 em Souphthon na Inglaterra. Noticiado pelo *Correio Mercantil* em sua edição número 222 deste ano.

<sup>261</sup> Volta ao Brasil e dá entrada no porto de Macaé em 06 de dezembro de 1854. Noticiado pelo *Diário do Rio de Janeiro* em sua edição número 333 deste ano.

Novamente, em 1857, ela viajou para a Inglaterra<sup>262</sup>. Tal país contou com acontecimentos de grande importância para os apontamentos femininos que foram feitos durante todo o século XIX, com figuras de renome no debate pelos direitos das mulheres, a exemplo de John Stuart Mill. Tanto a França como a Inglaterra foram países que apareceram em toda a escrita do *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*, no qual Anna utilizou dos ocorridos e das transformações ocorridas neste país, além de citar algumas de suas personalidades passadas, compreendendo desde rainhas a literatas, que tiveram trajetórias reveladoras e de grande prestígio para os avanços na condição em que as mulheres europeias se encontravam.

Era comum que viajantes mulheres, ao decidir que iam fazer alguma viagem para países como França, Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra e diversos outros, levassem consigo guias de viagens contendo informações sobre a localidade escolhida. Tais guias eram bastante vendidos e impressos como livros de bolso, devido à praticidade para se carregar, o que propiciava que muitas senhoras fizessem tranquilas seus passeios pelas cidades, sempre com o respectivo guia. Estes contavam com informações sobre hospedagens, alimentação, passeios e valores aproximados para permanência em dada época, além de mapas com o nome das ruas e das principais atrações presentes nelas, facilitando, e muito, a vida daquelas mulheres que viajavam, sobretudo sozinhas<sup>263</sup>, caso este de Anna Rosa, que saía do Brasil sem nenhum (a) acompanhante.

Ainda nessa sua circulação transnacional, encontramos sua ida ao Chile e à Argentina, regiões da América Latina e próximas ao Brasil que, no período, eram modelos republicanos de governo. Em 15 de abril 1858, Anna Rosa transportou-se de Valparaíso, no Chile, para Buenos Aires, na Argentina<sup>264</sup>, não sabemos o período de permanência da mesma no primeiro, apenas que chegou no Rio da Prata e deu entrada no Brasil em 10 de maio do mesmo ano.

Em sua escrita, encontramos uma citação direta sobre a Argentina e os seus acontecimentos políticos, a exemplo da atuação do governador Juan Manuel Rosas, ditador do partido federalista argentino. A atenção da autora foi com a sua filha, Manuelita, frente as atrocidades cometidas por seu pai, de acordo com suas palavras: "A nobre influência de Manuelita em Buenos Aires, sobre a política e seu cruel pai o Rosas, é uma prova do que pôde

---

<sup>262</sup> Sai no dia 11 de junho de 1857 sentido Southampton Inglaterra. Noticiado pela edição número 162 do *Diário do Rio de Janeiro*.

<sup>263</sup> Dois guias que podem ser utilizados como exemplos são *Joanne* e *Baedeker*, ambos localizados no Arquivo Histórico Rui Barbosa – Rio de Janeiro.

<sup>264</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N.101, 15 abril 1858.

aparecer quando essas influencias forem legitimadas"<sup>265</sup>. Fato esse que demonstra sua preocupação com os acontecimentos políticos mundiais e o papel assumido pelas mulheres nos mesmos. Acreditamos que sua estadia nesse país e o contato com tais acontecimentos, foram os responsáveis por tal comentário, tendo em vista que a data coincidiu, em parte, com o momento político descrito.

Ainda na Argentina, podemos pensar a proximidade de suas ideias com as de Domingo Faustino Sarmiento, um político e escritor romântico que se opôs ao regime de Rosas, necessitando se exilar no Chile por algum tempo, local onde escreveu uma de suas principais obras, "Facundo o Civilización y Barbarie", a qual teceu críticas ao governo ditatorial, narrando a biografia do caudilho Facundo Quiroga.<sup>266</sup> Sarmiento também colaborou nas discussões sobre civilização e barbárie, tema também presente no *Tratado*.

Entre os anos de 1853 e 1858, pouco sabemos sobre a vida de Anna Rosa no Brasil, uma vez que ela apareceu indo e vindo daqui, viajando por lugares diversos, tais como os destacados anteriormente. As únicas informações encontradas fazem referência à venda de um piano, "VENDE-SE um piano moderno de meio armário de jacarandá de 6  $\frac{3}{4}$  oitavas, pelo módico preço de 250 \$; para ver e tratar, na rua dos Inválidos n.57, das 3 às 7 horas da tarde"<sup>267</sup>, que apareceu em algumas edições consecutivas do jornal, e de uma escrava com duas filhas:

VENDE-SE uma preta perfeita cozinheira, lavadeira e engomadeira, sabendo fazer doces, aprontar um chá, etc., com duas filhas, uma parda de 12 para 13 anos, a qual sabe coser e engomar sofrível, e uma negrinha de 7 para 8 anos; para ver e tratar, na rua dos Inválidos, n.57, casa particular<sup>268</sup>.

Tais informações podem estar relacionadas à necessidade de venda devido a sua saída do país. Neste período, 1853 a 1858, ela encontrava-se na casa dos 32 a 37 anos e levantamos a hipótese de que foi nesse entremeio que a mesma adquiriu maiores conhecimentos letrados, inspirando-se em modelos internacionais e apropriando-os, à sua maneira, na formulação de suas reivindicações políticas no Brasil.

Assim que retornou ao país, em 1858, os anúncios dos jornais logo noticiaram seu regresso e, novamente, seus serviços voltaram a ser ofertados:

<sup>265</sup> A.R.T.S. Op. Cit. P.107-108.

<sup>266</sup> Ver mais em: SARMIENTO, D.F. *Facundo: Civilización e barbárie no pampa argentino*. Traduzido de Aldyr Garcia Schlee. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

<sup>267</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N.156, 08 junho 1857.

<sup>268</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N.88, 31 março 1857.

Atenção. D. Anna dos Santos regressou a esta corte e continua a dar lições de piano e canto em casas particulares, e também de diferentes idiomas, e ensina também em lugares distantes, quem precisar do seu préstimo dirija-se a rua dos Inválidos n. 57, sobradinho<sup>269</sup>.

Isso nos demonstra como o trabalho era importante em sua vida, a partir do qual buscava recursos financeiros para suas necessidades como mulher, sendo que, naquela época, para as mulheres "adquirir ou acumular bens não era tarefa fácil, sobreviver já era difícil por si só"<sup>270</sup>.

Tanto as informações sobre sua ida e seu conhecimento sobre as questões políticas da Argentina, como sobre uma mulher poeta no século X árabe, demonstrado no início dessa discussão, são dados notórios sobre sua preocupação para além do mundo ocidental, não tendo como único modelo apenas a Europa, mas pensando mais global. Acreditamos que o intuito da autora tenha sido o de levantar apontamentos que consolidassem ainda mais a sua causa, contribuindo para que o caso brasileiro legitimasse as suas reivindicações políticas e a inserção feminina no mundo do trabalho.

A imprensa periódica brasileira a caracterizou como húngara, austríaca e alemã<sup>271</sup>, ocorrência que possivelmente se deu pelo fato de tais regiões serem bem próximas, além de seu pai, que quando residiu por lá transitou por aqueles países para comercialização de seu produto. Anna Rosa, apesar de ter vivido grande parte de sua vida no Brasil e reivindicar direitos para a nação brasileira em sua escrita, não entrou com o processo de naturalização na chancelaria em vigor no XIX, localizada na Corte, o Rio de Janeiro<sup>272</sup>.

Fazer viagens internacionais era uma prerrogativa de distinção social, considerando os altos custos que as mesmas demandavam e o longo percurso dentro de navios. Ainda tinha o custo para permanecer nos países viajados, ou seja, Anna Rosa conseguiu arcar com tais despesas, apesar de todas as dificuldades postas em sua vida, trabalhando muito, tendo que dar mais de uma aula por dia, deslocando-se no espaço físico da cidade<sup>273</sup>. Não sabemos quais foram as maneiras encontradas por ela para angariar os recursos necessários, uma possibilidade

<sup>269</sup> *Correio Mercantil e Instructivo do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. N.135, 24 maio 1858.

<sup>270</sup> SBRAVATI, Daniela Fernanda. *Senhoras de incerta condição: proprietárias de escravos em Desterro na segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Santa Catarina: UFSC, 2008.

<sup>271</sup> Nas diversas publicações sobre suas saídas e entradas no país.

<sup>272</sup> As documentações de naturalizações de estrangeiros no Brasil, encontram-se no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e não tem nenhum pedido de membros da família húngara Termacsics.

<sup>273</sup> Temática que discutiremos melhor no próximo subcapítulo.

talvez se relacione ao fato de que ela era uma mulher econômica, que juntava o dinheiro arrecadado através de seu trabalho para essas suas viagens.

O fato dela ter tido a oportunidade de fazer viagens para fora do Brasil é um ponto notório sobre ela, que se insere na discussão sobre sujeitos intermediários que vivenciavam ares aristocráticos, apesar de não se inserirem diretamente em tal classe. Acreditamos que a sua atuação no mundo do trabalho, conjuntamente com sua defesa para ampliação deste para as mulheres, relacione-se a uma conquista e uma emancipação financeira que propiciasse maior facilidade de trânsito nesses diferentes espaços, independente de pai ou marido, levando, também, a uma igualdade de condições, visto que isso apareceu nos seus anseios escritos.

#### **2.4- O mundo do trabalho e a inserção de Anna Rosa Termacsics dos Santos**

O mundo do trabalho também apareceu como um dos principais temas reivindicados por Anna Rosa Termacsics dos Santos. Isso se deve ao fato de que ela, em sua escrita, transpassou informações sobre suas vivências como uma mulher que teve que trabalhar em diversas frentes, enfrentando empecilhos, desde o mal pagamento por seus serviços até as dificuldades de locomoção naquela cidade. Através disso, torna-se perceptível a importância do trabalho em sua vida, assim como para outras mulheres de mesma posição social.

Segundo os anseios de Anna, presentes em sua escrita, apenas através de oportunidades iguais dadas as mulheres no trabalho, as mesmas conseguiriam avanços e inserção em ofícios até então caracterizados como masculinos. Nossa personagem, no decorrer de sua vida, atuou como musicista, ensinando piano e canto, além de, também, ter lecionado idiomas, profissões que apareceram ofertadas diariamente na imprensa oitocentista. Mas, para além desses ofícios, também encontramos outros serviços ofertados, como para trabalhar em colégios, sejam eles públicos ou particulares, governanta nas tarefas de casas de famílias e de homens solteiros ou viúvos, e como professora particular/ preceptora de meninas.

Ao que tudo indica, como Anna Rosa viveu sozinha em condições sociais de uma mulher de classe mediana, necessitava empregar-se e, no momento em que seus ofícios como musicista e professora de línguas não estivessem sendo satisfatórios financeiramente, buscava outras atuações, utilizando dos aprendizados que possuía com o cuidado da casa e o ensinamento através da instrução.

Toda a experiência de Anna com o trabalho tinha relação com as suas aptidões. No que se refere, em especial, ao ensino de boas maneiras e primeiras letras, deve ser lembrado a escola

que seu pai, o senhor Termacsics, abriu na cidade de São Paulo, em meados da década de 1830, para que ela, juntamente com suas irmãs, ainda nova, pudessem trabalhar e angariar recursos, na qual as três lecionaram desde os rudimentos da leitura até aprendizados básicos de costura, bordado, culinária, piano e canto<sup>274</sup>. Experiências que contribuíram para que ela seguisse no ofício por longos anos.

A partir de finais da década de 1850, encontramos anúncios que nos fizeram perceber sua movimentação por diferentes vias, vejamos: “Uma senhora honesta de educação, deseja-se empregar-se em casa de família ou colégio, prestando-se a fazer qualquer serviço, trata-se na rua do Lavradio, n.15, sobrado”<sup>275</sup>. E “Uma senhora de meia idade oferece-se para tomar conta da casa de um homem solteiro ou viúvo; informa-se na rua Lavradio, n.15, sobrado”<sup>276</sup>. Localizamos vários anúncios desse tipo, relacionados a prestação de seus serviços, que oscilaram entre os anos 1850 e 1880. Como ela esteve em constante mudança, os endereços eram sempre renovados nos anúncios impressos.

Após analisar os anúncios publicados pelo *Jornal do Comércio*, um dos principais meios informativos diários daquele período, percebemos que o fato dela ter se prestado a se empregar em qualquer serviço esteve intimamente ligado à sua posição social mediana. Em 1878, ela estava com 57 anos e ao publicar sua disponibilidade para trabalhar em casas de família, provavelmente buscava atuar como preceptora ou professora particular de meninas ou até mesmo governanta, tendo em vista sua idade e formação, que foi anunciada como, “uma senhora honesta de boa educação”, ou seja, ela não era qualquer criada que estava oferecendo seus serviços, mas, sim, uma mulher instruída e capacitada para educar meninas. O mesmo fato pode ser pensado na sua oferta para o cuidado de casas de homens solteiros ou viúvos.

As fontes nos mostraram, também, que ela colocou anúncios nos jornais em busca de criados para alguns serviços específicos, como engomadeiras, cozinheiras, lavadeiras e caixeiros, em suma, para realização dos serviços gerais da casa. “Precisa-se de uma criada para uma senhora só, fiel e sem vícios, que dê fiador de sua conduta; na rua sete de setembro n.223, 1º andar”<sup>277</sup>. “Precisa-se de uma negrinha para serviço leve de casa de família, na Rua do

---

<sup>274</sup> Ver anúncio: *O Farol Paulistano*. São Paulo N.458, 24 agosto 1836.

<sup>275</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N.152,01 junho 1878.

<sup>276</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. 121, 03 maio 1874.

<sup>277</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N.10, 10 janeiro 1869.

Lavradio, n.15, sobrado”<sup>278</sup>. “Precisa-se de um pequeno português, de 12 a 14 anos, para caixeiro; pode dirigir-se à Rua do Lavradio, n.15, sobrado”<sup>279</sup>.

Tal fato nos comprova mais ainda que a sua vida era sob condições bem modestas. Ter muitos criados e escravizados era característica comum das classes aristocráticas do período. A nosso ver, a busca por criada teve relação com o avançar da idade, sendo que apenas em finais da década de 1850 os anúncios começaram a se tornar mais presentes nos impressos, período em que ela se encontrava com quase 50 anos. Acreditamos que isso esteja relacionado à necessidade de ajuda com o cuidado da casa, para melhor desenvolver suas atividades, sejam na escrita como na sua profissão como professora.

A implementação de rede de esgoto só se deu em 1862, e o abastecimento de água domiciliar em 1874, transformações ocorridas devido ao processo de higienização da cidade. Antes disso, os serviços que necessitavam de água, como banho, lavagem de roupas, louças e limpeza em geral, eram feitos pelas escravizadas ou criadas, que tinham que se deslocar para os chafarizes para buscar água e realizar as tarefas diárias. Ou seja, a busca de Anna por criadas possivelmente se deu para a realização de tais serviços, não era comum que senhoras como ela, brancas, letradas e de idade mais avançada, transitassem pelas ruas com baldes, o mesmo acontecia com os serviços de esgoto.

Os dados, anúncios na busca de criados e oferta de seus serviços, para além de professora de piano e canto, demonstra-nos que, do ponto de vista de sua condição financeira, sua vida foi repleta de instabilidades, vivenciando necessidades cada vez maiores de estar se empregando para suprir com os seus gastos, inclusive o de manter uma criada, para que, assim, pudesse se dedicar melhor as funções que almejava nas ocupações públicas, seja na escrita ou no trabalho fora de casa. Tal fato, relacionado a uma mulher no contexto paternalista brasileiro, reflete diretamente nos seus anseios de inserção no mundo do trabalho, levando a construção de toda sua escrita reivindicatória na busca por condições igualitárias no acesso aos empregos, na qual ela deu os exemplos de profissões, como a medicina, a advocacia, carreiras universitárias e até mesmo ministras, senadoras e deputadas, todas restritas para o sexo feminino.

No que tange ao seu talento como musicista, os dados sobre sua família também são significativos. Ela se transportou para o Brasil em meados de 1828, de uma região que era

---

<sup>278</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N.99, 09 abril 1872.

<sup>279</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N.97, 08 abril 1875.

conhecida por estar em constante avanço no mundo cultural, musical e civilizado. A localidade de sua morada, próxima a Áustria, foi, inclusive, onde nasceu e viveu a imperatriz Leopoldina, que mobilizou uma missão artística científica e intelectual para o Brasil em 1817. O nome da musicista apareceu na imprensa como sendo uma das melhores alunas de um maestro da capela Imperial da Áustria, o austríaco Paziack, “LEÇONS DE PIANO ET DE CHANT: Madame Anna Rosa Termacsics de Santos. I’une des meilleures élèves de Pazaick”<sup>280</sup>, fato significativo para sua sociabilidade no mundo da música.

A profissão de musicista esteve interligada com o avanço cultural do país, abarcando desde as compositoras e cantoras até aquelas que apenas sabiam fazer uso de instrumentos, como pianos, violinos, clarinetas, harpas e flautas. Nossa personagem atuou no piano e no canto, aulas que vinham ocupando o primeiro lugar na busca de famílias, gerando, assim, uma possibilidade de emprego para mulheres como ela, capacitadas para aquela função. De acordo com Everton Barbosa Vieira: “Os músicos atuavam nos teatros existentes pela cidade por prestígio, mas também como meio de sustento próprio ou familiar”<sup>281</sup>. Sendo este último o caso de Anna, que não ficou conhecida como uma renomada pianista ou cantora e que, ao que tudo indica, não esteve imersa nos círculos de sociabilidades teatrais ou grandes bailes, apenas trabalhou dando aulas particulares em sua casa ou na residência de suas alunas como forma de sustento.

No correr do século XIX, o piano e o canto foram considerados aprendizados básicos para as mulheres, além de indicar o nível social de suas famílias. Isso se dava, em grande medida, com o intuito de tornar as mulheres sociáveis para recepção em eventos públicos, bem como para a instrução na busca de um bom casamento. Segundo Eliana M. de A. M. da Silva, “As moças e o piano convinha mais do que qualquer instrumento, visto que elas podiam tocar sentadas, com as pernas fechadas e sem fazer grandes movimentos, além de não ficarem de frente para o público fazendo trajectos faciais ou corporais”<sup>282</sup>, formas de agir moldadas com a visão de recato e reclusão de acordo com padrões que já eram pré-estabelecidos.

A chegada do piano no Brasil foi atribuída à vinda da família real portuguesa, em 1808, de modo que, a partir de então, o instrumento passou a ser mais anunciado, evidenciando, assim, o aumento de sua demanda e predileção no universo social e cultural da Corte. O mesmo fato

<sup>280</sup> Ver mais em: *L'écho Du Brésil et de L'amérique du Sud*. Rio de Janeiro. Dimmanche, 13 nov 1859.

<sup>281</sup> VIEIRA, Everton Barbosa. *Páginas de sociabilidade feminina: sensibilidade musical no Rio de Janeiro Oitocentista*. Dissertação (Mestrado em), São Paulo: UNESP ASSIS, 2016, p 104.

<sup>282</sup> SILVA, Eliana Maria de Almeida Monteiro da. *Clara Schumann: Compositora X Mulher de compositor*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2008, p. 74.

esteve relacionado diretamente ao universo francês e a vinda da missão artística em 1816, que contribuiu significativamente para moldar o Brasil de acordo com os padrões de civilização e cultura francesa, trazendo, assim, novas simbologias para a representação feminina em grupos sociais,

[...] mesmo que a prática do piano tenha sido submetida a convenções sociais e culturais, a fim de evitar a atenção do público ao corpo feminino, seu aprendizado lhe rendeu [para as mulheres] uma melhor posição cultural, contribuindo com a emancipação moral, o melhoramento social e a equiparação sexual.<sup>283</sup>

Desse modo, a chegada do piano no Brasil proporcionou uma maior presença feminina no mundo do trabalho da música, contribuindo para que muitas tivessem oportunidades de remuneração e autonomia, podendo, inclusive, serem independentes financeiramente.

A partir da segunda metade do século, notamos uma presença massiva do instrumento na vida social das mulheres, que começaram a ver nele um modo de saírem do ócio de seus lares, ocupando-se, aprendendo a tocar e, até mesmo, lecionando aulas, como já bem colocado. O piano foi um instrumento de lar burguês, ter e tocá-lo eram práticas de ascensão social e, devido a isso, as aulas se intensificaram no correr do XIX, sendo, cada vez mais, presentes professores e professoras anunciando seus serviços nos meios impressos. Segundo Regina Beatriz, "o piano era associado à coisa de gente fina, tratada, educada, gente de sucesso"<sup>284</sup>, além de tal aprendizado ter proporcionado uma ideia de sociabilidade feminina que refletia diretamente no cotidiano e nas experiências de suas vidas.

Nessa intensificação cada vez maior de ofertas, a imprensa brasileira contou com uma presença numerosa de mulheres estrangeiras lecionando aulas, sendo Anna Rosa um destes casos. Ela anunciou seus serviços nos mais diversos jornais, visto que tal prática aumentava a visibilidade da musicista na oferta de seu trabalho. Ao mesmo tempo em que eles apareceram noticiados anualmente nas páginas do *Almanak Laemmert*, também estiveram diariamente em jornais como: *Diário do Rio de Janeiro*, *Jornal do Comércio*, *Diário de Notícias*, *O Paiz*, *L'écho Du Brésil*, demonstrando-nos a grande visibilidade de sua atuação no Rio de Janeiro e o aumento, cada vez maior, da demanda por aulas na cidade.

---

<sup>283</sup> VIEIRA. Op. Cit., p. 118.

<sup>284</sup> SCHLOCHAUER. Regina Beatriz Quariguasy. *A presença do piano na vida carioca do século passado*. Dissertação apresentada ao Departamento de Música da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1992.

Não podemos caracterizar a senhora Termacsics como uma mulher pobre, e já reforçamos um pouco sobre isso, só o fato dela ter tido e tocado piano distinguiam-na, sobretudo, devido à alta valoração do produto, o que impossibilitava grande parcela da população poder adquirir um. Tanto a posse do instrumento, como sua aptidão para com ele, colocaram-na em uma posição mediana e possível de ascensão. Sobre este conceito, os jornais trouxeram alguns dados que nos possibilitaram pensar quem eram os sujeitos pertencentes a esse grupo:

Não se dá que jantar a um amigo, que não custe isso, 10 ou 12\$000. Acabaram-se os bailes; a classe média pôs-se de quarentena, porque é ela a que mais sofre. A gente de alta posição tem meios para sustenta-la; as massas populosas movem-se como podem e como querem: a classe média é a que, precisando manter sua posição de seriedade e de honestidade, não tem os recursos dos grandes nem se apresenta seja como for, nem aonde for, como a população<sup>285</sup>.

Anna possivelmente esteve inserida nesse grupo, já que suas vivências refletiam bastante as informações trazidas pelo jornal, não tendo recursos para manter luxos. Do mesmo modo, não sofreu como a parte ínfima da população. O seu trabalho e os recursos angariados através dele foram os responsáveis por mantê-la imersa nesse grupo de pessoas médias ou medianas e o fato dela ter sido uma mulher comum e solteira deve ter influenciado e dificultado muito mais essa sua condição e sua circulação em grupos sociais medianos.

Os valores cobrados pelas aulas musicais variavam de acordo com as experiências dos profissionais, métodos lecionados, visibilidade, relações internacionais, trajetória familiar, dentre outros fatores. Enquanto encontramos nos jornais senhoras cobrando 20\$ mensais, também apareceram aquelas em que seus serviços poderiam chegar até mil réis, “as diferenças no valor cobrado pelo ensino musical não se limitavam ao grau de origem do professor, ao instrumento ensinado ou à instituição à qual se ensinava. Estas diferenças também podiam ser constatadas nas relações de gênero”<sup>286</sup>. Nos anúncios da musicista em questão não apareceu valores cobrados.

Outro ponto importante na sua trajetória como professora de piano e canto esteve relacionado ao público diverso para que ela lecionou, o que nos aguça a pensar a maleabilidade dos valores de seus serviços, exemplo disso são as formas como apareceram publicados e os periódicos que estiveram publicando, que anunciavam de maneiras bem distintas. Por um lado,

---

<sup>285</sup> *A Marmota*. Rio de Janeiro. Edição 1174, 1860.

<sup>286</sup> VIEIRA. Op. Cit., p. 111.

ela ofertou serviços para locais que extrapolavam sua região de morada, chegando a aceitar, inclusive, aulas que fossem em subúrbios do Rio de Janeiro: "Anna Rosa dos Santos regressou a esta corte, e continua a dar lições em colégios como em casa particulares, e também ensina nos subúrbios, para tratar na Rua dos Inválidos, n.57, sobradinho"<sup>287</sup>, assim como, também, alguns anos mais tarde, anunciou se dispondo a ir até o local via linha férrea: "PIANO E CANTO. Uma professora habilitada dá lições em casas particulares e em colégios; também ensina em distâncias onde houver via férrea ou vapores; todos os recados por escrito, à Rua das Flores n.48"<sup>288</sup>. Fatos que comprovam seus deslocamentos no meio social que extrapolava a área de sua residência e que inseria um público mais comum e de regiões mais distantes.

Por outro lado, ela também apareceu ofertando serviços em impressos franceses:

LEÇONS DE PIANO ET DE CHANT: Madame Anna Rosa Termacsics de Santos. L'une des meilleures élèves de Pazaick: le célèbre maitre de chapelle de l'Empereur d'Autriche, donne des leçons de piano et chant dans les familles et dans les pensionnats de demoiselles, d'après du méthode allemande. – S'adresser rue da Prainha, 91, sobrado<sup>289</sup>.

Os anúncios feitos em jornais completamente diferentes, *Correio Mercantil*, *Jornal do Comércio* e *L'écho du Brésil*, respectivamente, demonstraram-nos uma busca por públicos distintos. Enquanto nos dois primeiros ela ofertou aulas para locais que extrapolavam a região central, chegando aos subúrbios, ou seja, regiões compostas por pessoas muitas vezes de classes mais modestas e que não podiam pagar o mesmo valor das famílias mais prestigiadas, o terceiro era anunciado em um impresso francês, que descreveu até o método que seria utilizado pela musicista<sup>290</sup>, fato que já comprova que suas aulas também foram direcionadas para um outro público, meninas de famílias abastadas e, até mesmo, exclusivamente para francesas que aqui residiram no período, o que a situa como uma professora que esteve circulando em diferentes meios e públicos.

Os seus serviços vinham sendo lecionados independente de quem estava à procura, sejam meninas de elite ou de classes mais modestas. Fato indubitavelmente relacionado à

<sup>287</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N.02, 02 janeiro 1859.

<sup>288</sup> *Correio Mercantil e Instructivo do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. N.19,19 janeiro 1864.

<sup>289</sup> *L'écho Du Brésil et de L'amérique du Sud*. Rio de Janeiro. Dimmanche, 13 nov 1859.

<sup>290</sup> LIÇÕES DE PIANO E CANTO: Sra. Anna Rosa Termacsics de Santos. Uma das melhores alunas de Pazaick: o célebre mestre da capela do Imperador da Áustria, dá aulas de piano e canto nas famílias e internados de jovens senhoras, depois do método alemão. - Endereço Rua da Prainha, n.91, sobrado.

sobrevivência e independência financeira feminina, que encontrava sérias dificuldades no mercado de trabalho oitocentista, como ela própria destacou:

Ouvimos gritos e choros todos os dias sobre o mal pagamento da mulher da vida inferior; não ganha a terça parte que o homem ganha no mais miserável ofício: seria de balde censurar indivíduos, por isso nós fomos muito tempo dominados por uma comum ignorância e preocupação<sup>291</sup>.

O mercado de trabalho não era aberto para o sexo feminino de forma justa. Quando era, perpassava pela diferença nos salários entre homens e mulheres que exerciam a mesma ocupação. Apesar do ofício de musicista ter sido um importante espaço para empregos femininos, levando as mulheres a uma possível continuidade no ramo, os homens ainda eram os que prevaleciam como grandes maestros, logo, com salários mais elevados e diferenciados. “O brasileiro Izidoro Antônio Terra, professor de qualquer instrumento, cobrava [...] uma joia de vinte mil réis no ato de inscrever-se, e cinco mil réis por cada dez lições por mês, lições avulsas dois mil réis cada uma, ou seja, valor superior ao cobrado pelas brasileiras”<sup>292</sup>.

Além do problema nos salários, as mulheres também enfrentaram dificuldades na locomoção e na quantidade de aulas que necessitavam dar, pois, apenas com isso, conseguiam os recursos necessários para o mantimento de suas despesas, sejam elas pessoais ou conjuntas. Em algumas publicações localizadas em jornais é possível apreendermos sobre o cotidiano dessas mulheres, que eram assim descritos: "Siga essa bela mulher. Como ela anda rapidamente, ela olha seu relógio inquieta, ela está atrasada, desde de manhã ela já deu quatro lições de canto, e tem ainda três mais para dar. É um trabalho cansativo"<sup>293</sup>. Essas professoras necessitavam de uma movimentação diária em distintas localidades, tendo que enfrentar não só o problema da locomoção, mas, também, o do cansaço que este gerava.

O anúncio de seus serviços no *L'écho Du Brésil*, periódico francês citado anteriormente, ainda levantou outros questionamentos, relacionados, principalmente, à sua formação e descendência. Anna Rosa Termacsics dos Santos apareceu descrita como uma das melhores alunas do célebre maestro Pazaick, da capela do Imperador da Áustria, região próxima de morada de sua família no início do século. O método de aprendizado, descrito como "alemão", igualmente, é uma informação pertinente sobre sua formação, características de ascensão social

---

<sup>291</sup> A.R.T.S. Op.Cit., p.19.

<sup>292</sup> VIEIRA. Op.Cit., p.111.

<sup>293</sup> Tradução nossa. Ver mais: *Courrier du Brèsel*. Rio de Janeiro, n.50, 1855.

e que a colocaram em constante circulação com outros países, como já foi confirmado em suas viagens por nós localizadas na imprensa.

Anunciar que ela foi aluna do maestro da capela do imperador da Áustria era a informação que importava para muitas famílias de classes aristocráticas ao escolher os professores que iriam lecionar para suas filhas. Preocupavam-se mais com questões relacionadas a posição social e prestígio, do que ao fato dela ter sido autora de uma obra que tocou em questões tão emblemáticas para o contexto da Monarquia, reivindicando estar em espaços em que muitas mulheres discordavam. Podemos até destacar que talvez as pessoas desconhecessem essa sua atuação por direitos, no qual ela necessitou, em parte, silenciar, devido à necessidade que tinha de conseguir as aulas.

Em um levantamento de pesquisa, feito por Everton Vieira Barbosa nas páginas do *Almanak Laemmert*, foram consideráveis os números de serviços ofertados a partir da segunda metade do XIX. De acordo com seus dados, percebemos que entre os anos de 1852 e 1855 tiveram lugar os seguintes números.<sup>294</sup>

**Tabela 1:** Quantidade de anúncios de professores de canto e instrumentos do Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (1852-1855)

<b>Instrumento</b>	<b>1852</b>	<b>1853</b>	<b>1854</b>	<b>1855</b>
Piano	42	47	44	37
Canto	37	36	36	42

**Fonte:** BARBOSA, Everton Vieira. *Páginas de sociabilidade feminina: sensibilidade musical no Rio de Janeiro oitocentista*. Dissertação (Mestrado em Letras). UNESP Assis, 2016.

O piano e o canto permaneceram sendo as aulas mais buscadas durante grande parte de todo o século XIX, especialmente por famílias europeias que vieram residir no Brasil. A ideia era manter o mesmo ritmo musical europeu. "A aula particular era o modo predominante de aprender piano, já que neste período as mulheres não podiam frequentar os cursos do *Liceu de Artes e Ofícios* e das associações musicais"<sup>295</sup>. Tal prática esteve relacionada a um modo de cotidiano europeu, no qual o intuito era fazer com que a sociedade de Corte mantivesse as

<sup>294</sup> VIEIRA. Op.Cit., p.108.

<sup>295</sup> MONTEIRO, Apud, BARBOSA. Op. Cit., p.119.

práticas musicais, focando-se naquelas de Paris, região modelo em assuntos como música, modas e ilustração para as brasileiras.

Identidades femininas, como Madame Alexandrina, D. Francisca Pinheiro de Aguiar, D. Maria da Conceição Mascarenhas Leitão, Josefa Leopoldina dos Reis, Madame Laure, Madame Perrot, D. Augusta Diepen, Madame Guilmete, foram encontradas nos anúncios anuais de oferta do *Laemmert* para os serviços de musicista.<sup>296</sup>

Outras famílias ganharam maior destaque no meio musical ao atuaram como professores ou professoras, musicistas e, também, comerciantes de instrumentos musicais, como foi o caso da família Bevilacqua. Isidoro Bevilacqua foi um genovês que chegou ao Rio de Janeiro no ano de 1839, estabelecendo uma das maiores editoras musicais.

Assim que chegou ao Brasil, o genovês estabeleceu-se como professor de música, conquistando rapidamente grande prestígio, alcançando inclusive o cargo de professor de Suas Altezas Imperiais d. Izabel e d. Leopoldina. Isidoro também tratou logo de abrir seu armazém de pianos e músicas, no dia 7 de setembro de 1846. A loja ficava situada na rua dos Ourives nº 53, onde permaneceu por longos anos. A julgar pela rapidez com que montou seu negócio, é bem provável que Isidoro já tivesse bons contatos com empresas exportadoras de instrumentos e música impressa na Europa<sup>297</sup>.

A atuação de estrangeiros vindos da Europa no meio musical se tornou significativa, em especial, para as mulheres musicistas que começaram a ver oportunidades de trabalho em um meio que era de maior facilidade de inserção para elas, como no presente caso. A estrangeira, ao que tudo indica, contou com um aprimorado conhecimento das técnicas musicais que começaram a ser tão buscadas por famílias no Brasil, expandindo-se sobremaneira a partir do Segundo Reinado.

Como podemos perceber, os cargos de maiores prestígios, como bem exemplificado no caso do senhor Bevilacqua, ainda eram exercidos por homens da elite. As mulheres, em contrapartida, encontravam grandes dificuldades ao buscarem as mesmas condições dos homens, visto que elas não ocupavam altas posições e, muitas vezes, não conseguiam nem mesmo os empregos em colégios de prestígio, restando apenas o trabalho particular. Por exemplo, o cargo de professor das princesas imperiais, do Colégio Pedro II ou do Liceu de Artes e Ofícios daquela época não era ocupado por mulheres.

<sup>296</sup> Informações retiradas dos anúncios do *Almanak Laemmert*.

<sup>297</sup> LEME, Monica Neves. Apud. BARBOSA. Op. Cit., p. 116.

É fundamental, para nós, entender a trajetória como musicista de Anna Rosa Termacsics dos Santos, para que, assim, percebamos o quanto as particularidades presentes em sua vida possibilitaram sua escrita emancipatória, comprovando-nos um debate travado para além das grandes senhoras literatas. Partimos do pressuposto de que Anna, ao se inserir em uma rede de mulheres que atuavam como professoras, esteve colocando suas ideias em circulação, contribuindo sobremaneira para a emancipação das mulheres. Ao ofertar na imprensa seus serviços, a estrangeira conseguiu ganhar visibilidade, reconhecimento e autonomia, sendo este um fator fundamental para colocá-la enquanto uma mulher "ousada", que buscou direitos para o seu sexo, inclusive aqueles relacionados ao mundo do trabalho.

Um serviço, que inicialmente partiu de aulas particulares, seja em sua própria casa como na casa de suas alunas, levou à consolidação de um curso semanal, destinado exclusivamente para as meninas: “Piano e Canto. Anna Rosa do Santo abriu um curso para meninas, nas segundas, quartas e sextas-feiras das 5 até as 8 horas da noite; Rua da Prainha n.34, sobrado. Continua a dar lições, tanto em colégios como em casas particulares”<sup>298</sup>, fato este que mostra uma ampliação cada vez maior de sua rede de atuação no ensino feminino.

Concebemos, a partir do anúncio, que o período destinado para as aulas era de cerca de três horas, adentrando à noite, mudanças que já eram perceptíveis no meio do século. Durante muito tempo, as ruas ficavam totalmente sem a presença feminina depois das cinco da tarde, aquelas que fossem encontradas após aquele horário eram consideradas imorais ou comparadas com prostitutas. Um curso lecionado por Anna Rosa, composto apenas de meninas e que adentrava horários noturnos, levanta questionamentos sobre a real situação feminina na metade do século e as mudanças que vinham ocorrendo. Sua atuação se deu entre idas e vindas no país, viajando constantemente e tendo contato com pessoas e práticas culturais variadas, que, ao que tudo indica, contribuiu sobremaneira para sua profissão como musicista. Assim que retornava ao Brasil ela anunciava imediatamente seu regresso e a volta com as aulas, mostrando-nos como esse trabalho era fundamental para sua permanência no país.

Não sabemos ao certo como se deu sua permanência nos países em que ela viajava, mas acreditamos que as mesmas estratégias tenham sido estabelecidas, utilizando de seu letramento e de seus conhecimentos musicais para trabalhar. Os dados que temos sobre sua trajetória no Brasil nos confirmam sua posição mediana e que a deixaria impossibilitada de permanecer tantos meses sem alguma remuneração. Podemos também pensar que ela era uma senhora

---

<sup>298</sup> *Correio Mercantil e Instructivo do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. N.223, 25 agosto 1859.

econômica que guardava recursos para suas viagens por determinado período ou que tinha familiares e conhecidos espalhados por esses países, inclusive mulheres que tinham os mesmos anseios e pleiteavam, assim como ela, a conquista de direitos.

A sua trajetória no mundo musical esteve constantemente relacionada aos impressos, nos quais anunciou seus serviços diariamente, o que deu visibilidade ao seu nome. O diálogo com o mundo musical e a sua significativa inserção na vida de diversas meninas como professora provavelmente levou à formação de redes de mulheres com os mesmos interesses, proporcionando compartilhamento de anseios, questionamentos, dramas, reivindicações e insatisfações, fatos esses que podem ter interferido diretamente em toda sua escrita literária.

Outra importante atuação para mulheres no contexto do Oitocentos, na qual Anna Rosa também esteve presente, foi no ensino de línguas estrangeiras. Sobre esse seu conhecimento podemos inserir a influência de diversos países presentes no decorrer de toda a sua escrita: Itália, França, Inglaterra, Alemanha, Rússia, Espanha, Hungria, Estados Unidos, Suécia, Suíça, Holanda, Bélgica, Escócia, além de países do Oriente, como China e Índia. Não podemos afirmar quais foram os idiomas exatos que ela lecionou, mas a partir dos países elencados no correr de sua obra evidenciamos uma rede internacional extensa.

A educação feminina no período passava por aprendizados de letras básicas, costura e prendas domésticas, no intuito de tornar as mulheres boas esposas e mães. No decorrer do século, foram muitas as reivindicações na busca por uma educação igualitária com os homens, e diversas mulheres estiveram à frente das reivindicações pedagógicas de ensino para o seu sexo, sendo que Anna Rosa foi uma delas. O aprendizado de línguas era uma forma de inserir as mulheres nas discussões intelectuais e ilustradas da época, pelo fato da Europa ter sido o exemplo de civilização a ser seguido, falar inglês e francês, por exemplo, eram aprendizados básicos para as moças, sobretudo para aquelas que faziam parte de uma elite aristocrática, o que nos leva a pensar alguns dos idiomas em que Anna era fluente.

A criação de escolas particulares exclusivamente femininas aumentou a partir da segunda metade do século, devido ao empreendimento de senhoras que tinham o intuito de propagar a ilustração e o conhecimento para meninas. No entanto,

[...] algumas escolas fugiam à regra de se tornarem centro de sociabilidade, e propunham um ensino completo e regular, porém encontravam sérias dificuldades para se manterem; a saída foi que a maioria delas buscou adaptar seus currículos às

necessidades da clientela, definidas pela sociedade da época: o ensino de línguas estrangeiras, em geral o francês<sup>299</sup>.

O ensino da língua francesa era tido como uma necessidade de aprendizado para a sociedade ilustrada do contexto, o que esteve correlacionado com o ensino de música aos moldes franceses, principal país de referência para as brasileiras em assuntos como ilustração, modas e música, uma civilização que demandava aprender tudo ao pé da letra.

Apesar de Anna Rosa ter se inserido no ensino de idiomas, sua atuação com maior visibilidade foi no ensino de piano e canto, que apareceu mais constantemente nos anúncios dos impressos do período. As aulas de idiomas, na maioria das vezes, surgiram como uma informação secundária: "A professora Anna Rosa Termacsics dos Zantho mudou-se para a travessia da Barreira n.5, onde continua a dar lições em casas particulares como em colégios; também ensina diferentes idiomas. Recados todos por escritos"<sup>300</sup>.

O aumento significativo de colégios particulares dirigidos por mulheres começou a ser mais notório a partir de 1850, colégios esses fundados, em sua maioria, por estrangeiras que aqui se instalaram<sup>301</sup>. Como a instrução pública oferecia para as meninas apenas as primeiras letras, incluindo, no máximo, aulas de agulha, culinária e aprendizados de música, muitas famílias buscaram colégios em que suas filhas pudessem receber um aprendizado maior, contando com línguas como o francês, o inglês e o alemão. Nesse meio, encontramos uma grande rede de mulheres atuantes, buscando autorização da câmara municipal<sup>302</sup> para lecionar na Corte, casos estes de Emilie Mounier, Amélia Mounier, Anna Joaquina da Costa Passos, Belmira Amélia da Silva, Madame Caroline Hoffmam, Elisa Nonsen, Maria Fleismz Iteinse, Francisca de Paula Adelaide de Moura, Felisberta Augusta Soares Gonzaga, Anna Rufina de Vasconcelos, Madame Poucel<sup>303</sup>.

Dentre os diversos requerimentos enviados, evidenciamos que a maioria dessas mulheres eram estrangeiras que buscavam autorização para poderem trabalhar no ensino, de

<sup>299</sup> CUNHA, Washington Dener dos Santos; SILVA, Rosemaria J. Vieira. A educação feminina no século XIX: entre a escola e a literatura. *Revista Gênero*. Niterói, v. 11, n. 1, p. 97-106, 2. sem. 2010, p.100.

<sup>300</sup> *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. N.188, 10 julho 1862.

<sup>301</sup> No *Almanak Laemmert* é possível evidenciar esse aumento a partir de 1850, devido aos muitos anúncios que começam a estar presentes.

<sup>302</sup> Em pesquisa aos documentos presentes no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) encontramos um número extenso de documentação de mulheres que enviaram seus pedidos para a Câmara, que era a responsável por dar (ou não) a autorização para ambas lecionarem. Percebe-se com isso, que para atuarem enquanto professoras de idiomas na instrução pública, todas as professoras deveriam obter autorização do governo.

<sup>303</sup> Ofícios, requerimentos, portarias, avisos, etc, enviados à Câmara Municipal por colégios particulares (1856-1859) relacionado a Instrução Pública AGCRJ, 12.3.38.

modo que passavam por análises para, só assim, serem consideradas aptas ou não aptas e, a partir de então, receber (ou não) uma certificação para dar início a oferta de suas aulas.

A partir de 1854, devido ao decreto n. 1.331, que estabeleceu, em 17 de fevereiro daquele ano, o *Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte*, sob a proposta do Ministro Couto Ferraz, o Estado visava uma política mais centralizadora do ensino, fiscalizando os profissionais que iriam atuar nesse meio, caso este das muitas mulheres. De acordo com Aline de Moraes Limeira e Alessandra Frota Martinez de Schueler:

Nos termos que o compõem, o Regulamento de 1854 estabelece, entre outras normas: a) critérios de abertura e funcionamento do aparelho privado da educação; b) um órgão de controle e inspeção vinculado ao Ministério dos Negócios do Império, a Inspeção Geral da Instrução Primária e secundária, responsável pela vigilância e fiscalização do ensino público e particular, seus estabelecimentos, seus profissionais, seus materiais, etc.; c) determinadas condições de ingresso e exercício para o magistério público e particular; d) normas disciplinares para professores e diretores de estabelecimentos de ensino; e) condições e o regime de funcionamento cotidiano a que as escolas de instrução pública, primária e secundária, estariam submetidas, especialmente no que se refere aos saberes, métodos de correção, tempos e horários escolares.<sup>304</sup>

O Regulamento da Instrução e a documentação gerada a partir dele, através do estabelecimento da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte (IGIPSC), aparecem como importantes para compreendermos a presença de mulheres neste espaço e os seus limites, como, por exemplo, na divisão curricular do ensino feminino e masculino, abarcando matérias completamente distintas e que ditavam estereótipos específicos para ambos. No caso das meninas, os ensinamentos abarcavam atividades relacionadas apenas aos papéis sociais de esposas e mães, e as matérias da grade reforçariam isso<sup>305</sup>.

Dentre as condições necessárias para a mulher exercer o magistério, de acordo com esse regulamento, destacavam-se a maioridade legal, comprovação de moralidade e a sua capacidade profissional, proibindo a atuação daquelas que não possuíssem a autorização de seus maridos ou fossem solteiras<sup>306</sup>. Tais medidas dificultariam o acesso de muitas mulheres ao magistério.

---

<sup>304</sup> LIMEIRA, Aline de Moraes; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Ensino particular e controle estatal: a reforma Couto Ferraz (1854) e a regulação das escolas privadas na corte imperial. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.32, p.48-64, dez.2008.

<sup>305</sup> Tais informações foram retiradas de parte da documentação já analisada da *Instrução Pública do Império*, presente no AGCRJ, em que dados sobre a composição curricular das escolas, tanto públicas como privadas, encontram-se presentes. Para meninas era ensinado primeiras leras, noções de culinária, boas maneiras, música, francês, etc.

<sup>306</sup> Ver mais sobre essas restrições na Legislação Informatizada - DECRETO Nº 1.331-A, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1854 - Publicação Original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>

Além do mais, elas deveriam se portar de acordo com os padrões de moralidade exigidos na lei, comprovando isso em suas apresentações como candidatas ao inspetor, ou seja, nada poderia fugir da ordem paternalista. Tais questões nos fazem pensar as estratégias que Anna Rosa teve que utilizar para conseguir trabalhar, tendo em vista o fato dela ter sido solteira e, também, por ter sido uma mulher emancipada, com atuações inusitadas para as características de moralidade exigidas na suposta lei.

Por fim, as últimas duas atuações de Anna Rosa no mundo do trabalho foram no cuidado de casas de família, também chamada de governanta e professora particular de meninas ou preceptora. Na maioria das vezes, as governantas eram aquelas que serviam de intermédio entre patrões e criadas, colaborando para manter a ordem da casa. Já as preceptoras ou professoras particulares eram contratadas para instruírem meninas com aprendizados de primeiras letras, agulha, idiomas, piano e boas maneiras, seja em suas próprias casas ou nas das professoras.

As mulheres que ocupavam essas funções deveriam possuir uma boa educação, de preferência ilustrada, característica que apareceu em todos os anúncios na busca por tais serviços: “Uma senhora de boa educação oferece seus serviços em casa de família ou colégio na Corte, quem deles precisar deixe carta com as iniciais A.A.A. no escritório deste jornal”<sup>307</sup>. Os serviços ofertados abarcavam funções distintas e o fato dessa senhora em questão ter colocado que também estava apta para o trabalho em colégios nos demonstra uma grande capacidade para o ensino, ou seja, ela tinha se instruído e não era qualquer empregada.

Era muito comum que mulheres como Anna Rosa fossem trabalhar em casa de homens viúvos, que, após perderem suas esposas, não conseguiam manter a ordem de suas casas e dos filhos, quando tinham. Afinal, o âmbito doméstico e todas as suas funções eram tidas como exclusivamente femininas. A oferta de nossa autora para os serviços de governanta só começou a partir da década de 1870, quando estava na casa de seus 53 anos e em um momento de uma possível decadência social, que se mostrou muito presente com o avançar das décadas. Assim se deram os anúncios: “Uma senhora de meia idade oferece-se para tomar conta da casa de um homem solteiro ou viúvo; informa-se na rua Lavradio, n.15, sobrado”<sup>308</sup>. Em suma, eram tais as funções a serem realizadas por essas mulheres, variando de acordo com a casa:

Precisa-se de uma senhora de boa educação e comportamento exemplar, para fazer companhia a uma senhora casada sem filhos, coadjuvá-la nos pequenos arranjos da casa, cortar por figurino um vestido e enfim ajuda-la nos seus trabalhos domésticos e

---

<sup>307</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N.77, 17 março 1872.

<sup>308</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N.121, 03 maio 1874.

de agulha. A casa é de tratamento, tem todas as comodidades da vida, lugar salubre e no melhor arrabalde da cidade. Quem pretender, será tratada como pessoa da família; torna-se, porém, preciso que dê muito boas referências, sem o que não se admite; informa-se, por favor na rua do Rosário n.116, armazém<sup>309</sup>.

A educação assumiu grande importância no Brasil Monárquico, em especial a partir de sua segunda metade e, no caso da educação feminina, esta possuía distinções e abarcava aprendizados específicos. Famílias de melhor posição optavam, muitas vezes, por educar suas filhas em suas próprias casas, contratando professoras para tal função, que lhes ensinavam primeiras letras, gramática, línguas, piano, tudo de acordo com a escolha de seus pais. As professoras particulares, em sua maioria, não residiam nessas casas, comparecendo apenas nos dias e nos horários estabelecidos. De acordo com Maria Celi Chaves Vasconcelos:

[A] importância atribuída ao lugar de professores particulares ou de preceptores pode ser demonstrada, entre outros, pelo hábito observado em muitos anúncios dos jornais da época, especialmente até o final da década de 1860, nos quais os indivíduos que ofereciam seus préstimos, tanto homens como mulheres, indicavam o seu nome e a sua morada, tornando pública a sua ocupação<sup>310</sup>.

Anna Rosa sempre deixava noticiado seu endereço para quem tivesse interesse em contratar seus serviços. Independente das suas constantes mudanças, esses endereços eram sempre atualizados. Até mesmo quando escreveu sua obra, em 1868, com questionamentos emblemáticos para a época, ela não escondeu sua residência, deixando claro sua morada para quem quisesse comprar a sua obra, como para quem quisesse seus préstimos como professora.

Apesar da função de educadora ter sido de grande valia para aquelas mulheres que, assim como Anna Rosa, estiveram nesse meio, ela também nos serve como marcador social para identificar o lugar de sujeitos médios ocupado por elas. De acordo com Vasconcelos:

Empregando-se para “educar” meninas e meninos, dominando os diversificados conhecimentos exigidos para tal e ocupando um cargo ambicionado por estrangeiros que vinham para o Brasil, os professores particulares e os preceptores não poderiam ser desprovidos de um lugar representado como privilegiado nas estruturas sociais existentes. Entretanto, havia um limiar muito tênue entre o respeito e reconhecimento a sua posição social e à condição de empregados das elites, tratados como tal<sup>311</sup>.

<sup>309</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N.314, 10 novembro 1883.

<sup>310</sup> VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A educação doméstica no Brasil de Oitocentos. *Revista Educação em Questão*. V.28, n.14. Natal. 2007, p.29.

<sup>311</sup> *Ibidem*.

Cabe destacarmos que isso reforça, mais uma vez, a inserção de Anna em um grupo de sujeitos medianos que prestavam serviços, apesar de suas distinções relacionados ao letramento e a aptidão para práticas musicais. A educação dessas mulheres era considerada como um meio de sustento e independência financeira e nossa personagem reforçou veemente isso, segundo suas palavras:

Educai vossas filhas para a vida prática, e assim dotá-la-eis melhor do que com fortuna. Se elas se casarem pobres, poderão educar seus filhos, se os credores lhes tirarem tudo, nenhum meirinho poderá lançar mão desse capital e a educação será seu pão e o gozo de sua vida<sup>312</sup>.

Ou seja, sua percepção foi a de que o trabalho realizado através da educação tornaria essas mulheres independentes e capazes de tomar as decisões que achassem necessárias e úteis.

Finalizamos essa parte de nossa dissertação com alguns apontamentos. Sabemos que as desigualdades entre homens e mulheres carregam resquícios históricos, levando a constituição de distintas hierarquias que se convergem entre gênero, raça e classe e, nesse sentido, corroboramos com Flávia Biroli, que nos elencou a impossibilidade de explicar por que a vulnerabilidade é maior entre mulheres do que homens, sem que se leve em conta as relações de gênero, assim como não podemos compreender as posições assimétricas e hierárquicas que se definem entre as próprias mulheres, sem levar em consideração raça e classe como fatores fundamentais<sup>313</sup>. Ou seja, se já era de difícil acesso para mulheres ilustradas com grandes conhecimentos, brancas e livres; imagina para outras, como escravizadas, libertas e imigrantes pobres, que compunham a maior parte da camada social e que já vinham fazendo parte no espaço público, trabalhando em funções, muitas vezes, tidas como masculinas e que já eram impróprias para as senhoras de letras fazia muito tempo.

Esse mundo do trabalho em que Anna Rosa esteve tão atuante era diverso e envolvia a necessidade do letramento, o que não coloca essas mulheres como pertencentes a grupos da elite. Como vimos elas passavam por necessidades e buscavam estratégias para se fazerem presentes por diversas vias. A nossa autora, por exemplo, quando as aulas de música já não vinham sendo satisfatórias, buscava outras funções, como foi o caso dos serviços como governanta, emprego que demandava uma dedicação maior de seu tempo com o cuidado da casa que assumisse o compromisso. Essas relações estabelecidas por ela aparecem como

---

<sup>312</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.124.

<sup>313</sup> BIROLI, Flávia. *Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

precárias e dependentes de uma ordem tida como inviolável, apesar de ainda terem suas diferenciações e intersecções em quesitos como raça, classe, etnia, religião. No próximo subcapítulo, discutiremos mais a fundo essa distinção de mundos femininos que compunham a sociedade do Oitocentos.

## **2.5- “Diz-se que as mulheres são companheiras e não escravas”: dois mundos de mulheres e visões distintas**

Até aqui conseguimos apreender questões referentes às experiências de vida da autora, Anna Rosa Termacsics dos Santos, que refletiram diretamente em seus escritos, sobretudo no que se refere à sua inserção no mundo do trabalho. Nesse sentido, as suas reivindicações como uma mulher letrada abarcavam bastante sobre as desigualdades por ela vivenciadas, mas que, em contrapartida, não poderiam ser aplicadas a todas as mulheres, caso este das escravizadas, libertas, imigrantes pobres, que constituíam número considerável da parcela populacional e já se encontravam presentes e atuantes no espaço público do século XIX, só que de maneiras bem distintas, como buscaremos mostrar.

O tema da participação política e da emancipação feminina durante Império no Brasil deve ser pensado e analisado de acordo com o seu contexto, logo, não podemos homogeneizar a categoria “mulheres”, utilizada pela autora como algo unívoco, sem quaisquer especificidades, o que ocorre ainda hoje. A dualidade entre público e privado, bem delimitada à época, foi fundamental para a constituição de papéis e a produção do gênero, mas não se fez da mesma maneira para todas, reproduzindo hierarquias e constituindo desigualdades.<sup>314</sup>

Em meio a isso, começamos elencando o início da escrita de Anna Rosa Termacsics dos Santos no *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*, no qual subdividiu a categoria “mulheres” em três tipos de classes:

Há três classes de mulheres: a da última pobreza que só se ocupa em trabalhos materiais, as da segunda são umas bonecas que existem somente para a delícia dos olhos, a da terceira que sabe repartir seu tempo, são no salão, homens literatos e dentro boas donas de casa e ternas mães de família. Esta classe se alonga todos os dias mais no norte da Europa e nos Estados Unidos: as senhoras unem funções públicas com trabalhos caseiros<sup>315</sup>.

<sup>314</sup> BIROLI, Op.Cit.

<sup>315</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.30-31.

De acordo com sua concepção, existiram classes bem distintas de mulheres, contudo, nem todas poderiam ser caracterizadas como iguais, consideradas cidadãs e, muito menos, como portadoras de direitos relacionados à educação, ao trabalho e à política. Se nem aquelas altamente instruídas e de posição social aristocrática poderiam, imaginem outras pobres e de cor, as escravizadas então, seriam inimagináveis.

Subentendemos que Anna se inseria na terceira classe por ela descrita, mulheres que atuavam em espaços públicos como *homens literatos*. A expressão utilizada provavelmente faz referência às mulheres que, assim como ela, “ousaram” adentrar nas letras e escrever reivindicações literárias para seu sexo, uma vez que apenas os homens poderiam ocupar e estar presentes nesses espaços. Tal expressão também nos leva a uma busca por legitimação no âmbito, até então, masculino, utilizar-se e caracterizar-se como um *homem literato* relaciona-se com essa constante reafirmação feminina de capacidade em igualdade com o homem.

Diante desse primeiro apontamento, relacionado à divisão por classes de mulheres, tornou-se de grande relevância para nós discutir a percepção da condição feminina das escravizadas por Anna Rosa, que reproduziu toda a dinâmica sócio-política de sua época. Para ela, existia apenas uma espécie humana, subdividida entre homens e mulheres, e, em tal divisão, as mulheres eram consideradas inferiores aos homens e privadas de atuações que englobassem o espaço público. Grosso modo, deve ser levantado que as mulheres abarcadas aqui englobavam mulheres específicas, ou seja, aquelas que tivessem capacidades intelectuais iguais ao sexo masculino, brancas e letradas.

No contexto de sua publicação, o índice de analfabetismo era alto e o "mundo ilustrado" composto apenas por alguns indivíduos, ficando as próprias mulheres, muitas vezes, excluídas. As defesas presentes no correr da escrita do *Tratado* compreendem, no próprio meio feminino, um número restrito, sendo fundamental inserirmos, para além do recorte de gênero, também raça e classe, visto a existência de um grande número de mulheres pobres atuando como comerciantes, lavadeiras, amas de leite, engomadeiras, cozinheiras, além, é claro, das mulheres escravizadas e libertas, fato que nos impossibilita uma homogeneização ao pensar o quesito condição feminina abordado no texto de Anna.

A reivindicação da senhora Termaciscs para que as mulheres fossem consideradas cidadãs, relaciona-se diretamente com querer que o sexo feminino estivesse presente na educação, no mundo do trabalho e na política, em igualdade com o sexo masculino. Para isso, entretanto, deveriam estas mostrarem sua real capacidade, sobretudo por fatos concretos e não

por teorias, que ficavam reclusas apenas no campo das ideias. Um exemplo a ser dado é sobre alguns pontos conclusivos ao final de sua obra, no qual ela assim escreveu: “Nós podemos educar a nós mesmas: pode ser que hesiteis pela suposta inferioridade da inteligência da mulher para com o homem, mas se assim fosse não me atreveria a pegar na pena para estabelecer a igualdade de capacidades”<sup>316</sup>.

Notamos que ela estaria mostrando sua capacidade ao escrever uma obra que questionou não só o sistema político, mas toda a estrutura vigente naquela sociedade em que esteve inserida, utilizando de conhecimentos ilustrados, históricos, filosóficos e políticos, tão bem ou até mesmo melhor que muitos homens letrados, o que não acontecia com muitas outras. A capacidade feminina se daria a partir de conhecimentos letrados e muitas não possuíam os mesmos, sendo, inclusive, analfabetas, logo, a inserção nos espaços reivindicados era apenas para as que fossem como ela.

A diferenciação entre “mulheres” e “mulheres escravas” esteve bem denotada na escrita da autora, que utilizou, por diversas vezes, da escravidão como uma metáfora para comparar a situação em que as mulheres como ela se encontravam. Segundo suas palavras: “Diz-se que as mulheres são companheiras e não escravas”<sup>317</sup>, ou “Dizem que as mulheres nunca se revoltaram contra a sua escravidão: é evidente que elas consentiram n’este estado de coisas, é uma opinião errônea”<sup>318</sup>. Em tais trechos aparece uma distinção aparente entre o “eu” e a “outra”, sendo essa última todas aquelas que não se inseriam nas características de ilustração e nos padrões de renda, de acordo com as normas constitucionais estabelecidas. O fato dela comparar a escravidão com a situação em que se encontrava, demonstra-nos muito desses mundos distintos e demarcados opressões relacionadas a raça. Ou seja, a alfabetização era o ponto de partida para a conquista de todos os direitos por ela levantados, e a condição das mulheres negras não foi um ponto que veio a ser contestado no *Tratado*.

De acordo com Ângela Davis, no mesmo período, nos Estados Unidos, país que contou com uma movimentação sufragista mais organizada, as mulheres também se utilizaram da escravidão como metáfora para expressarem suas respectivas opressões<sup>319</sup>, o que se assemelhou com o caso brasileiro, que, da mesma maneira, usou da escravidão para denunciar o caráter insatisfatório de suas vidas. Os acontecimentos americanos rapidamente propagaram a causa

---

<sup>316</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.119-120.

<sup>317</sup> Ibidem, p.71.

<sup>318</sup> Ibidem, p.98.

<sup>319</sup> DAVIS. Ângela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016, p.46.

sufragista pelo mundo, principalmente a partir da década de 1860, o que pode explicar as grandes semelhanças presentes, aumentando muito o número de mulheres que vieram a se engajar na causa. Surgiram por todo o país associações femininas que se organizavam e faziam intervenções políticas em prol do voto<sup>320</sup>, sendo elas compostas por senhoras brancas, como Anna.

As senhoras estadunidenses só viram uma oportunidade real e sentiram-se motivadas a lutarem em prol de seus direitos quando o fim da escravidão vinha se tornando uma realidade concreta para aqueles homens e mulheres negros. Nesse período, inclusive, vinham se discutindo sobre a possibilidade de ampliação de direitos políticos para os homens negros, explicitado na décima quarta e na décima quinta emendas constitucionais, apresentadas pelos republicanos e com interesses políticos voltados para a hegemonia do partido pós-Guerra Civil<sup>321</sup>.

A economia escravista e o princípio da propriedade privada movimentavam a sociedade brasileira e, nossa autora, imersa nela, reproduziu toda a dinâmica social posta, fato indubitavelmente relacionado à realidade da época. Em alguns momentos, Anna Rosa contou com a aquisição de escravizadas, alugando-as na imprensa para outros serviços, como em casas de família em seu tempo livre, vendedoras de doces, lavadeiras e quitandeiras.

De acordo com Sandra Lauderdale Graham, no contexto da segunda metade do século XIX, sobretudo a partir de 1860, o número de mulheres que trabalhavam como criadas no Rio de Janeiro era alto, não apenas escravizadas, mas também livres, desempenhando na casa de suas senhoras e senhores os papéis dos serviços domésticos e nas ruas as mais diversas atividades. Essas mulheres que faziam parte e sofriam com os resquícios da escravidão tinham poucas oportunidades para além dos serviços subalternos de criadas. As poucas que atuaram profissionalmente no mundo do trabalho eram as parteiras, professoras, freiras, musicistas e governantas.<sup>322</sup>

O âmbito do trabalho doméstico contou com mucamas, amas de leite, cozinheiras, costureiras, carregadoras de água, lavadeiras, engomadeiras, funções exercidas majoritariamente por mulheres negras ou pardas, que contribuíram para a manutenção de serviços básicos daquelas pessoas que vivenciaram a época. Para algumas senhoras, sobretudo

---

<sup>320</sup> DAVIS. Op. Cit.

<sup>321</sup> Ibidem.

<sup>322</sup> Ver mais em: GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

aquelas que residiram sozinhas, como no presente caso, criadas e escravizadas, além de executarem os serviços domésticos pesados, como o carregamento de água pelas ruas, residiram nas casas de suas patroas operando como companheiras. De acordo com Graham: “[...]as mulheres que saíssem as ruas, mesmo durante o dia, iam acompanhadas de criadas, cuja presença estendia o manto protetor do lar ao mundo lá fora”<sup>323</sup>.

Anna, que foi uma mulher solteira, ao possuir escravizadas e alugar os serviços das mesmas, não pode ser vista como uma questão ambígua. Primeiro, pelo fato de que no período a escravidão era um sistema econômico forte, que movia a sociedade, sendo os negros e negras tratados não como pessoas e sim como empreendimento, e, segundo, que o fato dela ter vivido sozinha e de pertencimento a uma classe modesta, colocou os préstimos realizados por suas criadas e escravizadas, que incluíam desde os domésticos até os mais pesados, como fundamentais para a manutenção dos serviços de sua casa, ainda mais por ter que trabalhar horas de seu dia fora de casa.

Além do mais, por ter residido sozinha em seus anos de idade mais avançada, provavelmente, criadas e/ou escravizadas poderiam, também, ser pensadas como companheiras, além de gerarem uma renda extra, ao serem postas para aluguel nos jornais, visto que tinham que repassar uma quantia para seus senhores e senhoras. Como já foi bem abordado anteriormente, sua vida passou por instabilidades e o mundo do trabalho foi de extrema importância, necessitando estar em constante busca por empregos, incluindo aqueles que extrapolavam sua própria área de musicista.

No ano de 1857, Anna noticiou a venda de uma escrava com duas filhas pequenas:

VENDE-SE uma preta perfeita cozinheira, lavadeira e engomadeira, sabendo fazer doces, aprontar um chá, etc., com duas filhas, uma parda de 12 para 13 anos, a qual sabe coser e engomar sofrível, e uma negrinha de 7 para 8 anos; para ver e tratar, na rua dos Inválidos, n.57, casa particular<sup>324</sup>.

Naquele ano, como abordado em tópico anterior, ela esteve indo e vindo do Brasil, o que pode responder o motivo da venda. Entretanto, anos mais tarde, ela continuou colocando anúncios de aluguel de escravizadas, o que, inclusive, é comprovado pelo anúncio de venda de uma menina de 14 anos, que foi anunciada sete anos depois: “Vende-se uma pardinha de 14

---

<sup>323</sup> GRAHAM. Op. Cit., p.30.

<sup>324</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N.88, 31 março 1857.

anos de idade, perfeita cozinheira do trivial de uma casa, não se vende a negociante; para tratar, na Rua das Flores, n.48”<sup>325</sup>.

O fato de não se vender a negociante é outro ponto interessante. Os negociantes eram os líderes do corpo do comércio, atuando como interlocutores de todo o setor de atividades urbanas e grandes capitalistas que dominavam a produção e, também, forneciam mão de obra para serviços diversos, em especial, para as atividades desempenhadas nos grandes engenhos<sup>326</sup>. Talvez, Anna Rosa não quisesse submeter suas escravizadas a serviços de maior exploração, preocupando-se em mantê-las em casas de famílias, para os serviços domésticos, uma vez que a distinção de criadas domésticas e de rua era uma realidade e interferia na hora que as mesmas fossem ser vendidas.

O ano de 1869 é aquele em que mais localizamos dados sobre sua procura por criadas e/ou escravizadas, quando ela se encontrava com 48 anos e, devido ao avançar da idade, a necessidade de serviços e de companhia vinha se tornando um fator mais urgente. Os anúncios apareceram em edições consecutivas de jornais e um deles chamou nossa atenção: “Precisa-se de uma criada para servir uma senhora só: quer-se uma pessoa fiel e sem vícios, sendo escrava deve ser afiançada por seu senhor; sendo livre, deve trazer informações de si, para tratar, na R. Sete de setembro n. 223, 1º andar, de manhã até as 8 horas”<sup>327</sup>. Através do anúncio, podemos notar a presença desses dois grupos de mulheres que começavam a estar muito presentes durante o Segundo Reinado, as mulheres escravizadas, que também podiam, com a aceitação de seus donos, exercer serviços em casas de outros senhores e senhoras, e as mulheres livres, que buscavam formas de sobrevivência, trabalhando em diversas residências da Corte. Essas mulheres ocupavam e desempenhavam os mais diversos serviços de mão de obra.

Também deve ser destacado a existência de uma diferenciação clara entre criadas/escravas de casa e criadas/escravas de rua, sendo, essas últimas, mal vistas, devido à constante presença delas no espaço público, lugar em que, dependendo do horário, nem mesmo escravizadas e libertas deveriam circular, devido aos diversos “vícios” imersos nesse meio, no caso delas, relacionados, sobretudo, à prostituição. Sobre esse tema, Anna Rosa tocou brevemente, porém, disse-nos que muitas se submetiam a essa condição devido à falta de oportunidades, segundo suas palavras: “milhares de mulheres se entregam a este infame

---

<sup>325</sup> *Correio Mercantil e Instructivo do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. N. 135, 16 maio 1864.

<sup>326</sup> NEVES, Edson Alvisi. *Magistrados e Negociantes na corte do Império do Brasil (1850-1875)*. Tese (Doutorado em História). Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2007.

<sup>327</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N.144, 25 maio de 1869.

comércio por falta de meios de vida, e outras por falta de uma verdadeira ocupação que encha sua alma”<sup>328</sup>. Cabe, aqui, destacar que muitas das mulheres prostitutas durante o Império eram negras, que realmente não tinham meios para conseguir sobrevivência, caindo no comércio do sexo devido às condições sociais que estiveram submetidas.

Somente em 1870 que os anúncios de aluguel de escravas por parte de nossa autora voltaram a ser publicados na imprensa carioca. Foi provavelmente nesse curto período que ela adquiriu outra. “Aluga-se uma preta que engoma, lava e cozinha perfeitamente, é muito fiel; na rua do Lavradio, n.15, sobrado”<sup>329</sup>. O endereço que apareceu a partir de então, Rua do Lavradio, n.15, sobrado, desponta como o mesmo até o ano de sua morte, em 1886, e foi aquele em que ela permaneceu o maior período de sua vida. Concomitante ao anúncio de aluguel de sua escrava, também localizamos a procura por um “moleque” ou “caixeiro” para alguns serviços que ela necessitava<sup>330</sup>.

No decorrer dos anos, a vida mediana de Anna Rosa foi repleta de mudanças, alugando, vendendo e procurando os serviços de mulheres escravizadas, criadas, lavadeiras, engomadeiras e caixeiros. Fatores relacionados indubitavelmente à sua posição social, que perpassou por alguns momentos de instabilidade. Ao mesmo tempo em que ela precisava de uma criada para a execução dos serviços de sua casa, ela também buscava estar empregando-se em casas de família, claro que exercendo funções completamente distintas daquelas mulheres que lhe serviram, já que foi uma senhora letrada, educada e com portes dignos da elite.

Esses dois mundos distintos, criadas/escravizadas e mulheres ilustradas como Anna Rosa, estiveram bem delimitados no contexto e devemos ter em mente o uso de uma distinção para além de gênero, que perpassa, também, por raça e classe. A reivindicação posta por nossa autora, que, logo de início, subdividiu a categoria mulheres em três tipos, não incluía essas outras mulheres escravizadas, libertas, prostitutas ou analfabetas. Apenas a instruídas deveriam se juntar em prol da causa da libertação feminina, às outras não cabiam lutarem naquele momento.

Além disso, não apenas as negras, mas muitas outras mulheres brancas e pobres não eram alfabetizadas e tiveram que lidar com muitos problemas relacionados à desigualdade e à falta de oportunidades iguais para o grupo. Essas também eram procuradas para exercer o serviço de domésticas, no qual algumas famílias preferiam contratar os seus serviços ao invés

---

<sup>328</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.99.

<sup>329</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro.N.289, 10 outubro 1871.

<sup>330</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N.97, 8 abril 1875.

de uma escravizada ou ex-escravizada, porém, também enfrentavam muitos empecilhos no que se refere às relações de dependência postas<sup>331</sup>.

O trabalho de Ângela Davis é significativo nesse sentido, principalmente na parte em que ela abordou o movimento sufragista americano durante o contexto oitocentista. De acordo com a autora, a movimentação em prol da abolição foi o que levou muitas mulheres a se colocarem contrariamente àquele sistema e, posteriormente, a reivindicarem seus próprios direitos, devido às oportunidades dadas através da participação em associações e convenções abolicionistas, acompanhando, muitas vezes, seus maridos, saindo do âmbito privado e do ócio de seus lares<sup>332</sup>.

Nesse entremeio, a movimentação de mulheres na busca do direito ao voto se ampliou de maneira significativa, levando ao surgimento de convenções e à propagação da bandeira sufragista por todo o mundo. Entretanto, tal movimento permaneceu por um longo período sem levantar o problema das mulheres escravizadas e trabalhadoras nas reivindicações por libertação<sup>333</sup>, e, um exemplo referente a isso, foi a carta<sup>334</sup> escrita por Elizabeth Candy Staton, nome importante no movimento sufragista norte americano, enviada para um jornal, *New York Standart*, em 1865, na qual ela deixou claro essa separação entre as reivindicações femininas versus as dos negros e negras, de modo que esteve determinada a impedir a conquista e o progresso da população negra antes das mulheres letradas que encabeçavam a reivindicação pela emancipação.

Acreditamos que tais fatores tenham se dado devido às reivindicações femininas que surgiram terem se utilizado da instrução como característica fundamental para a aquisição de direitos, uma vez que questionavam a capacitação masculina superior à feminina. Como escravizados e escravizadas não tinham nenhum direito, sendo majoritariamente analfabetos, permanecendo assim por um longo período, ainda era inimaginável pensar em inseri-los em uma discussão que, no próprio meio de letrados, foi de difícil acesso, pensando, sobretudo, no caso das mulheres. Mesmo diante de tal distinção, a atuação de mulheres como Anna Rosa deve ser vista e pensada como resultado da dinâmica sócio-política de sua época e não julgada por nós, enquanto sujeitos imersos no século XXI, por uma lógica ditada completamente distinta,

---

<sup>331</sup> GRAHAM. Op. Cit.

<sup>332</sup> DAVIS. Op. Cit.

<sup>333</sup> Ibidem.

<sup>334</sup> Parte da carta transcrita por Ângela Davis em sua obra *Mulheres, Raça e Classe*, p.79.

apesar de enfatizarmos que as desigualdades presentes ainda hoje são resultados e refletem muitos momentos históricos, como o aqui analisado.

A diferenciação de mundos femininos na reivindicação por direitos presente no Oitocentos, não deslegitima todo o processo que acarretou a conquista do voto feminino, em 1932, como resultado de demandas e lutas de longos séculos, como nos comprova a fonte central desta pesquisa. Devemos ter em mente uma contextualização clara das ideias presentes no XIX brasileiro, no qual muitas práticas eram apenas resultado da dinâmica social e política da época. Anna Rosa Termacsics dos Santos e todas as suas bandeiras de defesa podem ser pensadas como um dos primórdios dessa discussão no Brasil, que, até o presente momento, contou apenas com estudos que abarcaram o final do século XIX e o adentrar do XX, período de consolidação do movimento sufragista e que ficou, também, conhecido como primeira onda do feminismo brasileiro, denominação que carrega algumas controvérsias.

Para Gláucia Fraccaro, o marco dessa primeira onda feminista teria sido a fundação da *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*, em 1922, quando se acreditava que a organização feminista se concentraria apenas na conquista do voto. Para a autora, essa separação em “ondas” prejudica as análises históricas, deixando de lado, por exemplo, as relações de trabalho e as tensões vivenciadas pelas mulheres pobres e negras há várias décadas, sendo essas, também, pautas que muitas vinham encabeçando, buscando melhores condições, aumentos salariais, amparo das leis, etc. Segundo Gláucia:

É claro que as tensões das relações de trabalho compuseram os diversos momentos do modelo, mas a separação por “ondas” costuma eleger marcos que devem ser considerados hegemônicos a cada período, com base no modelo aqui apresentado. O questionamento sobre o uso da metáfora das ondas tem sido cada vez mais frequente por considerar que a periodização entrincheira a percepção de um feminismo singular na qual gênero é a categoria predominante de análise, deixando subsumidos os conflitos de raça e de classe<sup>335</sup>.

Esse mundo do trabalho feminino que funcionou durante o contexto Monárquico era diverso, contanto com mulheres distintas em todas suas diversidades, e com reivindicações específicas, não podendo ser analisado de forma homogênea. Anna Rosa Termacsics dos Santos participou dele com todas as suas regalias, comparadas com a condição de muitas outras,

---

<sup>335</sup> FRACCARO, Gláucia. *Os direitos das mulheres: organização social e legislação trabalhista no entre guerras brasileiro (1917-1937)*. Tese (Doutorado em História). Campinas: Unicamp, 2016, p.29.

contudo, esteve envolvida em uma relação de dependência que também colocava dificuldades sobre ela, que, inclusive, levou à sua escrita reivindicatória. Entender, a partir do uso do gênero, esses conflitos no mundo no trabalho contribuem para revisitar novamente esses estudos que pensam a partir de marcos específicos, que muitas vezes excluem interpretações de grande relevância para se pensar a organização feminista a partir de meados do século XX.

Como vimos, o mundo de trabalho para mulheres negras, sejam elas escravizadas ou libertas, era distinto do das mulheres letradas. Fabiane Popinigis, ao estudar as relações de trabalho estabelecidas no Mercado Público de Desterro, em Santa Catarina, constatou uma grande presença de mulheres de descendência africana no comércio ambulante. Segundo a autora, a principal função exercida por essas mulheres era a de quitandeira, no sentido de que essas mulheres estendiam suas tendas e vendiam doces, legumes, frutas, peixes e comida para servir escravizados de ganho, por esse motivo as quitadeiras acumulavam diversas atividades dentro e fora do mercado. Dentre as 63 pessoas que pagaram impostos entre os anos de 1850 e 1851, 37 eram homens e 26 eram mulheres, isto é, um número significativo que nos demonstra a autonomia dessas mulheres negras com relação ao trabalho. Segundo Popinigis:

Além da grande presença de mulheres, esses dados revelam uma gama de situações e arranjos de trabalho que escravos e libertos estabeleciam com seus proprietários: a autonomia de trabalhar no Mercado Público, ou fora dele, vendendo quitandas ou pombiando (a serviço da senhora, do senhor, ou para si próprios); as relações que estabeleciam com alguém em situação semelhante para dividir os vãos entre as colunas; a possibilidade de, com algum acúmulo a partir das vendas, comprar sua própria alforria e, finalmente, pagar o imposto para que alguém trabalhasse para si; redes de interesses e identidades que possibilitavam a inserção e o trânsito nesses locais e posições<sup>336</sup>.

As mulheres negras que atuaram no Mercado Público de Desterro muito se assemelham com as escravizadas que Anna Rosa anunciou nos jornais por alguns anos consecutivos, alugando-as para outros serviços nas ruas da Corte. Essas mulheres viveram em condições precárias e, em sua maioria, não eram nem alfabetizadas, logo, as preocupações das mulheres brancas por direitos eram completamente antagônicas das negras, que tinham em mente outros objetivos, sendo a alforria um deles.

Por fim, apesar de todos impasses na vida das mulheres do XIX, em toda a sua diversidade, essa dissertação fala mais especificamente de uma mulher estrangeira específica,

---

<sup>336</sup> POPINIGIS, Fabiane. “Aos pés dos pretos e pretas quitadeiras”: experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro mercado público de desterro – 1840-1890. AFRO-ASIA, v. 46, p. 193-226, 2012, p.217.

imersa em uma possível classe mediana, composta por brancas e letradas. Essas mulheres conseguiram atuar no mundo do trabalho, cada qual a sua maneira, do jeito que ele funcionou durante o Oitocentos, criando estratégias e conseguindo driblar todas as dificuldades postas, inclusive no que tange à desigualdade no pagamento de seus serviços, uma reclamação muito presente no decorrer de todo o *Tratado*.

A classe por nós proposta, mediana, é pensada após perceber que a sociedade da Corte era muito mais ampla do que a dicotomia entre grandes proprietários aristocráticos e pobres e escravizados, de modo que nesse entremeio encontramos sujeitos que viveram nos círculos centrais de sociabilidade, com grandes conhecimentos e portes ilustrados, apesar da necessidade do trabalho para suprir com os gastos desse círculo de “ares aristocráticos”, caso esse de Anna Rosa Termacsis dos Santos.

Os resquícios das desigualdades de gênero no mundo do trabalho se perpetuaram por séculos, persistindo ainda na atualidade. Falar em divisão sexual do trabalho hoje, ainda é tocar no que vem sendo definido historicamente como competência e lugar feminino, pensando na divisão construída a partir de uma percepção burguesa. De acordo com Flávia Biroli: “[...] a divisão sexual do trabalho é um lócus importante da produção do gênero. O fato de ela não incidir igualmente sobre todas as mulheres implica que a produção do gênero que assim se dá é racializada e atende a uma dinâmica de classe”<sup>337</sup>. Como mostrado, as reivindicações femininas durante o Oitocentos, assim como as mulheres que estavam aptas para adquirir direitos, distinguiam-se, na medida em que gênero, classe e raça convergiam e constituíam desigualdades de oportunidades.

---

<sup>337</sup> BIROLI, Flávia. *Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018, p.23.

### **CAPÍTULO 3 – ANNA ROSA NA IMPRENSA: PUBLICAÇÕES E EMBATES**

Até aqui, vimos como a publicação de uma obra, escrita por uma mulher letrada, Anna Rosa Termacsis dos Santos, com ideias impactantes para à época surgia e, ao mesmo tempo, como todo seu conteúdo escrito refletiu em suas vivências, uma mulher comum, que trabalhou em diversas frentes como meio de subsistência e que, para além, foi solteira. Vimos, também, que os impressos, livros e jornais, foram difusores importantes de suas reivindicações, colocando-as para serem lidas em públicos diversos no Rio de Janeiro. Devido a estes fatores, discutir sua aparição nessa imprensa diária, através de algumas de suas publicações por nós localizadas, pareceu relevante para pensarmos questões mais amplas, relacionadas ao período delimitado e a importância da imprensa neste.

Ser mulher, mesmo que letrada, e buscar direitos civis e políticos durante o Império, foram características que apareceram como incompatíveis, a coisa piorava mais, quando se era solteira, como no presente caso. Anna Rosa Termacsis dos Santos teve uma trajetória marcada por subversões na ordem social estabelecida. Sua vida pode ser vista e analisada para pensar outras mulheres que, assim como ela, buscaram ocupar a imprensa como local de disseminação de seus ideais por universalidade na igualdade de direitos.

Diante disso, para um melhor entendimento, nossa análise partiu de percepções de mulheres como nossa personagem, aquelas letradas que vinham frequentando círculos sociais relacionados a instrução e que publicavam na imprensa. Mulheres de classes medianas e aristocráticas, com condições de acesso a participação política e no mundo do trabalho, apesar de terem sido direitos negados por longas décadas. Aqui, não entram pobres, escravizadas, criadas, libertas ou prostitutas, grupos que não possuíam as mesmas características e que se inseriam em mundos distintos, como já demonstrados em capítulo anterior.

Diante disso, entender o papel assumido pelo periodismo brasileiro nas reivindicações femininas, contribui para perceber as vias e as estratégias que Anna Rosa teve que utilizar para que suas ideias circulassem.

### 3.1 – O papel da imprensa nas reivindicações femininas

O surgimento da imprensa periódica, com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, e, o seu aumento a partir do Segundo Reinado, contribuiu sobremaneira para um avanço cultural no país, trazendo propósitos educativos e de progresso<sup>338</sup>. Através dela, foram publicados assuntos desde os políticos, até informações sobre o cotidiano da cidade, como o movimento de entrada e saída dos portos brasileiros, falecimentos, fugas e vendas de escravizados, literatura, além, é claro, de notícias minuciosas sobre o dia-a-dia da família real. Surgiram, a partir de então, números significativos de jornais, desde os com ideais conservadoras até os liberais, religiosos, científicos, artísticos, literários, informativos e femininos, destinados para públicos distintos e restritos, tendo em vista os altos índices de analfabetismo existentes.

A eclosão e a circulação de impressos no Brasil contribuiu para a formação de uma rede de leitores, segundo Marco Morel:

[..] o periodismo pretendia, também, marcar e ordenar uma cena pública que passava por transformações nas relações de poder que diziam respeito a amplos setores da hierarquia da sociedade, em suas dimensões políticas e sociais. A circulação de palavras – faladas, manuscritas ou impressas – não se fechava em fronteiras sociais e perpassava amplos setores da sociedade que se tornaria brasileira, não ficava estante a um círculo de letrados, embora estes, também tocados por contradições e diferenças, detivessem o poder de produção e leitura direta da imprensa.<sup>339</sup>

Ou seja, as palavras que vinham circulando através da imprensa conseguiram adentrar em grupos diversos, devido, sobretudo, aos comentários falados que essa veio a reverberar. Dentre os públicos que tiveram acesso a tais, merece destaque as mulheres, que vinham em grande número tendo um contato com o periodismo carioca.

Ao analisarmos a imprensa do século XIX, tornou necessário enfocá-la não apenas enquanto veículo de ideias refletidas de uma dada realidade socioeconômica, mas enquanto agente histórico produtor e disseminador de escritos que, ao mesmo tempo que influenciavam, também eram influenciados pelo seu contexto de produção. Isto é, as publicações femininas que se fizeram presentes refletiram muito sobre a condição destas na sociedade oitocentista, na qual começaram como leitoras e, posteriormente, viram a possibilidade de adentrarem como escritoras.

---

<sup>338</sup> MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: Martins, Ana Luiza; Luca, Tania Regina De. (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. 1ed. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 23-44.

<sup>339</sup> *Ibidem*.

Com o passar das décadas, sobretudo em meados do século, muitas mulheres começavam a enviar seus escritos para serem publicados nos periódicos, mesmo diante de todas as dificuldades postas e dos constantes discursos contrários à inserção destas neste espaço, reforçando, inclusive, a incapacidade para com o mundo das letras. “[...]embora à margem, a literatura feminina foi presença constante nos periódicos do século XIX, tanto nos dirigidos por homens quanto nos inúmeros criados e mantidos por elas próprias”<sup>340</sup>. De acordo com Zahidé L. Muzart:

Uma das razões para a criação dos periódicos de mulheres no século XIX partiu da necessidade de conquistarem direitos. Em primeiro lugar, o direito à educação; em segundo, o direito à profissão e, bem mais tarde, o direito ao voto. Quando falamos dos periódicos do século XIX, há que se destacar, pois, essas grandes linhas de luta. O direito à educação era, primordialmente, para o casamento, para melhor educar os filhos, mas deveria incluir também o direito de frequentar escolas, daí decorrendo o direito à profissão. E mais para o final do século, inicia-se a luta pelo voto. O sufrágismo foi o mote de luta do feminismo, como todos sabem, e foi também a primeira estratégia formal e ampla para a política das mulheres. Sobre tal assunto, há um número muito grande de textos, de manifestos no mundo ocidental em geral, e no Brasil não foi tão diferente, embora de modo menos acentuado<sup>341</sup>.

O primeiro periódico redigido por uma mulher no Brasil foi publicado em 1852 e intitulou-se *Jornal das Senhoras*. Através dele, sua redatora, a argentina Juana Paula Manso de Noronha, buscou propagar a emancipação feminina, reivindicando, prioritariamente, uma educação que capacitasse as mulheres em igualdade com a recebida pelos homens. A partir desse pioneirismo, surgiram outros com as mais diversas defesas e reivindicações, como já elencado por Zahidé.

Os escritos femininos do século XIX, sejam na imprensa ou em obras literárias, ao serem analisados por nós, sujeitos imersos no século XXI, devem ser vistos considerando a realidade social à qual tais mulheres escritoras fizeram parte, ou seja:

Nesse sentido, é necessário para aqueles que pesquisam literatura e literatos historicizar radicalmente seu objeto. Por mais que autores como Dostoiévski tenham muito a dizer à nossa época, sua obra é fruto de seu tempo e, portanto, é historicamente situada. E também os escritores são produtos de sua época e de sua sociedade. Desse modo, mesmo o artista mais consagrado, considerado alguém dotado de um talento especial que o destaca dos outros seres humanos, é sempre um indivíduo de carne e osso, sujeito aos condicionamentos que seu pertencimento de classe, sua origem étnica, seu gênero e o processo histórico do qual é parte lhe impõem. Sua capacidade criativa se desenvolve num campo de possibilidades que limita a sua liberdade de

<sup>340</sup> MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres do século XIX. Revista *Estudos Feministas*. Florianópolis, SC, CFH/CCE/UFSC, v.11, p.225-233, 2003.

<sup>341</sup> Ibidem, p.226.

escolha. Nessa perspectiva, faz pouco sentido afirmar coisas do tipo “tal escritor estava à frente de seu tempo”, pois, ainda que não seja compreendida ou admirada em sua época e só venha a ser consagrada posteriormente, toda criação literária é um produto histórico, produzido numa sociedade específica, por um indivíduo inserido nela por meio de múltiplos pertencimentos.<sup>342</sup>

A imprensa foi tomada como análise a partir de uma compreensão do contexto de sua escrita, pensando sempre em todos os acontecimentos e conceitos presentes no dado tempo em que esta veio a ser produzida.

Voltemos ao periódico de Juana Paula Manso de Noronha. Em seu primeiro número, a redatora anunciou seus objetivos com o jornal: "propagar a ilustração e cooperar com todas as suas forças para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher"<sup>343</sup>. Através dos escritos presentes, evidenciamos uma busca por modelos específicos de mulheres letradas, que deveriam se educarem apenas para o aperfeiçoamento de boas mães e esposas, excluindo-as de uma profissionalização para o mundo do trabalho e para a ocupação dos cargos públicos. Como já trabalhado por Zahidé, por muito tempo acreditou que a reivindicação pelo voto só veio a ser incorporada com o findar do século. Isto é, as pautas que englobassem uma instrução feminina para a ocupação do espaço público, o periódico foi claramente contrário, como nos escreveu sua fundadora na quarta edição:

**Declaração sobre as minhas ideias da emancipação moral da mulher:** [...] Assevero-vos que tenho medo já de falar; e por isso vereis que declaração formal, e estrondosa vou fazer dos meus princípios, do contrário são capazes de supor que eu quero o fim do mundo, a realização do mundo às avessas, e quem sabe o que mais... Nada, urge desenganar o mundo que eu não quero de modo algum contrariar a natureza, tenho me esforçado toda a minha vida em adivinhar o pensamento do Criador e cumprir o que ele me ensina. [...] não entendo por emancipação moral da mulher, a suspensão da obra das gerações, querer isto seria querer entronizar os vícios mais degradantes da humanidade. [...] nem quero tão pouco que a mulher seja soldada, nem empregado público, nem oficial da marinha, nem ministro do Estado, nem doutor graduado em leis [...] Emancipação moral da mulher no meu limitado entender é: sua ilustração, não entendo por ilustração habilidades fúteis. A ilustração na mulher deve entender em primeiro lugar: uma religião entendemos que a religião é o verdadeiro conhecimento dos nossos deveres para com Deus, baseados no amor e na caridade para com os irmãos [...]<sup>344</sup>. [Grifo meu]

Além da tarefa de propagar a emancipação moral das mulheres, o *Jornal das Senhoras* manteve como preocupação a publicação de escritos sobre modas, teatros, poesias e literatura, dando oportunidade para que senhoras publicassem seus textos. Segundo Verona, os escritos

<sup>342</sup> FACINA, Adriana. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p.09-10.

<sup>343</sup> *O Jornal das Senhoras*. Rio de Janeiro. N. 01, 01 janeiros 1852.

<sup>344</sup> *Jornal das Senhoras*. Rio de Janeiro. N.04,25 janeiros 1852.

femininos do século XIX, como do *Jornal das Senhoras*, nos ajudam muito a refletir sobre os condicionamentos históricos inerentes à atividade de escrever e sobre os modos de assimilação sócios - culturais de valores e padrões de comportamento, já que muitos deles vieram a corroborar com o discurso masculino, não apenas por parte de homens, mas também das próprias mulheres. Segundo ela: "Os costumes custaram a ceder a novos hábitos e a transição da condição feminina no século XIX foi lenta, sutil e gradual."<sup>345</sup>

Ao compreendermos que a condição feminina passou por árduos processos de novos hábitos, principalmente aqueles relacionados a aquisição de direitos, a posição ocupada por Anna Rosa nos meios impressos, no qual veio a escrever ideias que iam totalmente contrárias ao que a sociedade esteve ditando, percebe-se que a sua inserção veio para contrapor tudo o que a imprensa legitimava, até mesmo a estritamente feminina, como localizamos no *Jornal das Senhoras*, periódico que não encontramos nenhuma ligação com a proposta de emancipação encabeçada por nossa autora.

De acordo com Constância Lima Duarte, o *Jornal das Senhoras*, em seu período de funcionamento, passou por três redatoras: Juana Paula Manso de Noronha, Violante Bivar Velasco<sup>346</sup> e por último Gervasia Pires dos Santos Neves, passando por alterações em seu conteúdo, "os textos defendendo emancipação feminina diminuíram, os folhetins ganharam espaço e surgiram matérias relacionadas a saúde"<sup>347</sup>. Dentre as redatoras, não encontramos ligação alguma com nossa personagem, todas se inseriram num círculo de senhoras letradas, de classes aristocráticas e que acreditavam na emancipação como meio de melhoramento moral, para desta maneira tornar as mulheres unicamente melhores mães e esposas.

Ao escrever assuntos sobre modas, por exemplo, tais redatoras infiltravam-se na Rua do Ouvidor, localidade de grande inserção da elite e das novas tendências advindas da França, em especial de Paris. Segundo Everton Vieira Barbosa: "tomar a França como exemplo e fonte de inspiração era comum aos países que buscavam definir seus aspectos culturais, políticos e econômicos, ou mesmo tornar sua sociedade mais civilizada, organizada"<sup>348</sup>. Essas mulheres estiveram atentas a toda essa interferência francesa, mantendo grandes interesses em saber o que as lojas requintadas da Corte traziam como novidades, logo, as redatoras utilizavam disso

---

<sup>345</sup> VERONA, Elisa Maria. *Da feminilidade oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História), São Paulo: UNESP, 2007, p.40.

<sup>346</sup> Violante em 1873 empreendeu negócios com outro periódico feminino intitulado *O Domingo*.

<sup>347</sup> DUARTE, Constância L. *Imprensa feminina e feminista no Brasil século XIX*. 1.ed. dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p.120.

<sup>348</sup> BARBOSA, Everton Vieira. O ar francês pela corte: percepções culturais na imprensa feminina ao longo da segunda metade do século XIX. *Anais II Encontro de pós-graduando da SEO*. Juiz de Fora: 2017, p.06.

para fazer notícia no jornal, acreditando assim estarem aumentando o número de leitoras mulheres.

A realidade das jornalistas, com requintes de modas e ornamentos, não era a mesma vivenciada por Anna Rosa, que em sua escrita veio a formular críticas contundentes contra essas ocupações “fúteis”, que envolviam apenas fatores relacionados a beleza e ornamentos: "Com os dinheiros que se empregam em enfeites, antes comprar livros; do que serve andar enfeitada com a cabeça vazia? Brilhai antes com a vossa conversação do que com vossas saias"<sup>349</sup>. Para ela, os livros e a intelectualidade viriam em primeiro plano e deveriam ser mais valorizados do que as tendências encontradas na rua do Ouvidor.

Além disso, ela também criticou o modo como as mulheres foram representadas na imprensa periódica, reproduzindo um papel idealizado sobre o casamento e as atividades que restavam em suas vidas ao se submeterem a ele. Segundo ela, “A mulher tem tempo para bailes, visitas inúteis, correspondências amorosas, passar horas e horas no espelho, para tudo tem tempo, menos para tomar parte na política”<sup>350</sup>. O tempo bem repartido poderia ser mais aproveitado, segundo suas percepções, envolvendo a emancipação o papel feminino naquela sociedade.

A imprensa periódica do Oitocentos atuou ditando modelos e comportamentos para o sexo feminino e Anna Rosa buscou romper com o que esteve posto e circulando através dela, criticando as sociabilidades formadas unicamente por intermédio de compras, bailes e beleza, que, segundo ela, não eram satisfatórias para o avanço e a emancipação das mulheres. Mais uma vez, o mundo intelectual apareceu como sua prioridade, nos confirmando uma preferência por livros e não por adereços de modas e enfeites, objetos que se encontravam no cerne das publicações femininas que surgiram a partir de 1852.

As publicações do *Jornal das Senhoras* que, por ter sido pioneiro e uma novidade no período, apesar de não ter abordado abertamente a reivindicação feminina pela ocupação dos espaços públicos e políticos, ocasionou incômodos, propiciando que outros escritos femininos fossem produzidos, fato dado, possivelmente, ao seu ineditismo. Um periódico, intitulado *O Mágico*, cedeu lugar para um escrito de uma senhora chamada Luiza, e suas reflexões sobre o surgimento do jornal redigido pela argentina, afim de entreter relações:

---

<sup>349</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.124-125.

<sup>350</sup> Ibidem, p.14.

Nunca escrevi para o público, e por isso acanhada como todas a do meu sexo aqui neste país, não quero desafiar polêmica, mas sim enunciar meus pensamentos e reflexões.

Conheço que não temos votos sobre coisas públicas, e o temos em bem poucas domésticas, mesmo assim, isso não é devido à falta de liberdade da mulher, ou à sua não emancipação, mas a um erro de princípios que não se dá em muitas partes, ou talvez à má direção, que por motivos, que bem mal pode-se explicar, se tem dado a mulher desde o berço. Neste país, infelizmente, onde a ignorância plantou as primeiras árvores, das quais comemos ainda hoje os frutos, sem dúvida o atraso e devido a esta causa, e não a falta de liberdade da mulher: porque ela goza de certas prerrogativas e tem certas regalias que não deixam de ser atendíveis.

Concordaríamos com a ilustre redatora, se ela quisesse mudar algumas das abusivas leis com que os homens, já como pais, maridos ou tutores, tem até hoje dirigido a mulher, sobretudo aqui em minha pátria, ou se quisesse tomar a si o encargo de mostrar e combater o erro em que caem muitos homens pela mal-entendida classificação que dão à mulher, ou a maneira egoísta porque a consideram. Porém querer já, tão fora de tempo e talvez infrutífera mente a emancipação da mulher! Oh! Perdoe-me senhora, foste talvez piorar o nosso estado.

Muitos maridos, e muitos pais não tem querido dar a ler os vossos jornais, para que essas ideias não se infiltrem nos espíritos de suas mulheres e filhas. Ora, eis por onde pecastes; deveis ter preparado a todos para receberem essas ideias, novas aqui, e de bem pouca aceitação; porque os pais e os maridos, e até os mestres tem entendido que a mulher deve ser aquilo que eles entendem, e não o que ela é. Demais segundo as disposições de nossa organização e natureza, e a influência do lugar em que nascemos, não pode cabermos essa posição, sobretudo as fluminenses. Seria um transtorno em nossa sorte se admitisse essa transformação em nossa sociedade.

O que seria bem louvável era se quisésseis vos unir a mim para combatermos o rigor e o arbítrio com que os homens nos tratam em qualquer caso que ele se trate em relação à mulher.

Como pais, abusam da posição em que a natureza as colocou; quando não se arrastão por uma condescendência sem limites e um mal-entendido amor, perdem-se em desvairados caprichos, em estúpida preponderância, a ponto de esquecer tudo o que não serve de pasto à brutalidade de seu trato. [...] <sup>351</sup>

Através do escrito de Luiza podemos levantar vários pontos que concernem a posição das mulheres. O primeiro está relacionado a uma "posição acanhada", que permeava toda a condição feminina de reclusão doméstica e sem acesso à educação durante o XIX, fazendo com que as que fossem alfabetizadas tivessem medo de escrever ou comentar qualquer discurso sobre questões públicas, devido ao fato de não lhes serem cedidos espaços abertamente. Outro ponto significativo está relacionado às leis, que eram criadas pelos homens e que contribuía para todo o processo de consolidação da inferioridade das mulheres, ou seja, uma dominação historicamente e hierarquicamente construída a partir de uma sociedade sob um domínio paternalista.

Por fim, a informação de que muitos pais e maridos não queriam que suas esposas ou filhas lessem o jornal que acabava de surgir no Rio de Janeiro, devido as suas ideias de emancipação e progresso para o belo sexo, apesar de terem se dado de maneira restrita.

---

<sup>351</sup> *Jornal O Mágico*. Rio de Janeiro. N.10, 25 janeiro 1852.

Pensando nas informações presentes nos escritos da publicação do periódico *O Mágico*, aquela que se refere à não aceitação da emancipação feminina, principalmente pelos homens, era a que se sobressaía na sociedade. O discurso público era masculino e a aceitação que se dava era sobre este.

O escrito também nos faz pensar sobre como se deu a recepção da obra de Anna Rosa no contexto de sua publicação. É perceptível as disparidades de ideias presentes no *Jornal das Senhoras* e no *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*. De um lado, pregava-se uma emancipação moral e religiosa que dotasse as mulheres de conhecimentos voltados apenas para serem boas esposas e mães; no outro, a questão central voltava-se para uma emancipação libertadora, na qual as mulheres avançariam em igualdade com os homens na educação, no trabalho e na política, chegando a ocupar cargos públicos, seja nas universidades, como ministras, senadoras ou deputadas, diferenças de valor significativo para pensar os embates que estiveram postos.

No *Jornal das Senhoras*, a escassez de liberdade e oportunidades dada ao sexo feminino relacionava com a falta da instrução, logo, a educação tornou-se a principal reivindicação de suas redatoras. Já no segundo, escrito feito por Luiza, no periódico *O Mágico*, o que influenciava a situação desigual das mulheres era a criação das abusivas leis, que vinham desde os antepassados, sempre por uma dominação masculina e hegemônica. Já no escrito de Anna Rosa apareceu os dois pontos como fatores determinantes e responsáveis pela inferioridade das mulheres, tanto a falta de instrução como as leis foram vistas pela autora como desfavoráveis para o sexo feminino. Segundo ela, somente com a representação política haveria mudanças, mas para que isso acontecesse, todas deveriam se unir em prol da mesma causa.

Na década de 1870, período em que já estava presente uma imprensa feminina mais consolidada, além de uma ampliação no debate feminino presente nos impressos de maior circulação, era comum encontrar nos jornais escritos que caracterizavam a imprensa da seguinte maneira:

A imprensa é o maior acontecimento da história, é a revolução mãe, é o modo de expressão da humanidade, que se renova totalmente, é o pensamento humano que despe uma forma e que reveste outra, é a completa e definitiva mudança de pele dessa serpente simbólica, que, desde Adão, representa a inteligência humana.<sup>352</sup>

---

<sup>352</sup> *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro. n. 58, 08 outubro 1870.

Através dela foi possível tornar público uma série de informações e ideias que, gradativamente, passaram a fazer parte do repertório social e intelectual do espaço público da Corte, dividindo informações de várias localidades e até mesmo de outros países. A circularidade de pensamentos propiciados pelos jornais contribuiu para a formação de distintas opiniões sobre diversos assuntos, levando a apropriações, de acordo com a leitura de cada indivíduo. Neste ponto, cabe destaque para as mulheres e as leituras por elas feitas, que buscaram abordar sua situação na sociedade.

O fato de o jornal ter colocado a inteligência humana como advinda de Adão é sintomático ao pensarmos como esses impressos viam as mulheres, que não se inseriam enquanto sujeito humano universal (representado por Adão) e eram incapacitadas da inteligência. Através da imprensa, também é possível perceber qual o lugar ocupado pelas mulheres (quando ocupado) e, de que maneira mulheres como Anna Rosa se inseriram, rompendo com a normatividade da hierarquia social em que os homens se encontravam no topo. A publicação se deu pelo *Diário de Notícias*, periódico que contou com escritos que tocaram na emancipação feminina de várias maneiras, como iremos trabalhar nos próximos subcapítulos, por isso nossa escolha de aqui reproduzi-lo.

O surgimento de uma imprensa estritamente feminina, feita por e para mulheres, contribuiu sobremaneira para levar seus escritos para serem lidos e comentados no espaço público. Entretanto, antes mesmo do surgimento da mesma na década de 1850, muitas já vinham escrevendo em jornais informativos de grande circulação e redigidos por homens, na qual foi possível encontrarmos textos, alguns assinalados e outros sob o uso do anonimato, sendo este último muito mais presente e utilizado por diversos motivos, um deles sendo a legitimação e aceitação de seus escritos.

Nesse sentido, a imprensa aparece para nós como um local de dualidades e disputas, principalmente pós 1850. Por um lado, contribuiu significativamente para propagar os interesses e ideias ligados a emancipação e direitos das mulheres, tanto em jornais redigidos por homens quanto nos de mulheres. Em contrapartida, também manteve e reforçou os estereótipos femininos, ditando os papéis de doces, ternas, belas e frágeis, características de gênero restritas ao privado, historicamente e hierarquicamente constituídas numa sociedade em que a desigualdade permeava todas as relações.

Obras, escritos folhetinescos, traduções de romances, artigos, poesias e críticas, foram alguns dos gêneros escritos e publicados na imprensa por mulheres letradas. A partir disso, foi

possível perceber uma fusão entre imprensa e literatura, que se tornavam importantes para uma gradual inserção feminina em espaços antes negligenciados. Através dos discursos dominantes, sejam eles, religiosos, impressos, literários, médicos, jurídicos e políticos, buscavam-se legitimar formas de convívio e papéis sociais entre os sexos, forjando, assim, um modelo de Estado e de família a ser seguido que se perdurou por longos séculos.

Mediante todos esses discursos, entre dualidades e disputas sobre o lugar feminino na sociedade do Oitocentos, e a aceitação majoritária por parte das mulheres, que não vieram a contestar ou reivindicar mudanças, Anna Rosa nos colocou:

Não há mulher alguma que não deseje a liberdade; se ela não manifesta esse desejo, é porque não se quer comprometer com aqueles de quem depende: sua posição é igual à dos trabalhadores e rendeiros que votam contra seus interesses para agradarem a seus patrões, com a adição que às mulheres se prega desde a infância a submissão, como um atrativo e graça do seu caráter.<sup>353</sup>

A autora partiu do entendimento de que muitas mulheres tinham medo de rebelar-se contra a posição de inferioridade ocupada pelo seu sexo, devido a dependência a que estiveram submetidas, e aí podemos falar também de uma dependência financeira, na qual tinham pouquíssimas oportunidades para além das funções domésticas de esposas e filhas.

As mulheres, desde crianças, ficavam sob a tutela de seus pais, posterior a isso, dos maridos, tendo que se dedicarem exclusivamente ao casamento. A partir do escrito da autora, percebe que a mesma entendia que apenas através da independência feminina no trabalho as coisas poderiam vir a mudar, mas, para isso, deveriam ser dadas oportunidades igualitárias para ambos os sexos. A produção e circulação de discursos impressos, como já demonstrado, contribuiu para que muitas viessem a acreditar que a função de suas vidas fosse ficar incapacitadas de participação em outros âmbitos, dedicando-se exclusivamente ao casamento.

Essa não contestação do lugar feminino nos remete a construções relacionada ao gênero, por exemplo, o recato no espaço privado era e ainda é ditado às mulheres desde o berço, ficando sem oportunidades e sem o acesso a uma educação digna. Rebelar-se contra isso, para muitas, significava sofrer repressões de seus próprios pais ou companheiros, patriarcas de suas famílias e detentores econômicos de suas necessidades. E, isso fez com que muitas aceitassem a condição que estiveram subordinadas, acreditando terem sido escolhas naturais e divinas para o resto de suas vidas.

---

<sup>353</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.82.

Até mesmo na imprensa estritamente feminina, os escritos reforçavam o lugar privado destinado as mulheres, como reparamos no próprio *Jornal das Senhoras*. Depois dele, apareceram outros, como *O Bello Sexo* (1862), *O Domingo* (1873), *O Sexo Feminino* (1873), *Echo das Damas* (1879) e *A Família* (1888). Apesar das disparidades de concepções, relacionadas a instrução e a ocupação de cargos públicos, todos eles tiveram como principal tarefa dedicar seu conteúdo para o sexo feminino, abrindo espaço para que além de leitoras as mulheres pudessem também vir a se tornarem escritoras.

Posterior ao surgimento do *Jornal das Senhoras*, outras mulheres empreitaram negócios com o periodismo, caso este do *Bello Sexo*, que, em 1862, foi inaugurado na Corte sob a redação de Júlia Sandy Aguiar. Como já elencado, tal jornal trouxe como proposta “provocar a manifestação feminina na imprensa, a favor do progresso social”, no qual dentre as várias redatoras que deram início a empreitada, acreditamos que a autora por nós aqui analisada também fez parte do grupo. Este periódico, apesar dos poucos números que nos restaram, permite evidenciar uma organização de mulheres em prol da emancipação, no qual estas se reuniam e discutiam sobre as metas que seriam encabeçadas pela redação do jornal nas suas publicações semanais.

A baiana Violante Ataliba Ximenes de Bivar e Velasco dirigiu, juntamente com Juana de Paula Manso, o *Jornal das Senhoras*, entre os anos de 1852 e 1855. Em 1873, fundou outro periódico, *O Domingo*, que também foi direcionado para o público feminino e trouxe publicações sobre textos literários, romances, cartas de amor, modas e culinária.

*O Sexo Feminino*, fundado no dia 7 de setembro de 1873, na cidade de Campanha (MG), encabeçado por Francisca Senhorinha da Mota Diniz, foi publicado no decorrer de um ano. A partir de 1875, a redatora mudou-se para a Corte, onde o periódico começou a funcionar a partir do dia 22 de julho de 1875. Por diversos motivos, o jornal permaneceu por alguns anos sem sair publicado, retornando apenas em 1889 como *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, devido a Proclamação da República.<sup>354</sup>

Francisca Senhorinha, em todas suas edições, buscou deixar claro os propósitos do jornal. Em sua primeira, ela apontou as principais metas as quais queria alcançar:

Zombem muito embora os pessimistas do aparecimento de um novo órgão na imprensa – *O Sexo Feminino*; tapem os olhos os indiferentes para não verem a luz do

---

<sup>354</sup> Ver mais em: SOUTO, Bárbara Figueiredo. “*Senhoras do seu destino*”: Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Alvares de Azevedo – projetos de emancipação feminista na imprensa brasileira (1873-1894). Dissertação (Mestrado em História), São Paulo, Universidade de São Paulo, 2013.

progresso, que, qual pedra desprendida do rochedo alcantilado, rola violentamente sem poder ser impedida em seu curso; [...] persigam os retrógrados com seus ditérios de chufa e mofa nossas conterrâneas, chamando-as de utopistas: *O Sexo Feminino* aparece, há de lutar e lutar até morrer. [...]

Em vez de pais de família mandarem ensinar suas filhas a coser, engomar, lavar, cozinhar, varrer a casa, etc., mandem-lhes ensinar a ler, escrever, contar, gramática da língua nacional perfeitamente e, depois, economia e medicina doméstica, a puericultura, a literatura, a filosofia, a história, a geografia, a física, a química, a história natural, para coroar esses estudos a instrução moral e religiosa.<sup>355</sup>

*O Sexo Feminino* deixou claro sua reivindicação pela educação das mulheres, o que propiciaria um melhoramento social de todo o gênero humano, tirando muitas da ignorância a qual encontravam-se. Outro aspecto interessante no escrito de Diniz, e que faz relação com o *Tratado*, foi a tentativa de convencimento da jornalista ao se dirigir aos pais, os responsáveis por ditar o rumo na vida de suas filhas. Anna Rosa, da mesma maneira, em várias partes de seu texto, direcionou palavras para os pais, contrapondo de forma contundente as exclusões que estes destinavam as suas filhas mulheres:

Quando, ensinada por seus pais, ouviu dizer: - ao marido cumpre mandar, e a mulher obedecer? – Quando aqueles mesmos que deviam educa-la para a vida futura, aqueles que deviam inocular-lhes germens de nobreza, foram os primeiros que lhe declararam a mesquinha sorte que se reservava a ela? Quando eles foram os primeiros que lhe ensinaram!<sup>356</sup>

*O Echo das Damas* surgiu no ano de 1879, encabeçado por Amélia da Silva Couto, proprietária e redatora da folha. O jornal possuía o subtítulo “Órgão dos interesses da mulher, científico e literário” e, assim como os que o precederam, trouxe assuntos que se relacionavam a emancipação da mulher, principalmente pelo direito a educação. Segundo Karoline Carula:

A palavra eco, no título da folha, sugere que, assim como no caso do som, os textos publicados nesse periódico precisavam ser propagados e repetidos, “algo capaz de manter no ar, mesmo nos dias seguintes, sua sonoridade original, digna de ser lembrada aos leitores”. Assim, as propostas defendidas pelas mulheres que escreviam no jornal deveriam ressoar na sociedade de modo mais amplo.<sup>357</sup>

Todos esses jornais, até aqui brevemente abordados, não trouxeram a reivindicação pelo direito ao voto abertamente, como apareceu presente no *Tratado*, em 1868. Essa imprensa feminina que vinha se ampliando desde a década de 1850 contou com a presença de mulheres

<sup>355</sup> *O Sexo Feminino*. Minas Gerais. 7 setembro 1873.

<sup>356</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.126.

<sup>357</sup> CARULA, Karoline. A imprensa feminina no Rio de Janeiro nas décadas finais do século XIX. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 24, n.1, jan-abril. 2016, p.266.

que tinham a educação como pauta prioritária, algumas até utilizavam dela para reforçar os papéis de boas esposas ou mães, isto é, as reivindicações em prol da emancipação tinham como intuito tornar as mulheres melhores mães, visto que elas seriam as responsáveis pela criação e educação de seus filhos e filhas.

Por fim, em novembro de 1888, Josephina Álvares de Azevedo colocou em circulação o periódico *A Família*. Dentre todos, este foi aquele que trouxe o debate sobre o voto mais abertamente e acreditamos que tal fato tenha se dado devido aos ares da República, que estava cada vez mais próxima. De acordo com Bárbara Figueiredo Souto:

No dia 6 de julho de 1889, a redação do *A Família* publicou o editorial com um dos temas mais instigantes das produções de Josephina de Azevedo: o sufrágio feminino. Não sabemos se esse editorial foi escrito por Josephina, por alguma colaboradora da redação ou em conjunto, pois não consta a assinatura. O importante é que esse editorial foi o primeiro de muitos outros artigos dedicados à questão do voto, que era tão elementar naquele momento. A redação queria alertar a mulher sobre sua importância na sociedade. Como o direito de votar era negado à mulher, a redação instigava suas leitoras a influenciarem na escolha dos candidatos de seus pais, irmãos e maridos. A redação saiu em defesa do Dr. Lopes Trovão, já que ele aprovava o voto feminino. Convocou todas as mulheres a lutarem por seus direitos, pois havia muito espaço fora do lar doméstico que a mulher tinha que conquistar.<sup>358</sup>

Elucidamos, entretanto, que duas décadas antes, em 1868, tal tema já havia circulado na imprensa. Anna Rosa tocou na pauta do voto e de tantas outras consideradas instigantes ao publicar seu *Tratado*. À vista disso, pode destacar que a imprensa feminina, anterior a 1888, acreditava que o voto não deveria ser uma prioridade em suas reivindicações, que se voltou para a questão educacional e religiosa, diferenciando, e muito, das propostas encabeçadas por nossa autora desde meados do século.

A subjetividade das autoras foi e é um elemento fundamental para compreensão de seus escritos, que permeiam muito suas próprias vivências, passando aos leitores (as) uma visão com questões relativas às suas experiências, muitas compartilhadas. Neste sentido, as obras femininas que emergiram durante o século XIX apresentam-se como fontes significativas para compreensão da realidade excludente que as mulheres estiveram impostas durante o Império e, com o *Tratado*, não poderia ter sido diferente.

A publicação da obra de Anna Rosa T. dos Santos se deu no início do ano de 1868, período em que já havia circulado pela Corte periódicos femininos, como por exemplo, o *Jornal das Senhoras* e o *Bello Sexo*. Apenas a partir da década de 1870, os outros surgem e também

---

<sup>358</sup> SOUTO. Op. Cit., p.89.

ganham visibilidade frente ao público leitor. Como demonstrado, a imprensa feminina que emerge não veio a tocar em questões tão pungentes para a agenda daquelas mulheres, como o direito ao voto e a crítica ao casamento. Tal fato nos remete a um questionamento central diante da emancipação feminina e o papel assumido pelos impressos: Como a obra escrita por Anna Rosa Termacsics dos Santos surge nesse meio? Uma questão que, ao que nos parece, reflete muito no seu desconhecimento histórico.

Podemos resumir os questionamentos de Anna apenas em uma de suas frases. Inclusive, esta dá o título a nossa dissertação: “A vida caseira é a sepultura dos talentos”<sup>359</sup>, nos passando muito acerca de sua insatisfação com todo aquele sistema desigual, que privava as mulheres de mostrarem suas capacidades para além do ambiente doméstico. Ou seja, para ela o casamento poderia ser uma escolha que levaria a morte de seus sonhos, de ser uma mulher livre e independente, atuando politicamente e, quem sabe, sendo futuramente, caso suas reivindicações fossem alcançadas, ministra, deputada ou senadora do Brasil. Além disso, a autora acreditava ser absurdo privar o mundo do usufruto dos talentos de tantas mulheres, das muitas “irmãs de Stael”, caracterizando como uma “sepultura” a reclusão doméstica.

### **3.2– O matrimônio como destino e sua legitimação através dos jornais diários**

Tendo em vista a condição civil de Anna Rosa Termacsics dos Santos, como mulher comum e solteira, tornou-se de suma importância em nossa pesquisa discutir o que tal fator representava para a sociedade oitocentista, principalmente em mulheres com ideias tão emblemáticas para o paternalismo vigente, como no presente caso. Além do mais, em toda sua escrita, ela reforçou que a relação do matrimônio era como uma “lei bárbara e desigual que desmoralizava a sociedade”<sup>360</sup>.

A escrita do *Tratado* abarca as próprias insatisfações de sua autora com as imposições postas ao seu gênero, criticando fortemente a relação matrimonial que tornava as mulheres unicamente esposas e mães. Anna buscou, a partir de sua obra e dos artigos publicados na imprensa, demonstrar que mulheres solteiras e não mães eram mais do que capazes de ocuparem cargos públicos e políticos. "Escolhei das que se empregam na agulha para negociantes, algumas para ministras, outras para guarda-livros, outras para médicas, para deputadas e outros

---

<sup>359</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.16.

<sup>360</sup> Ibidem, p.3-4.

muitos empregos, como guarda-sepulturas, carcereiras, e serem pagas como a qualquer outro trabalhador"<sup>361</sup>. Uma gama de ocupações que ficavam restritas apenas ao sexo masculino e que ela buscou reivindicar a inserção do sexo feminino.

Em resumo, o casamento não deveria ser visto como o único que impossibilitava as mulheres de ocuparem outras funções, sejam elas quais fossem, ainda mais, tendo em vista que nem todas queriam se submeter a ele com medo de todas as privações envolvidas. O intuito de nossa personagem foi o de contrapor os discursos dominantes, hierarquizados e legitimados e, nesse sentido, tornou-se central entender sua inserção nesse debate.

A relação entre homens e mulheres era centrada na instituição matrimonial, meninas vinham se preparando desde novas, aprendendo funções domésticas e privadas, além de formas de comportamento dignas para as considerarem aptas ou não para o casamento. A Igreja, a política e a imprensa, foram instituições fundamentais para propagação da virtude da “mulher ideal”, no qual a última apareceu como importante na disseminação desses ideais elencados, como buscaremos mostrar a partir de algumas publicações. Vejamos um primeiro exemplo:

**Uma esposa:** Como a desejava Quevedo – Que seja nobre, virtuosa e inteligente, porque se for tola, não saberá tirar partido de seus dotes, nem conservar essas boas qualidades. No ser nobre quero que preze a igualdade, no ser virtuosa, quero que tenha a virtude da mulher casada, e não a da beata, nem religiosa: seu oratório e seu choro hão de na obrigação e seu marido, com vícios de doutora, nesse caso antes a quisera tola; porque é mais fácil sofrer aquele que nada sabe, do que presume de inteligente [...] <sup>362</sup>. [grifo meu]

O sugestivo texto, publicado em 1851, pelo periódico *A Marmota na Corte*, indica o ávido interesse do jornal em moldar estereótipos de feminilidade e lugares para as mulheres na sociedade carioca. Percebemos que a inteligência feminina deveria ser usada apenas no sentido de conservar os seus dotes para serem boas esposas, aquelas que passassem por questões públicas, como por exemplo, uma mulher doutora, exemplificada no trecho acima, era vista como um perigo para o meio social e, nessa lógica, foram constantes as publicações que vieram para corroborar. Evidenciamos, assim, divergentes concepções sobre as mulheres e a real função ao se instruírem, inclusive, na própria imprensa feminina que havia surgido.

---

<sup>361</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p. 21

<sup>362</sup> *A Marmota na Corte*. Rio de Janeiro. N.158, 16 maio 1851.

Para pensarmos a feminilidade burguesa na sociedade brasileira do século XIX é fundamental que tenhamos em mente o contexto paternalista a que estas estiveram inseridas, negligenciadas de qualquer participação que englobasse o espaço público. Assim, restavam-lhes o recato e a virtude, características que vinham sendo construídas desde a infância e legitimavam-se a partir de práticas cotidianas diversas.

De acordo com Sidney Chalhoub, podemos caracterizar as políticas de dominação vigentes no século XIX como paternalistas, centradas na classe senhorial e na inviolabilidade da mesma, em que o costume era a hierarquia, a autoridade e a dependência, sendo esta última composta por sujeitos como escravizados, libertos e mulheres. Segundo ele, “a vigência do enredo da dominação paternalista não significava que os subordinados estavam passivos, incapazes de perseguir objetivos próprios, impossibilitados de afirmar a diferença”<sup>363</sup>. Partindo disso, podemos pensar Anna Rosa como pertencente ao grupo de subordinados diante de uma relação de dependência. Entretanto, apesar da condição que se encontrava, esta buscou (re) afirmar a diferença no centro dos rituais da dominação, utilizando de estratégias para alçar seus objetivos, se opondo e resistindo cotidianamente a esse poder e influência, sobretudo por vias impressas.

A hierarquização que permeava as relações sociais e os discursos dominantes a respeito da mulher "ideal", fundamentavam-se na superioridade masculina como fator determinante, mas, é importante salientarmos que a dicotomia entre público e privado poderia ser aplicada, mais corretamente, a uma classe de famílias burguesas. O restante da população como mulheres comerciantes, lavadeiras, quitandeiras, vendedoras e escravizadas, já vinham se fazendo presentes no ambiente urbano por questões de sobrevivência e o discurso da virtude doméstica e de recato não poderia ser aplicado ao pensar o modelo de feminilidade presente. Nesse sentido, torna central pensar a diferenciação abarcada por essa noção de “mulher ideal”, compreendendo grupos específicos, como todas as outras defesas de Anna.

Ou seja, a abordagem que daremos sobre o modelo de feminilidade e a representação do matrimônio esteve relacionada a classes de mulheres distintas, como já bem explicitado no correr de todo nosso trabalho. Quando nos referimos a estereótipos para as mulheres

---

<sup>363</sup> Ao analisar as obras de Machado de Assis, Sidney buscou trabalhar questões relevantes para se pensar a história social e política na segunda metade do XIX no Brasil, discutindo conceitos como paternalismo, dependência e cidadania, que nos ajudam a compreender o contexto sob uma nova perspectiva. Ver mais em: CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

oitocentistas, estamos colocando aquelas brancas, letradas e de melhores condições, ou seja, grande parcela da população não se encaixava.

O casamento foi durante muito tempo visto como a instituição divina, no qual homens e mulheres viveriam cada qual com suas funções para a organização familiar. As mulheres deveriam se comportar de acordo com pré-requisitos estabelecidos, como recato, ternura, submissão, fragilidade e os aprendizados domésticos; já os homens, vinham sendo representados pela força, virilidade, distante das emoções, únicos a ocuparem funções públicas e políticas. De acordo com Miriam Pillar Grossi, a construção da masculinidade e da feminilidade permeava e, ainda permeia, fatores históricos e sócios - culturais relacionados a uma dominação dos homens sobre as mulheres que advém desde os séculos passados. Segundo ela: "Esse período do século XIX é um momento que passa a ser muito difícil ver um homem chorando, as lágrimas passam a ser algo exclusivo das mulheres [...]"<sup>364</sup> ou seja, o choro era sinônimo de fraqueza, característica que o sexo masculino não queria (e ainda não quer) estar relacionado.

Voltemos ao mesmo texto, publicado pelo periódico *A Marmota na Corte*, transcrito anteriormente, "A mulher que vai chegando aos trinta anos e depois de cento e noventa e nove namoros, vê quase perdida a esperança de casamento"<sup>365</sup>. A partir de tal escrito, podemos destacar o quanto a idade e a pureza foram fatores determinantes na busca pelo matrimônio, prezando a virgindade e um único companheiro como requisitos básicos. Em uma das partes de seu texto, Anna Rosa criticou a necessidade das mulheres se guardarem para os homens, "Não devemos acreditar que a riqueza e a pobreza devam ser sempre inimigas, que a cultura deve se erigir somente nas costas da ignorância, que a virtude da mulher deva ser guardada pelo corceveirismo do homem"<sup>366</sup>. Isso nos demonstra sua indignação com o destino que os homens impunham à suas vidas, já que o mesmo não acontecia com eles.

Subentendemos, com a publicação periódica e o embate proposto por Anna, que a partir do momento que a idade fosse avançando, a probabilidade fosse diminuindo, como demonstra uma publicação de 1871, no periódico *Diário de Notícias*.

**Probabilidades que tem as mulheres de casar-se conforme a idade:**

De entre mil mulheres casam-se:

De quatorze a quinze anos 32.

<sup>364</sup> GROSSI, Miriam Pillar. *Masculinidades: uma revisão teórica. Antropologia em primeira mão*. n.1, Florianópolis: UFSC, 1995, p.24.

<sup>365</sup> *A Marmota na Corte*. Rio de Janeiro. N.158, 16 maio 1851.

<sup>366</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p. 49.

De dezesseis a dezessete 102.  
 De dezoito a dezenove 219.  
 De vinte a vinte e um 232.  
 De vinte e dois a vinte e três 205.  
 De vinte e quatro a vinte e cinco 100.  
 De vinte e seis a vinte e sete 60.  
 De vinte e oito a vinte e nove 45.  
 De trinta a trinta e um 12.  
 De trinta e dois a trinta e três 14.  
 De trinta e quatro a trinta e cinco 8.  
 De trinta e seis a trinta e sete 2.  
 De trinta e oito a trinta e nove 1.  
 Dos quarenta anos em diante as probabilidades favoráveis exprimem-se por frações insignificantes.<sup>367</sup>

A pesquisa disponibilizada nas páginas do *Diário de Notícias* nos confirma números significativos e determinantes, entre quatorze a quarenta anos, a idade em que mais se casavam as mulheres eram com cerca de dezoito a vinte e três anos. Na medida em que os números fossem avançando, o empecilho se tornava maior, os julgamentos e as cobranças eram cada vez mais lembrados, levando muitas mulheres às marginalizações por permanecerem no estado civil como solteiras.

Para o período, casar era a única finalidade para as mulheres que não podiam se profissionalizar e ocuparem outras funções. A união requeria vários pré-requisitos, baseados em dotes e arranjos familiares, com o intuito de consolidar laços entre os membros da alta sociedade. De acordo com June Hahner, a partir do início do século, "os casamentos arranjados facilitavam a manutenção da linhagem e asseguravam a concentração de terras e demais propriedades nas mãos de poucas pessoas e grupos"<sup>368</sup>. Depois de casadas, a restrição sobre as mesmas permaneceria ainda mais forte, agora sob a égide do poder de seus maridos. Apenas com a viuvez tornou-se possível uma maior independência, que envolvia poder fazer escolhas sobre o meio social e também sobre os seus filhos e filhas, contudo, várias outras portas ainda lhes permaneceriam fechadas.

O matrimônio foi descrito como um contrato entre duas pessoas, na qual caberia a uma parte mandar e a outra obedecer. Segundo *A Marmota*, "O casamento, que existia antes do cristianismo, que precedeu a toda lei positiva e que se deriva da própria constituição do nosso ser, não é civil nem religiosos: é um ato natural, que fixou a atenção do legislador e que a religião santificou." O jornal ainda elencou outras características que o mesmo carregava,

<sup>367</sup> *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro. N. 138, 13 janeiro 1871.

<sup>368</sup> HAHNER, June. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs) *Nova História das Mulheres no Brasil*, 1ª edição, São Paulo: Contexto, 2016, p. 30.

O casamento é o contrato que fazem duas pessoas, de sexos diferentes, de se unirem para formarem uma sociedade chamada – família.  
 O casamento é civil, em relação aos interesses, e religioso em relação as almas, animal ou físico em relação ao corpo.  
 A santidade e a felicidade dos casamentos é um interesse público e uma fonte de bens para o Estado.  
 O casamento é um laço que a esperança embeleza, que a felicidade conserva e que a desgraça fortifica.  
 O casamento é, de todas as coisas sérias, a mais jocosa.  
 O casamento assemelha-se a um processo: - descontenta sempre uma das partes.<sup>369</sup>

A partir da publicação feita pelo periódico, em 15 de maio de 1860, evidenciamos pontos-chaves sobre o contrato do casamento. O primeiro faz relação com a formação da família, na qual caberia ao homem mantê-la como detentor e chefe máximo, já a mulher caberia apenas cuidar da casa e dos filhos e filhas, preparando-os de acordo com seu gênero. Além também de compará-lo com um processo que sempre levava ao descontentamento de uma das partes. Podemos pensar, com isso, nas mulheres, que vinham reclamando dessa condição como destino único dado as suas vidas.

Por que colocamos tudo isso? Para compreendermos o que a sociedade do XIX esteve ditando que as mulheres deveriam ser, colocando o casamento como finalidade de suas vidas, e contrapor com a inserção de nossa personagem, Anna Rosa Termacsics dos Santos, autora do *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*, uma mulher que se diferenciou no seu meio, vivendo independente na busca por reconhecimento social e trabalhando para sua sobrevivência sem uma figura masculina ao seu lado. Ela faleceu aos 65 anos sem se casar, uma característica que refletiu diretamente em toda a sua escrita, aparecendo presente suas próprias vivências.

A imprensa foi a responsável por ditar formas e modelos que as mulheres deveriam se encaixar para serem consideradas aptas ou não para o casamento. As aparições de escritos que abordassem isso era uma prática comum e aceita por parte majoritária da população, aparecendo escritos como o que segue:

Mulheres insuportáveis para casamento e para a sociedade  
 Mulher que presume formosa  
 Mulher que blasona em atirada  
 Mulher que conversa em política.  
 Mulher que morre por dançar.  
 Mulher que tem intimidade com beatas.

---

<sup>369</sup>A *Marmota*. Rio de Janeiro. N.1160, 15 maio 1860.

Mulher que gosta de línguas.  
 Mulher que passa letras e repete poesia.  
 Mulher que traça a perna para mostrar o pé bonito.  
 Mulher que assiste a enforcados e vai a leilões.  
 Mulher que fala muito em honra e em honestidade.  
 Mulher que chama sempre pelo diabo.  
 Mulher que conversa muito com a vizinhança.  
 Mulher quem abre a janela de noite para ver quem passa. [...] <sup>370</sup>

A publicação acima transcrita, datada em 1849, elencou treze características nas quais as mulheres que desejassem estarem aptas para a vida em sociedade e para o matrimônio não deveriam se encaixar. Tendo em vista a trajetória de vida de Anna Rosa ao discutir política, não só falando diversos idiomas, como lecionando os mesmos, inclusive, em horários noturnos, inserida no mundo das letras e de sociabilidades femininas, podemos afirmar que ela foi uma das que poderia ser caracterizada como uma mulher que esteve à margem da sociedade, sendo considerada “insuportável para o casamento e para a vida em sociedade”, de acordo com as ideias propagadas pelo jornal.

Sabemos que ao escrever em 1868, Anna Rosa tinha 47 anos, uma idade em que já estava mais do que presente as cobranças e ridicularizações envolvendo a mulher “solteirona”, nome dado aquelas que não se casavam. Uma publicação localizada na imprensa, nos passou os seguintes dados sobre o percurso dos anos na vida de mulheres como ela:

Anais da vida de uma solteira.  
 Recebemos de um curioso os seguintes apontamentos sobre a vida das solteiras.  
 Aos 14 anos. – Reparte as bonecas com as amigas e diz: - Mamãe, já fiz treze anos, eu quero me casar.  
 Aos 15 – Arde em desejos de crescer para chamar a atenção dos homens.  
 Aos 16 - Começa a ter uma ideia confusa daquilo que se dá o nome de paixão.  
 Aos 17 – Fala de amor em uma cabana e de uma afeição terna destituída de todo o pensamento interesseiro.  
 Aos 18 – Sonha com umas relações ternas de amor com um guapo mancebo que lhe não prestou algumas atenções.  
 Aos 19 – Torna-se mais escrupulosa na sua escolha porque começa a ser mais obsequiada.  
 Aos 20 – Começa a ser o que se chama uma mulher da moda e julga-se obrigada a mostrar-se orgulhosa com a sua formosura e seus atrativos.  
 Aos 21 – Crê finalmente no ascendente e nos seus formosos olhos e sonha fazer um casamento brilhante.  
 Aos 22 – Recusa um partido vantajoso porque o pretendente não é homem da moda  
 Aos 23 – Namora todos os mancebos que conhece  
 Aos 24 – Admira-se de não ter ainda casado, e olhando-se ao espelho reconhece que não está ainda velha.  
 Aos 25 – Torna-se mais judiciosa e pretendente.  
 Aos 26 – Principia a convencer-se que pode passar sem marido rico, contando que case.

<sup>370</sup> *A Marmota na Corte*. Rio de Janeiro. N.29, 14 dezembro de 1849.

- Aos 27 – Prefere a companhia dos homens sensatos.  
 Aos 28 – Limita-se a desejar uma união modesta.  
 Aos 29 – Principia a perder a esperança de entrar na vida conjugal.  
 Aos 30 – Principia a recear que a designem com o nome de solteirona e não quer que os sobrinhos a chamem de tia.  
 Aos 31 – Prepara-se e enfeita-se com todo o esmero sem lhe escapar o mais insignificante adorno.  
 Aos 32 – Afeta aborrecerem-lhe os bailes, pela dificuldade de encontrar bons pares.  
 Aos 33 – Não pode compreender que haja homens que abandonem uma mulher de juízo para galantear fedelhas.  
 Aos 34 – Finge a maior alegria e bom humor nas suas conversações com os homens.  
 Aos 35 – Inveja e aborrece todas as mulheres que ouve gabar.  
 Aos 36 – Indispõe-se com a sua melhor amiga porque esta se casa.  
 Aos 37 – Acha-se tanto isolada no mundo.  
 Aos 38 – Gosta de falar em suas amigas que fizeram mau casamento e consola-se com seus infortúnios.  
 Aos 39 – O seu mal humor aumenta-se consideravelmente.  
 Aos 40 – Torna-se rabugenta, curiosa e intrigante e estas qualidades crescem diariamente.  
 Aos 41 – Se é rica resta-lhe a esperança de apanhar algum mancebo pobretão.  
 Aos 42 – Desvanecida completamente esta última esperança, principia a declarar-se contra um sexo orgulhoso e perdido.  
 Aos 43 – Entrega-se a murmuração.  
 Aos 44 – Mostra-se muito rígida e severa com os costumes da sua época.  
 Aos 45 – Namora-se súbita e apaixonadamente por um alferes que desde muitos anos está em disponibilidade e por um sobrinho em quarto ou quinto grau.  
 Aos 46 – O casamento deste novo favorito com uma formosa jovem causa-lhe furor extremo.  
 Aos 47 – Principia a desesperar do seu porvir e a tomar rapé.  
 Aos 48 – Concentra todo o seu afeto em seis gatos e outros tantos cães e começa a criar pintos.  
 Aos 49 – Reconhece em casa de uma parenta pobre para que lhe trate dos animalejos e suporte todo o peso do seu mal humor.  
 Aos 50 – retira-se completamente do mundo, torna-se beata e falece alguns anos depois sem que pessoa alguma sinta sua morte, nem mesmo os parentes afastados a quem deixa alguma fortuna.<sup>371</sup>

O exemplo dado, trajetória de uma solteirona desde os seus 14 anos, é bem interessante para pensarmos como as cobranças vinham se dando e, ao mesmo tempo, a partir de quando elas se tornavam maiores. Além disso, a publicação transpassa uma rivalidade entre as próprias mulheres na busca por marido, “Aos 36 – Indispõe-se com a sua melhor amiga porque esta se casa”, mostrando desespero caso o casamento não se tornasse uma realidade na vida daquelas moças e, posteriormente, senhoras oitocentistas. O jornal também reforçou a imagem da mulher solteira como amarga, mau humorada e solitária.

A figura da mulher solteira foi estereotipada durante todo o século XIX, sobretudo através da imprensa periódica, adentrando pelo XX, e interferindo na vida de todas aquelas que

---

<sup>371</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N.206, 11 agosto 1867.

não optaram pela escolha do matrimônio, como no presente caso. De acordo com Cláudia de Jesus Maia:

Se por um lado, os discursos produziam as maravilhas do casamento, por outro, deixavam manifestas as infelicidades das que fracassavam na conquista de um marido. Assim, a outra forma de coerção acionada foi a invenção da solteirona frustrada, rancorosa, invejosa e recalcada, uma imagem estereotipada a que nenhuma mulher queria ser associada ou gostaria de refletir. Essa invenção se deu por oposição à esposa feliz e para confirmar sua existência. Nos enunciados analisados, os sentidos principais usados para a produção da imagem da solteirona foram: a família representando um bem e o individualismo/egoísmo por oposição ao altruísmo. No processo de torná-la inteligível, a solteirona foi tipificada no discurso higiênico-moral e ganhou uma estética, surgindo como imagem caricaturada e digna de misericórdia<sup>372</sup>.

As características de nossa autora, como uma mulher solteira, permeavam constantes cobranças, divulgadas e lidas por toda população letrada através da circulação de periódicos diários, que legitimavam o casamento como necessário para aquelas que ainda se encontravam com idade apta, do mesmo modo, ridicularizavam as outras que já houvessem passado da idade de consegui-lo.

#### A MOÇA TIA

É a solteirona dos nossos maiores, a *vieille fille* dos Galos. Às vezes, por exceção, é bonita, vistosa e jeitosa ainda: a regra, porém, é ser tristonha e de natureza apropriada para desmamar crianças. Assim também são elas naturalmente inclinadas a criar os sobrinhos, aos quais tomam muita afeição e fazem crescer muito malcriados, tolos e cheios de vontade. Há quem creia que ela nesse proceder tem dois fins em mira: um, é que, mostrando-se tão amiga de crianças, na falta de solteiros, algum viúvo com filhos mesmo, pode salvá-la do celibato; o outro, é em vingança de não ser protegida pela natureza, ensinar os meninos assim malcriados, para que se tornem o tormento dos pais e dos que tem a desgraça de os conhecer. Tem gravado no espírito um pedaço de latim da Bíblia, sem saber o que é, nem donde vem, supõem-no ideia inata: - *é o crescite et multiplicamini*. É devota de um santo desses conhecidos por casamenteiros; mas nem por isso deixará de pedir a proteção palmerstoniana do diabo, se souber que esse a ajudará. No meio delas, o moço que se casa fica leproso; o solteiro *Donecerit* (solteiro) *multusnumerabisamicossed*, se casar – *soluserit* (com exceção da cara metade).<sup>373</sup>

Transcrevemos apenas alguns das diversas publicações que vinham sendo feitas e que corroboravam para legitimação e imposição de estereótipos para as mulheres solteiras. Como demonstrado, acreditavam-se que tais mulheres, de qualquer maneira, tinham em mira a busca por algum companheiro, aceitando, até mesmo, aqueles que já haviam ficado viúvos e com

<sup>372</sup> MAIA, Cláudia de Jesus. A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral – Minas Gerais (1890-1948). Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília. Brasília, 2007, p.281-282.

<sup>373</sup> *Semana Illustrada*. Rio de Janeiro. N128, 24 maio 1863.

idade mais avançada. Em nenhum momento, porém, retratou-se que outras muitas não queriam se casar, sendo, inclusive, uma opção individual delas permanecerem solteiras. A imagem da mulher solitária, amarga, triste e feia, vinha sendo representada em revistas e jornais, vejamos alguns exemplos:

**Figura 4: Representação de uma mulher solteirona e tia pela imprensa**



**Fonte: Semana Illustrada n.128.**

Figura 5: Representação sobre a vida de uma solteirona pela imprensa



As quatro estações da vida de D. Eufrazia, a solteirona.

Fonte: Semana Illustrada, n.128

Até mesmo aquelas que se casavam estiveram submetidas a aceitar a separação de papéis e a dicotomia entre o público e o privado, e isso também apareceu publicado de diversas maneiras, observemos: “Assim, portanto, se tivesse de definir o casamento, diria que é, com vossa permissão, um governo constitucional. O marido- ministro de estrangeiros; a mulher, ministro do interior [...]. Em tal trecho é sintomático o exemplo dado, que faz referência direta a mulher para o doméstico e o homem para o público.

Através de algumas publicações de jornais, aqui colocadas, podemos afirmar que a imprensa periódica teve papel fundamental para legitimação do casamento como instituição divina. A peculiaridade de Anna Rosa como uma mulher solteira que escreveu uma obra com ideias tão instigantes para aquela sociedade, aos 47 anos de idade, reside ao fato dela ter subvertido a ordem paternalista vigente, rompendo com importantes padrões e normas que eram estabelecidos e que vinham sendo publicados diariamente nos jornais, optando, possivelmente, por permanecer sozinha escrevendo e atuando em prol de suas reivindicações pela emancipação das mulheres.

As suas reivindicações se deram na busca por uma universalidade de direitos civis e políticos com o gênero masculino, que eram os detentores da casa (esposa e filhos), do conhecimento e da política. "Os caprichos dos homens tem feito das mulheres plantas de estufa"<sup>374</sup> ela apontou. Isso se deu ao fato de terem destinado às suas vidas apenas com os cuidados domésticos e a maternidade, inclusive, daquelas que possuíam grande intelectualidade e capacidade letrada. Um dos seus primeiros argumentos contrários a tal imposição foi o que segue:

É absurdo negar a todas as mulheres direitos civis, porque os cuidados da casa e da família consomem todo o seu tempo: **de algumas, mas não de todas**; era como excluir todos os homens da Assembleia, porque são alguns marinheiros, outros soldados em serviço ativo, ou negociantes, cujo negócio requer toda a sua atenção e energia. [Grifo nosso]<sup>375</sup>

A parte destacada no texto pode ser relacionada diretamente à sua própria vida, que não foi de responsabilidades e cuidado com família. De acordo com suas ideias, homens não eram restringidos de qualquer atuação por serem pais e esposos, logo, porque se excluía apenas as mulheres? Porque as mesmas deveriam se preparar desde a infância para o casamento e o mesmo não acontecia com o sexo oposto?

---

<sup>374</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p. 19

<sup>375</sup> Ibidem, p.8.

Anna Rosa acreditava que fazer metade do gênero humano dedicar o resto de suas vidas as atividades da casa, como esposas e mães, era um desperdício que Deus teria destinado para a presente constituição social. Segundo ela: “Existiam pessoas para quem as funções da casa são pouco ou nada preciosas”<sup>376</sup>, dando o exemplo das celibatárias, ou seja, aquelas que possuíam certa idade e ainda se encontravam solteiras, como o seu próprio caso. Ainda nos colocou que estas optaram por permanecerem sozinhas por dois motivos: o primeiro, relacionado ao adultério masculino que, segundo ela, encontrava-se na ordem do dia e vinha sendo muito cometido; o segundo, por escrúpulos de circunstâncias presentes, que consideravam todas as leis como sendo favoráveis apenas aos homens. Por exemplo, as mulheres não podiam ter o controle financeiro de suas propriedades e, muito menos, terem voz para alguma questão que se relacionasse a isso.

As mulheres, depois de casadas, usufruíam dos seus dias normalmente escrevendo diários, buscando ficarem belas, arrumando seus cabelos e roupas. Também acompanhavam seus maridos em bailes, recebiam visitas e administravam suas casas e criados. Quando solteiras, além da escrita de correspondências e diários, dedicavam-se aos aprendizados da agulha, bordado, boas maneiras e funções domésticas, todas características essenciais para a conquista de um bom casamento. Apesar de toda essa reclusão durante o período em análise, algumas mulheres utilizaram-se também de atuações beneficentes como meio de ocupação e de rompimento com o ambiente privado, atuando em ações filantrópicas. De acordo com June Hahner:

A própria Igreja Católica procurava restringir a atuação das mulheres à esfera privada. Ao desencorajar a participação feminina no mundo da política e do trabalho fora de casa, os religiosos reforçavam a hierarquia existente entre homens e mulheres e o ideal de reclusão feminina. Entretanto, ao mesmo tempo que promovia um modelo de sacrifício pessoal e resignação a ser adotado para as mulheres, a instituição religiosa podia fornecer-lhes um espaço de atuação para além das paredes da casa. [...] A própria instituição reservava alguns papéis ativos para elas ao incentivar que praticassem filantropia. Com isso, algumas delas puderam criar associações de apoio a orfanatos e escolas para meninas pobres nas cidades sem afrontar os conservadores<sup>377</sup>.

As publicações com caráter religioso buscavam reforçar a virtude doméstica para o sexo feminino, tido como responsável pela união familiar. Fato que, segundo Anna Rosa, não as excluía de atuarem em outros âmbitos: "Temos muitos exemplos que uma senhora que

---

<sup>376</sup> A.R.T.S. Op. Cit. p.29.

<sup>377</sup> HAHNER, June. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs) *Nova História das Mulheres no Brasil*, 1ª edição, São Paulo: Contexto, 2016, p.48.

desempenha a tarefa de uma boa dona de casa e boa mãe de família, também em suas funções públicas mostra tanta doçura, dignidade e energia como em seus negócios caseiros<sup>378</sup>. Além, também, de argumentar e reforçar os estereótipos de gênero relacionados a funções como o saber cozinhar bem, contudo, mostrando que, depois de cozinharemos, muitas mulheres ainda escreviam excelentes livros sobre culinária.

A grande ansiedade que o homem tem e que a mulher só se ocupe em coisas domésticas, e o cuidado que não haja negligência no jantar, porque a primeira qualidade de uma mulher é saber cozinhar bem, mas eles não sabem que nossas maiores autoras escreveram livros de cozinha. O tempo bem repartido chega para tudo: a mulher que só se dedica aos trabalhos materiais é meia mulher: o homem deve consentir, que depois que o livro de cozinha esteja escrito e o jantar pronto que a alma da mulher seja livre<sup>379</sup>.

É importante ressaltar que apesar da escrita da senhora Termacsics ter buscado romper com significativos padrões de gênero, ao mesmo tempo ela também reforçou outros, caso este das funções culinárias serem exercidas unicamente pelas mulheres. Devemos ter em mente que isso reflete muito sobre a sua inserção naquele contexto, que contribuía para que isso fosse possível, apesar de hoje, em pleno século XXI, a questão de as tarefas na cozinha já ser bastante contestada no movimento feminista. Estaríamos sendo anacrônicas ao compararmos em igualdade as reivindicações do século XIX e as do XXI.

Em toda sua escrita, Anna buscou demonstrar a seus leitores que o casamento, a maternidade e também a religião, não as incapacitava de exercer quaisquer outras funções, o que se comprova diretamente com a sua vida cotidiana. Ela também nos mostrou que as mulheres poderiam exercer as funções domésticas e depois se ocuparem com outras, e isso nos faz pensar no início de uma dupla ou até mesmo tripla jornada, que começa a se tornar muito presente na vida das mulheres, permanecendo ainda hoje, o que torna a divisão sexual do trabalho bastante desigual.

A senhora Termacsics fugiu de todas as imposições sociais, subvertendo a ordem política e religiosa que envolvia o matrimônio. Ao não se casar e ao colocar suas ideias ilustradas e políticas em circulação, percebemos que ela era um exemplo de como algumas mulheres estavam mais do que capacitadas para atuarem no espaço público.

---

<sup>378</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p. 41.

<sup>379</sup> Ibidem, p.105-106.

Em contrapartida, dentro do próprio grupo de mulheres, haviam aquelas que desaprovavam atuações como a sua. Atenta a isso, Anna descreveu tal fato da seguinte maneira:

Eu vi a desaprovação de várias senhoras nesta ocasião: isto quer dizer que a mulher não tem outra mira, senão o casamento, como se na vida não se tivesse mais nobres obrigações, com a grande diferença que onde existe o estímulo para o jovem há uma mão de ferro que oprime a mulher e a desanima, por isso, não se pode esperar o desenvolvimento das faculdades da mulher para vários empregos, com a mesma facilidade: as diferentes funções convenientes a mulher devem ir mais lentamente, pela mesma razão porque é mais fácil subir duas vezes um rio contra a corrente, do que descer pelo mesmo.<sup>380</sup>

A desaprovação de mulheres se deu ao fato de que elas eram criadas acreditando que a exclusão fosse natural, além do mais, estas não tinham estímulos em aprender, visto que não teriam futuramente as mesmas oportunidades que o sexo masculino, segundo as palavras da autora, existia uma “mão de ferro que oprimia a mulher” e esta era resultado do paternalismo que dominava todas as relações sociais existentes. Até mesmo a educação, ditada para ambos os sexos, era diferente, com grades curriculares específicas e, sobre isso, Anna apontou um caso específico no *Tratado*.

A sra. Smith explicou a experiência prática, exerceu por muitos anos o emprego do ensino a ambos os sexos nos Estados Unidos, e em vários estados da Europa; observou mais aptidão no sexo feminino, e o progresso era igual, mas mais tarde as meninas afrouxaram, conhecendo-se a diferença, ela perguntou a uma delas a razão, e ela explicou-a dizendo: que os moços aprendiam e não afrouxavam porque seu aprender dava-lhes esperanças, mas que esperavam elas de sua pena, de seus estudos? Que o seu fim na sociedade não tinha valor para as inspirar. Se as mulheres não alcançaram o grau de ciência do homem é porque faltou-lhe sempre um estímulo; não se pode negar esta verdade.<sup>381</sup>

O exemplo dado é clássico e reflete, possivelmente, bastante em diversas regiões do mundo, inclusive no próprio Brasil. As mulheres só não alcançavam as grandes carreiras profissionais por falta de oportunidades e incentivo, e isso era resultado das “algemas” a que se submetiam ao se casarem, utilizando da expressão da própria autora.

Não só em sua obra datada em 1868, mas também em outros de seus escritos, localizados na imprensa periódica, é perceptível sua veemente crítica a forma como o casamento era imposto e a marginalidade que muitas permaneciam ao não se submeterem a ele. Em um de seus artigos, publicado em 1870, ela abordou essa sua crítica de forma mais contundente:

---

<sup>380</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.93.

<sup>381</sup> Ibidem, p.87-88.

O amor é forte como a morte, e o amor e a morte nos fazem todos iguais; mas com toda essa igualdade, a mulher tira do amor só os espinhos, e o homem a rosa. **Casando a mulher cai na escravidão não o fazendo é estigmatizada, e a sociedade encarrega-se de lhe dar uma morte moral.** Só depois que se igualarem seus direitos com o homem o amor há de trazer rosas para ambos. A mulher livre ao pé do homem livre. Ambos os sexos iguais em direitos e educação, como um polo ao outro polo, representação completando o triunfo da humanidade. [Grifo meu]<sup>382</sup>

No trecho em destaque, pode ser notado que a autora resumiu em poucas palavras a sujeição que as mulheres se encontravam, falando, possivelmente, de sua inserção na sociedade oitocentista, no qual elencou a morte moral como fator central. Nesse caso, a moralidade poderia estar relacionada com sua vida, marcada por subversões, reivindicando bandeiras muitas vezes ridicularizadas e negligenciadas. Sua trajetória de atuação aguça nossa imaginação ao pensarmos seus locais de sociabilidades, suas relações pessoais e as críticas que circularam envolvendo toda a sua subversão a ordem.

Como ela mesma nos falou, ser mulher e ilustrada, discutindo filosofia e política era um estranhamento total: "É verdade que as senhoras ilustradas são muitas vezes ridicularizadas; muitas vezes ouvimos dizer: Eu gosto mais de dançar uma valsa do que de discutir sobre Byron e Schiller"<sup>383</sup>, isso nos levanta apontamentos sobre as discussões postas no próprio meio feminino, na qual mulheres não eram favoráveis e não queriam estar imersas em questões filosóficas, literárias e políticas, o que dificultava, e muito, as reivindicações que surgiram através de mulheres como Anna Rosa, contudo, ela deixou claro o motivo que levava tais mulheres à assim procederem, resultado este das relações de dependência que estiveram envolvidas.

Lorde Byron e Schiller foram intelectuais europeus importantes do contexto do final do XVIII e início do XIX, grandes representantes do Romantismo inglês e alemão respectivamente, que influenciaram muito escritores e escritoras brasileiras. O meio literário de suas épocas foi local de presença masculina, as mulheres que se inseriram nele, eram vistas como diferentes e criticadas constantemente, tanto por homens como pelas próprias mulheres e, exemplos clássicos disso, foram os casos de Madame de Stael e George Sand, ambas abordadas no primeiro capítulo.

<sup>382</sup> *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro. n. 58, 08 outubro 1870.

<sup>383</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.34.

Anna Rosa não constituiu família, sendo julgada moralmente e intelectualmente por sua condição de solteira. Cabiam as mulheres a manutenção de uma união saudável, devendo se dedicar a conservação dos laços familiares. A formação dos filhos era tarefa exclusivamente do sexo feminino, quando as mães não assumiam tal função, contratavam-se professoras ou preceptoras, o que foi muito mais comum em famílias da elite. A maternidade também apareceu como o grande destino na vida das mulheres, que deveriam se preparar desde novas, não podendo trabalhar e buscar independência financeira, idealizando o fator mãe como divino, no qual Anna contrapôs:

É o mesmo que dizer que a maternidade é o seu único recurso. Enquanto a mulher subsistir somente pelo trabalho do marido, não pode representar na sociedade e sempre estará exposta e maltratada especialmente pela classe dos homens pouco ilustrados. É objeção já citada que o mundo e seus embaraços fazem as pessoas insensíveis e egoístas: que as lutas e rivalidades fazem misantropos: colisões e negócios políticos, ambiciosos; mas se metade do gênero humano fosse obrigado a render-se a isso, é mais necessário que metade deva ser isenta de preservar a mulher de más influências do mundo, e o único remédio é de prevenir entregar-se a outro sexo totalmente.<sup>384</sup>

Além disso, ela colocou que as mulheres não eram livres nem na maternidade, pois essa também sofria com grandes interferências masculinas. Um exemplo por ela dado faz relação com casos amorosos que não resultavam em casamento, no qual ao engravidar essas mulheres permaneceram a margem ou, muitas vezes, eram levadas ao aborto. Para ela,

A mulher não é livre, nem nos poderes da maternidade, quanto mais em outras circunstâncias, porque tem acontecido milhares de vezes, estar uma de esperanças e para anuir a outra vontade, perder seu filho; qualquer pequena paixão faz uma mulher abortar e assim torna-se o homem o assassino de seu filho<sup>385</sup>.

Sua escrita foi resultado de um apelo individual, como já bem reforçado, tendo em vista a injustiça que era destinar a maternidade para todas as mulheres como finalidade no resto de suas vidas, excluindo-as do trabalho em razão disso. Ela ainda levantou a hipótese de que nem todas queriam ser mães, muito menos possuíam aptidões para isso, desconstruindo a idealização da maternidade e dos serviços domésticos que o casamento impunha, logo, seria injusto destinar apenas isso a suas vidas sem dá-las outras opções.

---

<sup>384</sup> A.R.T.S. Op.Cit., p.63-64.

<sup>385</sup> Ibidem, p.108.

Ela foi mais além, “[...] a mulher não tem outra mira senão o casamento, como se na vida não tivesse mais nobres obrigações, com a grande diferença que onde existe o estímulo para o jovem, há uma mão de ferro que oprime a mulher e a desanima”<sup>386</sup>. Com isso, Anna Rosa apontou que os homens tinham opções depois de se casarem, podendo fazer escolhas e opinar livremente sobre educação, trabalho e política. Já as mulheres, não podiam ter a mesma atuação, muito menos fazer escolhas em seu meio social, fato que se deu devido a “mão de ferro” masculina que as oprimia e que faz relação direta com a desigualdade de gênero.

A desigualdade era perceptível no entendimento da autora, que ainda levantou que se deveria reconhecer a dignidade feminina, tanto como a masculina, libertando todas as mulheres das “algemas” em que se encontravam, mais uma vez, parafraseando Rousseau. Segundo ela: “A liberdade nunca foi prejudicial, pelo contrário, ela desenvolve todas as faculdades morais, faz florescer todas as artes, ciências e indústrias, engrandece as nações e enriquece os povos”<sup>387</sup>.

A condição feminina que veio a ser contestada em 1868, com relação ao matrimônio e a maternidade, passou por discursos de legitimação onde a imprensa desempenhou um papel central. Por ser a inovação do século e por fazer com que notícias diversas circulassem, o periodismo se tornou responsável por um fluxo de ideias que viriam a ser apropriadas por públicos leitores diversos. Apesar das mulheres terem adentrado, diante de todas as dificuldades postas, este permaneceu por um longo período sendo ocupado majoritariamente por homens.

A partir de meados do século tiveram início algumas transformações no Rio de Janeiro, relacionadas a um processo de urbanização que tinha o intuito de conferir a capital um aspecto moderno e civilizado. As principais obras começaram em 1853, com o calçamento de paralelepípedos nas ruas, seguindo em 1854, com a iluminação a gás; 1859, com a circulação de bondes puxados a burro; 1862, com as construções de redes de esgoto e, apenas em 1874, o abastecimento domiciliar de água. Tais avanços colaboraram para uma maior aparição feminina nos espaços públicos, apesar ainda de todas as restrições.

A Rua do Ouvidor foi uma das mais importantes da Corte, tornando-se o principal local de encontro e de sociabilidade entre homens e mulheres até o início do século XX, concentrando nela um grande número de lojas de vestimentas, calçados, bolsas, chapéus, perfumes e acessórios; cafés como estabelecimentos de encontro para conversas e reuniões literárias; lojas de mobiliários de luxo e ornamentos musicais. Espaços estes que reconfiguraram o lugar social

---

<sup>386</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p. 93.

<sup>387</sup> Ibidem, p.125-126.

das mulheres na sociedade durante a segunda metade do século e que, gradualmente, começavam a sair do privado de seus lares e formar redes de sociabilidades femininas. De acordo com Lilia Moritz Schwarcz, ainda no século XX, “a rua do Ouvidor continuaria, de toda maneira, a cumprir o papel de verdadeiro teatro da cidade. Por lá passavam políticos, jornalistas, os novos dândis vestidos à francesa, literatos e moças com trajes de moda”<sup>388</sup>.

Sobre a circulação de informações, através da palavra impressa, cabe ressaltar que até 1874 a comunicação com as notícias da Europa e dos Estados Unidos, localidades de referência em questões sobre ilustração e direitos femininos, eram feitas exclusivamente por via da navegação a vapor e, na melhor das hipóteses, correspondências que demandariam até 25 dias para chegar ao Rio de Janeiro. De acordo com Rodrigo Cardoso Soares de Araújo: “Muitos periódicos lançavam edições extras imediatamente após a chegada dos pacotes, atualizando os leitores quanto às novidades internacionais”<sup>389</sup>.

Um avanço significativo e que interferiu diretamente na circulação de informações foram os telégrafos, que ligou a Corte com outras regiões do país. Em 1874, finalmente, inaugurou-se a ligação entre os dois continentes pelo cabo submarino transatlântico, o que foi fundamental para que as correspondências fossem trocadas mais rapidamente. Para Rodrigo de Araújo:

Passar a “viver vida comum” com os povos europeus e, com isso, a expectativa de que o país se beneficiasse e enveredasse por um caminho pautado por regiões “onde vai mais adiantada a civilização” era a expectativa criada pela imprensa. A velocidade na transmissão de mensagens entre os dois continentes gerou uma instantânea percepção de mudança temporal, como se o propalado progresso do Brasil desse um passo mais largo encurtando a distância entre “nós” e “outros”, mais desenvolvidos, numa perene caminhada civilizatória<sup>390</sup>.

A partir da década de 1870, adentrando 1880, os escritos femininos, seja em obras ou jornais, começavam a se tornar mais presentes. Tal fato reflete nos muitos avanços que eram cada vez mais nítidos no Brasil, sendo que o contato rápido com os acontecimentos internacionais, pode ter levado muitas mulheres a se empreitar na escrita para jornais, divulgando, assim, suas ideias acerca da emancipação feminina, que já vinha sendo propagado por lá há algumas décadas. Como já discutido, apesar da imprensa estritamente feminina ter

<sup>388</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. 1ª edição – São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p.115.

<sup>389</sup> ARAÚJO, Rodrigo Soares Cardoso. *Caminhos na produção da notícia: a imprensa diária do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UERJ, 2015.

<sup>390</sup> *Ibidem*, p.129.

como marco 1852, foi apenas na última quarta parte do século XIX que suas reivindicações se ampliaram significativamente, aparecendo, inclusive, a pauta pelo voto feminino.

Antes disso, ainda no início do século, a maioria das mulheres da elite brasileira não tinham se alfabetizado, mal sabendo assinar seus próprios nomes, residindo com seus pais ou maridos em grandes fazendas, numa sociedade ainda pouco urbanizada. Assim sendo, "como em qualquer outro lugar do mundo Ocidental à época, essas mulheres viviam em estruturas culturais, sociais e econômicas majoritariamente criadas por homens e para favorecê-los, já que baseadas em ideias de superioridade masculina e de subordinação feminina"<sup>391</sup>. O que contribuiu muito para que o acesso de mulheres na educação fosse bastante restrito.

Os reflexos da condição do sexo feminino também apareceram nos relatos dos muitos viajantes que por aqui passaram, desde o início do século, sendo seus escritos carregados de detalhes. Segundo eles, as mulheres da elite no início do século eram pouco ou nada cultas, não estavam presentes no mundo das letras, muitas não queriam, ficando reclusas apenas ao privado de suas casas. Em suas escritas, os viajantes se basearam em um contato direto com as senhoras e todo o arranjo familiar, que foi descrito como, "famílias patriarcais, em que o pai e o marido autoritário, dominavam seus filhos e a esposa submissa, ao mesmo tempo em que cercava de concubinas ou se relacionava sexualmente com escravas"<sup>392</sup>, explicitando a presença de uma grande desigualdade nas relações de gênero que estiveram presente ao Oitocentos.

No contexto oitocentista também era notório a diferença de realidades vivenciada pelas mulheres na região central da Corte, com aquelas de zonas mais rurais e não centrais, locais em que o ambiente paternalista e excludente era ainda mais forte. As mulheres de regiões mais rurais, permaneceram em um nível de reclusão ao privado muito maior, uma vez que não tinham o espaço urbano para socialização, mantendo-se longe do acesso aos avanços propiciados pela cidade, como o acesso à imprensa, a bibliotecas, cafés e lojas.

Por fim, deve ser destacado que o matrimônio e a reclusão feminina foram aceitos por grande parcela da população, inclusive, no próprio meio feminino, no qual as mulheres não poderiam vir a contestar tal situação, muito menos optar por outras escolhas que não envolvessem ele, legitimados por discursos impressos, religiosos, literários e políticos. Entretanto, para Anna Rosa Termacsics dos Santos, mulheres como ela, ilustradas e portadoras

---

<sup>391</sup> HAHNER, Op. Cit., p. 43.

<sup>392</sup> Ibidem.

de grandes conhecimentos, deveriam se unir para derrubar essa ideia errônea de poder e superioridade masculina.

### 3.3 – As reivindicações de Anna na imprensa periódica: o caso no *Diário de Notícias*

No desenrolar da pesquisa indiciária por nós realizada foi possível localizar artigos publicado por Anna Rosa Termacsics dos Santos no *Diário de Notícias*, em 1870, no qual a ela também desenvolveu seus apontamentos sobre a condição desigual das mulheres naquela sociedade de Corte, reivindicando, novamente, por direitos e se parecendo muito com o que já havia sido apontado em sua obra dois anos antes, em 1868.

Tal periódico era redigido por seu proprietário, A. Clímaco dos Reis, e surgiu com a proposta de ser um meio informativo para a população, mantendo-se longe das disputas políticas que, a partir de seu surgimento, estavam cada vez mais pungentes. Sua impressão se deu pela tipografia Progresso, localizada à data na Rua Gonçalves Dias, n. 60. Assim que acabou de surgir, em sua primeira edição, o jornal publicou sua finalidade para com o público leitor, transcrevendo seu programa.

#### AO PÚBLICO:

Surge hoje, o primeiro número do Diário de Notícias, tão ansiosamente esperado pelo público que acolheu da forma, a mais lisonjeira o programa que fizemos distribuir.

Não seremos ingratos as provas de afeto que nos tem sido dispensado nesta corte, e saberemos ser simpáticos a quem proteger esta publicação, que tende a ser útil a diversas camadas sociais.

Todos que nos lerem facilmente preverão as dificuldades com que temos lutado para levarmos este nosso Diário as raias da publicidade, mas cremos piamente que nos serão ouvidos os esforços que temos feitos a bem do progredimento deste hospitaleiro e riquíssimo império.

[...]

Proporcionar por um preço bastante diminuto uma leitura agradável e útil, espalhar por uma modicíssima [sic] quantia as luzes entre os povos, proporcionar a todas as bolsas e a todas inteligências uma sucinta relação das mais notáveis ocorrências do universo, tal é o fim do jornal que hoje fazemos distribuir, e que há de progredir e engrandecer-se se aos votos da redação e da empresa corresponder ao público, sempre devoto por quem se declara a tão santa causa.

[...]

O Diário de Notícias, estranho completamente a facções, não deixará de dar conta de todos os movimentos da política, da governação e do Estado.

Publicará todas as ocorrências do mundo, descrevendo com exatidão e minuciosidade todos os sucessos da corte e os do vasto império do Brasil;

Não inserirá em suas colunas artigos ofensivos a dignidade e honra de qualquer, fazendo manter a maior sisudez nas correspondências particulares e nos assuntos a pedido;

Publicará o movimento comercial, festividades religiosas e efemeridades, assim como diversas matérias sobre higiene, instrução e recreio;

Dará uma resenha de todos os espetáculos, apreciando o desempenho das diversas peças que se representarem;

Publicará romance em folhetins, assim como chistosos folhetins típicos, locais e fantasiosos;

[...]

Nas colunas deste Diário encontram gratuito ingresso todos os trabalhos literários e todas as notícias com que o público interesse; agradecendo-se com a maior efusão qualquer esclarecimento que nos possam remeter sobre qualquer ocorrência tanto interna como externa.

A grande extração desta folha e a curiosidade com que o público à há de receber é boa garantia para os anunciantes que também nos hão de escudar com o seu importante patrocínio.

Juntar o útil ao agradável é o nosso fim. Uma folha com perto de 100 mil letras por 40 reis é na verdade baratíssima e faz-se credora da simpatia pública. Esperamo-las.<sup>393</sup>

O *Diário de Notícias* deixou bem claro seus objetivos, no qual a propagação das luzes com notícias nacionais e internacionais dos povos foi um de seus propósitos centrais. Além de também publicar sobre política, festividades, higiene, resenhas de peças, romances, folhetins, instrução pública, notícias do cotidiano da cidade, serviços ofertados e buscados, falecimentos, dentre vários outros assuntos. A redação, em sua primeira edição, apontou que seriam publicadas obras que fossem de interesse do público leitor, fato esse que nos faz subentender que os escritos da senhora Termacsis foram recebidos e publicados como sendo importantes para o contexto imperial de 1870.

As notícias sobre acontecimentos mundiais foram uma das preocupações do jornal que, de forma breve, sempre noticiava em suas edições aquilo julgava necessário comentar, merecendo destaque a constante aparição de fatos relacionados a organização feminina em prol de direitos ao redor do mundo. Na edição n.4 do respectivo jornal apareceu a seguinte notícia: "As mulheres de Indiánapolis (Estados Unidos) requerera o direito de votar"<sup>394</sup>, elas eram escritas assim, de forma breve e rápida, sem aprofundar no tema. Diante das notícias que vinham sendo publicadas, podemos inserir a discussão sobre sufrágio feminino, que foi relatada mais de uma vez, como importante para a redação, o que pode ter proporcionado o interesse de nossa personagem em acompanhar suas publicações diariamente.

Na edição n.7 encontramos um *Folhetim* ficcional, intitulado, *Um casamento em 1970*<sup>395</sup>, onde a trama desenvolvida foi em volta do personagem José Francisco Gonçalves, um homem em seus 35 anos, com 100 contos de réis inscritos e, que, cansado da vida solitária, decidiu se casar. No período em que ele esteve inserido, um século depois, em 1970, o casamento era arranjado por agências casamenteiras e ele se dirigiu a uma, *Santo Antônio de*

<sup>393</sup> *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro. N.01, 02 agosto 1870.

<sup>394</sup> *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro. N.04, 05 agosto 1870.

<sup>395</sup> *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro. N.07, 09 agosto 1870.

*Pádua e Companhia*, no qual ao chegar foi surpreendido com uma fila de espera de homens solteiros, necessitando aguardar. Ao ser atendido, José Francisco descreveu as características femininas que ele tinha preferência para o matrimônio, priorizando as castanhas, com seus 25 a 30 anos, meio termo entre magra e gorda, bem como alta e baixa, com saúde, educação e formosura. Quando o funcionário perguntou a respeito do gênio da mulher, José assim respondeu: "Meio termo, não a quero literata nem doutora, prefiro que penda um pouco para a estupidez... Eu depois lhe irei graduando à luz a medida das conveniências", ou seja, características que reforçavam o lugar privado e a ignorância para as mulheres.

Ao fechar os últimos detalhes para seu casamento José ainda perguntou sobre a virtude, o qual foi surpreendido pelo funcionário, que respondeu que a agência concederia garantias à longo prazo, o que poderia levá-lo a reclamações caso algo não o satisfizesse.

O personagem central do *Folhetim* então se casou, mas, passados sete meses, voltou à agência para uma reclamação, exatamente sobre a virtude de sua esposa, que não vinha lhe agradando. Durante o seu atendimento, o funcionário então respondeu, com um artigo previsto na lei, que caberia a mulher o mantimento do equilíbrio da relação matrimonial, considerando-se a liberdade feminina proclamada pela emancipação das mulheres. José Francisco, irritado, foi embora e disse que preferiria a morte ao se submeter em um laço conjugal que o colocaria nessa condição.

Ao levantarmos esse *Folhetim* podemos afirmar que o *Diário de Notícias* vinha publicando desde notícias referentes à atuação de mulheres em busca do sufrágio em outros países, assim como escritos ficcionais que abordassem a causa da emancipação feminina e os avanços que o futuro teria alcançado, como resultado das demandas como a de Anna Rosa, que se encontravam presentes no Império e eram relacionadas à sua principal defesa, a liberdade das mulheres poderem escolher a esfera que quisessem ocupar, sem privação e exclusão por questões relacionadas ao seu gênero, buscando assim a emancipação feminina.

Posteriormente, ainda foi noticiado sobre a entrada de mulheres numa faculdade de medicina na Áustria, um avanço de países europeus que Anna descreveu em toda a sua obra em 1868, bem como outro *Folhetim*, intitulado *A Mulher*, que reforçou a igualdade entre os sexos e negou a inferioridade feminina em um século, o XIX, marcado por avanços e modernizações, finalizando com o seguinte argumento:

Diz Aimé Martin que o bem é impossível sem a mulher, reclamando ao mesmo tempo para ela uma educação perfeita e acabada para poder desempenhar dignamente a sua nobre missão.

Quando um sábio tão ilustre aprecia deste modo a mulher, pondo em suas mãos a nossa felicidade, o seu elogio está feito; não é permitido duvidar das suas virtudes e muito menos ainda reputá-la inferior ao homem no exercício delas.<sup>396</sup>

Podemos, a partir dos exemplos acima colocados, afirmar que os assuntos publicados no jornal vieram a ser os mesmos em que Anna Rosa esteve encabeçando como defesa no correr de toda sua vida. Em 1870, data das publicações, ela já se encontrava com quase 50 anos, isto é, uma idade com prudência suficiente para compreensão da época a que esteve inserida e das percepções de mudanças que vinham se tornando uma realidade por toda a imprensa mundial. Ao ler tais escritos, a mesma provavelmente viu uma oportunidade de colocar seus artigos em circulação, gerando uma comunicação com o público leitor, isso mediante a aceitação naquelas páginas e a publicidade que teria ao aparecer em um jornal que era impresso e divulgado diariamente na Corte.

O *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar* apareceu noticiado no jornal descrito como um *célebre livro*, fato que nos passou informações sobre sua influência e o colocou como afamado no Oitocentos. Isso nos instiga a pensar sua pouca aparição, como a quase inexistente memória posterior à morte da autora, que não esteve presente nos principais círculos literários de sociabilidade daquele período, muito menos pode ser caracterizada como uma grande literata, devido ao seu apagamento nestes meios. O livro foi noticiado para venda na livraria *A Fouchon* e pelo preço de 1\$000, um valor menor ao que havia sido noticiado no ano de publicação, em 1868, dois anos antes, cobrando entre 2\$000 a 3\$000.

Seus artigos foram publicados em algumas edições consecutivas, em outubro de 1870, onde apareceu presente a discussão sobre a liberdade política das mulheres e a falta de representação das mesmas no espaço público, principal defesa de sua obra datada em 1868. Em 4 de outubro de 1870, o periódico publicou um escrito em que ela havia encaminhado para a redação pedindo para que fosse aceito, no qual devem ser destacados seus apontamentos:

Uma senhora pede-nos a publicação do seguinte: O progresso dos povos, como a mudança dos períodos, se opera em razão da liberdade para as mulheres. A decadência da ordem social se efetua em razão da diminuição da liberdade das mulheres. Em resumo a extensão dos privilégios da mulher é o princípio geral de todos os progressos sociais. Não só por galanteria, como por sentimento de justiça, devia-se pugnar que se reconhecessem os direitos civis e sociais da mulher, iguais aos dos homens, e depois

---

<sup>396</sup> *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro. N.21, 25 agosto 1870.

das senhoras serem livres hão de contribuir com nova vida e força para a nossa empresa, com uma radical e universal emancipação<sup>397</sup>.

A liberdade feminina despontou como principal defesa no decorrer de toda sua vida, fato relacionado à interferência liberal que esteve posta e que contou com a contribuição desde os filósofos iluministas até o seu contemporâneo John Stuart Mill, um dos principais homens a advogar na causa feminina por direitos. Nessa perspectiva, as liberais mulheres concentraram-se no indivíduo e em sua ação: “homens e mulheres merecem direitos e oportunidades iguais, porque ambos são indivíduos”<sup>398</sup>.

No escrito, encaminhado para redação do *Diário de Notícias*, a autora buscou demonstrar que a privação das liberdades femininas contribuía para a decadência do progresso e da civilidade, gerando vícios e desigualdades a Nação. À reivindicação por direitos e a implantação dos mesmos esteve relacionada diretamente com todo o fundamento do liberalismo, visto como uma busca por princípio de justiça e reparação de problemas sociais, melhorando e avançando rumo à Modernidade.

Quatro dias depois, em 8 de outubro, novamente, foi publicado um de seus questionamentos diante da desigualdade presente, desta vez, criticando a instituição do matrimônio:

A autora do célebre livro *a Emancipação das Mulheres* pediu-nos a publicação do seguinte: O amor é forte como a morte, e o amor e a morte nos fazem todos iguais; mas com toda essa igualdade, a mulher tira do amor só os espinhos, e o homem a rosa. Casando a mulher cai na escravidão não o fazendo é estigmatizada, e a sociedade encarrega-se de lhe dar uma morte moral. Só depois que se igualarem seus direitos com o homem o amor há de trazer rosas para ambos. A mulher livre ao pé do homem livre. Ambos os sexos iguais em direitos e educação, como um polo ao outro polo, representação completando o triunfo da humanidade.<sup>399</sup>

Como ela não se casou, sua escrita, possivelmente, abarcou sua própria vida, segundo ela, repleta de julgamentos morais relacionados a toda sua trajetória e atuação na busca de direitos e emancipação. Uma mulher solteira que escreveu publicamente em defesa da igualdade entre homens e mulheres, uma pauta muitas vezes tida como inimaginável para os sujeitos que vivenciaram à época, afrontou, desta maneira, toda aquela estrutura paternalista posta.

<sup>397</sup> *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro. N.54, 04 outubro 1870.

<sup>398</sup> MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Débora. *Mulheres e Poder: histórias, ideias e indicadores*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p.21.

<sup>399</sup> *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro. N.58, 08 outubro 1870.

Esse segundo artigo, escrito de forma breve e coerente, nos demonstra e reforça seu dom ilustrado para inserção no mundo das letras, que pode ser caracterizado como uma construção fundamentada em grandes bagagens literárias e filosóficas, comprovando para todos seus leitores (as) sua capacidade de inserção nos espaços públicos que lhes eram restritos. Toda sua atuação se encaixava na noção liberal de aquisição de direitos, a partir de uma perspectiva individual e não de grupo, ou seja, nem todas poderiam portar os mesmos direitos, visto que não possuíam as mesmas capacidades, relacionadas à educação e a grandes conhecimentos ilustrados, voltando assim à necessidade das intersecções de raça e classe para pensar a liberdade feminina reivindicada.

O uso da expressão, “casando a mulher cai na escravidão”, nesse período, não era apenas eufemismo ou outro recurso de retórica, ao contrário, ela exprimia o lugar preciso da escravidão e de toda o seu sistema de opressão no imaginário de sujeitos como Anna, no qual a escravidão representava a situação máxima de dependência de outrem. Para Sidney Chalhoub, senhor e escravizado eram os dois extremos de uma cadeia que tinha início na “independência absoluta” e terminaria na “escravidão moral”, uma submissão completa que seria a maior característica da escravidão<sup>400</sup>. Pensando nisso, as reivindicações femininas que surgiram nesse período, se utilizaram da escravidão como uma metáfora para comparar com a condição que essas mulheres se encontravam, mas não queriam permanecer. É importante ter em mente as peculiaridades que rodeavam essas noções acerca da escravidão, afinal, as coisas funcionavam de uma maneira muito diferente se pararmos para pensar sobre a realidade dos sujeitos escravizados.

Por fim, a representação levantada ao final se relaciona diretamente a sua busca pela participação política, na qual as mulheres poderiam ser representadas por si mesmas e avançar em pontos cruciais de suas vidas, como o casamento, mundo do trabalho, educação e política, seguindo rumo a uma sociedade moderna e de progresso.

Algumas edições depois, em seu número 64, apareceu mais um “artiguinho” sob sua autoria. Desta vez, sob uma perspectiva histórica ela abordou a questão déspota da dominação masculina e política em diferentes povos e épocas.

A celebre autora do livro *Emancipação das Mulheres* mimoseia hoje nossas leitoras com o seguinte artiguinho: ‘Todas as fidalguias se aboliram menos esta entre os dois sexos, que está ainda em pé. Os homens são fidalgos, as mulheres plebeias. Para o homem há ciência, liberdade, independência e riqueza; para a mulher ignorância, sujeição, dependência e pobreza. Mas saibam que todo o privilégio do homem, que nasceu livre como elas. Todas as vantagens na sociedade são para o sexo masculino.

---

<sup>400</sup> CHALHOUB, Sidney. Op. Cit.

Confunde-se a força com o direito; o espírito de dominação com a justiça, mas temos uma esperança, com o tempo destruir o despotismo dos monarcas absolutos e o clero, e a preponderância da nobreza sobre a plebe, assim a influência do homem sobre a mulher não reinará para *sécula seculorum*. A civilização sempre em progresso dará cabo de todo o despotismo, que se pode chamar de flagelo das nações, carrasco dos indivíduos.<sup>401</sup>

Anna, desta vez, trabalhou com a discussão de classe sob uma perspectiva feminina, utilizando de uma comparação entre fidalgos e plebeus, a mesma que apareceu em sua obra em 1868: “[...] aqui no Brasil todos os homens são fidalgos e as mulheres plebeias”<sup>402</sup>. Novamente, ela abordou o despotismo dos monarcas e do clero, instituições nas quais a arte de governar era função majoritária dos homens. Os casos na História, em que mulheres vieram a ocupar cargos de monarcas, estiveram relacionados a descendência dos tronos por linhagem familiar e direito. Apesar de todas as suas críticas a situação vigente, a autora acreditava na chegada das mudanças, nas quais as Nações avançariam e igualariam os direitos entre os sexos.

A representação política era tida para os liberais à época, aqui incluo Anna Rosa Termacsics dos Santos, como o ponto de chegada para todos outros avanços. A conquista do voto e o direito a elegibilidade feminina, a partir do entendimento da época, conseguiria sanar e avançar em outros quesitos como educação, trabalho, maternidade e casamento, uma vez que ao se elegerem mulheres como representantes acreditavam que as coisas mudariam de rumo. Anna acreditava que essa desigualdade não iria reinar por muitos séculos, no qual ela se utilizou do termo latim *sécula seculorum*<sup>403</sup>. O artigo encaminhado por ela foi destinado prioritariamente para as leitoras do jornal, deixando claro o seu público e acreditando estar conseguindo adeptas para advogar a favor de sua causa – liberdade e direitos femininos.

O último artigo sob sua autoria encontrado no *Diário de Notícias*, em 21 de outubro de 1870, foi abordado a sujeição da mulher como um fator responsável por vários problemas referentes ao progresso do país.

Mais uma vez a inteligente autora do livro *Emancipação das Mulheres*, dá as nossas leitoras o seguinte artiguinho: 'A sujeição da mulher, com sua ignorância é o dragão que corrói nas raízes do Brasil: é o símbolo da corrupção que corrói a felicidade e o progresso do gênero humano. Com a elevada educação nas universidades que se devia dar as mulheres haviam se acabar as guerras, o resto abominável dos séculos bárbaros; porque a força moral há de substituir a força bruta, e os tribunais e as universidades decidirão as dúvidas das nações como dos indivíduos; acabarão as moléstias e os crimes, porque criarão seus filhos fisicamente, como moralmente melhor. Acabará a

<sup>401</sup> *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro. N.64, 15 outubro 1870.

<sup>402</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.111.

<sup>403</sup> Expressão em latim que tem o significado de “para sempre” “pelos séculos dos séculos”.

pobreza porque aparecerão milhares de novas indústrias e descobertas, porque o espírito não tem sexo. Inumeráveis talentos que gemem fechados em quatro paredes, debaixo de um bruto despotismo, podiam ser ganhos para a sociedade. Se concedesse as mulheres privilégios políticos, ela, como anjo de paz e de amor, havia de conciliar os partidos e as nações. Na legislação se havia de sentir logo sua doce influência, porque precisamos tanto de misericórdia como de justiça. Quando ela se vê defeituosa em todos os países é pôr a lacuna do segundo elemento que é um desvio da natureza.<sup>404</sup>

A sujeição feminina foi tida pela autora como símbolo da queda do progresso humano, abordado em todos seus artigos, no qual ela colocou a necessidade de se conceder vagas universitárias para as mulheres que, só assim, viriam a se formarem em profissões como a medicina, o direito, a engenharia, artistas e cientistas. Tais fatores estiveram relacionados diretamente com a necessidade de uma educação feminina, desde a infância, em igualdade com a masculina, que possuía em suas grades matérias como a geometria, política, ciência, artes, filosofia e história, não apenas primeiras letras, línguas, culinária, agulhas e boas maneiras, como o ensino de meninas até aquele momento. A pobreza, segundo ela, também poderia acabar, devido as novas descobertas que as mulheres encabeçariam a partir do momento que todos esses direitos fossem atingidos, em especial, devido a entrada massiva delas nas universidades e na ciência.

As mulheres eram sujeitas aos homens e negligenciadas tanto pela política como pela legislação, construída sob uma perspectiva masculina que as via como incapazes de toda participação que englobasse o público. A representação política propiciaria, segundo seus anseios, melhores conciliações entre todos os partidos e entre as distintas Nações, alcançando assim avanços universais, tanto para os homens como para as mulheres.

A obra *A Sujeição das Mulheres*, do liberal inglês John Stuart Mill, foi publicada em 1869 e, possivelmente, interferiu não só na escrita do último artigo aqui levantado, mas de todos os outros, no qual as ideias se assemelham muito com toda a escrita do autor, como pode ser notado em um dos primeiros trechos desta obra, a qual Mill assim colocou:

Minha opinião é que o princípio que regula as relações sociais existentes entre os sexos - a subordinação legal de um sexo a outro – está errado em si mesmo, e, portanto, é um dos principais obstáculos para o desenvolvimento humano; tal subordinação deveria ser substituída por um princípio de igualdade perfeita, sem qualquer poder ou privilégio para um lado e incapacidade para o outro.<sup>405</sup>

<sup>404</sup> *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro.. N. 69, 21 outubro 1870.

<sup>405</sup> MILL, John Stuart. *A Sujeição das Mulheres*. São Paulo: Editora Escala. 2006, p.11.

Segundo Mill, a subordinação feminina era o principal obstáculo para o desenvolvimento ou progresso do gênero humano, questão esta que fundamentou toda sua escrita. O inglês foi um filósofo e político crítico da moralidade e dos costumes de sua época, sendo um dos maiores representantes do liberalismo. O autor também foi uma das principais referências de Anna Rosa em toda a construção da escrita do *Tratado*, como já bem demonstrado em capítulos precedentes, o que nos leva a pensar o contato com todas as obras e a trajetória do político.

Ao escrever *A Sujeição das Mulheres*, Mill tocou em pontos cruciais e de grande valia para as reivindicações femininas, por ter sido um homem e político importante, seus escritos tinham grande visibilidade e algumas mulheres acreditavam que tal fato poderia vir a legitimar a causa feminina na busca de direitos, dando-a maior circulação pública. O autor iniciou esta obra justificando o quanto errôneo era a subordinação das mulheres, indicando, em seguida, diversos apontamentos que confirmavam isso. Ele também levantou argumentos favoráveis a igualdade entre os sexos, destacando que isso era uma condição necessária e urgente para o progresso da humanidade:

É desnecessário que eu diga que aqueles que mantêm a doutrina de que os homens têm o direito de comandar as mulheres e as mulheres obrigadas a obedecer, ou de que os homens são adequados para o governo e as mulheres são inadequadas, estão do lado afirmativo da questão, e provavelmente mostrarão evidências positivas para tais declarações ou estarão submetidos à sua rejeição<sup>406</sup>.

A partir de então, ele apontou que essa afirmação que vinha sendo ditada deveria basear-se em fatos e não em teorias, necessitando de provas, fato que, em 1868, um ano antes da publicação de sua obra, também esteve na agenda de defesa de nossa autora, “deixai fatos e não teorias determinarem minha esfera”<sup>407</sup>. O autor discutiu, ainda, que as leis eram as grandes responsáveis pela condição em que as mulheres se encontravam, pelo fato de estas serem redigidas pelas mãos dos mais fortes (homens de classe privilegiada) em consenso com a Igreja, outra instituição que o autor, assim como Anna Rosa também criticaram fortemente.

Nesta obra de Stuart Mill, encontram-se presentes suas ideias e pensamentos acerca da privação de direitos para as mulheres, fundamentados em princípios históricos e filosóficos, causando “estranhamento” para muitos (as) que, à época, a leram. Assim como outros de seus

---

<sup>406</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.57.

<sup>407</sup> Ibidem, p.12.

escritos, acreditamos que esta tenha sido exportada para diversos países, incluindo o Brasil, fato que levou o seu contato aos olhos de Anna que, no último de seus artigos, publicados pelo *Diário de Notícias*, apropriou-se do título e de suas ideias que, em síntese, não se diferenciavam muito de suas antigas proposições. Entretanto, dessa vez, fundamentada numa obra advinda de um filósofo reconhecido mundialmente e não de uma pessoa comum, assim como ela, que permaneceu décadas desconhecida no campo político, literário e artístico de seu tempo.

As ideias políticas de Stuart Mill encontravam-se presente em diversas obras de autoria feminina, não só no Brasil, mas por todo o mundo, que em seus conteúdos abordaram a pauta por direitos, principalmente, aqueles voltados para a igualdade e pela plena liberdade de escolha das mulheres. Um de seus principais argumentos consistiu em afirmar que nenhuma sociedade poderia ser realmente livre se sua metade se encontrava excluída, o mesmo que Anna reforçou no decorrer de todo o *Tratado*.

O argumento do autor também veio a ser bem parecido com o de Anna, um ano antes no Brasil, segundo ela: "Os caprichos dos homens tem feito das mulheres plantas de estufa; metade do gênero humano invalidado"<sup>408</sup>, completou ainda: "Pela natureza a mulher tem os mesmos direitos que o homem para votar, para ter emprego, para administrar as leis, só a mão forte do homem a oprime"<sup>409</sup> Paralelamente, segundo as palavras de Mill, em *A Sujeição das Mulheres* (1869):

[...] os homens, incapazes de reconhecer que seu próprio trabalho discrimina a mente não analítica, indolentemente acreditam que a árvore cresce por si só do modo como eles a fizeram crescer, e que esta árvore morreria se metade dela fosse mantida na estufa e a outra metade, na neve<sup>410</sup>.

A comparação entre ambas nos levantam indagações diversas, inclusive ao tanger das próprias expressões que foram utilizadas, apesar de terem sido construídas em tempos e espaços completamente distintos (Brasil de 1868 e Inglaterra de 1869), estiveram imersas na mesma conjuntura de ideias intelectuais que se encontravam em circulação por todo o mundo, formando uma rede transnacional de ideias políticas.

Mill também levantou críticas contundentes ao “contrato do casamento”, a vida doméstica, a exclusão na educação, no mundo do trabalho e aos cargos públicos e políticos,

---

<sup>408</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.19.

<sup>409</sup> Ibidem, p. 41.

<sup>410</sup> MILL. Op.Cit., p.40.

defendendo o direito ao voto das mulheres. Sobre este último, ele assim escreveu: “Sob quaisquer condições e dentro de quaisquer limites, os homens são aceitos para o sufrágio, portanto, não há nenhum obstáculo que possa justificar a não aceitação da mulher sob as mesmas condições”<sup>411</sup>. Ele finalizou o livro levantando perguntas e respondendo-as em seguida, uma delas se encaixando corretamente no que Anna vinha se propondo com seus textos: “A humanidade seria melhor se as mulheres fossem livres?”<sup>412</sup>, defendendo os benefícios da liberdade e da emancipação das mulheres.

Em linhas gerais, as semelhanças entre a escrita de Stuart Mill e Anna Rosa compelem muito em diversos pontos. Em resumo, podem ser destacadas: a crítica a escravidão e a Igreja; comparação feita entre a idade antiga e moderna, sendo a primeira sem mobilidade social alguma, já a moderna considerada “civilizada”, porém, privando o direito das cidadãs; a completa liberdade de escolha individual; a criação da crença de que as mulheres são criadas sujeitas aos homens desde a infância, fazendo com que elas aceitassem tal princípio; a percepção das mudanças e de atuações de mulheres em países diversos da Europa e também da América; exclusão das mulheres ditada apenas por teorias e não fatos.

Todos os artigos publicados pela autora, em outubro de 1870, trouxeram a liberdade feminina como reivindicação e tida como importante para o progresso do gênero humano. Como já dito, por ela ter sido uma liberal, a mesma acreditava na aquisição de direitos para todos os indivíduos que tivessem capacidade para tal, logo, vinha requerendo para aquelas mulheres que fossem como ela, ilustradas e capacitadas, fundamentando suas ideias nos escritos do autor.

As publicações, feitas pelo periódico *Diário de Notícias*, não costumavam aparecer assinaladas, como sua função foi mais informativa do que literária, o mesmo não contou com aprofundadas discussões e embates entre autores (as) e leitores (as). Nem mesmo os diversos Folhetins que localizamos vieram sob autoria, o que nos dificulta poder afirmar com segurança que alguns destes possam ter sido escritos e encaminhados pela senhora Termacsics, apesar das enormes semelhanças encontradas nas discussões travadas. Entretanto, os quatro por nós aqui transcritos, podem ser diretamente associados devido às grandes simetrias na escrita e, também, pela presença da informação, *autora do livro Emancipação para as Mulheres*.

---

<sup>411</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.78.

<sup>412</sup> Ibidem, p.113.

No correr de todo o periódico apareceu escritos que corroboravam com a emancipação das mulheres no Brasil, seja em Folhetins, artigos ou em formato de notícias nacionais e internacionais. A nossa autora se inseriu como uma leitora e, igualmente, como uma colaboradora do mesmo, visto que escreveu e publicou em algumas de suas edições, acreditando, com isso, que estivesse propagando suas ideias e contribuindo para o melhoramento da condição feminina, além de propiciar uma comunicação entre suas palavras escritas e o público leitor daquele jornal.

O jornal informou também que seria cobrado um valor de 80 rs a linha para publicação de anúncios e 100 rs para aquelas que fossem postas no corpo do jornal. Com esse dado é possível afirmar que Anna Rosa Termacsics dos Santos não apenas pagou para ter acesso a assinatura do jornal, mas, igualmente, para publicar todos os seus artigos.

Cabe destacar que a senhora Termacsics foi uma leitora assídua da imprensa periódica, um dado notório sobre sua trajetória, o que se relaciona com a sua grande percepção de acontecimentos que a levaram a se indignar. Um exemplo a ser dado é quando ela nos informou sobre uma publicação que havia lido em um jornal qualquer, se colocando totalmente contrária a esta e a caracterizando como uma asneira:

Pais, parentes, púlpitos pregam-lhe o mesmo evangelho, se abre os livros, os jornais, encontra neles a mesma teoria. Há dias ainda que li esta asneira num jornal: 'A missão da mulher é de se fazer muito agradável aos homens.' É o mesmo que o dito de Milton: 'Ele para Deus somente, e ela para Deus nele.'<sup>413</sup>

Ela foi uma senhora atenta ao papel que os impressos assumiram a sua época, legitimando a verdadeira missão da mulher como a de se fazerem agradáveis aos homens, assumindo a função de boas e ternas esposas, contrapondo, a sua maneira, essa função, tendo em vista as outras miras que tinha em mente. Para além, mais uma vez, a imprensa também passou informações sobre a participação de mulheres em grandes festividades, segundo ela:

Li num jornal a descrição de uma grande festividade que todo o mundo e muitas mulheres foram lá: mulheres não são parte do mundo: todas estas coisas mostram o resultado da inconsistência da nossa Constituição; por isso pedimos consideração sobre os pontos que emitimos. Acreditamos que é mais fácil ridicularizarem nossa petição do que responderem aos nossos argumentos<sup>414</sup>.

---

<sup>413</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p. 91-92.

<sup>414</sup> Ibidem, p.112.

Ou seja, o papel assumido pela imprensa na formulação de suas ideias por direitos foi de fundamental importância, no qual ela apropriou-se, a sua maneira, e escreveu contrária ao que vinha sendo propagado. Ainda deve ser destacado que ao caracterizar sua obra como uma petição, Anna Rosa acreditou que esta seria uma maneira de manifestar a público a sua insatisfação, fazendo, desta maneira, um requerimento formal por direitos para o sexo feminino, que até aquele momento encontrava-se completamente dependente da ordem inviolável vigente.

Como podemos perceber, Anna Rosa esteve atenta a tudo que vinha circulando nos meios de sua época, não apenas na imprensa, mas, também, com as publicações de obras de escritores afamados. Ao falar de um específico, ela optou por não dar nome e chama-lo de “escritor público”, que, segundo suas palavras, disse: “exceto os criminosos e os mendigos, não há classe que não tenha a liberdade de votar. As mulheres não são pessoas de classe e os leitores nem deram por esta omissão”<sup>415</sup>. A percepção de que a sociedade era formada a partir de classes e que, além, as mulheres não compunham essas, nos mostra quão significativo foi a inserção de nossa personagem naquela época, que vinha questionando e se indignando com todo o sistema de desigualdade de gênero presente.

Por fim, devemos reforçar que para além da circulação de ideias através da imprensa, também se deu o contato com a palavra falada e, no *Tratado* sua autora também nos passou essa sua relação, tanto com pessoas favoráveis a causa como contrárias. Em uma dessas suas conversas, ocorreu o seguinte fato:

Falando ultimamente com um sujeito chamado Silva, disse ele – nós vamos para o progresso e liberdade, todos votarão – eu perguntei-lhe se nós mulheres também, respondeu – não pensava nelas quando falei – logo assim, eles falam de cada um e de todos, e omitem metade do gênero humano.<sup>416</sup>

Casos cotidianos como o narrado foram comuns durante no XIX, época em que o enredo da dominação paternalista era considerado como inviolável. Apesar disso, mulheres, como a autora em questão, buscaram formas alternativas de contestar essa ordem e contrapor o fato desta ter sido incontestável. Ao nos informar sobre os casos lidos da imprensa, como os comentados pelo discurso falado, Anna Rosa nos indicou a importância que tiveram os embates de ideias, como vias fundamentais para a construção de textos como os seus, que apareceram como formas alternativas para se pensar por fora da ordem vigente.

---

<sup>415</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.112.

<sup>416</sup> Ibidem, p.112.

### 3.4 – “Venha, venha o voto feminino”: a aparição da pauta do voto nos impressos em meados do XIX na Corte

O nobre senador pelo Ceará, e depois o nobre senador pela Bahia, pedem que se faça a reforma eleitoral: mas em que sentido? Quererão o voto público e secreto? Quererão a representação somente das maiorias, como é atualmente o nosso sistema, ou que pela eleição também sejam representadas as minorias? Quererão dar o sufrágio ao belo sexo, quando tiver certas condições de renda? Quererão outras condições mais da reforma eleitoral? Nada dizem, mas só: venham as reformas!<sup>417</sup>

A data é meados de 1870, mais precisamente 20 de julho, em uma das transcrições das sessões no senado era debatido sobre as possíveis reformas eleitorais, que estavam cada vez mais pungentes na agenda política daquela época. A fala foi do senador Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, o qual nos passou sua opinião contrária a aprovação das reformas e, um de seus motivos, relacionou-se com a aprovação da lei que garantiria o sufrágio ao belo sexo que cumprisse com a condição mínima de renda prevista na lei.

Com isso, evidenciamos que tal discussão, direito ao voto para as mulheres, já vinha aparecendo, tanto em discursos contrários como favoráveis. O senador não iria ter levantado tal questionamento se ele ainda não houvesse aparecido como uma reivindicação feminina, o que nos mostra, novamente, como esse debate esteve mais do que presente e, sim, debatido não apenas através da imprensa ou pela palavra falada, mas também nas instituições políticas do Brasil Império. Como já havíamos apontado, ainda no primeiro capítulo, os dois marcos mais conhecidos foram nos anos de 1822 e 1831, encabeçado por Domingos Borges de Barros e Bonifácio de Andrada, em casos específicos de mulheres viúvas no início do século.

Além de fatos nacionais, também merece destaque aqueles internacionais, que eram comentados pelo periodismo brasileiro. Alguns anos antes da discussão no senado, em 1865, o *Correio Mercantil* publicou a seguinte notícia:

Pelas linhas seguintes, extraídas de uma folha de Nova York, vê-se que os direitos da mulher continuam a ser vivamente defendidos nos Estados Unidos. [...]. Eis ainda uma dama. Madame Antoinette Brown Blackwell, que aspira ao título de benemerita do seu sexo. Anteontem à noite fez esta senhora em Cliton-Hall uma leitura sobre os direitos da mulher. Apesar da veemência de tempo, via-se ali uma multidão composta de pessoas bem vestidas e educadas, Mme. Brown Blackwell declarou que perante a lei humana a mulher não devia ser inferior ao homem, posto que, ela o reconhece, toda a superioridade feminina seja excedida no sexo barbado por qualidades idênticas. Pede que as leis sejam iguais para todos e se admitam as mulheres aos mesmos direitos e funções que os homens. [...]. Neste país, uma mulher pode ser advogado, ministro do evangelho, médico, poeta literato, artista, porém recusasse-lhe o direito de ser

<sup>417</sup> *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. N.198, 20 julho 1870.

homem de negócios e a prática do governo. Nada mais. Em uma palavra, as mulheres são próprias para os mais altos empregos.<sup>418</sup>

O interessante nessa notícia é percebermos as semelhanças com a reivindicações que Anna encabeçou ao publicar seu *Tratado*, em 1868. Os Estados Unidos foi um país referência para as brasileiras que buscavam a emancipação e o direito ao voto, por lá, as sufragistas já vinham se organizando em associações e montando convenções políticas para cobrarem dos seus representantes a aprovação do sufrágio feminino. Apesar de, durante o século XIX nos EUA, muitas mulheres já ocuparem funções tidas como “masculinas”, o voto ainda lhes era restrito.

Ao nos falar sobre os Estados Unidos em seu *Tratado*, Anna Rosa Termacsics dos Santos, assim como a publicação pelo *Correio Mercantil*, nos afirmou: “[...] nos Estados Unidos onde as senhoras são doutores em medicina, advogados, e formadas em várias outras ciências”<sup>419</sup>. Isto é, a percepção de mulheres como ela, acerca do país norte americano, se deu através de notícias ou até mesmo de um contato direto, por intermédio de suas experiências como viajante, visto que era muito comum fazer tal trajeto ao período e sua escrita passa bastante sobre sua relação com aquela região.

Os meetings de mulheres, também conhecido como reuniões públicas convocadas para discutir questões de ordem política ou social, foram constantemente descritos nos anúncios de jornais e um deles chamou nossa atenção:

**Meeting de mulheres** – Houve em Nova York um meeting, à que concorreram as senhoras mais distintas e ilustradas daquela cidade. Fora severamente proibida a entrada aos homens e algumas dentre elas serviram de taquígrafas e remeteram as notas as redações dos periódicos.

A tese que sustentaram foi a seguinte: “Que não podiam as mulheres ser encadeadas por um laço indissolúvel; que quando a vida em comum lhes não fosse agradável ou proveitosa, isso lhes devia ser procurar um companheiro de existência em melhor condição de assegurar-lhes a felicidade; que a mulher só devia permanecer unida ao marido em quanto fosse este moço, formoso, de porte elegante e em estado de poder satisfazer aos seus caprichos: que se adoecer do peito, perder a fortuna, ou qualquer dos membros ou o cabelo, deve ser isto considerado como um vício de restituição, como acontece com a compra de cavalos.”

Tiveram semelhantes teorias como intérprete principal a Sra. Stanton, uma das principais propugnadoras da emancipação feminina.

Foi com entusiasmo votada a reforma da lei sobre o matrimônio nos Estados Unidos, assim como foi resolvido que se dirigisse uma exposição ao governo, pedindo para que um indivíduo que ultimamente tenha sido absolvido do crime de ter matado sua mulher, seja metido em um hospital de doidos, afim de que não seja a esposa obrigada a voltar para sua companhia.

<sup>418</sup> *Correio Mercantil e Instrutivo do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. N.132, 14 maio 1865.

<sup>419</sup> A.R.T.S. Op. Cit., p.32.

Que bonitas teorias! Parece que o que devia o governo americano fazer era mandar a Sra. Stanton e mais companhia para um asilo de alienadas.<sup>420</sup>

Elizabeth Candy Staton foi uma das principais representantes sufragistas dos Estados Unidos. Encabeçou a causa do sufrágio devido a sua experiência prática, de valor incalculável, com o marido no movimento abolicionista, o qual participou ativamente de grandes convenções. Mulheres como ela, no decorrer de suas vidas, desenvolveram diversas habilidades de captação de recursos, aprenderam a reunir publicações e organizar encontros e, algumas como a senhora Stanton, se tornaram poderosas oradoras públicas.<sup>421</sup> É significativo pensarmos a organização conjunta dessas mulheres em reuniões para debater sobre direitos, inclusive o de voto.

Assim como as mulheres de sua época, Elizabeth teve que se dividir com as funções da casa e dos filhos. Sua vida apresentou todos os elementos básicos dos dilemas de uma mulher branca e letrada, em seus aspectos mais contraditórios. Segundo Ângela Davis: “Casamento e maternidade a impediram de alcançar os objetivos que ela havia definido para si mesmo quando era solteira”<sup>422</sup>. Em 1869, fundou a *National Woman Suffrage Association*, junto com Susan B. Anthony, para pressionar por uma emenda constitucional que garantisse as mulheres o direito ao voto.

Susan B. Anthony também foi uma das mais reconhecidas líderes do movimento de mulheres americanas na busca de direitos e, ao conhecer Elizabeth Stanton, em 1851, ambas iniciaram um trabalho conjunto por mais de 50 anos, viajando por todo o país fazendo discursos favoráveis ao sufrágio feminino. Como boas estrategistas, com disciplina, capacidade de organização e energia, ambas atuaram em diversas frentes, sendo uma delas como editoras do periódico *The Revolution*, um meio importante que ajudou a difundir suas ideias de igualdade civil e política entre os sexos nos EUA<sup>423</sup>.

A publicação feita pelo *Diário do Rio de Janeiro*, em 1870, abordou uma das reuniões em que as mulheres americanas organizaram. Nesta, especificamente, o intuito foi o de discutir sobre o contrato do casamento e a relação desigual que as leis vigentes colocavam as mulheres, que não podiam ter o direito ao divórcio e, muitas das vezes, viviam em condições de dependência absoluta, inclusive, como foi descrito, havia casos em que o marido assassinava

---

<sup>420</sup> *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. N. 269, 29 setembro 1870.

<sup>421</sup> DAVIS. Op. Cit.

<sup>422</sup> *Ibidem*, p.60.

<sup>423</sup> *Ibidem*.

suas esposas e, ainda assim, eram absolvidos pelos legisladores. Ao final, o responsável pelo texto ridicularizou as reivindicações postas, nos dizendo que a senhora Stanton e companhia deveriam ser mandadas para um asilo de alienadas, e isso reflete bastante acerca da marginalidade que essas mulheres estiveram impostas.

A opinião emitida nos comprova as ridicularizações que as mulheres emancipadas sofreram diariamente, fato que dificultava uma ampla adesão feminina à causa. Stanton e Anthony, por terem sido mulheres públicas reconhecidas, estiveram sujeitas a todas essas ridicularizações impostas pelo periodismo ao redor do mundo e, no Brasil, não poderia ter sido diferente. O direito ao voto, contudo, não deixou de aparecer vivamente nos seus textos, os quais traziam um apelo por sua aprovação imediata, apesar de sabermos que tal direito só veio a ser assegurado na maioria dos países em meados do século XX.

Também devemos destacar a aparição de alguns casos específicos em que mulheres requereram a participação nas eleições em regiões norte americanas. Caso este de uma cena em 1879: “*Cenas norte americanas – A concessão de direitos políticos ao belo sexo teve um ensaio prático nos Estados Unidos. As mulheres concorreram já aos comícios, afim de entrarem com o seu voto nas urnas eleitorais no território de Woyming*”<sup>424</sup>. As publicações se deram em jornais diários e distintos, que vinham circulando em grande número na Corte, ou seja, a sociedade carioca vinha tendo contato com todos esses casos, bem como poderia estar sendo influenciada a ampliar a discussão aqui no Brasil, sobretudo mulheres como a autora em questão.

Além dos casos publicados sobre os EUA, também localizamos inúmeras notícias inglesas, visto que lá ainda tinha a figura de John Stuart Mill, muito citado nos discursos de parlamentares e mulheres brasileiras, como já bem discutido no decorrer de todo nosso trabalho. Assim como nos EUA, a Inglaterra também contou com uma grande organização de mulheres em prol do direito ao voto, inclusive, tramitando algumas proposições de lei no parlamento inglês. Vejamos:

Direitos do sexo amável - Propôs o Senhor Stuart Mill no parlamento que se concedesse voto ao sexo feminino. Não se venceu esta proposta, naturalmente porque a câmara entendeu, como certo juiz de direito, que não se faz nada de bom nem de mal que não seja influenciado pelo sexo amável, e neste caso era inútil acrescentar à influência que as mulheres já exercem nas eleições, o direito de votar.

---

<sup>424</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N.55, 24 fevereiro 1879.

Não concordou, porém, nem com a câmara nem com o juiz de direito a junta eleitoral de Manchester, que inscreveu no recenseamento todas as mulheres de sua paróquia. Provavelmente, o inspetor do registro, sem a aprovação de quem o recenseamento não tem valor algum, ha de passar pouco delicado, mas cheio de vaidade, um traço negro sobre o direito eleitoral da Sras. Amélia e Guilhermina, as quais de certo não pertence a designação de mote persona que a última lei contém para matar as ilusões do senhor Stuart Mill.<sup>425</sup>

Dessa vez, o jornal colocou a já possível influência das mulheres, para além do voto, como uma justificativa para não aprovação dessa proposta, o que nos faz pensar sobre as estratégias que os grupos dominantes utilizaram para negar, por décadas, a participação feminina no pleito eleitoral. Como podemos perceber na publicação de 1868, pelo *Correio Mercantil*, as mulheres que vinham encabeçando o movimento sufragista não aceitavam facilmente as desaprovações de suas propostas, pensando novas maneiras para levar repetidamente a pauta ao Parlamento.

Uma das saídas, assim como no país norte americano, foi a organização de meetings e, mais uma vez, a imprensa brasileira noticiou estes como casos que acreditava serem importantes. Em 28 de junho de 1872, o *Correio do Brazil* comentou:

Querem ter voto – Verificou-se em Londres, há poucos dias, um meeting, no qual tomaram parte mulheres e homens, sendo presidido pelo Dr. Lyon Playfâr, membro do Parlamento.

O comício tinha por fim dar uma demonstração a favor do projeto de lei de Mr. Jacob Bright tendente a conferir a mulher o direito de votar na eleição dos membros do parlamento, e replicar aos impugnadores do mesmo projeto.

Entre os oradores se enumeraram as senhoras Lydia Becker, Rhoda Garret (solteiras), Faweett (casada) e várias outras.<sup>426</sup>

Isto é, podemos notar que as estratégias utilizadas por essas mulheres foram várias, uma vez que o projeto pela aprovação do sufrágio feminino já vinha sendo rejeitado, desde 1868, quando foi encabeçado por Stuart Mill. Mais uma vez, agora em 1872, sob a proposta de um novo parlamentar, Jacob Bright, a discussão apareceu nos âmbitos institucionais na Inglaterra e foi comentada instantaneamente no Brasil.

Outro dado importante nessa publicação é quando, ao citar os alguns nomes de mulheres que foram oradoras na respectiva ocasião, casos este das senhoras Lydia Becker, Rhoda Garret e Faweett, destacou-se a condição civil destas, nas quais as duas primeiras apareceram como solteiras. Ao reforçar que ambas eram solteiras, o jornal buscou demarcar a posição dessas

<sup>425</sup> *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro. N.313, 14 novembro 1868.

<sup>426</sup> *Correio do Brazil*. Rio de Janeiro. N.180, 28 junho 1872.

mulheres naquela sociedade, já que a condição de solteira contribuía para uma marginalização nas relações sociais estabelecidas. Assim como elas, a senhora Termacsics também foi solteira e vinha requerendo o direito ao voto, características que refletiram nas ridicularizações públicas e nos estereótipos construídos sobre quem eram as mulheres que vinham encabeçando a luta pelo direito ao voto.

Pensando nas notícias internacionais sobre a atuação de mulheres em prol do direito ao voto, que vinham se fazendo presentes na imprensa diária brasileira, além dos muitos anúncios de venda do *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar* e de alguns comentários sobre sua recepção por autores da época, podemos afirmar que as brasileiras estiveram muito atentas as mudanças que se tornavam cada vez mais visíveis por todo o mundo. A inserção de Anna Rosa e suas ideias foi resultado de um momento que era propício para que sua obra fosse escrita e colocada para venda em diversas livrarias da Corte, influenciada, sobretudo, por essa movimentação à um nível internacional em países considerados modelos de civilidade e progresso, e não pode ser pensada ou analisada como um caso isolado qualquer.

Outra forma que localizamos a aparição da pauta pelo voto feminino nos jornais faz relação com inserção feminina apenas como meio de melhoramento das instituições políticas, visto que vinham comentando que apenas homens feios compunham as mesmas e, além disso, argumentavam-se que as constantes fraudes e crimes que envolveram as eleições eram resultados de uma prática masculina que necessitava de mudança. Em 1877, a *Revista Ilustração Brasileira* passou algumas notas sobre isso:

Nem rolo, nem cachação, nem facada, com a intervenção de mulher na eleição. Verdade é que, evitando este perigo, podemos argumentar outro, - o das duplicatas. A mulher votante arrancará talvez para fazer duplicatas. Nem tudo pode ser perfeito. Venha, venha o voto feminino; eu o desejo, não somente por que é ideia de publicistas notáveis, mas porque é um elemento estético nas eleições, onde não há estética.<sup>427</sup>

A revista abordou a questão do voto feminino em meio as discussões sobre reformas no sistema eleitoral, que vinha presenciando diversos problemas relacionados a fraudes, voto de cabresto, mortes e as grandes brigas presenciadas nos dias das eleições. O voto feminino apareceu como uma forma de melhoramento num espaço que vinha tendo que lidar com tantos problemas. Não sabemos se de fato o autor do texto acreditava na capacidade feminina, possivelmente não.

---

<sup>427</sup> *Ilustração Brasileira*. Rio de Janeiro. N.19, 01 abril 1877.

Devemos ressaltar, mais uma vez, que apesar da discussão acerca do voto feminino ter circulado de distintas maneiras na imprensa diária, por outro lado, ela não apareceu efetivamente na imprensa estritamente feminina que surgiu desde 1852. Muitas mulheres ainda acreditavam que esse direito fosse anseio apenas de mulheres modernas, pressupondo que a educação seria a principal bandeira a ser defendida naquele momento. Do mesmo modo, haviam outras, como Anna Rosa Termacsics dos Santos, que acreditavam que o momento era propício e que deveria ser concedido na lei o direito das mulheres a participação política, como diversas outras senhoras ao redor do mundo.

Em 1868, quando o *Tratado* saiu para público, ele apareceu noticiado em diversos jornais diários, os mesmos que publicaram as notícias sobre as experiências internacionais de mulheres em busca do voto. Os meetings organizados pelo sexo feminino foi uma prática que se tornou comum ao redor do mundo, no Brasil, em contrapartida, não localizamos nenhum dado sobre essa organização de comícios públicos pelas brasileiras. Apesar delas terem se inspirado em países da Europa e nos Estados Unidos, muitas ainda tinham dificuldades de trazer os avanços de lá para cá, inclusive, no número de adeptas femininas, que sofriam grande influência dos princípios religiosos de se tornarem unicamente esposas e mães, acreditando que a emancipação fosse desvirtuá-las do caminho da moralidade.

As mulheres públicas que se envolveram nas reivindicações por direitos, sofreram com os resquícios que a divisão entre público e privado resultava nas relações desiguais de gênero. De acordo com Marinete dos Santos Silva:

A circulação das mulheres pelo espaço público sofria, entretanto, severas críticas e se deparava com uma enorme resistência. Ser uma “mulher pública” diferentemente do “homem público” significava depravação, deboche, lubricidade; a “mulher pública” pertencia a todos. Enquanto o homem público encarnava a honra e a virtude, a mulher pública era a vergonha, o objeto vil, a parte que deveria ser escondida e dissimulada.<sup>428</sup>

As críticas estiveram presentes sobremaneira por toda imprensa diária, legitimando os discursos que negavam direitos através de práticas cotidianas. Adentrar no caminho de manifestações políticas, aventurando-se no papel enquanto mulheres públicas, era desafiar não apenas a ordem paternalista posta, mas sobretudo a “ordem natural e divina” construída pela religião. As ações de mulheres como Anna Rosa ficaram longe de serem consideradas como

---

<sup>428</sup> SILVA, Marinete dos Santos. Gênero, cidadania e participação política: as aventuras e desventuras de uma “cocotte” no movimento abolicionista. *Revista Caderno Espaço Feminino* | v. 21 | n. 1 | Jan./Jul. 2009.

uma crítica ou uma revolta, pelo contrário, eram entendidas como uma aberração a moral e aos bons costumes estabelecidos.

No final do século, sobretudo a partir da década de 1880, época em que se fortaleceu o movimento abolicionista e também o republicano, as manifestações femininas em prol do voto se ampliaram significativamente na imprensa e a adesão de mulheres aumentou. O jornal feminino *A Família*, surgido em 1888, sob redação de Josephina Álvares de Azevedo, tornou-se um dos principais difusores na defesa do sufrágio para as mulheres e abordou, de forma enfática, a necessidade de conceder esse direito as mulheres que vinham o requerendo. Além dele, a imprensa diária eclodiu com inúmeras publicações femininas, seja em artigos ou folhetins, acerca dessa temática. Em uma dessas publicações, Josephina descreveu sobre a mulher e as eleições:

As mulheres e a eleição

É chegado o momento de mostrarem as nossas patrícias a sua importância na sociedade. Se não lhes é permitido, pelo natural egoísmo dos representantes do sexo que se diz forte, entrar diretamente nessas titânicas lutas da política, lançando na urna espontânea e conscienciosamente o seu voto, para o candidato que lhe seja simpático, pelas suas ideias, pelas suas convicções, tem, contudo, o recurso de intercederem, ajudadas da influência que lhes concedeu a natureza, sem seus pais, irmãos e esposos, para a vitória da candidatura de um moço a todos os títulos digno de ser contado no número dos representantes da nação.

O direito de voto das mulheres é uma necessidade latente, de que há muito recente se não só o nosso, como muitos outros países.

Alguma nação deverá ser a primeira a iniciar-se nesse grande melhoramento; porque não será o Brasil? [...]

A mulher também tem os seus direitos a defender, e mesmo fora do lar doméstico, tem um vasto campo que lhe tem sido vedado até hoje, portanto, com algum esforço, poderemos chegar a gozar das regalias que nos elevarão um pouco acima do ponto em que estamos colocadas.

A cabala, pois!<sup>429</sup>

A publicação, datada em 6 de julho de 1889, alguns meses antes da Proclamação da República, deixou claro sua posição favorável a concessão de voto as mulheres. Entretanto, ainda nessa época, nenhum país ao redor do mundo havia concedido tal direito, e Josephina jogou o questionamento, “Alguma nação deverá ser a primeira a iniciar-se nesse grande melhoramento; porque não será o Brasil? ”, sabemos que o Brasil não foi o percussor dessa conquista e, sim, a Nova Zelândia, que levou as mulheres nas urnas em novembro de 1893, um período tardio se pararmos para pensar os primórdios das reivindicações femininas ao redor do mundo.

---

<sup>429</sup> *A Família*. Rio de Janeiro. N.29, 06 julho 1889.

A medida que a proximidade com a Proclamação da República no Brasil foi chegando, devido as mobilizações favoráveis a deposição do imperador Pedro II, as publicações sobre o direito de as mulheres votarem se ampliaram muito nas páginas do periódico *A Família*, que passou a contar com uma coluna, em algumas edições consecutivas, intitulada “O direito de voto”, no qual Josephina escrevia diversos apontamentos sobre o tema, buscando mostrar as suas leitoras a necessidade da aprovação do voto como forma de melhoramento em suas vidas.

Nos Estados Unidos, por exemplo, já vinha ocorrendo casos de regiões que experimentaram a participação de mulheres no pleito eleitoral, apesar de não ter sido uma realidade prática em todo o país e, novamente, a imprensa brasileira nos informou sobre: “O estado de Kansas acaba de pela primeira vez fazer a experiência do sufrágio feminino nas eleições municipais”<sup>430</sup>. O que pode ter influenciado, ainda mais, o aumento das reivindicações pelas brasileiras, já que haviam regiões pelo mundo que tal fato já vinha se tornando uma realidade. A experiência vivenciada pelas mulheres norte americanas foi tida como exemplo no Brasil e responsável pelo fomento de inúmeros questionamentos, até mesmo por parte de nossos representantes políticos: “Devem as mulheres votarem nas eleições de caráter político? Esta questão, que já é velha no velho mundo e nos EUA, deve agora preocupar os nossos legisladores, visto que tanto se fala em reformas na reforma eleitoral”<sup>431</sup>.

Apesar de uma maior circulação de ideias pelo voto feminino, ainda em 1889, mesmo após a Proclamação da República, também encontramos presente publicações contrárias a concessão do voto e que ridicularizavam as mulheres emancipadas e republicanas que ousaram encabeçar a luta pela aprovação da lei, caso este de um artigo do periódico *Novidades*:

Linhas por baixo – Eu, em princípio, sou contra a mulher política. A mulher política, votando, cabalando, fazendo conferências, aderindo, discutindo, propagando, produz em mim um efeito assaz esquisito para que se seja agradável. Acho a coisa schoking<sup>432</sup>.

Vem isto a propósito de um folheto que acabo de receber de Pernambuco. No Recife há uma senhora, D. Maria Amélia de Queiroz, que é tribuna (salvo seja!) republicana. Convidada com lisonjeira insistência por alguns correligionários, S.ex.<sup>a</sup> realizou no dia 13 de outubro deste ano uma conferência doutrinária, no clube republicano Frei Caneca, daquela cidade.

Cá tenho o folheto em cima da minha mesa. O editor da conferência explica que ela foi feita em cerca de quatro dias, que é um protesto, um grito de revolta contra as instituições que nos regem; é um incitamento solene para a aceitação da República como forma de governo, e diz que a ilustre autora foi muito vitoriosa pelo numeroso auditório.

<sup>430</sup> *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro. N.98, 3 maio 1887.

<sup>431</sup> *O Paiz*. Rio de Janeiro. N.212, 02 agosto 1886.

<sup>432</sup> Tradução do inglês para “chocante”

A conferência é boa e sólida, tem bastante fundo e o calor indispensável ao assunto. Da eloquência da Sra. D. Amélia de Queiroz poderão os leitores fazer ideia por este trecho, que é o final da sua peroração:

Quando as nossas forças forem extinguindo, quando o cansaço quiser entorpecer-nos a marcha, imaginemos, cheios de fé, que a nossa vista surge um abrigo onde nos possamos retemperar. Assim mais depressa conseguiremos os nossos desejos.

Após uma longa caminhada pelos áridos desertos das surdas guerras que os nossos inimigos nos fazem, haveremos de dar ao nosso país o espetáculo do esplendoroso triunfo, a gloriosa vitória dos nossos ideais, e então, e então, caros concidadãos, sobre os destroços da monarquia hastearemos o estandarte refulgente da república brasileira!

Isto antes da revolução de 15, o que quer dizer que a sra. D. Amélia de Queiróz não pertence ao número dos republicanos que aderiram, e que são quase tão numerosos como os habitantes da república. Para os seus correligionários, antigos e modernos, a ilustre oradora deve ser uma benemérita.

É o mesmo: o republicanismo da Sra. D. Maria Amélia é *schoking!* Eu, a noticiar-lhe esta sua conferência, preferia noticiar-lhe a publicação de um livro sobre a moral doméstica ou sobre trabalhos de agulha. E elogia li-a com muito mais convicção e entusiasmo.<sup>433</sup>

O autor apontou que preferiria estar noticiando uma publicação de um livro sobre a moral doméstica ou sobre trabalhos de agulha, do que a atuação política daquela senhora em prol do voto, vista para ele como algo “chocante”. A notícia foi publicada em 23 de dezembro de 1889, ou seja, um mês e nove dias depois da Proclamação da República, além de trazer dados sobre acontecimentos no Recife, o que comprova que as ideias republicanas estavam cada vez mais fortes e em diversas regiões do país, que compartilhavam informações rapidamente.

O autor não assinou o texto publicado, não sabemos o motivo, mas deixou claro sua posição contrária as mulheres e a participação política, mesmo diante de todas as publicações que vinham sendo feitas favoráveis a causa e as mobilizações ocorridas ao redor do mundo, sobretudo em países tidos como modelos de civilização e progresso, casos este dos Estados Unidos e toda a Europa.

Sabemos, porém, que à data, Anna Rosa Termacsics dos Santos, objeto de pesquisa dessa dissertação, já havia falecido há alguns anos. A autora não esteve presente em momentos significativos como a abolição da escravatura em 1888 e a Proclamação da República em 1889, tendo partido alguns anos antes, em 1886. Ela não presenciou a eclosão de publicações em prol do voto pela imprensa, tanto a diária como a estritamente feminina, encabeçada por Josephina Álvares de Azevedo e, ao que tudo indica, também não participou de organizações coletivas, que só começaram a se fortalecer no final do século, inclusive, essas mesmas que levaram ao movimento sufragista organizado que adentrou pelo século XX.

---

<sup>433</sup> *Novidades*. Rio de Janeiro. N.572, 23 dezembro 1889.

Tais acontecimentos encaixam-se nas grandes reformas sociais que ela tanto reivindicou no *Tratado*, criticando a escravidão e a forma de governo vigente, caracterizada como déspota. Para ela, a inferioridade das mulheres, em suas várias vias, também se inseria nesse bojo de reformas abordado, que foi vivamente discutido no decorrer de toda a obra, não apenas no quesito direitos políticos, mas também, literários, científicos, educacionais, artísticos, profissionais e pecuniários, em uma palavra, tornar as mulheres cidadãs ativas naquela sociedade.

A publicação de sua obra, *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*, em 1868, nos mostra a inserção de ideias que, na maioria dos casos, só ganharam maior visibilidade em finais da década de 1880, não apenas aquela que tange a pauta do voto, mas diversas outras, como o acesso feminino nas universidades, a crítica a maternidade e ao casamento, a inserção plena no mundo do trabalho e o acesso aos cargos públicos e políticos. Questões de gênero centrais para entender a condição feminina durante o século XIX brasileiro e as reivindicações que surgiram como contestação à essa.

## Epílogo

Na Corte, às 12 horas da noite, no dia 15 de outubro de 1886, Anna Rosa Termacsics dos Santos faleceu com seus 65 anos de idade, sob o atendimento do doutor Aluísio da Faculdade de Medicina, na Santa Casa de Misericórdia<sup>434</sup>, acreditamos que depois de algumas horas de socorro no local. A causa da morte foi diagnosticada em consequência de problemas pulmonares, como apareceu descrito em sua certidão de óbito<sup>435</sup>. O corpo da escritora foi sepultado e encontra-se no Cemitério São Francisco Xavier ou também conhecido como Caju, após ter sido apresentado documento legal do cadáver no dia 16, isto é, um dia após seu falecimento.

Anna Rosa, ao que tudo indica, não permaneceu doente longo período de sua vida, trabalhando até alguns meses antes de sua morte, mais especificamente em junho do mesmo ano, noticiando seus serviços na imprensa: “Anna Rosa dá lições de piano e de canto, em colégios e casas particulares, na Rua do Lavradio, n.15, sobrado”<sup>436</sup>, bem como na edição do *Almanak Laemmert* daquele ano. Tal fato nos comprova mais uma vez o quanto o trabalho foi de grande valia para a sua subsistência naquela sociedade, não podendo ficar sem praticá-lo, mesmo mediante o avançar da idade, tendo em vista a falta de amparo legal sobre as relações de trabalho de mulheres.

Por intermédio da trajetória de vida de Anna Rosa Termacsics dos Santos foi possível apreendermos diversas especificidades históricas no quesito gênero, pensando mais especificamente sobre as reivindicações de mulheres letradas que começavam a ter aparição pública nos meios impressos da Corte. Também é notório destacarmos que, nesse mesmo momento que se davam as aparições de escritos femininos no Brasil, igualmente, surgiram muitos outros em diversos países do Ocidente, cada qual refletindo nas suas particularidades e comprovando uma movimentação transnacional de ideias que começavam a ganhar visibilidade, não apenas em grupos de mulheres, mas também em setores como imprensa, igreja e política, compostos estritamente por homens.

---

<sup>434</sup> As Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e da Bahia exerceram, desde o início do século XIX, o papel de hospitais universitários, por abrigarem as aulas práticas das Faculdades de Medicina de ambos estados. Tal fato explica o atendimento de Anna Rosa ter se dado por um médico dessa mesma faculdade.

<sup>435</sup> Certidão de óbito número 1223, disponível no Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia no Rio de Janeiro.

<sup>436</sup> *O Paiz*. Rio de Janeiro. N.151, 08 junho 1886.

A inserção da autora em meados do Segundo Reinado no Brasil permitiu pensar questões sociais e políticas mais amplas em um período que muitos desacreditavam na existência de discursos como o seu. Ao escrever e publicar o *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*, em 1868, no Rio de Janeiro e, para além, anunciar sua venda nos jornais em livrarias renomadas daquele período, Anna nos comprovou que mesmo diante das dificuldades de os dependentes alçarem direitos que os dominantes vinham negando há longas décadas, estes buscaram formas alternativas para construir um outro discurso para fora do paternalismo vigente, e um exemplo disso foi a publicação e venda da obra em questão. Ao escrever e divulgar suas ideias publicamente, mulheres como Anna Rosa buscavam se inserir nos debates postos naquele dado momento, assim como deixarem seu legado para gerações futuras, tornando-se, assim, mulheres públicas.

Através de diversos documentos que sobreviveram ao tempo, investigamos, ao longo dessa dissertação, os rastros de existência de uma mulher letrada que, em muitos aspectos foi comum e, em tantos outros, excêntrica. Anna Rosa, apesar de não ter nascido no Brasil, viveu aqui quase toda vida, vindo de uma família distinta, porém sem muitas posses, reivindicando direitos pela Nação que considerava a sua, teve uma educação autodidata singular e vivenciou uma realidade antagônica das senhoras aristocráticas de seu tempo, trabalhando cotidianamente em diversas atuações em busca de subsistência e autonomia. Apesar do caminho de suas vivências e marginalizações, por ter sido uma mulher solteira e emancipada, tornou-se escritora e foram os seus textos, que refletem sua própria existência, que nortearam as páginas desse trabalho do seu início ao fim.

A escolha por trabalhar com sua trajetória de vida, em todas as suas contradições, se deu após a descoberta de que ela foi a verdadeira autora do *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*, uma fonte singular e, até o desenvolvimento deste trabalho, inédita, que abarca as insatisfações de uma mulher com todo o sistema vigente durante o século XIX, reivindicando direitos à educação, ao trabalho e à participação política, utilizando de uma gama de aportes referenciais ao redor do mundo, desde intelectuais renomados até personalidades políticas como reis e rainhas antepassados. Anna nasceu em 1821 na região que compreende a Hungria, mudando-se em 1828, aos sete anos de idade, para o Brasil e, instalando-se, inicialmente, em São Paulo e só depois transferindo-se para a Corte, onde permaneceu e se fixou até o seu falecimento em 1886.

Mas isso ainda não basta para justificar nossa escolha, ao pesquisar sobre sua vida, para além de seus escritos, também descobrimos diversos outros pontos que refletem em toda sua escrita, caso este de sua extensa atuação no mundo do trabalho, no qual teve de se fazer presente em diversas frentes para angariar os recursos necessários à sua subsistência. Anna Rosa trabalhou como musicista, no ensino de piano e canto, lecionou primeiras letras, idiomas, boas maneiras, corte e costura e, em alguns momentos, também teve de se inserir em funções como governanta em casas de família ou homens solteiros e viúvos.

Seu trabalho como musicista no piano e no canto, de acordo com informações impressas, tanto do *Almanak Laemmert* como dos periódicos, teve início no ano de 1850, quando tinha 29 anos, permanecendo nesse ramo até sua morte aos 65, compreendendo 36 anos de carreira na profissão, um longo período em que a mesma foi a responsável por formar várias gerações de moças com o aprendizado do tocar piano e canto, além de elevar seu nome como uma profissional no ramo musical. A necessidade de estar se empregando todos esses anos esteve relacionada não apenas ao fator independência, mas também, como uma necessidade de sobrevivência devido as suas condições sociais.

Foram muitas as dificuldades e limitações que encontramos no percurso dessa pesquisa, nas quais buscamos incansavelmente maneiras de saná-las, pesquisando em uma gama de fontes como manuscritos, obras, jornais, revistas, decretos e leis, dados que nos possibilitasse entender, cada vez mais, a sua considerável trajetória de vida no Brasil Monárquico. Dificuldades que foram desde a descrença no potencial da pesquisa no meio acadêmico até as de encontrar dada fonte que comprovasse algumas de nossas hipóteses, caso este da existência de nossa autora como uma mulher solteira e que nos escreveu sobre isso, confirmada através do contato com sua certidão de óbito, localizada no Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia, no Rio de Janeiro.

A contribuição da nossa pesquisa vai muito além de entender quem foi Anna Rosa Termacsics dos Santos, ela buscou, acima de tudo, retratar como a sociedade imperial percebia as desigualdades de gênero que estiveram postas, ao mesmo tempo que as reforçava, seja através dos discursos falados ou impressos, como nas práticas cotidianas daqueles sujeitos que vivenciavam à época.

Para dar conta de responder o problema inicial por nós levantado, dividimos esse trabalho em três partes. A primeira foi elaborada para se conhecer a obra que deu início a nossa empreitada de pesquisa, o *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*,

buscando analisar todas as especificidades da discussão travada. A segunda pretendeu focar na sua autora, Anna Rosa Termacsics dos Santos, e todas as controvérsias em sua existência como mulher. E a terceira finalizou inserindo os debates travados sobre a questão relacionada aos direitos femininos por ela reivindicados, tanto sobre o contrato do casamento como na pauta pelo voto, nos meios impressos presentes no Segundo Reinado.

Terminada a pesquisa, algumas conclusões podem ser apontadas, entre elas a de que a discussão pela participação política das mulheres, tanto no que se refere ao direito ao voto como o de elegibilidade, começou a ser travada de maneira enfática no Brasil ainda em meados do século XIX, não apenas proximamente a Proclamação da República, como a historiografia nos tem mostrado em maior amplitude. Os resultados apresentados comprovam a existência de reivindicações pelo direito ao voto ainda na década de 1860, uma época em que a própria imprensa feminina que surgia apareceu como contrária a tal direito.

Do mesmo modo, também é possível afirmarmos que os embates nas reivindicações sobre o significado da emancipação na vida das mulheres oitocentistas eram gritantes. Apreendemos que a proposta encabeçada pela autora aqui analisada era completamente distinta daquelas localizadas na imprensa estritamente feminina que surgiu durante a década de 1850, não encontramos qualquer ligação de Anna Rosa com as redatoras dos jornais femininos, à exceção do *Bello Sexo*. Em sua grande maioria, muitas mulheres que reivindicavam pela emancipação, pensavam, prioritariamente, na pauta educacional, acreditando que o voto fosse anseios da mulher moderna, que não caberia naquele momento.

Além disso, a atuação de Anna Rosa nos propiciou pensar outras mulheres que, assim como ela, questionaram a ordem inviolável vigente. Como Sidney Chalhoub nos apontou, apesar da dificuldade de a classe dominante perceber a alteridade e autonomia do outrem, dos dependentes, das mulheres, ambos conseguiram por outras vias, formas alternativas de contestar tamanha inviolabilidade, caso este das mulheres como a autora em questão que requereram direitos. A eleição de trabalhar com ela, dessa forma, partiu da vontade de perceber as possibilidades e as particularidades de seus escritos, em meados do século XIX, e as apropriações que se deram devido a seu contato e experiência como viajante em países da Europa e os Estados Unidos, experimentando uma convivência cultural diferente da realidade brasileira.

Nesse sentido, a vida de Anna Rosa apresentou-se como material vantajoso para que uma narrativa histórica fosse construída, buscando perceber questões de gênero presentes

durante o Segundo Reinado. Ainda assim, muitas lacunas estão presentes nessa história, de forma que essa dissertação foi elaborada para suprir algumas delas, cientes de que muitas outras ficariam para trás, por exemplo, ao pensar a inserção dessas mulheres no mundo do trabalho e todas as dificuldades enfrentadas cotidianamente, que será um dos meus próximos desafios. Outros estudos ainda estão por vir, outras mulheres que permanecem no anonimato histórico aparecerão, o que resultará em diálogos proveitosos sobre os estudos de gênero no contexto do século XIX aqui no Brasil. Essa tarefa deixo para novas pesquisadoras (es).

*A vida caseira é a sepultura dos talentos* de nossas antepassadas e ainda permanece em muitas no nosso presente. A representação política para as mulheres tão reivindicada em 1868 ainda não alcançou os propósitos almejados. Precisamos que cada vez mais mulheres se façam presentes na política, que estas busquem nos representar e que nossas pautas sejam de fato ouvidas, desde aquelas relacionados a violência até outras referentes a igualdade salarial, que sabemos que ainda conta com estatísticas gritantes no que se refere ao pagamento feminino recebido pela prestação dos mesmos serviços.

Na eleição de 2018, 77 deputadas mulheres foram eleitas para a Câmara Federal, um aumento de 51% em relação de 2014, isso quer dizer que agora teremos 15% de mulheres representantes no legislativo<sup>437</sup>, um número ainda bastante inferior comparado com a totalidade de sua composição, que há décadas é majoritariamente masculina. Isso nos comprova quanto o trabalho ainda é árduo e a necessidade de conscientizar a população sobre a importância de se eleger mulheres para todos os cargos de representação, uma função que Anna Rosa Termacsics dos Santos havia assumido há 150 anos, mas que em contrapartida, ainda necessita avançar muito.

---

<sup>437</sup> Ver mais em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/no-de-mulheres-eleitas-se-mantem-no-senado-mas-aumenta-na-camara-e-nas-assembleias.ghtml> Acesso em 22 de dezembro de 2018.

## REFEÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes:

#### 1- Impressos e periódicos:

##### Textos escritos por Anna Rosa Termacsics dos Santos:

A.R.T.S. *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*. Rio de Janeiro: Tipografia Paula Brito: 1868. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6702>

*Diário de Notícias*. Rio de Janeiro. Edição n.54. 4 outubro 1870. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

*Diário de Notícias*. Rio de Janeiro. Edição n.58. 8 outubro 1870. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

*Diário de Notícias*. Rio de Janeiro. Edição n.64. 15 outubro 1870. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

*Diário de Notícias*. Rio de Janeiro. Edição n.69. 21 outubro 1870. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

##### Periódicos utilizados no decorrer da pesquisa:

*Almanak Laemmert*. Rio de Janeiro. Tipografia Universal de Laemmert. 1850-1886. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak>

*A Esquerda*. Rio de Janeiro. Sociedade Finlandesa LTDA. 1928-1931. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

*A Marmota na Corte*. Rio de Janeiro. Tipografia de Paula Brito. 1580-1869. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

*Bello Sexo*. Rio de Janeiro. Tipografia Popular. 1862. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

*Correio do Brazil*. Rio de Janeiro. Tipografia do Correio do Brazil. 1871-1872. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

*Correio Mercantil, Instructivo, Político e Universal*. Rio de Janeiro. Tipografia do Correio Mercantil DEF. J. Dos Santos Rodrigues & Cia. 1850-1869. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

*Correio Nacional*. Rio de Janeiro. Tipografia de Domingos Luiz dos Santos. 1869-1870. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

*Diário de Notícias*. Rio de Janeiro. Tipografia Progresso. 1870. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

*Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Tipografia do Diário do Rio de Janeiro. 1850-1878. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

*Dicionário da Língua brasileira Luiz Maria da Silva Pinto*. Ouro Preto. Tipografia da Silva. 1832.

*Dicionário da Língua Portuguesa Luiz Maria da Silva Pinto 7ª edição*. Lisboa. Tipografia de Joaquim Germano de Souza Neves. 1877.

*Echo das Damas*. Rio de Janeiro. Tipografia Imprensa Industrial. 1879-1888. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

*Jornal das Senhoras*. Rio de Janeiro. Tipografia Pariense. 1852-1855. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

*Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp. 1850-1886. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

*L'écho Du Brésil et de L'amérique du Sud*. Rio de Janeiro. Imprimerie Moderne. 1859-1860. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

*Novidades*. Rio de Janeiro. 1887-1892. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

*O Farol Paulistano*. São Paulo. Tipografia Paulistana. 1820-1839. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

*O Novo Pharol Paulistano*. São Paulo. Tipografia do Farol Paulistano. 1830-1839. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

*O Mágico*. Rio de Janeiro. Tipografia e Livraria de E. A. Ribeiro & Ayres. 1851-1852. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

*O Paiz*. Rio de Janeiro. Tipografia O Paiz. 1880-1886. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

*O Sexo Feminino*. Minas Gerais/Rio de Janeiro. Tipografia Montenegro. 1873-1889. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

*Revista Ilustração Americana*. Rio de Janeiro. Tipografia Americana. 1869-1870. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

*Revista Ilustração Brasileira*. Rio de Janeiro. 1876-1877. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

*Revista Imprensa Industrial*. Rio de Janeiro. Tipografia Lino de Almeida. 1876-1877. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

*Revista Semana Ilustrada*. Rio de Janeiro. Tipografia de Pinheiro e Cia. 1861-1875. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

## 2- Manuscritos

Arrendamento de terras feito por Antônio Termacsics. Archive National Hungarian. N. 175, box 916, April 1822.

Arrendamento de terras feito por Antônio Termacsics. Archive National Hungarian. N. 93, box 927, martii 1824.

Certidão de óbito Amália Luiza Termacsics n.323. Arquivo Histórico Santa Casa de Misericórdia. Rio de Janeiro. 1868.

Certidão de óbito n.1223 - Anna Rosa Termacsics dos Santos. Arquivo Histórico Santa Casa de Misericórdia. Rio de Janeiro. 1886.

Entrada de Antônio Termacsics na Polícia da Corte. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. 0E.COD.0.381, v.2/f.026B.

Entrada de Antônio Termacsics na Polícia da Corte. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. 0E.COD.0.423.v.6/200vB.

Ofícios, requerimentos, portarias, avisos, etc., enviados à Câmara Municipal por colégios particulares (1856-1859) relacionado à Instrução Pública AGCRJ, 12.3.38

## Bibliografia:

ABREU, Maria Zina Gonçalves de. *A Reforma da Igreja em Inglaterra: acção feminina, protestantismo e democratização política e dos sexos*. Coimbra: Ministério da Ciência e do Ensino Superior. 2003.

\_\_\_\_\_. Luta das mulheres pelo direito de voto. Movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Arquipélago História, *Revista da Universidade dos Açores*, Ponto Delgada, segunda série, v. VI, 2002, p. 443-469.

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

ARAGÃO, Solange de. *Ensaio sobre a casa brasileira no século XIX*. [livro eletrônico] São Paulo: Blucher, 2017.

ARAÚJO, Maria da Conceição P. *Tramas femininas na imprensa do século XIX: Tessituras de Ignêz Sabino e Délia*. Tese (Doutorado em Letras), Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

AREND, Silva Fávero. Trabalho, Escola e Lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs) *Nova História das Mulheres no Brasil*, 1º edição, São Paulo: Contexto, 2016.

BARBOSA. Everton Vieira. O ar francês pela corte: percepções culturais na imprensa feminina ao longo da segunda metade do século XIX. *Anais II Encontro de pós-graduando da SEO*. Juiz de Fora: 2017

\_\_\_\_\_. *Páginas de sociabilidade feminina: sensibilidade musical no Rio de Janeiro oitocentista*. Dissertação (Mestrado em Letras). UNESP Assis, 2016.

BARBOSA, Silvana Mota. “Panfletos vendidos como canela”: anotações em torno do debate político nos anos 1860. In: CARVALHO, José Murilo (Org) *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 152-183.

BASSANEZI, M.S.C.B. Família e imigração internacional no Brasil Passado. *Revista Estudos de História*. São Paulo: UNESP, v.6, n.2. 1999.

BEAUVOIR Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BERNARDES, Maria Thereza Cayubi C. *Mulheres de ontem? Rio de Janeiro – Século XIX*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1998.

BESTER, Gisela Maria. A luta sufrágica feminina e a conquista do voto pelas mulheres brasileiras: aspectos históricos de uma caminhada. *Argumenta Journal Law*, n.24, jul./dez 2016, p.327-343.

\_\_\_\_\_. Aspectos históricos da luta sufrágica feminina no Brasil. *Revista de Ciências Humanas*, UFSC, Florianópolis, v. 15, n. 21, p. 11-22, 1997.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

BIROLI, Flávia. *Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

\_\_\_\_\_. Uma mulher foi deposta: Sexismo, misoginia e violência política. In: *O Golpe na Perspectiva de Gênero*. (orgs) RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda. Salvador: Edufba, 2018.

BRITO, Maria Letícia Juliano D. A representação das minorias: análise do debate desenvolvido por Francisco Belisário Soares de Sousa e José de Alencar. *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*. Macapá, v.09, n.02, jul/dez. 2016, p.09-22.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: Marieta de Moraes Ferreira; Janaína Amado (orgs). *Usos e Abusos da História*, 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 20016.

BUITONI, Dulcília Schoroeder. *Mulher de papel*. Rio de Janeiro: Loyola, 1981.

\_\_\_\_\_. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1986.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CAMPOS, Y.S. de Sousa. Gênero e educação no século XIX: O ofício da mulher em foco nas fontes históricas. *Revista do Núcleo Câmara Cascudo de Estudos Norte- Rio-Grandense/UFRN* n.1, fev.2010.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Teatro das Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. *Caderno Pagu*, Campinas, n.4, 1995.

\_\_\_\_\_. *O homem de letras. O homem do Iluminismo*. Lisboa: Presença, 1997.

CARULA, Karoline. A imprensa feminina no Rio de Janeiro nas décadas finais do século XIX. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 24, n.1, jan-abril. 2016.

COELHO, H. S. O descobrimento da Alemanha por Madame de Stael e a proposta de regeneração do espírito francês. *Cogitationes*, v. 1, p. 2, 2010.

COLLING, Ana Maria. Precursor do voto feminino no ocidente é um brasileiro: Domingos Borges de Barros nas Cortes Gerais portuguesas em 1822. In: *XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH*: Natal, Rio Grande do Norte, 2013.

CONRAD, R. Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília: INL, 1975.

COSTA, Patrícia Rodrigues. George Sand no Brasil. *Belas Infieis*, v.4, n.1, 2015, p.257-288.

CRENSHAW, Kimblé. (2002), “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. *Estudos Feministas*, 10 (1): 171-188.

DARTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DAVIS, Ângela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE LUCA, Tania Regina. História dos nós e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2014.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina. *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 39-53. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

DOLHNIKOFF, Miriam. Representação política no Império. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH*. São Paulo, julho/2011.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. *Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: a presença feminina na Guerra do Paraguai*. Mato Grosso do Sul: Editora UFMS, 2005.

DUARTE, Constância L. Arquivos de Mulheres e mulheres anarquistas: histórias de uma história mal contada. Niterói: *Revista Gênero*, v.09, n.02, 2009, p.11-17.

\_\_\_\_\_. *Imprensa feminina e feminista no Brasil século XIX*. 1. ed. dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

\_\_\_\_\_. *Nísia Floresta, vida e obra*. Natal: UFRN, 1995.

ESTEVEES, Marta Abreu. *Meninas perdidas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FERRARO, Alceu Ravanello. Educação, classe, gênero e voto no Brasil imperial. Lei Saraiva – 1881. *Educar em Revista*. Curitiba, n.50, p.181-206. Editora UFPR. Out-dez, 2013.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Myrtes Gomes de Campos (1975 -?): pioneirismo na luta pelo exercício da advocacia e defesa da emancipação feminina. *Revista Gênero*. Niterói, v.9, n.2, 2009, p.135-151.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. A história do livro e da leitura: novas abordagens. *Revista Floema*, ano III, n.05. 2009, p. 97-111.

\_\_\_\_\_. As leitoras no Rio de Janeiro do século XIX: a difusão da literatura. *Gênero - Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (NUTEG)*, Niterói, v. 5, n. 2, p. 91-97, dez. 2005.

\_\_\_\_\_. Bibliotecas femininas em leilão: leituras no Rio de Janeiro no final do século XIX. (Syn) *Thesis*, Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p. 71-74, 1997.

\_\_\_\_\_. Os livros na imprensa: resenhas e a divulgação do conhecimento no Brasil na segunda metade do século XIX. In: CARVALHO, José Murilo (Org) *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

FLORESTA, Nísia. *Direito das Mulheres e injustiças dos homens*. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. *Opúsculo Humanitário*. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

FRACCARO, Gláucia. *Os direitos das mulheres: organização social e legislação trabalhista no entre guerras brasileiro (1917-1937)*. Tese (Doutorado em História). Campinas: Unicamp, 2016.

FREIRE, Vanda L.B.; PORTELA, Ângela C.H. Mulheres pianistas e compositoras, em salões e teatros do Rio de Janeiro (1870-1930). *Cuadernos de MÚSICA, ARTES VISUALES Y ARTES ESCÉNICAS*. V. 5, n.2, Colômbia, dezembro de 2010, p.61-78.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Brasileira, 1965.

GODOI, Rodrigo Camargo. *Um editor no império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. Tese (Doutorado em História), Campinas, Universidade de Campinas, 2014.

GOMES, Gisele Ambrósio. *Entre público e o privado: a construção do feminino no Brasil dos oitocentos, 1827-1846*. Dissertação (Mestrado em História), Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GROSSI, Miriam Pillar. *Masculinidades: uma revisão teórica. Antropologia em primeira mão*. n.1, Florianópolis: UFSC, 1995 p.1-37.

HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850-1937)*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs) *Nova História das Mulheres no Brasil*, 1º edição, São Paulo: Contexto, 2016.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v.26, n.1, junho de 2014, p.61-73.

HOBBSBAWN, Eric. *A era dos extremos. O breve século XX\_1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volumes 2 e 4; 2º edição. São Paulo: Difel, 1978

FACINA, Adriana. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

KARAWEJCZYK, Mônica. *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932)*. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013.

\_\_\_\_\_. Mulheres, Modernidade e Sufrágio: uma aproximação possível. *Revista de História e Estudos Culturais*. V.04, n.04, out-nov.2007.

\_\_\_\_\_. O voto feminino no Congresso Constituinte de 1891: Primeiros Trâmites Legais. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH*, São Paulo, julho 2011.

\_\_\_\_\_. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo "pátrio" de Leoninda Figueiredo Daltro. *Revista de estudos Ibero Americanos*, PUCRS, v.40, n.1, jan-jun 2014, p.64-84.

\_\_\_\_\_. Urnas e saias. Uma mistura possível. A participação feminina no pleito eleitoral de 1933, na ótica do Jornal Correio do Povo. *Revista Topoi*, v.11, n.21, jul-dez. p.204-221, 2010.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. História das Mulheres. *Revista USP*, São Paulo, v.23, p.98. 1994.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. Usos da biografia. In: Marieta de Moraes Ferreira; Janaína Amando (orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LIMA, Joelma Varão. "Jornal das Senhoras": As mulheres e a urbanização na corte. *Cadernos Ceruv*. 21, n. 2, USP, São Paulo: 2010.

LINO, Sônia Cristina da Fonseca Machado. *As ideias feministas no Brasil (1918-1932)*. Dissertação (Mestrado em História), Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1986.

LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira. *Origens da Educação Pública: a instrução na Revolução Burguesa do Século XVIII*. São Paulo: Loyola, 1981.

MAIA, Claudia de Jesus. A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral – Minas Gerais (1890-1948). Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília. Brasília, 2007

MAIA, Ludmila de Souza. *Viajantes de saias: gênero, literatura e viagem em Adèle Toussaint-Samson e Nísia Floresta (Europa e Brasil, século XIX)*. Tese (Doutorado em História), Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2016.

\_\_\_\_\_. Viajantes de saias: escritoras e ideias antiescravistas numa perspectiva transnacional (Brasil, século XIX). *REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA (ONLINE)*, v. 34, p. 61-81, 2014.

MARQUES, Ana Maria. Feminismos e gênero: uma abordagem histórica. *Revista Trilhas da História*. Três Lagoas, v.4, nº8 jan-jun, 2015.p.06-19.

MATTOS, Ilmar. *O tempo Saquarema*. São Paulo/Brasília: Editora Hucitec/INL, 1987.

MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Débora. *Mulheres e Poder: histórias, ideias e indicadores*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MILL, John Stuart. *A Sujeição das Mulheres*. São Paulo: Editora Escala. 2006.

\_\_\_\_\_. *Da liberdade*. São Paulo: IBRASA. 1963.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: Martins, Ana Luiza; Luca, Tania Regina De. (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. 1ed.São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 23-44.

MORIN, Tânia Machado. *Práticas e representações das mulheres na Revolução Francesa (1789-1795)*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *Cadernos Pagu*, n.24, jan./jun., 2014, p.201-248.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres do século XIX. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, SC, CFH/CCE/UFSC, v.11, p.225-233, 2003.

NEVES, Edson Alvisi. *Magistrados e Negociantes na corte do Império do Brasil (1850-1875)*. Tese (Doutorado em História). Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2007.

NEVES, Lúcia M. Bastos P.. Impressores e Livreiros: Brasil, Portugal e França, idéias, cultura e poder nos primeiros anos do oitocentos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 451, p. 231-256, 2011.

OLIVEIRA, Cecília Helena F. de Sales. Na Querela dos Folhetos: o anonimato dos autores e a supressão de questões sociais. *Revista de História*, São Paulo, n.116, p. 55-65, 1984.

OLIVEIRA, Karine da Rocha, *Josephina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do Jornal A Família*. Programa Nacional de Apoio à pesquisa – Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

PASSOS, Carla Christina. *A primeira geração do feminismo: um diálogo crítico com o pensamento liberal*. In: FAZENDO GÊNERO 9: Diásporas, diversidades, deslocamentos. Florianópolis, Santa Catarina, 2010.

PERROT, Michelle. “*As filhas de Karl Marx: cartas inéditas*”. As mulheres ou o silêncio da História. Bauru: EDUSC, 2005, pp.45-88.

\_\_\_\_\_. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto. 2008.

\_\_\_\_\_. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. 4ª. Edição. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1970.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. *Revista Estudos Feministas*, abr. 2009, vol.17, no.1, p.159-189.

PLATÃO. *República*. Rio de Janeiro: Editora Best Seller. 2002.

POPINIGIS, Fabiane. “Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras”: experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro mercado público de desterro – 1840-1890. *AFRO-ASIA*, v. 46, p. 193-226, 2012.

PRADO, Maria Lígia; FRANCO, Stella Scatena. Participação feminina no debate público brasileiro. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs) *Nova História das Mulheres no Brasil*, 1º edição, São Paulo: Contexto, 2016.

- RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: Silva, Zélia Lopes (orgs.). *Cultura Histórica em debate*. São Paulo: UNESP, 1995.
- \_\_\_\_\_. A "mulher cordial": feminismo e subjetividade. *Verve*, n.06: p. 278-296, 2004.
- \_\_\_\_\_. Descobrimo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, p.89-98, nov. 1998.
- \_\_\_\_\_. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- \_\_\_\_\_. Epistemologia feminista, gênero e história. In: Pedro, Joana; Grossi, Mirian (orgs.) *Masculino, feminino, Plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.
- \_\_\_\_\_. Feminismo e Subjetividade em Tempos Pós-Modernos. In: Lima, Cláudia Costa. *Poéticas e Políticas feministas*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2004.
- \_\_\_\_\_. Feminizar é preciso. Por uma cultura filógina. *Revista do SEADE*, São Paulo, 2002.
- \_\_\_\_\_. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 7(1-2): 67-82, out. 1985.
- \_\_\_\_\_. *Os prazeres da noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1991.
- RAVAGNANI, Janaina. *Madame de Stael e o Romantismo: Projeto de tradução*. Dissertação (Mestrado em Letras. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2013.
- REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Rio de Janeiro: Presença, 1988.
- RIBEIRO, Filipe Nicoletti. *Império das incertezas: políticas e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889)*. Dissertação (Mestrado em História), São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.
- ROUSSEAU, J.J. *Emílio ou Da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- \_\_\_\_\_. *O contrato social*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- SANTOS, Rinaldo Cavalcanti dos. *A Marmota na Corte: recreação e vereda literária no cenário cultural do século XIX (1849-1852)*. Dissertação (Mestrado em Letras), Assis: UNESP, 2009.
- SARMIENTO, D.F. *Facundo: Civilización e barbárie no pampa argentino*. Traduzido de Aldyr Garcia Schlee. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.
- SBRAVATI, Daniela Fernanda. *Senhoras de incerta condição: proprietárias de escravos em Desterro na segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Santa Catarina: UFSC, 2008.

SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. 1ª edição – São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHLOCHAUER, Regina Beatriz Quariguasy. *A presença do piano na vida carioca do século passado*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e artes), São Paulo, Universidade de São Paulo, 1992.

SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência*. Discursos oculto. Letra Livre. Lisboa, 2013.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n. 02, jul./dez. 1995, pp.71-99.

\_\_\_\_\_. O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v.13, n.01, jan-abril, 2005, p.11-30.

SILVA, Lyana Maria Martins da. *Reforma Gorada: a Lei do Terço e a representação das minorias nas eleições de 1876 em Pernambuco*. Dissertação (Mestrado em História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

SILVA, Marinete dos Santos. Gênero, cidadania e participação política: as aventuras e desventuras de uma “cocotte” no movimento abolicionista. *Revista Caderno Espaço Feminino* | v. 21 | n. 1 | Jan./Jul. 2009.

SILVA, Raquel Barroso. *Ecos Fluminenses: França Júnior e sua produção letrada no Rio de Janeiro (1863-1890)*. Dissertação (Mestrado em História), Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.27, n.54, p.281-300, 2007.

\_\_\_\_\_. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs) *Nova História das Mulheres no Brasil*, 1ª edição, São Paulo: Contexto, 2016.

\_\_\_\_\_. *Condição Feminina e formas de violência*. Mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1989.

\_\_\_\_\_. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs) *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, p. 295.

\_\_\_\_\_. História das Mulheres, Gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma. *Gênero e Ciências humanas: desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997, pp.95-114.

\_\_\_\_\_. Nísia Floresta e mulheres de letras do Rio Grande do Norte: pioneiras na luta por cidadania. *Estudos Feministas*, Florianópolis, SC, v.13, n.1, p. 179-199, jan. /abr.2005.

\_\_\_\_\_. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

STOWE, Harriet B. *A Cabana do Pai Tomás*. São Paulo: Clube do Livro, 1969.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. “*Senhoras do seu destino*”: Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Alvares de Azevedo – projetos de emancipação feminista na imprensa brasileira (1873-1894). Dissertação (Mestrado em História), São Paulo, Universidade de São Paulo, 2013.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A educação doméstica no Brasil de Oitocentos. *Revista Educação em Questão*. V.28, n.14. Natal. 2007, p.24-41.

VASQUEZ, Maria Laura Osta. *Na fronteira do voto*: discursos sobre a cidadania e moral no debate do sufrágio das mulheres no Brasil e no Uruguai durante a primeira metade do século XX. Tese (Doutorado em História), Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

VERONA, Elisa Maria. *Da feminilidade oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História), São Paulo: UNESP, 2007.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos Direitos da Mulher*. São Paulo: Boitempo, 2016.

## ANEXOS

### ANEXO I: Logradouros de Anna Rosa Termacsics dos Santos (1850-1886)

<b>Ano</b>		<b>Endereço</b>	<b>Página no Laemmert</b>
<b>1850</b>	D. Nina Rosa Termacsics de Santo	Rua da Prainha, 50.	Página 305
<b>1851</b>	D. Nina Rosa Termacsics de Santo	Rua da Prainha, 50.	Página 308
<b>1852</b>	D. Nina Rosa Termacsics de Santo	Rua d'Alfandega, 118, 1º andar.	Página 371
<b>1853</b>	D. Nina Rosa Termacsics de Santo	Rua da Prainha, 50.	Página 382
<b>1857</b>	D. Anna R. Termacsies de Santo	Rua dos Inválidos, 57.	Página 479
<b>1859</b>	D. Anna Rosa dos Santos	Rua dos Inválidos, 57.	Página 519
<b>1860</b>	D. Anna Rosa dos Santos	Rua dos Inválidos, 57.	Página 529
<b>1862</b>	D. Anna Termacsies de Zantho	R. da Prainha, 48, 1º andar.	Página 479
<b>1863</b>	D. Anna Termacsies de Zantho	R. da Misericórdia, 40, 2º andar.	Página 482
<b>1864</b>	D. Anna Termacsie de Zantho	R. das Flores, 48.	Página 496
<b>1865</b>	D. Anna Rosa Termacsies de Santo	R. de Luiz de Vasconcelos ΛA.	Página 480
<b>1866</b>	D. Anna Rosa Termacsies de Santo	R. Luiz de Vasconcelos ΛA/sobrado.	Página 462
<b>1867</b>	D. Anna Rosa Termacsies de Santo	R. de Luiz de Vasconcellos ΛA.	Página 462
<b>1868</b>	D. Anna Rosa Termacsies de Santo	R. Sete Setembro, 223, 1º andar.	Página 480
<b>1869</b>	D. Anna Rosa Termacsies de Santo	R. Sete Setembro, 223, 1º andar.	Página 502
<b>1870</b>	D. Anna Rosa Termacsies de Santo	R. do Lavradio, 15, sobrado.	Página 487
<b>1871</b>	D. Anna Rosa Termacsies de Santo	R. do Lavradio, 15, sobrado.	Página 474)
<b>1872</b>	D. Anna Rosa Termacsies de Santo	R. do Lavradio, 15, sobrado.	Página 507
<b>1873</b>	D. Ana Rosa Termaksi de Santo	R. do Lavradio, 15, sobrado.	Página 541

<b>1874</b>	D. Anna Rosa Termaksic de Santo	R. do Lavradio, 15, sobrado.	Página 595
<b>1875</b>	D. Anna Rosa Termacsies de Santo	R. do Conde d'Eu, 166, sobrado.	Página 654
<b>1876</b>	D. Anna Rosa Termacsies de Santo	R. do Lavradio, 15, sobrado.	Página 704
<b>1877</b>	D. Anna Rosa Termacsies de Santo	R. do Conde d'Eu, 75.	Página 721
<b>1878</b>	D. Anna Rosa Termacsies de Santo	R. do Lavradio, 15, sobrado.	Página 656
<b>1879</b>	D. Anna Rosa Termacsis de Santo	R. do Riachuelo, 346.	Página 676
<b>1880</b>	D. Anna Rosa Termacsis de Santo	R. do Lavradio, 15, sobrado.	Página 712
<b>1881</b>	D. Anna Rosa Termacsis de Santo	R. do Lavradio, 15, sobrado.	Página 732
<b>1882</b>	D. Anna Rosa Termacsis de Santo	R. do Monte Alegre, 3, Santa-Thereza.	Página 584
<b>1883</b>	D. Anna Rosa Termacsis de Santo	R. do Lavradio, 15, sobrado.	Página 774
<b>1884</b>	D. Anna Rosa Termacsis de Santo	R. do Lavradio, 15, sobrado.	Página 841
<b>1885</b>	D. Anna Rosa Termacsis de Santo	R. do Lavradio, 15, sobrado.	Página 820
<b>1886</b>	D. Anna Rosa Termacsis de Santo	R. do Lavradio, 15, sobrado.	Página 927

## **Anexo II: Resoluções escritas por Olympe de Gouges em 1791 na França**

Artigo primeiro- A Mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos. As distinções sociais só podem ser fundamentadas no interesse comum.

Artigo segundo - O objetivo de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis da Mulher e do Homem. Estes direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança, e, sobretudo, a resistência à opressão.

Artigo terceiro- O princípio de toda soberania reside essencialmente na Nação, que nada mais é que a reunião da mulher e do homem: nenhum corpo, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que não emane expressamente deles.

Artigo quarto- A liberdade e a justiça consistem em restituir tudo que pertence a outrem. Sendo assim, o exercício dos direitos naturais da mulher não tem outros limites senão a perpétua tirania que o homem lhe impõe; estes limites devem ser reformados pelas leis da natureza e da razão.

Artigo quinto- As leis da natureza e da razão proíbem todas as ações nocivas à sociedade; tudo que não é defendido por tais leis, sábias e divinas, não pode ser impedido, e ninguém pode ser constrangido a fazer aquilo que elas não ordenam.

Artigo sexto - A lei deve ser a expressão da vontade geral; todas as cidadãs e cidadãos devem colaborar pessoalmente ou por seus representantes, para a sua formação; ela deve ser igual para todos: todas as cidadãs e todos os cidadãos, sendo iguais frente a ela, devem ser igualmente admitidos a todas as dignidades, postos e empregos públicos, de acordo com sua capacidade, e sem qualquer distinção a não ser por suas virtudes e seus talentos.

Artigo sétimo- Nenhuma mulher pode ser exceção; ela é acusada, presa e detida nos casos estabelecidos pela lei: as mulheres obedecem, assim como os homens, a esta lei rigorosa.

Artigo oitavo - A lei só deve estabelecer penas estrita e evidentemente necessárias, e ninguém pode ser punido senão em virtude de uma lei estabelecida e promulgada anteriormente ao delito e legalmente aplicada às mulheres.

Artigo nono - Com toda mulher declarada culpada, deve ser exercido todo rigor da lei.

Artigo décimo - Ninguém deve ser molestado por suas opiniões, mesmo que sejam de princípio; a mulher tem o direito de subir ao cadafalso; mas ela deve igualmente ter o direito de

subir à tribuna, contanto que suas manifestações não perturbem a ordem pública estabelecida pela lei.

Artigo décimo primeiro - A livre comunicação dos pensamentos e das opiniões constitui um dos direitos mais preciosos da mulher, dado que esta liberdade garante a legitimidade dos pais em relação aos filhos. Toda cidadã pode, portanto, dizer livremente: “eu sou a mãe de um filho que lhe pertence”, sem que um preconceito bárbaro a force a esconder a verdade; sob pena de responder pelo abuso dessa liberdade nos casos estabelecidos pela lei.

Artigo décimo segundo - A garantia dos direitos da mulher e da cidadã necessita de uma utilidade maior; tal garantia deve ser instituída para vantagem de todos, e não para a utilidade particular daqueles a quem ela foi confiada.

Artigo décimo terceiro - Para a manutenção da força pública, e para os gastos administrativos, as contribuições da mulher e do homem devem ser iguais; ela participa de todos os trabalhos ingratos, de todas as tarefas pesadas; ela deve, por conseguinte, ter a mesma participação da distribuição dos postos, dos empregos, dos cargos, das dignidades e da indústria.

Artigo décimo quarto - As cidadãs e os cidadãos têm o direito de verificar por eles mesmos ou por seus representantes a necessidade da contribuição pública. As cidadãs só podem aderir a ela através de uma partilha igual, não apenas nos bens, mas também na administração pública, determinando a quota, o tributável, a cobrança e a duração do imposto.

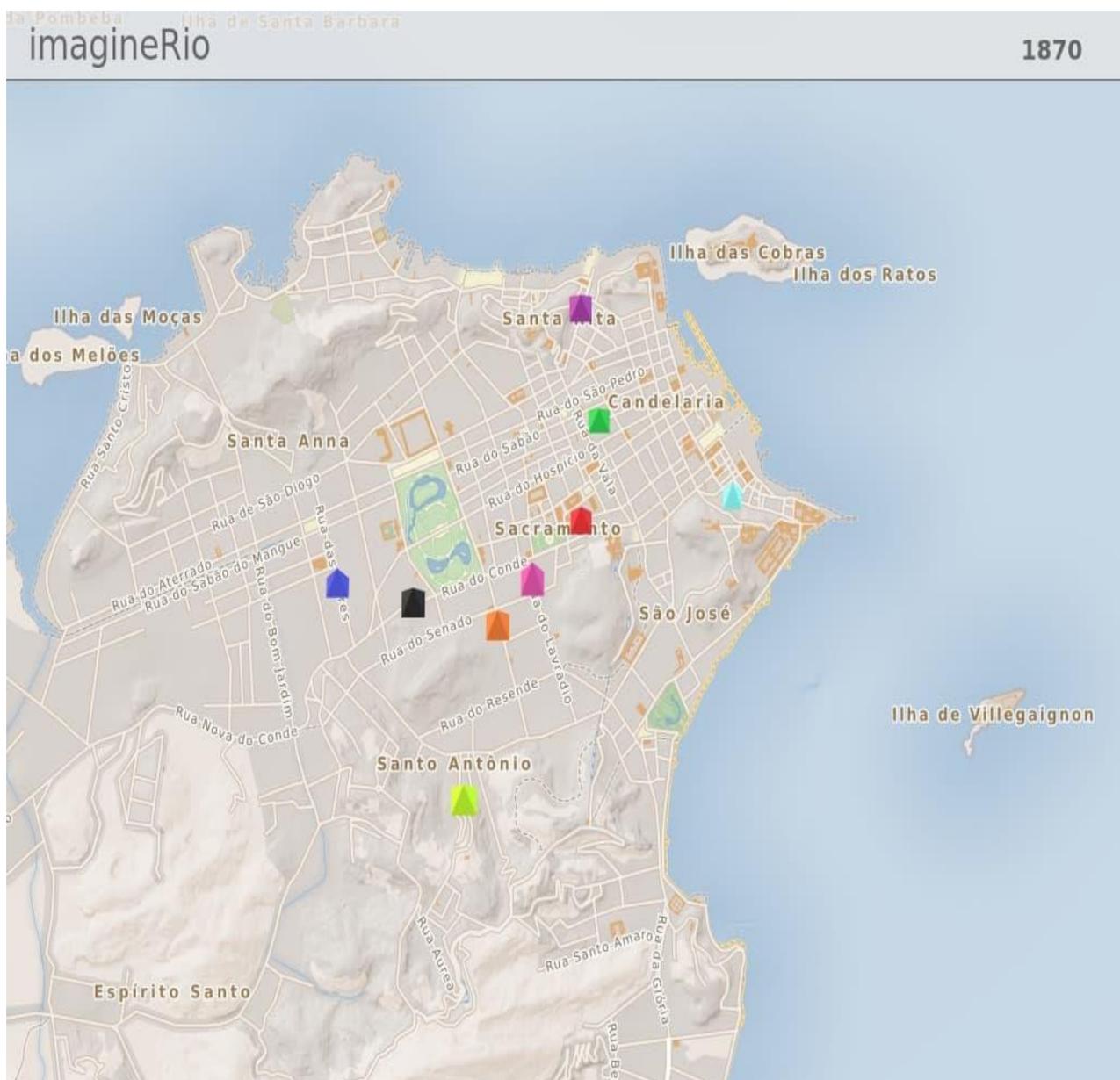
Artigo décimo quinto - O conjunto das mulheres, igualadas aos homens na contribuição, tem o direito de pedir contas de sua administração a qualquer agente público.

Artigo décimo sexto - Toda sociedade em que a garantia dos direitos não é assegurada, nem é determinada a separação dos poderes, não tem Constituição; a Constituição é nula se a maioria dos indivíduos que compõem a nação não contribuiu para a sua redação.

Artigo décimo sétimo - As propriedades pertencem em conjunto ou separadamente a todos os sexos; para cada um, elas constituem um direito, enquanto a necessidade pública, legalmente constatada, evidentemente não o exigir, sob a condição de uma justa e prévia indenização.

**Fonte: Tradução de Selvino Assmann, publicada na *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis*, Florianópolis, v. 4., n. 1, jan./jun. 2007.**

**ANEXO III: Mapa do Rio de Janeiro no ano de 1870 e os respectivos logradouros de  
Anna Rosa Termacsics dos Santos**



Fonte: <https://imagnerio.org> Acessado em 17 dezembro 2018.

**ANEXO IV: Autores (as) e personagens citados no correr da obra *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar.***

Nº	NOME	PAÍS	PROFISSÃO
01	Jean Jacques Rousseau (1712-1778)	Genebra/ Suíça	Filósofo, teórico, político
02	Platão (428-347 a.C)	Grécia Antiga	Filósofo e matemático
03	Marquês de Condorcet (1743-1794)	França	Filósofo e matemático
04	John Stuart Mill (1806-1873)	Inglaterra	Filósofo e economista
05	Demóstenes (384-322 a.C)	Grécia Antiga	Orador e político
06	Madame de Stael (1766-1817)	França	Romancista e ensaísta
07	Nísia Floresta (1810- 1885)	Brasil	Escritora
08	Isabel Ulrich (-)	Inglaterra	Escritora
09	Cícero (106-43 a.C.)	Roma Antiga	Advogado, Político, escritor e filósofo
10	Aristóteles (384-322 a.C)	Grécia Antiga	Filósofo
11	Lorde Byron (1788-1824)	Inglaterra	Poeta e escritor
12	Friedrich Schiller (1759-1805)	Alemanha	Poeta, filósofo e historiador
13	George Sand (1804-1876)	França	Escritora
14	Elizabeth Barret Browning (1806-1861)	Inglaterra	Poetiza
15	Harriet B. Stowe (1811-1896)	Estados Unidos	Escritora e abolicionista
16	Hiesha (século X)	Oriente (mouros)	Poetisa e matemática
17	Lucrecia Bórgia (1480-1519)	Itália	Duqueza e escritora
18	Vitória Collona (1490-1547)	Itália	Poetisa
19	Elena Lucrezia Cornaro Piscopia (1646-1684)	Itália	Filósofa
20	Maria Agoria (-)	Itália	Matemática
21	John Locke (1632-1794)	Inglaterra	Filósofo
22	Maria Mitchell (1818-1889)	Estados Unidos	Astrônoma
23	John Milton (1608-1674)	Inglaterra	Poeta, polemista e funcionário público
24	Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832)	Alemanha	Escritor e estadista
25	Samuel Taylor Coleridge (1772-1834)	Inglaterra	Poeta, crítico e ensaísta

26	Talleyrand (1754-1838)	França	Bispo e diplomata
27	Alex de Tocqueville (1805-1859)	França	Pensador político, historiador e escritor
28	Willian Godwin (1756-1836)	Inglaterra	Jornalista, filósofo, político, novelista e democrata europeu
29	Jeremy Benthan (1748-1832)	Inglaterra	Filósofo, jurista e democrata europeu
30	Voltaire (1694-1778)	França	Escritor, filósofo iluminista e ensaísta
31	Rael Varnhagen (1771-1833)	Alemanha	Escritora
32	Montesquieu (1689-1755)	França	Escritor, político e filósofo
33	Jean Paul (1763-1825)	Alemanha	Escritor
34	Napoleão Bonaparte (1769-1821)	França	Monarca e líder político militar
35	Carlos Magno (742-814)	Roma Antiga	Monarca
36	Victória (1819-1901)	Reino Unido	Monarca
37	Elizabeth I (1553-1603)	Inglaterra	Monarca
38	Catarina II (1729-1796)	Rússia	Monarca
39	Isabel (1451-1504)	Espanha	Monarca
40	Maria Theresa (1717-1780)	Hungria	Monarca
41	Martim Lutero (1483-1546)	Itália/ Sacro Império Romano	Monge e teólogo
42	Cristina (1626-1689)	Suécia	Monarca
43	Blache (1319-1375)	França	Rainha consorte, esposa de Luis VIII
44	Joana D'Albret (1528-1572)	França	Monarca
45	Jeanne de Montfort	França	Esposa do conde de Montfort
46	Madame de Pompadour (1721-1764)	França	Cortesã e amante do rei Luís XV
47	Madame Maintenon (1635-1719)	França	Amante do rei Luís XIV
48	Duqueza de Wurtemberg (-)	Alemanha	Nobre
49	Iris e Minerva	Grécia e Egito	Deusas
50	Joana Grey (1536-1554)	Inglaterra	Monarca
51	Ganganelli (1705-1774)	Itália	Papa de 1769 até sua morte
52	Pedro de Ribeiro	Portugal	Escritor
53	Senhora Smith (-)	Estados Unidos	Professora
54	Kiss Betsei Miller	Escócia	Comandante de brigues
55	Margarida D'Anjou (1430-1482)	Inglaterra	Monarca consorte

56	Bess ou Isabel I(1533-1603)	Inglaterra	Monarca
57	Derby (1443-1509)	Inglaterra	Mãe do rei Henrique VII
58	Flora Macnold (1772-1790)	Escócia	Heroína escocesa
59	Madame Roland (1754-1793)	França	Membra do partido girondino
60	Louise de Sabóia	França	Mãe do monarca Francisco I
61	Margarida	Áustria	Madrinha do monarca Carlos V
62	Montespan (1640-1707)	França	Amante de Luis XIV
63	Jenny Lind (1820-1887)	Suécia	Cantora
64	Tamberlick (1820-1889)	Itália	Cantor de ópera
65	Manuelita	Argentina	Filha do político Juan Manuel Rosas
66	Juan Manuel de Rosas (1793-1877)	Argentina	Governador da argentina pelo partido federalista
67	Braun		Teóloga
68	Luís IX (1214-1270)	França	Rei da França
69	Henrique IV (1553-1610)	França	Rei da França
70	Carlos I (1600-1649)	Inglaterra	Rei da Inglaterra, Escócia e Irlanda
71	Carlos V (1500-1558)	Espanha	Rei da Espanha
72	Francisco I (1494-1547)	França	Rei da França
73	Silvério (século XIX)		Sujeito que Anna Rosa cita
74	Duquesa de Buckingham	Inglaterra	Esposa de John Sheffield, primeiro duque de Buckingham e literata inglesa
75	Henrique VIII (1491-1547)	Inglaterra	Rei da Inglaterra
76	Fernando II de Aragão e Castela (1452-1516)		Rei de Aragão e Castela
77	Suzana Drassowich	Hungria	Escritora
78	Papa Beneditino XIV (1675-1758)	Itália	Papa
79	Ferry	Itália	Conde
80	Hasiat		Escultora
81	Apolônia Jasiela		Revolucionária europeia
82	Mme. Pintoam	Estados Unidos	Advogada
83	Harriet Heent		Médica
84	Antônia Broun		Pregadora
85	Maxhouvel		Jornalista
86	Margarida Euler		Cientista

87	Elisabeth Ranet		Poetisa
88	Graça Danling		
89	Chomine		
90	Washington (1732-1799)	Estados Unidos	Primeiro presidente dos EUA
91	Benjamin Franklin (1706-1790)	Estados Unidos	Jornalista, Editor, Político, Abolicionista, Funcionário Público e um dos líderes da Revolução Americana
92	Maria Caetana (1798-1872)	Brasil	Esposa do líder da Farroupilha Bento Gonçalves
93	Willian Pitt (1759-1806)	Inglaterra	Primeiro ministro inglês
94	Jieijes	Inglaterra	Democrata europeu
95	Miss Pachington		Solteira e proprietária de um castelo
96	Ricardo I (1157-1199)	Inglaterra	Rei da Inglaterra
97	Margarida Dimoch	Inglaterra	
98	Condessa de Pemvock Dorset Montmourney		Condessa
99	Lady Raus		
100	Lady Berkeley (1576-1635)	Inglaterra	Cortesã e patrona das artes
101	Papa Clemente XIV (1705-1774)	Itália	Papa
102	Lorde Broug (1786-1869)	Inglaterra	Político
103	Mme. La Grange (1825-1905)	França	Cantora de ópera
104	Mme. La Plache		Atriz de teatro
105	Elisabeth Ferry	Itália	
106	Elisabeth Freiu	Inglaterra	Conselheira política
107	Lúcia Stou		
108	Alexandre I (1777-1825)	Rússia	Imperador da Rússia
109	Silva (século XIX)		Sujeito que vivencia a mesma época da autora
110	Ceres	Roma antiga	Deusa
111	Margarida de Parma (1522-1586)	Itália	Filha ilegítima de Carlos V, imperador do Sacro Império Romano Germânico
112	Catarina de Médici (1519-1589)	Itália	Rainha consorte da França

**ANEXO V: Certidão de óbito n.1223 - Anna Rosa Termacsics dos Santos – emitida pela Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.**

n. 1223

QUADRO 2º Rs. 0 \$ 000

O Sr. administrador do Cemiterio de S. Francisco Xavier  
mandará dar sepultura no Quadro mencionado, se com este lhe for  
apresentado o documento legal, ao cadaver de Donzella  
Nome S. Anna Rosa Termacsics de  
Santos  
Naturalidade Paraguay  
Estado Paraguay  
Idade 05 annos  
O qual tem de ser conduzido em vehiculo n. 7 em caixão n. 8  
de 03 folk  
Escriptorio dos Funeraes, 16 de Outubro de 1886

O Chefe de Turma,  
P. P. de Almeida

Foi sepultado no quadro 2º debaixo do n. 11330  
Cemiterio de S. Francisco Xavier em 10  
de Outubro de 1886

O ADMINISTRADOR,  
Antonio Pereira

EXPEDIENTE

ANEXO OF. N.º 190

Em 05 de 12 de 2017

N.º 2144 Tricopulmonar

Com a brevis e signada do Doutor em Medi-  
cina pela Faculdade de Lisboa de ge-  
neral de

ap. 231  
C

Attesto que a Sr.ª de Anna Augusto  
formada de Santos de 55 annos de  
idade, solteira, natural da Ban-  
gia e moradora á rua de Louren-  
do n.º 15 m.º 1.º, gadeo de conta  
a 12 horas da noite em consequen-  
cia de Tricopulmonar. Lisboa de ge-  
neral 10 de Outubro de 1886

J. Pedro Victor de Barros

Depoimento de  
Impugnação do 4.º Quartelão da Freguesia  
de Santos Anterior em 10 de Outubro 1886  
José Antonio Montenegro  
O Impugnador

EXPEDIENTE  
ANEXO OF. N.º 190  
EPI. 05/12/ de 2017

**Anexo VI: Transcrição do Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar**

**TRATADO SOBRE A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER E DIREITO DE VOTAR  
POR A.R.T.S  
RIO DE JANEIRO  
TIPOGRAFIA PAULA BRITO  
10 RUA DO SACRAMENTO, 10  
1868**

A mulher nasceu livre, a mulher geme em ferros.

I

Não queremos menosprezar outros métodos de defender a mulher, mas o direito de votar é, na minha opinião, a pedra angular da empresa desde que não só procuramos proteger a mulher, mas antes, pô-la em uma posição de se proteger ela mesma.

II

Que depois ela será censurada se não desaparecerem todas as bárbaras e desiguais leis que desmoralizam a nossa sociedade, a relação do matrimônio, a propriedade, a administração e o uso-fruto, e, entretanto, nós confessamos que para esperança dos proveitosos empregos na sociedade é um dos mais fortes estímulos à cultura intelectual.

III

É suficiente para nosso argumento: a justiça natural, a política e os axiomas da liberdade determinam que direitos e obrigações, tributos e representações, devem ser coexistentes e co-extensivos, logo, que a mulher como individual cidadã está exposta à punição por atos criminosos e a tributos para socorrer o governo, evidentemente, tem igual direito como o homem para votar, para o exercício destas leis e para a formação dos governos.

## IV

A justiça natural e a política concedem igualdade civil à mulher e, desta opinião, foram os grandes pensadores Platão, Mill e Condorcet. Associações voluntárias, tanto religiosas como seculares, foram organizadas nesta base, com argumentos repetidos que nenhuma comunidade ou nação existiria que a mulher não ficasse em estado de inferioridade na política, mas, nós respondemos a nossos antagonistas que isso mesmo se citava contra os servos, contra a liberdade da indústria, contra a liberdade da imprensa, a liberdade da consciência; todas estas liberdades se achavam incompatíveis com um estado bem organizado. Até se tem dado a possibilidade de fato, o que não é difícil compreender, porque era costume geral a escravidão da mulher quando citamos a época que a força era direito.

## V

Longe de negar a dominante influência social e civil da mulher nós somos convencidos de sua vasta extensão. Concordamos com Demóstenes, que ordens e medidas que um homem de Estado medita um ano inteiro podem ser derrubadas em um dia por uma mulher. Por esta razão, proclamamos a conveniência de dotá-la com plenos direitos civis, só depois que ela exercer sua poderosa influência debaixo de um justo senso da sua obrigação e responsabilidade.

A história de todas as idades é testemunha que a única segurança para a nação está aberta à responsabilidade, onde existe um observado poder.

## VI

Nós devemos desaprovar que uma parte da espécie humana decida de outra parte da mesma espécie, ou, que um individual decida de outro individual que não é sua esfera própria. Que a própria esfera de cada ente humano é a mais larga e a mais alta que pode alcançar, e isso não pode ser acertado sem completa liberdade de escolha.

A mulher deve escolher a esfera que ela quer encher, a educação que quer procurar, e que emprego quer seguir, não ser obrigada a aceitar com submissão, os direitos, a educação e a esfera que o homem pensa próprio para conceder a ela.

## VII

Nós temos estas verdades evidentes, que todos os homens são criados iguais, que eles são dotados por seu Criador com certos inalienáveis direitos, que são entre eles a vida, a

liberdade e a perseguição da felicidade. Governos têm sido estabelecido para assegurarem esses direitos entre os homens, que deduzem seu justo poder do consentimento dos governados. Nós chamamos o homem ignorante e ousado, que nega que esta expressão – homens – não encerra todo o gênero humano e que, a liberdade, a vida, a procura da fé e a felicidade são os direitos inalienáveis somente da metade da espécie humana.

### VIII

Nós não achamos peso neste argumento, que é necessário excluir as mulheres da vida civil porque cuidados domésticos e obrigações políticas são incompatíveis, desde que nós não vemos o fato no caso do homem. Nem mulher, nem homem precisam de uma lei que os exclua de uma ocupação quando tenham empreendido outra incompatível com ela.

### IX

Que é absurdo negar a todas as mulheres direitos civis porque os cuidados da casa e família consomem todo o seu tempo, de algumas, mas não o de todas, era como excluir todos os homens da Assembleia porque são alguns marinheiros, outros soldados em serviço ativo ou negociantes, cujo negócio requer toda a sua atenção e energia. A mulher nasceu livre, a mulher está em ferros, nesta época de hoje em que tudo respira a liberdade. É tempo de considerar este objeto e tratar de uma reforma que se poderia chamar a mais magnífica neste mundo. É tempo que o homem, neste século das luzes, quando gritar liberdade, compreenda a dignidade da mulher e a baixeza do abuso de forças. Fosse o primeiro protesto contra a injustiça que chocava tanto o caráter e o destino da metade do gênero humano, as leis têm também sido iníquas. Os governos principiaram pela força e tirania, principiou no feudalismo dos soldados, na bigoteria dos padres e as ideias da justiça e humanidade se faziam iguais a um arcano contra o organizado egoísmo da natureza humana, e, isso é o protesto contra o passado. Épocas de escuridão, as baixas classes de vários países da Europa pretenderam direitos civis e direito de votar e uma direta representação no governo. A classe ilustrada gritava: - Vós não sois aptos para isso e a resposta era: - Deixai-nos experimentar que a França e mais países na Europa não são esmagados debaixo de maus governos de milhares de anos – A resposta era: - Deixai-nos experimentar – aqueles que duvidavam do sucesso desta experiência. A mulher está na mesma circunstância. Vós censurais, diz ela, nossa fraca inteligência, lancem-nos o dado. Vós pretendeis dizer que eu embaraço a política, deixai-me experimentar. Abri vossas portas da

Assembleia e Academias, e dai as irmãs de Stael a mesma ocasião para a cultura do espírito que o homem tem: deixai o resultado provar quais são as suas capacidades e inteligências. Quando a mulher tiver gozado por mais séculos que vós, com adjutório de livros a disciplina da vida e o estímulo da glória. Será tempo de discutir sobre esta questão.

Como é a vossa inteligência assim é a da mulher, porque ela é igual ao homem, entretanto, se costuma dizer que espíritos fazem uma carreira. Não obstante, todos os obstáculos, mas, contudo, isso quem sabe quantos talentos tem sido assassinado por falta de meios que podiam ter alcançado a maior celebridade e glória. Seja como for esplêndido, o dote natural e a disciplina da vida completa todo o milagre. A habilidade de Napoleão o que era? Um gênio de esperança de ficar um Cezar. Abre o caminho à mulher, confunde-a com os grandes interesses e se, três séculos não produzem um Carlos Magno ou um Napoleão, depois confesso que há alguma diferença entre as inteligências dos sexos. Séculos somente podem por uma base neste argumento: homens medíocres são inclinados a disputar sobre a capacidade da mulher, mas é porque temem a sua superioridade. Platão, assim como outros filósofos, e como os maiores espíritos da França, Inglaterra e Alemanha, concordam sobre a inteligência igual dos dois sexos: só a educação faz a diferença. Diz-se que a mulher é deserdada da natureza, é destituída do espírito de invenção, e que nada tem produzido, que o homem é astrônomo, poeta, maquinista e descobridor de terras; mas, se ele recebesse a triste educação da mulher que só serve para pasto do despotismo do homem, quero saber que habilidades ele adquiriria e que havia de produzir na escravidão que agora produz na plena liberdade da escolha de sua esfera, com estímulo da celebridade e sua elevada educação. A mulher diz agora: - Eu nunca sondei os abismos da ciência porque ouvi sempre esta doutrina, que isso é inconveniente ao nosso sexo e que todos os conhecimentos do mundo são supérfluos a mulher: tem-se arredado todos os meios de cultura de espírito. Diz-se que a mulher nunca alcançou a eloquência de Demóstenes, mas nunca se esportou minha energia, mostrando-me uma coroa de glória, celebridade e a gratidão de ganhá-la. Dizei agora para diante, bem-vindo para nós, em nossa arena, deixai fatos e não teorias determinar minha esfera e minha capacidade: a mais vasta inteligência não pode prever as consequências de uma grande reforma social.

A mulher é um ente inteligente e porque não terá parte nos negócios públicos? O senso da justiça não dita que o ente que sofre debaixo das leis deve ter direito a formação delas, que essa criatura cuja indústria está sujeita a tributos deve ter uma voz de fixar o caráter e a quantia do tributo? O mal que algumas almas timoratas profetizam do caráter da mulher no exercício

dos seus direitos políticos não nos dá cuidado. Deixai a educação formar o racional e a existência moral da mulher, a natureza completará o resto.

É inegável que seja injustiça a mulher estar sujeita ao cárcere das prisões, aos tributos e negar-lhe a urna eleitoral.

A disputa sobre a capacidade da mulher, pode-se logo decidir, nós sabemos que o homem mais miserável como o mais dotado tem os mesmos direitos civis, conforme nossas teorias de instituição. Nunca se clamava que aos menos dotados se negava o direito civil. As maiores inteligências não podem chamar por adição de seus privilégios, como, também, a conduta mais libertina não as diminui. Mesmo no caso que, a mulher fosse inferior ao homem, não pode servir de argumento, porque é sempre um membro da sociedade, paga tributos e responde por si. Eu persevero neste argumento e princípio eterno que, tributos e representações devem ser extensivos, que cargos e direitos devem corresponder um ao outro. Nenhum princípio da liberdade tem sido enunciado que não compreenda que a mulher não é excluída dele. O estado nunca pôs a base do direito na distinção dos sexos, suposto que a mulher difere essencialmente em sua inteligência do homem. É esse um argumento de a escravizar, entretanto, que nossa civilização concede-lhe ter propriedades, ser a tutora de seus filhos, e impossibilitada de votar para proteger a si e seus filhos. Deliberemos a matéria sem egoísmo. Existe algum homem que renuncie a seu direito de votar e fie sua prosperidade dos outros? Suponhamos que uma classe de homens se oferecia para escolher vossa esfera e votar em vosso lugar, como acharias isso ridículo e atrevido? Eu não proponho de proteger a mulher, porque em cada estado bem governado, cada indivíduo deve ser dotado de não esperar proteção dos outros. Cita-se o argumento que a mulher é muito ocupada com cuidados domésticos para se meter em política, mas porque outras classes da sociedade que também se ocupam, como soldados em serviço, marinheiros, médicos, advogados, negociantes, não são proibidos de votar?

Só a mulher não tem mais tempo para nada, senão para a casa, quando todas as classes o tem para tomar parte na política, não se deve por isso negar o direito dos mais. A mulher tem tempo para bailes, visitas inúteis, correspondências amorosas, passar horas e horas no espelho, para tudo tem tempo, menos para tomar parte na política. – Deixai a mulher votar -, gritam, haverá muitas discórdias nas famílias porque filhas, pais e mães podem ser de outro partido, senão o princípio bom, porque nós não o aplicamos em uma ocasião mais importante. Diferenças na religião produzem mais discórdias que diferenças na política, mas, concede-se a mulher a escolha de religião, pois, a mulher é protestante e o homem católico, praticamente esta

liberdade na religião não tem produzido dificuldade. É provável que a liberdade na política há de fazer tão pouco, assim como a liberdade da imprensa, a liberdade da indústria. Nunca se tem arguido seus sucessos.

Só no momento que a mulher entrar na vida pública mostrará pela sua energia o que ela pode prestar. Neste momento, está resolvida a questão.

Digo que existem dois caminhos adiante de vós, mulheres, nesta reforma, um é tomar tudo quanto a lei vos concede com uma mão confiada e determinada, outro é animar e ajudar estas mulheres que tomam parte nesta empresa. Mulheres, eu vos aconselho, tomai vossos direitos, nenhuma lei vos embaraça em muitas ocasiões.

Se as preocupações de outro sexo e vossa pequena maneira de pensar previne isso, então, não é adjutório no código. A lei não nos priva de aplicar-nos as ciências, como a medicina, podemos nos aplicar ao comércio, as artes, para nós adquirirmos uma existência independente e, depois, termos parte na política. A vida caseira é a sepultura dos talentos.

O mundo é o livro da mulher e deste livro nós nos privamos, só ouvimos as doutrinas do sexo egoísta que nos quer excluir de tudo em que possamos fazer sombra a ele, gozando de todos os estímulos como glórias, grandezas e ouro. E eles têm animo ainda de perguntar porque nosso sexo tem produzido tão pouco.

A responsabilidade é um grande instrumento da educação, tanto moral como intelectual, como moral, fortifica as faculdades e desenvolve a natureza.

Ela faz o desmazelado, zeloso e transforma o deboche em sobriedade. Vedes essa senhora que de repente ficou viúva com o cuidado de seus filhos, da sua educação e da sua sorte, como prudente e circunspecta ela se torna, quanto fértil em recursos e sagaz com suas vistas, como surpreende suas antigas amigas com seu caráter e inteligência. Vedes este ministro atrevido e sem escrúpulos da oposição, como delibera, o que fará, como temido virá ele a ser no momento que estiver em um emprego do qual depender a prosperidade da nação. A mulher nunca pode estudar estas grandes questões que mais interessam e movem a inteligência humana, até ela os não estuda debaixo do confundido estímulo e embaraço da responsabilidade. Uma grande razão existe então, fora justiça, porque nós devemos clamar o direito de votar, porque a grande escola dos povos é o júri, assim como a urna das eleições.

A educação dos cidadãos brasileiros, assim como das mais nações, está fundada nos seus interesses, nas discussões da assembleia. O sério interesse pessoal com o qual ele procura investigar questões políticas e, quando o espírito movido profundamente por esta tarefa,

fazendo esforços gigantescos, quando a grande crise nacional chega, então a forte excitação política eleva toda a nação a uma plataforma mais alta da inteligência e moralidade, e, alguns admiram que eles tenham sua natureza desenvolvida, e que a nossa esteja ainda no estado de anão. Esta prática do mundo, a mesma educação que recebe o sexo masculino, nós clamamos tão longe que não se concede isso a mulher; nada se pode julgar de sua habilidade. Se pretendem dizer que a mulher é incapaz de governar um estado, pelo contrário, por exemplo, tem Elisabeth e Victória da Inglaterra, Catharina da Rússia, Isabel da Espanha, Maria Tereza da Hungria e muitas outras. É opinião geral que a mulher não pode resolver questões diplomáticas e, Isabel Ulrich, sobre a escravidão da Vestíndia, em sua obra imortal intitulada – *Imediata e incondicional emancipação* – que fez a maior reforma nas questões sociais na Inglaterra. Não se pode ler a História sem admitir que a mulher, mesmo presa em ferros, excluída, degradada, com um raio de seu espírito, influiria nas grandes negociações do Estado. Que o homem, com toda a sua sabedoria e instrução não poderia efetuar. E, entretanto, na justiça natural nos fundamos que a mulher como ente inteligente e mortal tem direitos a todos os meios da educação e, nesta base, nos fundamos para clamarmos por seus direitos civis e os privilégios que o homem tem. Os caprichos dos homens têm feito das mulheres plantas de estufa, metade do gênero inválido, ouvimos gritos e choros todos os dias sobre o mal pagamento da mulher, da vida inferior, não ganha a terça parte que o homem ganha no mais miserável ofício, seria de balde censurar indivíduos. Por isso, nós fomos muito tempo dominados por uma comum ignorância e preocupação. Foi um erro da sociedade, foi defeito do tímido conservantismo que opõe uma face de pedra contra qualquer coisa nova. Era culpa de uma imprensa servil que sabe tão bem pela experiência pessoal quantos loucos e covardes são governados por uma risada.

É defeito das mulheres simples de ter sempre na ideia que isso não convém a uma senhora, uma tola preocupação, confundam com esse argumento.

É uma tola opinião de alguns indivíduos que a massa das mulheres não deve se entregar a outras ocupações. Por isso é que forjam umas para as outras suas cadeias, por isso é tão mal pago o trabalho delas? É fácil compreender a razão: há tantos homens quantas são as mulheres que precisam trabalhar para sua existência. O homem tem milhares de recursos e ninguém o embarça: se não progride numa ocupação pega em outra, assim os salários devem subir, mas não é assim com as mulheres, toda a massa de mulheres deve achar ocupação em uma, duas ou três indústrias. Se são mais trabalhadeiras para uma indústria que se precisa, matam-se entre si com a concorrência, e, todos os dias se abaixam os salários delas, elas estarão por tudo, porque

se uma não se quer sujeitar a esse preço, mil outras anuem. O trabalho da mulher é barato pela grande abundância que existe. Elas têm pouca escolha de ocupação, porque não se abriria novas ocupações para elas como a medicina, a advocacia, serem guarda-livros? Deixai-as empregarem-se em todos os ramos do comércio, deixai-as principiar e monopolizar. Escolhei das que se empregam na agulha para negociantes, algumas para ministras, outras para guarda-livros, outras para médicos, para deputadas e outros muitos empregos, como guarda-sepulturas, carcereiras e serem pagas como qualquer outro trabalhador. A concorrência é que faz sofrer a tantas mulheres e se argumentam, cada vez mais, pela superstição como pela preocupação. A mulher está a borda da pobreza, em miséria pelo número de suas irmãs, mal paga, em necessidade e degradação, é para admirar que ela anule a tentação do ouro. Assim nós argumentamos todos os dias a fileira dos vícios em nossa sociedade, nós corrompemos toda a fábrica social, e a mulher fica reduzida a duas ou três indústrias, e quanto sofremos pelas nossas preocupações! Quando recompensarmos a energia, a inteligência e todas as empresas da mulher, propriamente a questão da necessidade se dissolverá, logo, fora disso está questão é inteiramente sem conexão com o grande problema social dos vícios das cidades: de horror e vergonha deve nos encher a avançada desmoralização da vida civilizada moderna, e voltar aborrecidas as faces para estas preocupações sociais, de fechar todos os empregos proveitosos as mulheres e, considerai a conclusão que tiraste, voltai para traz os vossos olhares e confessareis que temos razão. Vinde ter conosco, aqui, a questão e direis esta mais refinada delicadeza, esta infantil preocupação, em cujo altar vós sacrificais a virtude de tantas, vale a exaltada veneração que vós tributais.

Considerai um momento que fontes são as fileiras da prostituição feminina requestada, uma tonteira apressa sua ruína, sua proteção seria neste caráter o senso comum, o que um mais largo interesse na prática queria mais geralmente criar.

O amor dos desejos sensuais domina porque todas as outras faculdades dormem por falta de exercício.

A medicina seria para elas ocupação de desenvolver sua inteligência e excitar sua mais forte energia. Dê alguém um interesse sério da vida, alguma coisa a fazer, alguma ocupação que ascenda a sua imaginação, emulação, e, logo, a gratificação satisfará os sentidos ou sentidos submetidos na própria subordinação: só cabeças vadias são tentados a más ações. É inclinada a vadiação metade da natureza que não é empregada.

Porque o homem mais vezes vence seus desejos materiais, por meses e anos, e se põe em uma vida mais digna! O homem se emprega em negócios que excitam todas as suas

faculdades e assim ele mitiga suas paixões com seus cuidados honrosos. Uma mulher ordinária, uma mulher que cai não tem vida ativa para tomar refúgio, onde a inteligência quer contender por dominação com a paixão e onde a virtude é bronzeada por altos pensamentos. A paixão torna-o vazio e propenso a grande tentação do vício, e o amor dos enfeites a sede de riquezas e luxo. Fatos sacodem teorias. Nós devemos confessar que existem muitas mulheres que ganham 4\$ rs por semana, que poderiam muito mais ganhar se elas tivessem a liberdade de exercer todas as indústrias, mas, logo, se censura que sai da rotina costumada e de desespero de ver todos os caminhos fechados para fazerem sua felicidade. É de admirar se elas fecham os olhos sobre o caráter dos meios com que elas podem alcançar pelo que suspiram? Abre o homem uma indústria vantajosa e se verá muitos poucos ladrões. Abre a mulher o mesmo caminho e verá uma que se há de aviltar por enfeites e luxos.

Deste grande problema social, a solução de diminuir ou causar os vícios das cidades, é o que propomos aqui.

Deixai a mulher escolher sua ocupação, tornando-se responsável de si mesma como o são os homens ao Criador, e não do próximo.

Eu vos admoesto que olheis com espírito para esta questão na qual vos tenho representado. É um grande protesto contra a fábrica social, não é uma fantasia buscada em poucos gostos sociais como sofrimentos, mas sim, uma questão que vai para baixo do altar do vosso culto confundir-se com o sistema social em que viveis. É verdade que devemos reconhecer se as senhoras tem razão, que toda a repugnância em desviar a mulher de sua esfera é um erro cheio de consequências instantâneas e não se pode esperar sucesso, nós lançamos a luva, sabemos as zombarias que nos esperam, os incômodos e as perseguições que nos sobrevirão, tudo isso, contudo, não é nada que se ponha na balança comparado com o estimável benefício para fazer justiça a metade do gênero humano, de curar esta ferida gangrenada, deter esta corrente de corrupção na verdadeira fonte da vida civilizada. É a grande questão da época: todas as outras são secundárias e precisam pequeno adjutório. Evidentes objeções não são argumentos, nós pedimos somente uma ocasião de aprofundar a questão, de a pôr diante do povo e depois repousar nas inteligências e corações de nosso país, certos que as instituições debaixo das quais nós vivemos e a educação que deu uma reforma em ambos os sexos, tem criado homens e mulheres capazes de resolver um problema mais dificultoso e uma mudança mais radical do que esta. Criamos clubes e sociedades para deliberar sobre esta grande questão dos direitos, das obrigações e relações da mulher. Homens e mulheres de nosso país que tem

suficiente interesse no objeto hão de dedicar um sério pensamento, como um efetivo esforço a sua própria avaliação, e hão de trabalhar com entusiasmo para esta reforma.

O espírito do progresso da época, empregado em centenárias formas de esforços para reformar a sociedade, é de aclarar sobre mil preocupações que tem desgraçado a mulher até agora e, aquela que propomos, é a mais urgente de todas. Uma metade do gênero humano é seu objeto e a outra metade está profundamente envolvida pela absoluta unidade de interesses e destino que a natureza tem estabelecido entre eles. O vizinho está mais próximo para envolver cada ente humano em uma igualdade geral de direitos e interesses, mas o homem e a mulher, em sua reciprocidade de amor e dever, são uma coisa e um sangue. Mãe, mulher, irmã, filha, estão tão perto do coração de cada homem, que devem elas ser para ele um céu ou um inferno. Onde está tanta reciprocidade de interesses, semelhante enlace da vida não pode haver real antagonismo de posição nem de ação. Os sexos não devem tomar por nada uma posição hostil contra o outro, nem em cuidado com melhoramento das injustiças que existem suas necessárias relações, mas eles devem harmonizar em opinião e cooperar com esforços pela razão, que devem se unir na última conclusão, da desejada reforma dos vários pontos presentemente discutidos e que pedem uma resolução breve. A geral questão dos direitos da mulher compreende sua educação literária, científica, artística, seus embaraços industriais, profissionais e comerciais, seus interesses pecuniários, civis e políticos, em uma palavra, como indivíduo nas funções como cidadão. A mulher tem sido condenada por sua delicadeza e organização física a inferioridade da cultura intelectual e moral e a renúncia dos grandes sociais e civis privilégios da relação: era idealmente aniquilada e escravizada em tudo quanto diz respeito a seus direitos pessoais e pecuniários, mas, pela inspiração do Onipotente e o espírito inteligente da reforma, se erigi a satisfação destas injustiças, a ignorância que esmaga as mulheres e as degrada, não pesa pouco na consciência do mundo.

O culto do coração se envergonha de incensar num tão desonroso altar. O homem começa a compreender a dignidade da mulher e a baixeza do abuso de força, a principiar a abrir os olhos sobre seus direitos usurpados e a cumprir seus mais nobres deveres.

A ocasião é oportuna. Na futura assembleia ajudai patrícios a separar a luz da escuridão, dai sabiamente vossa proteção para determinar estes princípios, deliberar sobre o método e acabar os sucessos desta grande e santa questão.

## SEGUNDA SEÇÃO: FUNÇÕES PÚBLICAS DA MULHER

Os trabalhos domésticos da mulher como dona de casa, ou caseira, não esgotam suas forças. As funções da mulher de parceria com a caridade começam em casa, depois em outra parte.

A fazer metade do gênero humano conservar sua energia nas funções de uma caseira, mulher e mãe, é um dispêndio da mais preciosa matéria que Deus fez na presente constituição da sociedade. Existem pessoas para quem as funções da casa são pouco ou nada preciosas. As celibatárias que são em grande número, porque a muitas o casamento não convém, primeiro, por adultério que está hoje em ordem do dia; segundo, por escrúpulo de circunstâncias presentes, quando consideram que todas as leis são a favor do homem e a mulher não tem garantia alguma, porque a mulher nasceu livre e a mulher geme em ferros. Já era tempo que a mulher passasse ao estado da independência nesta época em que tudo grita por liberdade. A mulher e o homem são o mesmo corpo, como então seus direitos são tão desiguais? Triste sociedade onde um está no trono e o outro no pó. Entre escravo e senhor não há sinceridade: a mulher há de sempre ser pérfida ao homem enquanto existirem estas condições. As funções domésticas não são bastantes para a mulher, como se o homem não devesse ser mais que marido e pai. Depois que se acabam os trabalhos domésticos, resta muito tempo ainda para outras coisas.

Há três classes de mulheres: a da última pobreza, que só se ocupa em trabalhos materiais; a da segunda, são umas bonecas que existem somente para delícia dos olhos e a da terceira, que sabe repartir seu tempo são, no salão, homens literatos e, dentro, boas donas de casa e ternas mães de família. Esta classe se alonga todos os dias mais no norte da Europa e nos Estados Unidos: as senhoras unem funções públicas com trabalhos caseiros. O que as mulheres devem fazer com seu tempo? Conforme o provérbio de um sapateiro, não deve sair de sua forma. Dezoito anos passados quando a plebe quis tomar parte no governo, a aristocracia dizia : - Não convém que ela se ponha em conselhos públicos, a plebe não deve ter parte no governo, na assembleia, nem ter lugar no tribunal, nem ouvir a sentença de julgamento; não deve sentar-se entre os juízes; é incapaz de declarar justiça, não entende esta matéria, mas os grandes, Cícero e Aristóteles, pensaram da mesma maneira, disseram que negociantes entendem somente de suas mercadorias e não deviam se meter em política. Povo miserável, disseram estes sábios, que tem ele de fazer com os negócios do Estado? Negociantes, mecânicos, agricultores, isto é,

somente para reis nobres, reis ricos, para pessoas que não precisam trabalhar. Muitos homens têm hoje a mesma estima para a mulher que a aristocracia tinha para os mecânicos, agricultores e negociantes. Muitos provérbios do passado indicam o mesmo, mas, presentemente, está a cultura intelectual do sexo feminino na classe abastada tão avançada que os provérbios antigos não se podem aplicar, ao menos na Europa, assim como nos Estados Unidos, onde as senhoras são doutores em medicina, advogados e formadas em várias outras ciências. Nos Estados Unidos recebe o sexo feminino a mesma educação, quando não superior, que o masculino, o que deve ser porque a grande diferença intelectual não pode produzir senão desarmonia.

Se a mulher só sabe conversar em vestidos e mimarias, será para admirar que o marido não queira estar em casa? A sua verdadeira companheira não lhe enche a alma. No mesmo caso estará uma senhora bem-educada que se reunir a um homem bruto, que só cuida em seu cavalo, em seu cigarro, na garrafa, no jogo, etc. Em qualquer outro objeto que ela lhe fale, ele abre a boca e não sabe responder: então esta mulher como pode olhar para este homem como seu chefe? Há de sempre contemplá-lo como inferior a ela.

Todos os dias se aumenta a classe ilustrada, pelo menos na Europa como nos Estados Unidos, por isso as funções domésticas não são em tão grande escala que não deixem tempo para ocupações espirituais. No tempo do Velho Testamento, quando se fiava todo o vestuário em casa, e se tecia, a dona da casa devia mesmo lavar e cozinhar enquanto o marido derrubava matos e a mulher criava seus filhos, mas, agora, já um sapateiro paga ama, quer ser do *bom tom* e, o filho crescendo que já possa andar, vai para o colégio.

As padarias e as carnicerias bem fornecidas suprem a mão da mulher e, existe mais uma classe de mulheres que não tem gosto nem habilidade para funções domésticas, estas mulheres são excepcionais, mas elas se encontram todos os dias.

Há senhoras de grandes talentos, porque se não aproveitam estes dotes da natureza? É como se aquele que nasceu para a marinha devesse trabalhar em terra, ou um gênio como Napoleão ou César ser um cabelereiro. Se Mme. De Stael tivesse dedicado as funções caseiras seríamos privados de seus excelentes escritos, como *Corina a influência das paixões*, a *Literatura de Alemanha*, suas *Cartas de Filosofia* e muitos outros escritos que se encontram no mundo. Trinta mil volumes que são escritos somente por senhoras e existem em várias bibliotecas da Europa, convencem do quanto poderia o mundo se estas senhoras tivessem se dedicado ao serviço doméstico, em que qualquer outra mulher podia suprir. O trabalho material, qualquer é capaz de fazer, mas o espiritual precisa talentos, talentos próprios. A natureza é tão

escassa em dar engenhos ao mundo que se deve aproveitar bem quando um aparece. Há uma classe de mulheres que não são casadas nem tem casa, porque esta classe não se aplica as ciências? Também devem ser incluídas as freiras que com os seus escritos podem animar os povos e que agora passam a vida em vadição e enjoo. É verdade que as senhoras ilustradas são muitas vezes ridicularizadas, muitas vezes ouvimos dizer: - Eu gosto mais de dançar uma valsa do que de discutir sobre Byron e Schiller.

É porque só sabe dançar e não pode ter suscetibilidade para Schiller que nunca o estudou. Outros mofam da mulher literata por inveja ou rivalidade, ou por temerem sua superioridade, como sucede isso hoje com França com Madame George Sand, que de tantos literatos em Paris, foi ela escolhida para escrever para o Teatro Francês.

Os homens nascidos ridicularizam sempre as senhoras ilustradas para reduzir suas mulheres e filhos a mediocridade em que elas se acham, a vocação para as letras não é geral, o que é para lamentar. Tudo vive só para o material, a maior parte da gente inclina-se a uma coisa prática e especulativa, existem mil sapateiros a par de um botânico, há mil carpinteiros a par de um poeta que eleva sua natureza em versos e ciência. Mesmo os mais instruídos desejam uma ocupação prática para fazer de seu pensamento uma coisa.

As mulheres necessitam fazer de seu pensamento uma coisa: quanto mais velho fica o mundo mais ele se espiritualiza, todos os dias cresce o número das senhoras que se aplicam a leitura que lhe enche toda a alma. Onde a energia da mulher aparece mais é na filantropia da época, lá se acha a mulher em sua própria esfera. É para louvar que a caridade da mulher nunca falte, mitiga a injustiça do homem que sempre aparece. Os homens combatem e as mulheres curam feridas: esquecem os ódios, as injustiças, os temores pela voz queixosa que elas ouviram, só veem o homem sofredor e não perguntam, a caridade não é só o que a humanidade precisa, nós necessitamos justiça que remova causas, como a caridade que mitiga os efeitos e a mulher que se mete sempre como um anjo de graça entre a vítima e a espada, que quer sempre castigar, não cumpre sempre sua única função, tão alta que ela é, não é a sua mais alta. Se um usuário ou um homem mal, vê que uma mulher sempre endireita a pessoa que ele oprime com sua usura na mão esquerda e com aguardente na direita, ele continua suas opressões porque se fia na fraqueza da mulher. Os males da sociedade piorarão dando-se esmolas fora de propósito, que alimente a vadição, como se vê pobres fazendo cá e lá requerimentos com choradeiras, mas não deixam escapar um baile, um espetáculo em dia de grande gala, querem por força assistir, querem ser de bom tom, mas a custa alheia em casas de jogo onde vai o dinheiro das esmolas,

mesmo a caridade deve ter seu meio termo se não quer fazer mais mal que bem. Várias ocupações: ensinar trabalhos de agulha, pequeno comércio e a agricultura é concedido a mulher, mas todas estas indústrias não enchem ainda sua alma, tudo quanto requer a sua natureza, porque ela tem a mesma natureza humana que o homem e o mesmo direito. O direito natural da mulher não depende da força física ou moral, depende somente da natureza humana que Deus fez na mais fraca mulher, como no mais forte homem. Se a mulher é um ente humano, primeiro, tem uma natureza humana, segundo, tem o direito de um ente humano, terceiro, tem a obrigação de um ente humano. A natureza tem a capacidade de possuir, de usar, de desenvolver, de gozar cada faculdade humana e tem obrigação de fazer uso de seus direitos, e fazer de sua própria natureza humana uma história, ela deve desenvolver-se, gozar seus direitos humanos e cumprir com suas obrigações também humanas. O sexo feminino deve tanto contribuir para sua prosperidade como o sexo masculino. A mulher que tem a mesma natureza que o homem, os mesmos direitos humanos, a vida, a liberdade, a perseguição da felicidade, que são inalienáveis tanto para o homem como para a mulher. Cada pessoa tem direito de desenvolver a natureza que segue, e a mulher tem o mesmo direito individual para determinar sua carreira e segui-la. Tem os mesmos direitos de corpo espiritual, da inteligência, da consciência, os mesmos direitos físicos e religiosos. Cada pessoa é um indivíduo íntegro, cada pessoa faz parte de uma raça e assim uma fração do gênero humano. Os direitos do individualismo não são possuídos, desenvolvidos, usados e gozados em uma vida solitária, mas, pela ação unida, não se pode completar e aperfeiçoar o individual do homem e da mulher sem dar umas oportunidades para possuir, para desenvolver e gozar estes direitos, a ação deve ser unida, fora disso, individualidade é somente possibilidade, não realidade. Assim os direitos individuais da mulher levam consigo os mesmos direitos domésticos, sociais e políticos como o homem. Da família estado são os modos de ação que surgiram da natureza humana em seu desenvolvimento histórico. Eles são todos necessários para o desenvolvimento do gênero humano, são necessários para o desenvolvimento da mulher e, como ela tem as mesmas obrigações e direitos que o homem, segue-se que ela tem os mesmos direitos para usar, formar e protestar estas instituições para seus fins femininos como o homem tem para seus fins masculinos.

Tudo isto é inegável como o é a matemática ou a metafísica, a mulher tem os mesmos direitos que o homem tem, em negócios domésticos, ela está na mesma esfera que o homem, ela tem o mesmo direito a indústria que o homem tem, porque a mulher não há de exercitar seus talentos comerciais em rivalidade com o homem? Deve ela ser sempre criada e nunca senhora

de si? E porque não se daria ela a mais ocupações iguais às do homem? Por que as senhoras não farão leituras públicas como nos Estados Unidos e na Alemanha de obras traduzidas do grego e adquirindo assim uma existência independente! Porque não se aplicarão a medicina, ao estudo das leis para poder defender a inocência, o estudo da agricultura e escrever jornais, diários, semanais? Os Estados Unidos nos fornecem bastantes exemplos de senhoras empregadas como professoras nas Universidades e Academias. Em Ohio há muitas senhoras empregadas como professoras de várias ciências como botânica e uma senhora chamada Braun, que se aplicou ao estudo da teologia e compõe riquíssimo sermões.

A profissão da medicina pertence particularmente a mulher, pela natureza, porque pela mesma natureza ela é um meio doutor. Devia-se fundar academias de medicina para as senhoras, a humanidade podia esperar grandes benefícios disso, porque a mulher não há de exercer a advocacia como o homem? É uma arrogância do homem pensar que a cabeça feminina não pode rivalizar com a dele, porque a maior parte dos advogados são antes mecânicos de leis do que estudantes em leis. Homens que ontem fecharam a taverna ou largaram a tesoura são hoje advogados. Estudos, eles não têm, assim, mecanicamente a mulher, mesmo sem instrução, podia fazer cópias e requerimentos e exercer o lugar de procurador, e as que viram o processo da Sra. Lill em Inglaterra devem confessar que existe alguma eloquência na língua da mulher, eu creio que a presença havia de impor mais.

Temos muitos exemplos de uma senhora que desempenha a tarefa de uma boa dona de casa e boa mãe de família, também em suas funções públicas, mostra tanta doçura, dignidade e energia como em seus negócios caseiros. Pela natureza a mulher tem os mesmos direitos que o homem para votar, para ter emprego, para administrar as leis, só a mão forte do homem a oprime. Neste país a mulher não tem direitos políticos, não é cidadão, não pode administrar as leis, como eleger deputados, não pode ter empregos, mas o homem mal procedido, que se embriaga todos os dias, o jogador, todos estes podem votar: mesmo os que não tem caráter nem dinheiro, que vivem em uma posição dependente, que dançam como os outros assoviam, tudo isso não importa, é homem e basta, a mais nobre, a mais virtuosa, a mais instruída mulher não tem voz no estado: o homem dá-lhe leis, dispõe de sua propriedade, da sua pessoa, e de seus filhos, elas devem suportar com toda a paciência.

Olhando para esta matéria com puro direito e consciência, não sei a razão porque a mulher há de ser excluída de votar e das leis e ter empregos.

Eu não sei como o homem arroga a si tantos privilégios políticos e exclui a mulher, e tudo faz sob o nome de inalienável direito. Cada mulher tem direito natural a ter propriedades representadas na geral representação das propriedades e sua pessoa representada na geral representação das pessoas.

A mulher deve ter propriedade que ela mesma administre, porque assim só o marido tem o poder de administrar, então a mulher faz banca rota logo que casa? O homem diz que a mulher não pode manejar os grandes negócios do estado, governo, economia e política. Se a mulher tivesse parte na administração não haveriam tantas revoluções e guerras, porque a mulher não é egoísta que sacrificasse os interesses do país aos seus particulares, porque ela tem mais prudência, prevê mais depressa as consequências e não haveria tanta venalidade, tanta corrupção, tanta discórdia.

A mulher havia de ser o anjo da reconciliação dos partidos, não há casa tão malgovernada como as nações. A maior parte delas são muito maltratadas. Eu creio que o homem faz pouca aparência quando diz que a mulher não pode fazer o que ele faz. Eu duvido que as mulheres em geral queiram tomar parte na política e achar nela satisfação, mas isso cabe a elas e não ao homem o determinar. Para alcançar o desenvolvimento físico e moral nas pessoas as instituições humanas devem representar em toda a parte a natureza humana, em ambos os elementos, masculino e feminino. Para o bem-estar da raça humana necessitamos da ação do homem e da mulher.

A família sem a presença da mulher, sem a mãe, sem a irmã, é uma triste coisa. Um Estado sem a ação da mulher é como uma casa sem ela.

Vê-se o que prevalece no século XIX, força do corpo, força do espírito, chama-se o século da civilização, mas antes poderia se chamar século das injustiças e abusos de força, de pouca filantropia, de pouca piedade e de materialismo, em toda a parte prepondera o egoísmo individual doméstico, social e nacional. Ele é pregado como evangelho e executado como lei, é chamado boa política de uma nação forte devorar uma nação fraca, e pelos cristãos da Inglaterra e da América o saquear dos gentios e dividir suas terras, e por uma classe forte oprimir a classe mais fraca, os capitalistas arruinarem os trabalhadores, o enganador abusar da ignorância e o rico fazer empobrecer os outros menos abastados para satisfazer sua ambição.

Vê-se classe em combate! O gênero humano com seu Criador, no universo uma discórdia universal é um campo de destruição e continuará esse estado de coisas enquanto a mulher não estiver de posse de seus direitos naturais, igual ao homem, tomar o lugar que lhe

competer, regular os negócios da família, comunidade e Estado. Parece-me que Deus presenteou a mulher de um poder reservado para corrigir muitos males que fazem hoje a desgraça do mundo. As circunstâncias ajudam ou embaraçam nosso desenvolvimento e são a causa e força que determinam o caráter real de nação, ou da humanidade a um período especial.

Até agora as circunstâncias têm favorecido a cultura intelectual do sexo masculino e tem uma superioridade total sobre o sexo feminino. O homem tem ideias, habilidade administrativa, estabelece regras para conduta dos indivíduos, para família e Estado. Está-se vendo que mundo fez ele? Se se acha ciência, agricultura, comércio, manufaturas, literatura, legislação, com a força das armas ela fez as obras da paz. Várias nações abundam em riquezas, mas não olham para seus pobres, que milhares de regimentos deles cruzam o mar, derrubam matas dos países estranhos para ter pão. Martim Lutero tem razão quando diz que quanto mais rica é a Nação mais pobre é o pobre. Olhemos para este país: é livre e independente e existe ainda nele escravidão, mancha imensa para um país que se quer chamar civilizado. Olhemos para as grandes cidades da França, da Alemanha, da Inglaterra, a sua aristocracia tão ilustrada, o homem e a mulher, mas também que ignorância, pobreza e miséria, que brutalidade ainda na maior parte do povo. Olhemos para as empresas religiosas e os gentios, olhemos para a virtude e decoro das mulheres bem-educadas contra o mar de tempestades da prostituição que se enche e quebra-se contra o baluarte da sociedade. Oh! Irmãos homens que fizestes estas coisas, é isto uma vista agradável? A perda das vidas preciosas, os assassinatos legais, as guerras, a prostituição da mulher. Muitos poetas nossos estão chorando sobre estes males da sociedade, esgotam-se em queixas nos seus cantos, mas tudo está surdo a seus gritos e queixas da humanidade agonizante.

Tudo está empregado em especulações para ajuntar riquezas, no comércio, nos empenhos para empregos vantajosos, nos trapiches, nas alfândegas, nos divertimentos. A mesma igreja está muda, que devia ser ativa em animar os povos com a sua eloquência. Os ricos não devem oferecer pedras, quando os pobres pedem pão.

Até o presente, várias circunstâncias têm impedido o desenvolvimento da mulher, em todas as suas formas, ela não tem ideias, não tem conhecimento do mundo, não tem habilidade prática para se igualar ao homem, mas, circunstâncias há que tem elevado os sentimentos da mulher em preferência ao homem nos seus afetuosos e religiosos sentimentos, suas intuições são profundas e merecem mais confiança, nisso ela é eminente, como é em conhecimentos, ideias e habilidades.

A mulher sai-se sempre melhor nos negócios do coração: advinha logo o justo, o amável, o venerável. A literatura das senhoras neste século é mais justa, mais filantrópica e mais religiosa que a do homem. Não ouve o eco desta voz feminina em várias línguas? Como uma mulher toca o coração do mundo, a autora do livrinho intitulado: *A cabana do Meu tio Thomaz*, porque ela fala com justiça, com piedade, com amor. Que voz mais forte se erigiu em defesa dos oprimidos? Foi a voz de uma mulher.

A Providência escolheu de preferência ao homem o coração da mulher, para pátria do amor, da gratidão, da compaixão e de todos os ternos sentimentos. Não necessitamos da excelência do homem como da mulher, reunir o poder intelectual, os conhecimentos, as grandes ideias em literatura, filosofia, teologia, éticas e práticas habilidades, mas nós necessitamos também de uma coisa melhor – a intuição moral, afetuosa e religiosa, a pôr a justiça em ética, amor em teologia, piedade em ciências e letras.

Na família como no Estado deve cooperar o elemento masculino e feminino reunido. É inegável que isto é necessário para o Estado receber o desenvolvimento de que ele é suscetível. A mulher é para corrigir o gosto do homem, melhorar seu moral, excitar suas afeições e inspirar-lhe religiosas faculdades. O homem é para despertar na mulher sua inteligência, ajudar sua vontade e transportar suas emoções a ideias. A ação moral do homem é uma qualidade da providência geral, executando o melhor bem do número maior. A ação moral da mulher é mais semelhante a uma providência especial, obrando sem regra, mas cuidando e se interessando por cada caso particular. Nós necessitamos no geral como no especial, fazer uma providência total, se o homem e a mulher são equivalentes contados, iguais em direitos e, entretanto, com diferentes faculdades, não devemos corrigir a literatura e as leis, não devemos acreditar que a riqueza e a pobreza devam ser sempre inimigas, que a cultura deve se erigir somente nas costas da ignorância, que a virtude da mulher deva ser guardada pelo corceveirismo do homem ou pela degradação de uma classe de homens como no Oriente. Porque não se aclararam as preocupações? Porque o presente deve ser como o passado?

Deixai-nos dizer, respeitai em cada mulher a vossa natureza, como um ente humano, depois respeitai vossos direitos e lembrai-vos de vossa obrigação em premiar, usar, desenvolver e gozar de cada faculdade que o Criador deu em seu caminho normal, e digamos aos homens respeitáveis com profunda reverência, a mãe que vos trazia dentro do seu coração, a irmã que vos tem amizade, a mulher que vos ama, e a mulher com quem casares e veremos melhores coisas nas famílias como no Estado.

O verde mostrará que botões ele esconde, os botões hão de florescer, as flores hão de trazer frutos e a benção de Deus descera sobre nós todos.

### TERCEIRA SEÇÃO

A maior parte dos nossos leitores hão de ter notícia de uma questão que se tem levantado em todo o mundo civilizado, como ilustrado. Esta questão é a liberdade da mulher; sua admissão na lei, a igualdade em todos os direitos políticos, civis e sociais com os cidadãos masculinos. Todo o ente humano e adultos residente no solo da nação e que está sujeito as leis é intimado para votar em sua execução; todas as pessoas cuja propriedade ou trabalho é taxado para socorro do governo: as mulheres devem ter parte na votação, e parte nos empregos, e que cada partido que quer representar a humanidade e civilização, o progresso da época, é obrigado a escrever nas suas bandeiras – Igualdade permite a lei, sem distinção de sexo – porque direitos políticos não conhecem sexo e que esta palavra – mundo masculino – deve ser riscada de cada constituição. Desde que o prospecto de empregos honrosos e úteis são o melhor estímulo de educação e desde que a melhor educação é aquela que nós damos a nós mesmos, nas lutas, empregos e disciplina da vida: entretanto que, para a mulher, é impossível fazer uso da sua instrução ou sua carreira há de corresponder com suas faculdades até que as avenidas aos vários empregos civis e profissionais se abram para elas. Que cada esforço para educar mulheres sem conceder-lhes seus direitos e despertar sua consciência pela importância da responsabilidade é fútil e um trabalho perdido.

Que as leis entre os casados devem ser iguais; cada um administrar sua propriedade. A desigualdade de direitos deve destruir todo o amor conjugal e traz consigo quase sempre a desmoralização dos maridos.

Que a mulher tem o mesmo direito para votar não pode ser negado por nenhuma constituição livre, nós apanhamos estas verdades evidentes por si mesmas: que todos os homens se criaram iguais, que eles são dotados pelo seu Criador por certos e inalienáveis direitos, entre eles são a vida, liberdade e perseguição da felicidade, que para segurar estes direitos foram estabelecidos direitos entre os homens e deduzem seu justo poder dos governados. Só se podem negar estes privilégios quando se pretende dizer que a mulher não é humana, mas somente o sexo masculino, que a vida, a liberdade e a promessa da felicidade são somente os privilégios

do sexo masculino e que são alienáveis direitos só da metade da espécie e a outra metade é governada e cujo consentimento é afirmado pela única fonte de justo poder, é tomado somente por metade do gênero humano que até agora tem aceitado o caráter de governados.

O clamor das mulheres aos empregos civis e igualdade política com o homem é um irresistível apelo e o sufrágio um direito inerente, injustamente negado a elas.

Como se pode chamar sufrágio universal se é excluído dele metade do gênero humano, declarar que a voz no governo é o direito de todos e pedir-lhe somente para uma parte, é a renúncia mesmo, a aparência dos princípios, as máximas da justiça política não se podem conciliar com a exclusão das mulheres dos direitos do cidadão, é um axioma da liberdade que as taxas e representações devem ser extensivas. É um dito conhecido da justiça não fazer distinções que degradem sem necessidade. Deve-se dar a razão porque uma coisa é permitida a umas pessoas e proibida a outras, quando o que é mesmo proibido, concedendo aos outros, inclui a todo o preço sermos privadas disso, devemos sentir-nos como do enviar insulto quando não só a liberdade política, mas também a liberdade pessoal e ação são prerrogativas de uma casta, quem da mesma forma no exercício da indústria ou empregos que dão distinção ou mesmo a independência pecuniária, são entrincheirados domínios para a seleta sessão, é uma injustiça flagrante e inegável que a divisão do gênero humano em duas castas, uma de governar e outra de ser governada, é um prejuízo indivisível para a sociedade.

Uma fonte de prevenção e de desmoralização para ambas as classes, a favorecida, como a classe que custa a ser favorecida, longe de produzir o bem que se esperava, forma uma barreira insuperável tão longa quanto danosa, qualquer melhoramento vital no caráter e condição social da raça humana.

Queremos presentemente sustentar estas proposições, queremos distrair as objeções preliminares das pessoas a quem o objeto é novo e obrigá-las a um exame consciencioso: o principal destes obstáculos é o costume.

A mulher nunca tem direitos iguais ao homem, a pretensão em sua defesa de direito como de humanidade é olhada como impossível pela prática universal. A mais forte das preocupações não é desconhecida, tem realmente uma época de mudança semelhante a esta, perdido muito da sua força como a esperança de a vencer.

A resposta tem sido de todos os tempos assim, mais de muitas coisas os europeus modernos podem se gabar que os antigos nem sonhavam e, é impossível questionar sobre a

superioridade do presente ao passado, que o hábito não é mais tirânico como antes sobre opiniões e modo das ações e que a veneração dos costumes diminui todos os dias sua idolatria.

No caso presente, a preocupação está sem dúvida do lado injusto. Grandes pensadores de diferentes épocas: de Platão, Condorcet e alguns dos mais eminentes nomes ou espíritos, tem feito protestos enfáticos em favor da igualdade da mulher ao homem, mas não existe uma só nação em que a mulher não tivesse sido uma inferioridade política e civil. No mundo antigo, o mesmo fato era alegado em defesa da escravatura com igual verdade: alegaram em favor dos servos, mitigada a escravidão na idade média, emitiram contra a liberdade da indústria, contra a liberdade da imprensa e contra a liberdade da consciência, todas estas liberdades foram tidas por incompatíveis com um Estado bem organizado, até foi sua possibilidade provada pelos fatos que uma instituição ou uma prática é usual, não é de presumir a sua bondade quando uma outra coisa pode ser destinado em seu lugar.

Não é dificultoso compreender porque a sujeição da mulher era costume: não há outra explicação senão a força física que os mais fracos deviam ser legalmente inferiores, segundo o modo porque o mundo era governado até quase a época presente.

A prevalência da força física era lei nos negócios humanos. Pela história pode-se ver que as Nações, classes e raças que se sentiram mais forçosas ou mais ricas ou mais hábeis em disciplina militar tem conquistado e posto em sujeição o resto. As guerras de conquista cessaram somente quando principiaram as revoluções democráticas.

O mundo é muito moço, principia agora a conhecer sua injustiça, como o absolutismo dos monarcas, o comércio dos escravos, como a nobreza hereditária, o despotismo sacerdotal, podemos admirar que ainda não fosse lembrada a libertação da mulher.

Como a sociedade era constituída até as últimas gerações a desigualdade era sua verdadeira base, as associações com iguais direitos quase que não existiam, a serem iguais em serem inimigas, duas pessoas não podiam cooperar para uma coisa ou ter uma relação humana e amigável sem um ser superior a outra.

A humanidade é presentemente adulta e todas as coisas tendem para a substituir, como um princípio geral das relações humanas, uma justa igualdade em lugar da dominação do mais forte, mas, de todas as relações, a mais íntima é a do homem e da mulher, e, em conexão das mais fortes emoções seria de certo a última para sacudir o velho regime e aceitar o novo, em proporção às forças dos sentimentos e a tenacidade com que ele anexa as formas e as circunstâncias com que se associara.

Quando uma preocupação que anexe os sentimentos reduz-se a desagradável necessidade de terminar razões, pensa ter feito bastante quando se repetem estas frases que apelam os sentimentos existentes.

Muitas pessoas pensam ter suficientemente justificado a restrição do campo da ação da mulher, quando elas dizem que as pretensões das mulheres em coisas de que são excluídas são contra seu sexo, não é a sua esfera política e a publicidade, mas sim a vida privada e doméstica.

Deve-se negar o direito de uma parte da espécie humana decidir da outra parte, como de um indivíduo decidir de outro indivíduo, sobre sua esfera, a própria esfera de todos os entes humanos, é a mais alta e larga que pode alcançar e, qual é ela? Não pode acertar sem completa liberdade de escolha.

Deixe-se cada ocupação aberta para todos, sem favorecer uns e desanimar outros, e os empregos caem por sorte a quem mais os merecer.

Não é de temer que uma ocupação que um homem exerce, melhor seria se fosse dado a uma mulher.

Cada indivíduo deve provar sua capacidade na ocasião que pode ser procurada e o mundo terá os benefícios de melhores faculdades, mas entrevir por uma arbitrária e declarar qualquer que seja o gênio, talento, energia, força de inteligência de um indivíduo de um certo sexo ou classe, estas faculdades não devem ser exercitadas ou podem sê-lo somente de uma ou outra maneira que as outras, é permitido usar das suas, não é somente uma injustiça de indivíduo, é um detrimento a sociedade que perde o que ele pouco pode poupar, é assim o melhor modo de asseverar que na classe ou sexo tão algemado não existe as qualidades que não pode exercer por se dizer que a sua esfera é somente doméstica, e não tem capacidade para outra, mostra isso grande ignorância da história. Mulheres há que tem mostrado grande aptidão para funções públicas em proporção das que foram admitidas: mostraram grande vocação para governar e reinar, os exemplos estão com Maria Thereza da Hungria, Elisabeth da Inglaterra, Isabel de Castela, Catarina da Rússia, Cristina da Suécia, Blache, mãe de Luiz IX da França, Joana D'Albret, mãe de Henrique IV, e muitas outras que mostram tanto na Antiguidade como na história moderna.

Quem teve mais contratempos para vencer do que Maria Thereza? Que rei mostraria mais energia? E vencida tudo triunfante.

Mesmo na Ásia, meio bárbara, têm-se visto princesas durante a minoridade de seus filhos darem exemplos de uma administração rigorosa.

Mesmo na Idade Média, quando as mulheres representaram na ausência de seus maridos em suas funções e autoridades, muitas heroínas como Jean Montfort, a grande Derbé, condessa do tempo de Carlos I, se distinguiam pela sua capacidade política como militar, e nos séculos imediatos, antes da reformação, senhoras de casas reais como diplomáticas, como governadoras de províncias ou como os mais confiados conselheiros dos reis, iguaram com os primeiros homens de Estado e o tratado de Cambraia, que deu paz à Europa foi em conferência, onde só foram presentes a tia do imperador Carlos V e a mãe de Francisco I.

Acerca da aptidão das mulheres para a política é inegável, mas a disputa pode tornar e a política é conveniente para a mulher, quando se alegam razões para excluir as mulheres da vida ativa: a primeira, é a maternidade, a segunda, os trabalhos domésticos, a terceira, seu caráter fraco, a quarta, a rivalidade com o outro sexo. A respeito dos empregos lucrativos, a primeira razão que é a maternidade, não é justo e necessário ordenar as mulheres que não façam mais do que ser mães e, quando assim fosse, de nisso ficarem toda a vida, logo, nem mulheres nem homens precisam de uma lei que exclua eles de uma ocupação quando eles têm empreendido uma outra que é incompatível com ela. Ninguém se lembra de excluir o sexo masculino porque um homem pode ser soldado em serviço ativo ou marinheiro, ou negociante, ou enfermeiro, que requer todo o seu tempo e sua energia. Dez partes de homens são excluídos da vida pública por suas obrigações como se o tivessem sido pela lei, mas não basta essa razão para fazer leis que excluam dez partes que façam parte na formação dessas leis e do governo! A razão deste caso para as mulheres é a mesma que para os homens: onde existe uma incompatibilidade real não é necessária a lei, mas a injustiça fazer da incompatibilidade um pretexto para a exclusão dessas que não estão nesse caso.

Não é razão ou necessidade que todas as mulheres devam escolher e dedicar suas vidas somente as funções do matrimônio e suas consequências. Numerosas mulheres são mães e esposas porque não está aberta outra carreira para elas, para suas ocupações como para seus sentimentos e atividade. Todo o melhoramento na sua educação e esclarecimento das suas faculdades, tudo quanto pudesse pô-las aptas para o outro modo de vida, acrescentaria o número dessas a quem é uma injúria dizer que as mulheres devem ser excluídas da vida ativa porque a maternidade a exclui dela.

É o mesmo que dizer que a maternidade é o seu único recurso. Enquanto a mulher subsistir somente pelo trabalho do marido não pode representar na sociedade e sempre estará exposta e maltratada, especialmente pela classe dos homens pouco ilustrados. É objeção já

citada que o mundo e seus embaraços fazem as pessoas insensíveis e egoístas, que as lutas e rivalidades fazem misantropos, colisões e negócios políticos ambiciosos, mas se metade do gênero humano fosse obrigado a render-se a isso, é mais necessário que metade deva ser isenta de preservar a mulher de más influências do mundo e, o único remédio, é de prevenir entregar-se a outro sexo totalmente.

Este argumento seria plausível quando o mundo estivesse ainda na época da violência, quando a vida estivesse cheia de conflitos físicos e cada um tivesse de satisfazer suas injúrias ou a dos outros pela força de seu braço.

As mulheres como os sacerdotes eram isentas destas responsabilidades, eram aptas somente para exercer uma influência benéfica, mas, na condição presente da vida humana, raramente é o homem obrigado a combater com armas mesmo pacíficas. As inimizades e rivalidades são nulidades nas transações humanas mundanas.

A pressão geral das circunstâncias e não a vontade oposta dos indivíduos é obstáculo para fazer face contra eles. Esta pressão quando é excessiva quebra o espírito e choca a arreda os sentimentos, assim nas mulheres como nos homens, entre estes, porém, nos casos em que a mulher não sofre menos e com calma sempre aparecem brigas e desaprovações.

O chefe feudal acha seu inimigo implacável em seu poderoso vizinho, o ministro e cortesão em seu rival, pelo lugar, mas a oposição de interesses na vida ativa como uma coisa de animosidade pessoal é fora da data.

As inimizades presentemente resultam antes de coisas pequenas que grandes, mais vezes falatórios que ações e, se a malícia, o ódio, a pouca caridade pode-se achar entre as mulheres como entre os homens, no presente estado de civilização, a compreensão de afastar as mulheres do mundo e sua influência podia ser somente realizada em excluí-las da sociedade totalmente.

As obrigações da vida comum, como estão presentemente constituídas, são incompatíveis com outra brandura que não a fraqueza na mulher.

Fracas inteligências em corpos fracos é de supor nem podem ser atrativo, nem ter amizade, mas em verdade, nenhum destes argumentos considerados toca a este objeto, a real questão é que se é direito e progressivo que metade do gênero humano deva passar em um estado de vida de subordinação forçada a outra metade, se esse é o melhor estado da sociedade, que sendo dividido em duas partes, uma consiste de pessoas com uma vontade e uma existência substantiva e a outra de humildes companheiras, ligadas somente a essas pessoas para criar seus filhos e fazer-lhe a vida doméstica agradável, se esse é o lugar destinado a mulher, então é um

benefício criá-las na última ignorância, fazê-las acreditar que a maior fortuna que lhes pode caber é serem escolhidas por um homem para esse fim e que qualquer outra carreira que o homem chama feliz e honrosa é lhes fechada pela lei, não pelas instituições, mas pela natureza e destino.

Quando perguntamos porque metade do gênero humano deve ser sujeita a outra metade, porque a mulher deve ser uma qualidade de traste para o homem, proibida de ter seus interesses próprios, medir prazeres dela pelos seus, que razão se pode dar? Que o homem quer viver por sua conta e a mulher por conta dele, e as qualidades e conduta em indivíduos que são agradáveis aos governadores, sucede-lhes a muito tempo fazer estes indivíduos a eles mesmos, considerados com virtudes apropriadas.

Silvério tem razão quando diz que o mundo chama virtudes as qualidades que lhe são agradáveis.

O tipo da virtude da mulher é a submissão, resignação e paciência, eles juram fidelidade nos braços das meretrizes, então o juramento da mulher é mais sagrado do que o do homem? São como os padres gordos que pregam sempre jejum e mortificações e não deixam escapar para si um vinho madeira.

O homem sempre censura a virtude da mulher e não considera que ele faz em outra casa o mesmo crime que ela faz na sua.

O homem diz que deve trabalhar para filhos alheios e o homem torna-se ladrão da sua família, porque estes obséquios das mulheres são raramente sem interesse e o homem não tem permissão de despender, o que pertence a sua família com prazeres criminosos.

Se num ato existe imoralidade não é quando o homem a pratica? Da vida irregular do homem resulta o aniquilamento da saúde de sua mulher e filhos. Se imprudente pratica o adultério, arrasta ao abismo uma vítima de seu crime e, quando se der o caso da sedução de uma donzela, deve-lhe pesar na consciência porque expõe esta criatura a desconsideração da sociedade e, seu filho, deve-lhe pesar na consciência, porque expõe esta criatura a desconsideração da sociedade e, seu filho, deve-se criar em uma roda a ponta pés. Animal algum abandona seu filho, só o homem! Como eles querem escusar o adultério? Porque não se podem forçar eles a responsabilidade, contam ser lavados dela sem prejuízo. O crime oculto não deixa de ser crime, o homem é o fundador da família, se gasta suas forças por fora só pode produzir filhos débeis, doentios e estúpidos, que é uma desgraça tanto para a mãe como para a pátria, que precisa filhos robustos, saudáveis e fortes, e como a mulher terá zelo de cumprir com suas

obrigações, de ajudar-lhe na pobreza, de servir-lhe em uma moléstia com o carinho que se pode exigir de uma esposa amada quando ela sempre teve um marido para outras.

Não é para admirar quando se veem mulheres desviarem-se do caminho da virtude, quando são abandonadas por seus maridos, toda a má ação tem seu castigo e segue-se sempre as represálias, bem poucas pessoas lembram-se deste dito errar é humano, perdoar é divino – A desmoralização dos maridos produz a desmoralização das mulheres.

O progresso do melhoramento impôs a todos pormenores do poder e, também os que tem poder doméstico, uma obrigação correlativa. Não se deve supor que ela exista somente em proteção que o presente estado da civilização faz dispensável, é preciso envolver interesse para sua mulher e consideração de seus desejos como se fossem seus, com sacrifícios dos seus próprios. O poder dos maridos tem alcançado a mira do poder real, quando a opinião ainda não questionava a equidade do poder arbitrário, senão teoricamente a uma certa prática de extensão, condenava o erro egoísta dele, não é uma situação mais dificultosa e desfavorável que a sustentação de elevação de caráter ou força de inteligência, como viver na sociedade e procurar pela preferência simpatia de inferiores em dotes mentais.

Nós vimos todos os dias que talentos que prometem muito mostram pôr fim ao contrário, porque o aspirante só se compara consigo e não procura melhoramento ou estímulo para se medir com seus iguais ou superiores, no estado presente da vida social é a geral condição do homem, a melhor companhia está entre iguais, mas entre desiguais produz o que bons observadores têm notado sem perceber a causa, uma progressiva deterioração nos quais tem sido considerado até agora as excelências masculinas.

É necessário que derrubemos esta opinião que a mulher é inferior ao homem. Existem e existem mulheres que brilham com seu espírito, como os homens mais inteligentes do universo, só não tiveram ocasião de o exercerem como o homem, não é só das faculdades, mas dos pequenos objetos e interesses nos quais eles se exercitam que elas influem no homem e nas suas faculdades e capacidades, como aspirações. Argumenta-se, a mulher terá a mesma liberdade e terá entrada nos empregos, há de se dar uma injuriosa adição à multidão dos competidores pelos quais encontrarão embaraço nos empregos e sua remuneração restrita, não se deve tirar o direito de cidadão a mulher, este argumento de rivalidades dos empregos não alcança a questão política. O sufrágio, a admissão a legislação tem também os ramos da indústria, e como será aumentado o rendimento dos casais quando a mulher ganhar, também, ainda que muito menos, sempre será preferível do que o homem só ganhar e a maior parte só gasta, debaixo das leis

presentemente a respeito da propriedade, uma mulher que contribui materialmente para sustento da família não pode ser tratada com a barbaridade que é aquela que somente é guarda-chaves do marido, dependente do homem para sua subsistência, mas logo que a rivalidade é a lei geral da vida humana é uma tirania excluir metade dos competidores.

Diz-se que as mulheres são companheiras e não são escravas, que união pode existir nesta sociedade, ele pode fazer o que quer e impedir o que nós queremos, diz-se que a mulher governa o homem, não é verdade, mas poucas vezes toda a sua condescendência é somente com as meretrizes. Que esposa teve influência como Mme. Pompadour. Mme. Maintenon e muitas outras que podíamos citar presentemente? Eles consentem que a mulher tenha educação, não podem ser companheiras de um homem cultivado e um homem que acha interesse em coisas superiores quer que sua companheira simpatize com ele no mesmo interesse. Se um dos dois não tem conhecimentos, não dá importância a grandes ideias e grandes planos que honrem a vida e só se interesse por futilidade e vaidades, sua influência reduzirá logo em segundo lugar os interesses que, ele ou ela, não podem partilhar ou os extinguirá totalmente. Aprovam que a mulher civilize sua inteligência, que cultive a poesia, as artes, alguns consentem mesmo que elas se apliquem a leitura e que se informem alguma coisa a política, não para se meter nela, mas para sentir interesse no objeto ou sustentar sobre isso uma conversação. Daí vem que poucos homens avançam na sabedoria porque eles se associam sempre com discípulos. O homem só pode avançar na cultura quando viver com seu igual. A companhia que é vantajosa é dos espíritos ativos, só aí haverá verdadeira união e não somente no contato de um espírito ativo com outro passivo.

A educação da mulher presentemente pende mais para uma informação superficial dos objetos sólidos do que para uma sólida instrução.

Muitas coisas são ensinadas a mulher, mas nenhuma com perfeição e muitas esquecendo por negligência que são misteres.

O que faz as criaturas inteligentes é o poder do pensamento, o estímulo que chama para este poder são o interesse e dignidade do pensamento, e mesmo um campo para sua aplicação à prática. Ambos estes motivos são contados a uns, a quem se prega desde a infância que o pensamento e sua grande aplicação são parte do sexo masculino, entretanto, que o quinhão da mulher é agradar, que a mulher não tem gás para meditar, quando no homem a faculdade de pensar não é desenvolvida, também ele não pode meditar.

Todos os dias se vê homens estarem um grande número de anos nas academias, universidades e, por fim, comprarem diplomas na Holanda por dois contos de réis, e se tem eles por grandes sabichões estes homens tem gás? Porque então não alcançam nada? Porque o verdadeiro talento é tão raro no homem como na mulher, assim como o gosto das letras, por que a maior parte das pessoas vive só para os interesses pecuniários e para o material, se falamos sobre o efeito da posição da mulher combinado com a constituição presente da vida casada, não temos em vista os mais favoráveis casos onde existe uma simpatia real, esta união de caráter, igualdades de maneiras de viver, que a teoria da relação contempla como sua bandeira ideal, mas se olharmos para a maior parte dos casos, o efeito da inferioridade legal da mulher, no caráter de ambos, deve-se pintar com cores mais escuras onde não há nem união de caráter e de sentimentos, em tais casos, a influência da dependência da mulher desmoraliza o caráter de ambos: a opinião comum é, seja qual for o caso intelectual, a influência da mulher é sempre beneficente sobre o homem, é o antídoto do egoísmo, entretanto, seja como for, a influência pessoal, a influência de posição, tende a eminentemente promover o egoísmo, o mais insignificante homem que não tem influência, nem posição, nem considerações, e não pode ter, acha lugar onde seja chefe ou cabeça: há pessoas que são muito superiores e que vem-se obrigados a consulta-los.

Ele é juiz, governador e magistrado em seus negócios comuns, árbitro de todas as questões entre eles.

A justiça ou a consciência a que a sua apelação deve ser feita é a sua justiça a sua consciência, ele tem a balança na mão, apesar de seus próprios clamores e dos outros.

Existe um único tribunal na vida civilizada em que a pessoa reúne o juiz e a parte: um espírito generoso em semelhante situação inclina a balança para um lado e, do outro, a igualdade, e assim pode acontecer que o lado mais fraco torne o fato de dependência em um instrumento de poder, em falta de justiça, e tornar uma vantagem abusiva desta generosidade, torna-se um poder injusto, a bons maridos um tormento e uma carga que não querem fazer dele um uso egoísta, mas porquê?

Quando os homens de mal caráter estão revestidos deste poder sem reciprocidade, sem responsabilidade, entregar esse poder a um homem, assim, primeiro, em lei e opinião, e que o que quer é a sua parte e submeter a mulher.

É absurdo supor que isso se introduza no seu espírito sem ter parte ou efeito nos seus sentimentos como na prática de suas ações, ser ele o primeiro objeto de consideração e os

outros, o segundo, não é tão raro, como tudo está arranjado permitir a sua indulgência. Se a vontade é só do homem, torna-se o déspota da sua casa, sendo ignorante.

A mulher, muitas vezes, faz a sua vontade, mas quase sempre ou por muito barulho, ou por muita lisonja, esta posição corrompe igualmente ambos: em um produz os vícios do poder, no outro os do artifício.

As mulheres no seu estado físico como moral tem mais fortes impulsos, querem ser naturalmente mais desembaraçadas, mais sinceras que o homem. Com tudo isso, as antigas tradições representam-nas como artificiosas e dissimuladas, porquê? Por isso que em todos os objetos tomaram caminhos indiretos.

Em toda a parte, onde a mulher tem fortes desejos e ativas inteligências esta consequência é inevitável.

Nós não falamos dos casos onde existe uma forte afeição de ambos os lados, porque onde ela existe, há um princípio muito poderoso para não modificar totalmente a má influência da situação, muitas vezes destrói esta situação, o amor conjugal, a verdadeira amizade existe somente entre direitos e faculdades iguais.

Por exceção, apareci afeições entre os escravos e senhores, entre sultão e sua favorita, mas estas são exemplos de flexibilidade da natureza humana, que se acomoda com alguma desgraça ou outras piores circunstâncias, e não é que as naturezas comuns, mais facilmente a respeito da influência pessoal exercida pela mulher sobre o homem, torna-os menos duros e brutais, nos tempos bárbaros só essa influência abrandava com sucesso, mas essa asserção que a influência da mulher torna o homem menos egoísta é uma opinião errônea, só se vê egoísmo, primeiro, para a mulher e, depois, para os filhos e todos os atos tem a máscara de obrigação e as vezes o egoísmo da família substitui o próprio, mas só quando ele é concentrado com o seu.

O espírito público, o senso da obrigação para o bem público é nulo para a mulher, porque? Pela educação e por sua situação? E por isso também não é de admirar quando se vê tão pouco patriotismo no homem, muitos dos quais não trocariam suas opiniões políticas por títulos ou lisonja pessoal, nem venderiam suas opiniões se não fossem os rogos de suas mulheres, a maior parte corre atrás destas pueris vaidades porque a mulher dá valor a elas. O que é democracia, o que é liberalismo para ela que não tem parte nisso? Deixe-a Pariah como se achava. O homem quando se casa se inclina para o conservadorismo, principia por simpatizar mais com quem tem poder, do que com a vítima, e julga que é justo tomar o partido da

autoridade, e, acerca de progressos mentais, empaca no instante que se une a uma mulher muito inferior a ele.

Não é fato que a experiência traz mais testemunhos que toda a influência social e simpática que não eleva, rebaixa, tende a vulgarizar o espírito e não tende a estimular e exaltar a inteligência.

Para interesse tanto dos homens como das mulheres e do melhoramento do mundo, no mais largo senso, a emancipação da mulher que o mundo moderno se gaba que tem efetuado e acreditado, a civilização e o cristianismo, não pode parar aí.

Se é necessário que o gênero humano fique desenvolvido e o desenvolvimento do homem é indispensável, então o sexo feminino fica totalmente dependente da influência do outro, em vez disso, o homem deveria associar-se intimamente a mulher, libertando-a, elevando-a sem aviltá-la. Deixem as mulheres civilizarem-se e todos os males da nossa sociedade desaparecerão com a emancipação da mulher.

Primeiramente, as guerras, depois, a pobreza, o homem não precisará trabalhar para dez mulheres para satisfazer suas puerilidades, desaparecerão suas moléstias que desgraçam hoje gerações inteiras, as mulheres educarão depois melhor seus filhos, a mulher não viverá como presentemente só para a cama e para o espelho, mais altos fins hão de encher a sua existência, depois poderá ser chamada companheira do homem, não como agora, que usurpa somente o nome, porque uma esposa não passa de um hóspede em sua própria casa.

Pretendem dizer que muitas mulheres são contra a emancipação do seu sexo porque o hábito da submissão produz no homem, como na mulher, um espírito de escravidão.

As mulheres asiáticas, que vivem reclusas no seu arem, censuram as mulheres da Europa de receberem visitas de homens e passearem sem véu, isso então prova que as mulheres devem ficar sempre na mesma posição, porque a população da vasta Ásia nem deseja, nem sabe avaliar a liberdade e usar de seus direitos que foram tão ousadamente usurpados, é provável que eles não autorizem a liberdade política, como o selvagem do bosque a civilização, isso não prova que não era para desejar para elas, ou que não gozarão para o futuro da liberdade.

Os costumes endurecem naturezas humanas para um gênero de degradação, pelo assassinato da sua natureza que quer resistir, há muitas outras castas que lhes foi ensinada a sua degradação como uma honra.

O argumento esclarece o segredo de saber que a alegada preferência da mulher pelo estado de dependência é puramente aparente, e resulta que lhe não foi concedida a escolha,

porque se a preferência é natural, não é necessário força-la pela lei, a fazer leis para forçar os povos, a sua inclinação, nenhum legislador achou necessária.

O argumento que as mulheres nunca trabalharam para sua liberdade foi no décimo sexto século, na Alemanha, onde a duquesa de Vurtemberg alugou tropas, mas não saíram a campo porque as da oposição foram muito fortes.

Se em mais épocas não o empreenderam é porque os povos jaziam na escravidão e, ainda mais, a mulher, que por sua triste educação foi sempre criança grande. Não há mulher alguma que não deseje a liberdade, se ela não manifesta esse desejo é porque não se quer comprometer com aqueles de quem depende, sua posição é igual à dos trabalhadores e rendeiros que votam contra seus interesses para agradarem a seus patrões, com a adição que as mulheres se prega desde a infância a submissão como um atrativo e graça do seu caráter.

Ensinam-lhe que repelir uma injustiça admitida é imprópria, é um crime e são acusadas como rebeldes a qualquer ordenança da sociedade: é-lhes sempre pregada a imputação de ofensa contra seu sexo.

É necessária uma coragem moral extraordinária, como a imparcialidade numa mulher, para expressar opiniões em favor da liberdade do seu sexo e até não há esperança de a obter. O bem-estar da sua existência depende desses que usurparam esse injusto poder, e para eles possuidores é a maior ofensa uma queixa que censure o abuso de uma subordinação flagrante. A posição das mulheres nesta matéria faz lembrar os ofensores do Estado das épocas antigas, que no ponto da execução protestaram seu amor e devoção a seu soberano, por cujo injusto mandado foram executados.

A duquesa de Buckingham no tempo de Henrique VIII, e algumas senhoras literatas em Inglaterra, falaram a favor da escravidão da mulher e da sua completa satisfação com um lugar na sociedade, excitando, desta maneira, uma influência muito prejudicial sobre os homens que aceitam a servilidade como concessões a força da verdade, não considerando que é interesse pessoal destas mulheres professarem opiniões que são agradáveis aos homens.

As senhoras de grande fama literária são as últimas a proferir a causa de um sexo, a sua própria condição social depende da opinião dos homens, por seus interesses literários e femininos, e tal é a opinião que elas têm dos homens que não há um dentre mil que não queiram ser feliz à custa da mulher e não tema a força moral, o espírito e a sinceridade em uma mulher, pensam que as senhoras literatas são sempre más mulheres, sem alguma graça, e por isso querem com um estilo humilde com que escrevem ganhar sua aprovação, com tudo isso eles

sempre olham com más vistas para aquela que tem talento, mas a época de hoje mostra o contrário em todos os países civilizados, como na França, Alemanha, Inglaterra, Bélgica, Estados Unidos, que gritam contra a sua escravidão, especialmente a classe ilustrada, porque o lugar que ela ocupa é insuportável, o que prega a liberdade da mulher com todo o desembaraço sem se importar de se comprometer com os homens de quem depende.

Clamam geralmente para receberem uma educação igual à do homem, direitos políticos como cidadão.

É de esperar que os exemplos dos Estados Unidos sejam seguidos em todos os países civilizados, especialmente na Inglaterra que, desde 1852, está o sexo feminino fazendo progressos políticos, principalmente nos distritos das manufaturas, e onde as mulheres mais se revoltaram foi em Birmingham e clamaram pela igualdade de direitos entre os casados, e a destruição das leis que fazem da mulher um traste, como em Sheffield, onde foram concedidas eleições para as mulheres.

Nós nos felicitamos sobre o progresso da educação feminina, ainda que falte muito para sua educação, Íris e Minerva mostram apreço que os antigos davam a inteligência feminina, nós nos lembramos do nobre tributo que Platão deu ao gênio da mulher no seu banquete. Citamos a grande linha das senhoras instruídas e completas de Joanna Grey até Elisabeth Barret. Citamos também os povos árabes e espanhóis, entre os quais houveram mulheres leitoras públicas e secretárias dos reis. Lembramo-nos da Sra. Hiesha, filha de Mahamed-bem-Laduim, que foi tida pelo maior gênio que produziu décimo século, ela brilhava em poesia e seus conhecimentos em medicina, matemática e outras ciências que floresciaam neste tempo: nas palavras dos historiadores mouros, ela era uma fonte de ciências, uma montanha de discrição e um oceano de instrução, isso é a definição dos arábicos, que muitos homens medíocres queriam chamar homem-mulher.

Havia no tempo de Fernando e Isabel professoras clássicas de retórica feminina em Salamanca, Alcalá, a oradora Suzana Drassowich, que teve entrada na assembleia quando a Hungria se achava nas maiores angústias, ela a salvou com seus conselhos e enchia os jornais com suas orações em latim.

No reviver das letras na Itália podíamos citar Lucrecia Bórgia, Victória Collona e no século décimo quinto as poetizas que se distinguiram.

Os visitantes da universidade de Pádua ainda observam com admiração a estátua da bela e instruída professora Elena Cornero, astrônoma, poetiza, música e professora em línguas,

o papa Beneditino XIV deu a célebre matemática Maria Agoria o lugar de professora apostólica na universidade de Bolonha.

Ganganelli escreveu em 1765 a uma senhora que lhe enviou uma tradução de Locke, expressando sua satisfação porque a sucessão das senhoras instruídas era, ainda, sustentada na Itália.

Nós citamos somente alguns exemplos de inumeráveis fatos, como também indicamos nossas leitoras a afamada obra de Pedro Ribeiro, intitulada – *Os Imortais Triunfos e Empresas de 845 Mulheres* – e a livraria do conde Ferry, em Pádua, em 1852, consistindo somente de trinta mil volumes escritos por autores femininos.

A sra. Smith explicou a experiência prática, exerceu por muitos anos o emprego do ensino a ambos os sexos nos Estados Unidos e em vários estados da Europa, observou mais aptidão no sexo feminino e o progresso era igual, mas, mais tarde as meninas afrouxaram, conhecendo-se a diferença ela perguntou a uma delas a razão, e ela explicou-a dizendo: que os moços aprendiam e não afrouxavam porque seu aprender dava-lhes esperanças, mas que esperavam elas de sua pena, de seus estudos? Que o seu fim na sociedade não tinha valor para as inspirar.

Se as mulheres não alcançaram o grau de ciência do homem é porque faltou-lhe sempre um estímulo, não se pode negar esta verdade.

Um deputado dos Estados Unidos contou que algumas senhoras lhe pediram com lágrimas nos olhos que lhes ensinasse um modo pelo que elas pudessem encher seu tempo e absorver seus pensamentos. Uma menina da aristocracia, em Londres, disse que os moços só estudam com entusiasmo a ciência com interesse nos empregos lucrativos.

Nós devemos lamentar o descontentamento que nos dão por benevolência da sociedade e conhecer que dar educação sem um fim não é mais do que fortificar as asas de um pássaro na gaiola. É evidente esta convicção, que uma alma imortal necessita para seu alimento mais alguma coisa do que visitar, passear, enfeitar-se, dançar, ler novelas, fazer choche, ou fazer quitutes, é uma triste coisa ver depois que a mulher é instruída, que dedica seus mais belos anos a ciência, não se fazer caso do seu talento como uma senhora filha de um deputado da Bahia, que trouxe todos os documentos dos belos exames que fez na Alemanha e mostrou o seu diploma de medicina e não queriam dar licença para ela curar: isso não é despotismo? A sociedade que quiser progredir deve-se utilizar de todos os talentos que se oferecerem.

Todas as mulheres que pensam e tem uma alma elevada devem viver descontentes do lugar que ocupam na sociedade, só as estúpidas e indolentes acham esta vida satisfatória, que fazem menoscabo do seu tempo, que o acham bem empregado no espelho, ou dançando, ou fazendo visitas inúteis, ou conquistas a sua custa.

Com a exclusão das mulheres dos empregos intelectuais vem também a exclusão de ocupações lucrativas, sobre o que não nos queremos demorar, mas clamamos que se lhes abra a carreira aos talentos, deixem-nas escolher aquela para que se inclinarem, deixem-nas ser, se quiserem, capitães de navios, como a célebre Kiss Betsei Miller, que há dois anos comanda o Brigue escocês Clotus, e, entretanto, dizem que a mulher é incapaz para a ação, como seria engraçado debatendo-se no porto de Belfort em uma tempestade e ela animando os marinheiros com sua energia! A prova da esfera é o sucesso, se Miss Miller pode passear pelo convés, Mme. George pode arguir casos na Corte, se algumas senhoras sabem desenvolver as transações de uma grande casa de comércio, se Maria Mitchel sabe descobrir cometas e Hasiat esculpir estátuas, se Apolônia Jasiela pode combater em uma revolução da Europa e Mme. Pintoam defender a inocência no tribunal e desenvolver as mais complicadas demandas, e ter fama de primeiro advogado nos Estados Unidos, se Harriet Heent sabe curar moléstias que foram declaradas incuráveis. Antônia Broun pregar excelentes sermões e Maxhouvel escrever interessantes jornais que têm subscritores em todos os países civilizados e lhe rendem por ano perto de 30.000 dólares, eles dirão que isso são exceções, por força que são exceções, que raro é o pai que se lembra de dar uma educação esmerada as suas filhas, porque a maior parte dos homens olham para uma mulher como uma máquina que só serve para a propagação.

As mulheres se esmerariam nas artes e ciências se tivessem a mesma educação e se se achassem nas mesmas circunstâncias dos homens. É inegável que tudo se reúne para desanimar a mulher, para cada um obstáculo que vence o homem de engenho, a mulher vence dez. Margarida Euller não cessa de contar a história inteira dos pequenos insultos e incômodos em que ela incorrera pelo simples esforço de tomar o lugar que lhe pertencia. Alguns críticos duvidaram da propriedade que Elisabeth Ranet aventurava escrevendo versos tão pomposos. A mulher deve ser o objeto amável da poesia, mas nunca ser autora, a primeira lição para uma menina é fazer-se agradável e para um menino ser útil e sábio. Pais, parentes, púlpitos pregam-lhe o mesmo evangelho, se abre os livros, os jornais, encontra neles a mesma teoria. Há dias ainda que li esta asneira num jornal: “A missão da mulher é de se fazer muito agradável aos homens.” É o mesmo que o dito de Milton: “Ele para Deus somente e ela para Deus nele.”

As mulheres não devem se meter na história, diz um célebre escritor, porque a história pede ação e para esta são elas incapazes. O contrário mostra Margarida d'Anjou, Rainha Bess, a condessa de Derby, Flora Magdonald e Graça Danling. Goethe dizia que os diletantes e as mulheres têm ideias fracas da poesia. O dr. Chomine em uma conversação sobre a exclusão e domínio em religião censura muito as mulheres que se esquecem da ternura de seu sexo e argumentam sobre teologia.

O homem pensa que a poesia da mulher deve ser sempre secundária e relativa. Um deu este exemplo: “Este menino pode ser ainda um segundo Washington ou Napoleão.” E para a menina: “Ela pode ser a mãe de um Cícero ou Franklin.”, em vez de dizer que poderia vir a ser uma Mme. Stael ou Mme. Rolland, uma Maria Caetana. Eu vi a desaprovação de várias senhoras nesta ocasião, isto quer dizer que a mulher não tem outra mira senão o casamento, como se na vida não se tivesse mais nobres obrigações, com a grande diferença que onde existe o estímulo para o jovem há uma mão de ferro que oprime a mulher e a desanima, por isso, não se pode esperar o desenvolvimento das faculdades da mulher para vários empregos com a mesma facilidade, as diferentes funções convenientes a mulher devem ir mais lentamente pela mesma razão, porque é mais fácil subir duas vezes um rio contra a corrente do que descer pelo mesmo. Se o espírito da mulher é tão fraco, porque se lhe deixa lutar com tudo quanto o homem afasta de si? Há sobre isso a inconveniência a respeito da força maior que quer ser desenvolvida pelo encontro das preocupações: é provável corromper a simetria e graça de caráter que causa antipatia contra as mulheres distintas. Deem educação e posição acessível a todas as mulheres e esta fonte de aversão há de acabar.

É admirável que nos países onde o direito de ação política e universal é mais prezado e conservado com mais zelo entre os homens, sem escrúpulos o negam a mulher. Em vários países da Europa, como na Suíça, na Suécia, os sexos param numa linha a este respeito: a distinção não é do sexo, mas sim da posição, poucos homens podem ser reis, senadores e primeiros ministros, e poucas mulheres podem ser rainhas, senadoras e chanceleres. A massa de ambos os sexos é igualmente afastada da participação direta dos negócios públicos, assim, nem homens, nem mulheres se degradam nem são enganados. Alguns dos ministros mais eminentes da Europa e pensadores do último século falaram contra esse princípio de sufrágio universal que se incluíssem as mulheres na consistência estabelecida, esse era o caso, por exemplo, com Pitt e Coleridge. Talleyrand diz que ver metade do gênero humano excluído de toda a

participação do governo é um fenômeno político que nos princípios abstratos é impossível explicar.

O princípio da aristocracia é admitido, diz Tocqueville, no momento em que nós rejeitamos um sufrágio absoluto e universal. O direito da mulher foi reconhecido entre os democratas europeus como Condorcet, Jieijes, Godwin, Bentam. A esta prerrogativa, Tocqueville diz que a exclusão da política é a exclusão da existência e metade do gênero humano é excluído dos direitos civis.

Não é para admirar que os homens sejam tão polidos para com o belo sexo, eles querem reconciliar suas injustiças para com o sexo fraco com cumprimentos e galanterias e tirar direitos para conceder favores. O homem usurpa o solo onde ela está em pé e pede licença a mulher para lhe oferecer uma cadeira.

Cavalheirismos, disse a sábia alemã Rahel, é uma mentira da poesia necessária para reestabelecer a igualdade dos sexos. Os mais ilustres escritores católicos censuram a maior parte das instituições que são inimigas da influência da mulher como de sua importância. Nas repúblicas é onde a mulher é mais rebaixada e roubada porque o homem quer sempre privar daquilo que ele mais preza. Na Inglaterra é manifesto pelo concílio que mulher pode servir em todos os empregos do reino como rainhas, espões de polícia, marechais, comissárias, inspetoras de canais, aquedutos, camareiras, governadoras das fábricas, inspetoras dos adros das prisões, criadas de polícia, escritãs, guardas livros. O emprego de carcereiro foi sempre exercido pela mulher.

Em uma ação da lei era determinado que as mulheres solteiras, senhoras de um castelo ou domínio, podiam votar para membro do Parlamento e é sabido que Miss Pachington dá dois votos, o emprego de camareira-mor era ocupado por duas senhoras e o lugar de secretário da rainha também já foi dado por várias vezes a senhoras, assim como de guarda-chaves dos portões das cidades.

Em uma freguesia de Norfolli deu-se o emprego de escrivão a uma mulher, porque numa população de 600 pessoas não se achou um homem que soubesse escrever bem.

Na coroação do rei Ricardo, a dama Margarida Dimoch, mulher de Sr. Dimoch, requereu o lugar de campeão do rei por possuir um domínio em Linconshire e a desafiar todos os que se opusessem aos direitos da coroa e a condessa de Pemvock Dorset Montmoreney tinha o emprego de chefe hereditário de Vestmonoland e o exerceu em pessoa, no tribunal de Appleby

teve lugar entre os juízes, como também Lady Raus, em Siffolkshire, debaixo do reinado de Alma, que foi cingida com uma espada igual aos outros magistrados.

É um fato memorável que o mais importante tratado na Europa moderna, a paz de Cambraia, foi negociado em 1829 exclusivamente por duas mulheres, Margarida de Carlos V e Luiza, mãe de Francisco I, e é conhecido como *Traité des Dames*.

É certo que um nobre monumento da influência da mulher em um mundo onde são abençoadas por fazerem a paz.

Foi concedido a Lady Berquelai convocar os jurados e teve entrada na sessão de Hail debaixo do reinado de Henrique VIII. Também empregos nos correios nós podíamos bem desempenhar, não se veriam de certo essas desordens que se veem agora nas províncias. Nos Estados Unidos já exerciam as senhoras este emprego muitos anos antes da sua emancipação e não houve razão de queixa.

É inegável que a desigualdade de direitos políticos entre o homem e a mulher é uma injustiça absoluta.

Cada indivíduo, homem ou mulher, não é o mesmo perante Deus? Não tem a mulher igualmente um corpo para ser protegido, uma alma para ser salva? Porque o homem há de ter mais liberdade que a mulher? O homem ignorante, estúpido, de má conduta é contado por alguma coisa no Estado e a mulher sendo em sabedoria uma Madame Stael ou tipo de virtude é contada por um zero.

Dizem que as mulheres nunca se revoltaram contra a sua escravidão, é evidente que elas consentiram neste estado de coisas, é uma opinião errônea, é porque a sujeição tem-nos feito ignorantes e tímidas, para bem da pátria não se deve negar isso as mulheres.

Milhares de talentos se perdem entre quatro paredes que podiam fazer inumeráveis benefícios a seus países e introduzir uma cultura em dez anos que em um século não se efetua, e depois acabará a pobreza, porque um homem não precisará trabalhar para dez mulheres e cuidar em sua herança e em seu dote.

A sociedade será mais moralizada porque o homem agora se atira a tudo para sustentar a decência da casa, mas regras do bom tom e ver-se-á diminuir a prostituição de dia em dia, porque milhares de mulheres se entregam a este infame comércio por falta de meios de vida e outras por falta de uma verdadeira ocupação que encha sua alma.

O protesto das mulheres não é contra um abuso especial, mas contra um inteiro sistema de injustiças, e a importância particular do sufrágio político para a mulher é porque ele parece

ser o símbolo de todos os seus direitos. Uma vez que se reconheça a igualdade política dos sexos todas as questões de igualdade legal, social, profissional e de educação se reconciliarão por si mesmo.

Eles veem sempre com a ladainha que as mulheres não desejam liberdade e não a necessitam, as mulheres é que devem decidir sobre isso, é um despropósito o homem querer determinar o que a mulher deseja mais. Deixem-lhes a escolha livre e ver-se-á outro mundo, a mulher não será mais pesada ao homem como presentemente alguns asseveram, será seu consolo, seu alívio, sua coluna a qual se encostará em todos os embaraços da vida, seu conselheiro, sua verdadeira companheira e de quem usurpa o nome.

Não existe sinceridade, nem fidelidade, nem amizade sem igualdade. Não se deve negar que a mulher, mesmo na sua escravidão, tem grande influência, apesar de não ter poder político.

O papa Clemente XIV dizia bem que algumas mulheres que apareceram somente como esposas de príncipes, embaixadores e que não são mencionadas na História, foram frequentemente a causa das grandes ações do Estado. Seus conselhos prevaleceram e seus maridos gozaram da honra de sua sagacidade.

Montesquieu censura os que julgam um governo pelos homens que estão à frente dele e não pelas mulheres que dominam estes homens. Napoleão recomendava sempre a seus espões que observassem as mulheres.

Alguns querem dizer que não precisam do poder político pela força moral que lhe deu a natureza para dominar o homem, mas um poder oculto pode facilmente ser abusado e, é por esta razão, que toda a responsabilidade deve-lhe ser atribuída.

O governo de segunda mão é sempre defeituoso, se históricas demonstrações bastam para notar a grande diferença entre esta grande linha de senhoras que chamam meretrizes que secretamente governaram a França e as nobres soberanas de Inglaterra, Espanha e Alemanha: Montespan e Pompadour contra Elisabeth da Inglaterra, Isabel da Espanha e Maria Thereza da Hungria.

Foi somente nas últimas lutas da monarquia da França que apareceu o tipo de toda a nobreza feminina, Mme. Roland.

A questão é esta: a mulher deve ter influência, de alguma maneira deve-a ter, simples ou de todo responsável, não pela hipocrisia, lisonjas ou aviltamentos, porque com todas estas artes a mulher nunca alcançava justiça de seu parceiro, nunca saía da absurda teoria que cada mulher é legal e politicamente representada por seu marido e, eis aqui uma adequada garantia,

a resposta é que ela foi sempre representada por ele, desde que eles começaram a representar, e o resultado mostrou com este costume o que ganharam as mulheres na maior parte dos países: todo o sistema de leis acerca das mulheres é tão injusto que Lord Broug declarou que era inútil tentar removê-lo.

Deve haver uma nova forma de leis para fazer justiça às mulheres. A injustiça não consiste em um estatuto especial como na teoria fundamental da lei. Não há homem sensato que possa ler os estatutos sobre este objeto, das mais ilustradas nações, sem admitir que foram feitos pelo homem, não com vistas de interesse para a mulher, mas sim em seu interesse próprio. Deve ser confessado por aquele que vê as coisas na sua verdadeira luz, que nem a justiça nem a galanteria são suficientes para procurar uma imparcialidade na posição legal de ambos os sexos. Com que animo pode o homem clamar a continuação desta confidência de suicídio? Há alguma coisa de respeitável no franco barbarismo da velha Rússia quando diz: “Aqui tens lobo a tua ovelha.”

A mulher não é livre nem nos poderes da maternidade, quanto mais em outras circunstâncias, porque tem acontecido milhares de vezes estar uma de esperanças e para anuir a outra vontade perder seu filho, qualquer pequena paixão faz uma mulher abortar e assim torna-se o homem o assassino de seu filho. Não pode ela votar, é uma grande aviltação, ela aprende, ela se aplica para cultivar o seu espírito, para não poder formar uma opinião em matérias civis? Entretanto que o homem, mesmo aquele sem instrução, algum roceiro que não saiba ler nem escrever, pode.

É um absurdo negar a todas as mulheres direitos políticos porque as funções domésticas roubam todo o seu tempo, como se todos os homens fossem excluídos das assembleias porque alguns são marinheiros, alguns soldados em serviço ativo, outros negociantes, cujo comércio requer todo o seu tempo e toda a sua atenção e energia.

Dizem que a mulher não está ao fato de negócios políticos, certo que sim, porque não tem estímulo para estar, deem-lhe ocasião e a inclinação será logo desenvolvida, há receio de apresenta-lo no público com temor da perda de sua modéstia e de sua virtude, dizem alguns críticos, mas seguramente a questão decide-se pela sua maior extensão: os homens calam-se com aqueles que dão concertos, que compõe dramas e representam.

Se a Jenny Lind era um anjo de pureza e de benevolência por consentir parar, cantando e encanando milhares de admiradores, é difícil negar a mulher o apresentar-se nos tribunais para defender a inocência, ou ir para a assembleia para bem da sua pátria? Um bom conselho

pode salvar, como aconteceu na Hungria, que uma ideia de Suzana Drasowich arrancou aquele país de grandes embarços.

Pode-se dançar, cantar, fazer leituras públicas e porque não orar? Os homens dizem que não necessitam dos conselhos da mulher porque são mais instruídos, é uma ideia errônea, muitos doutos ignoram o que um tolo sabe e muitos tolos o que sabe um douto.

Os países que podem progredir são aqueles que fazem uso de todos os talentos que se oferecem. Oprimem a língua da mulher em público e censuram que ela faça uso dela desproporcionadamente em particular. Mas se ela tem que dizer numa ocasião, porque não em outra? Logo, não é falta de poder físico, Mme. La Grange enche tanto o teatro, como La Plache e Tamberlick, e deixai falar aqueles que se inclinam a ideia que semelhante carreira é incompatível com seu caráter.

Leiam a biografia de Elisabeth Ferry e o período mais brilhante que ela teve.

A grande ansiedade que o homem tem é que a mulher só se ocupe em coisas domésticas, e o cuidado que não haja negligência no jantar, porque a primeira qualidade de uma mulher é saber cozinhar bem, mas eles não sabem que nossas maiores autoras escreveram livros de cozinha. O tempo bem repartido chega para tudo, a mulher que só se dedica aos trabalhos materiais é meia mulher, o homem deve consentir que depois que o livro de cozinha esteja escrito e o jantar pronto que a alma da mulher seja livre.

É para admitir que entre as virtudes domésticas existam funções mais nobres que a parte culinária, mas que cegueira é esta, de cultivar uma pelo assassinato de todas as outras faculdades? Então também são incompatíveis as obrigações paternas com as sociais? O pai pode ser tão importante na criação de um filho como a mãe, diz Jean Paul que a mãe marca as vírgulas e dois pontos e o pai o ponto final: porque há de se contentar somente com metade da missão?

Há fatos que convencem bem da verdade desta questão. A rainha Victória está a testa de seu reino e de sua casa e preenche ambas as vocações. E vê-se quase todos os dias nos Estados Unidos que as mulheres que se dão a publicidade são as melhores donas de casa e as mães mais ternas, os vinte e dois netos de Elisabeth Freiu não desmentem e ela foi a conselheira de muitos ministros ingleses e correspondente de muitos soberanos da Europa. É tocante ler que no maior auge de sua vida pública ela escreveu uma obra sobre o trato físico e moral das crianças e censurou muito a maneira de ensinar oprimindo-as, como fazem em Paris, assim como o seu nutrimento, e provou que a maior parte das crianças que morrem é por falta de trato

conveniente, e que a ama que quer desempenhar bem sua missão deve saber alguma coisa de medicina.

Todos os fatos provam que fracos são os argumentos que tendem em excluir a mulher da vida pública.

Os homens precisam do elemento feminino para ficarem melhores. É inegável que há algumas diferenças nos dois sexos. Deus assim permitiu para o grande fim, mesmo nas qualidades femininas, que os homens precisam na vida pública e na esfera da vida.

A nobre influência de Manuelita em Buenos Aires sobre a política e seu cruel pai, o Rosas, é uma prova do que pode aparecer quando essas influências forem legitimadas.

A mulher como uma classe pode ser enganada, mas não totalmente desprezada, a sociedade pode corromper seu senso, mas nunca sua própria devoção. Seus pés são esmagados na China, suas cabeças em várias partes, mas seu coração não é oprimido.

Os homens necessitam tanto na sua política como na sua sociedade de mais coração.

Em vários estados da Europa quem foram os fundadores da sociedade da temperança, senão as senhoras? Quando se principiou a abolir a escravatura na Vestíndia, quando uma mulher empreendeu explica-la. A fatal inconsistência dos que protestam contra uma invasão na posição da mulher existe no fato que eles toleravam terem já os homens concedido muito a recusar mais concessões.

Ela diz: ser escrava ou igual, aqui não há meio termo, é receio que entre a confusão na natureza dos dois, mas a natureza em geral providencia emprega meios adequados que vão ao seu fim.

Lucia Stou diz que a natureza da mulher é estampada por seu Criador e não há perigo que ela perca o seu sexo enquanto os seus olhos vigiarem sobre ela.

A natureza tem tudo a temer do constrangimento, mas nada da liberdade, o único peditório é ser livre em seus desejos e não mulher constrangida pelos desejos dos homens.

Como as faculdades são divididas entre os sexos, demos a força para o homem e a beleza para a mulher, assim é para duvidar que haja alguma diferença que faça sombra sem inferioridade.

Corram para todas as naturezas espirituais assim de homens como de mulheres, deixem haver entre ambos os sexos uma união divina de corações, de vidas, de direitos e poderes, não a tirania do lado deles disfarçada com a capa do cavalheirismo. Lembrem-se dos princípios da independência que todo o governo deve deduzir seu justo poder por consentimento dos

governados, o fim desta instituição e a manutenção e a administração do governo é para segurar o corpo político.

O corpo político é formado por uma associação voluntária de indivíduos, é um contrato social pelo qual todo o povo convém com todo o cidadão, e cada cidadão com todo o povo, que todos devem ser governados por certas leis para o bem comum. É então obrigação de um povo formar um governo, providenciar um modo de fazer leis por uma fiel interpretação e execução.

As mulheres também são indivíduos, elas fazem parte do povo, são cidadãs, a constituição distingue cidadãos masculinos, esta cláusula então concede mesmo que supliquemos. Observem como se expressam, se os povos não têm boas leis, devem ter boa administração e um modo de fazer estas leis. A razão é que as boas leis não são com permanente segurança executadas por iguais métodos. Vossas leis podem ser ainda mais bem-criadas, mas são dadas como uns favores temporários, não como um direito. Os povos devem ter freio, gritam os velhos déspotas, e asseveram que suas leis são boas.

Quando disseram a Alexandre da Rússia que seu caráter pessoal era tão bom para seu povo como uma constituição, dizia ele: “eu não sou nada mais que um feliz acidente.” Vossa constituição nunca quer ser tão benigna a mulher, mais que um feliz acidente fora, se concedêsseis que a mulher também coubesse partilhar o criar.

Nenhum modo é mais équo de fazer leis, mas é tarde para escolher mulheres para deputados? O clamor das mulheres é inesperado, mas é lógico e irresistível.

Em alguns países da Europa tem a mulher poder e direito político, sirva de exemplo a rainha Victória. Em países monárquicos, a linha que divide não é a do sexo, mas sim a da posição na sociedade. Uma mulher plebeia não tem direitos políticos, nem seu marido, mas entre nós o único caráter é o sexo, aqui no Brasil todos os homens são fidalgos e as mulheres plebeias.

Todos os homens têm poder político e nenhuma mulher o tem, é uma aristocracia particular, como diz Tocqueville, qualquer classe que tem semelhante poder é uma aristocracia com oligarquia, nós vemos o resultado disso no modo geral de falar da mulher, não falam nela como num indivíduo e sim como numa coisa.

Um escritor público diz: exceto os criminosos e os mendigos, não há classe que não tenha a liberdade de votar. As mulheres não são pessoas de classe e os leitores nem deram por esta omissão.

Falando ultimamente com um sujeito chamado Silva, disse ele – nós vamos para o progresso e liberdade, todos votarão – eu perguntei-lhe se nós mulheres também, respondeu – não pensava nelas quando falei – logo, assim, eles falam de cada um e de todos e omitem metade do gênero humano.

Li num jornal a descrição de uma grande festividade que todo o mundo e muitas mulheres foram lá, mulheres não são parte do mundo, todas estas coisas mostram o resultado da inconsistência da nossa constituição, por isso pedimos consideração sobre os pontos que emitimos. Acreditamos que é mais fácil ridicularizarem nossa petição do que responderem aos nossos argumentos.

O grande público de antes não se envergonhava de confessar que as leis e os governos foram primeiramente introduzidos por uma mulher, Ceres. Eu confio que os representantes da sociedade moderna não podem se envergonhar de receber sugestões legislativas de suplicantes femininas.

Vamos a responsabilidade da vida, eu compreendo a esfera da mulher, eu vejo-a posta em toda a circunferência da humanidade, eu clamo que sua esfera seja igual porque interesses determinam obrigações e obrigações são limites de esferas.

Em qualquer parte, que o homem vá, a mulher deve ir também, e partilhar sua responsabilidade, como presentemente as senhoras na Inglaterra que obrigadas a seguirem seus maridos para a Índia, e se exporem a todas as consequências terríveis de uma guerra com um povo selvagem. Em geral, para o campo da batalha que ela não é obrigada a seguir, lá não quer ir, pelo contrário, quer detê-lo e diz-lhe que é injusto que ele queira ganhar pela guerra: “custa-vos mais penas e dinheiro, que vale a coisa? Se combateis nossos campos se destruirão, nossos lares ficarão desconsolados, nossas casas cheias de desgostos e vícios, e a imoralidade lavrará os campos dos matadores humanos. Voltaire diz que as guerras são assassinatos legais.

Não posso mais demorar-me sobre a esfera da mulher, falarei um pouco dos seus direitos, mas quero pôr a enxada no tronco da árvore, quero impressionar sobre a responsabilidade da mulher e os meios próprios de a cumprir.

Meu primeiro clamor para a mulher é a educação, para que ela possa entender e ser capaz de desempenhar esta responsabilidade. Se a mulher tem uma missão, deve sentir as lutas dos missionários em sua alma e revela-las a seu irmão antes que o mundo queira compreender seu clamor e aceitar sua missão. Deixai-a dizer para o homem: “ Deus me confiou esta tenra criança para ser desenvolvida em corpo e alma, e eu ignoro os meios de o cumprir, dai-me

conhecimento, dai-me instrução que eu possa desenvolver suas faculdades, prevenir moléstias e ensinar-lhe as leis de seu físico e mental organismo. Vós sendo pai, sois responsáveis por esta instrução, vossa felicidade está igualmente desenvolvida com a nossa. Vós deveis colher o fruto de nossa ignorância e do nosso saber. ”

Se nós sofremos vós também sofreis, ambos sofrem e se alegram em seu segundo ser.

Eu quisera que este objeto de responsabilidade que eu introduzi pudesse impressionar-vos da conveniência de conceder nossos direitos para sermos ajudantes dos homens no verdadeiro sentido de companheiras, mas não entendo que tenhamos a liberdade de ajudar o homem para o diabo, eu creio que nossa missão é ajuda-lo para o céu, para completo desenvolvimento e direto gozo de seu ser. Eu queria dizer, em referência aos direitos da mulher, que ela como mãe da raça, seus direitos são os mesmos do homem também, e de seus filhos, e também cada filho de uma mãe, o desenvolvimento mais perfeito e enérgico que a mãe lhes pode assegurar pela aplicação e pelo uso de todos os seus poderes corporais e espirituais é para vantagem de nossos filhos e filhas, os homens futuros de nossa pátria, como para nossas filhas e futuras mães, que nós clamamos o completo desenvolvimento de nossas energias pela educação, proteção legal e poder, de todos os proveitos de nós mesmas como da nossa propriedade.

A mãe que derrama sangue por seu filho, que passa noites em claro ao pé dele, que o carrega nove meses no seu ventre, se uma propriedade existe é o filho para sua mãe, enquanto ele não é adulto e esta mãe que tem suportado tantos trabalhos e feito sacrifícios, não tem direito de proteger, de dirigir nem corrigir este filho, isto deve-se chamar um crime de lesa majestade maternal.

Os homens dizem que a mulher não sabe educar filhos, mas por isso se clama por educação para a mulher, vós mesmos deveis educar essas mulheres na via de vossos negócios. Meus amigos, o amor é o melhor mestre neste mundo, pois, maridos, vós não sabeis quantas vantagens podereis ganhar com o vosso ensino. Que discípulas habilidosas acharíeis em vossas mulheres e vossas filhas, com ternura e confiança chamai-as para vosso adjutório e conhecimentos, ensina-lhe de modo que possam ajudar-vos e adquirir conhecimento.

Beneficiai a quem vos ama que ficareis aliviado no fundo da cama, triar-vos-ão o espinho do vosso travesseiro acreditando que podeis confiar a vossa mulher os manejos de vossos negócios, de que depende a felicidade de vossa família, e em caso de vossa morte, tem

os filhos junto a si e os educa para aparecerem no mundo com hábitos cheios de confiança em si e na sua independência.

E vós sabeis que subtraindo de vossas companheiras os conhecimentos e capacidade que as habilita a partilharem vossos cuidados e aliviar-vos em todos os casos em vossos negócios negai-lhes a mais rica recompensa da afeição. É melhor dar do que receber. Sabeis que elas haviam ainda mais amar-vos se vissem que nos conflitos da vida não desprezarem sua habilidade nem sua devoção. Chamais as mulheres a vosso lado com amante confiança de iguais interesses e igual responsabilidade, e elas nunca vos faltarão.

Tornemos a responsabilidade da mulher e as leis que alienam os meios de as desempenhar, e deixai-me chamar vossa atenção a proposição que a lei que aliena o direito da mulher no poder de administrar suas propriedades e os próprios ganhos da sua indústria são a causa de todas as injustiças legais e sociais que ela sofre. Eu posso mostrar-vos que a alienação destes direitos a priva de proteger seus filhos quando seu pai é um libertino, um extravagante. É clamado por muitos com razão a igualdade de direitos entre os casados, porque só maus maridos é que se valem destas leis tão favoráveis ao homem e tão sem garantia para a mulher, é por esta proteção que vós, maridos, pais, irmãos, representais?

É para acreditar que já existiram amor paternal, amor fraternal, e o amor conjugal? Sim, existiram, mas foi só no Antigo Egito, quando a mulher era divinizada e gozava de mais privilégios que o homem.

Irmãos, vós pedis que aceitemos o vosso amor, a vossa proteção e a lei diz que é suficiente, quer ela nos sustente ou nos oprima, admitireis que a mulher excede ao homem em sacrifícios de amor, a sua dedicação passa em provérbio, e, contudo, isso recebeis confiar vossos interesses a seu amor. Vós não vos sentis salvos em vossos interesses sem a proteção de igualdade de leis, então porque quereis que nós a dispensemos e que aceitemos somente a proteção da afeição do homem?

Eu tenho dito pouco sobre o direito da mulher para votar e fazer leis por causa de nossos antepassados, porque eles arrancaram a liberdade das mãos da opressão e poder. Veremos com mais admiração seus filhos no tempo vindouro que quiserem ter a glória de ter feito justiça ao fraco, a essas que não podiam, mesmo querendo arrancar sua liberdade de pais, irmãos e maridos.

Eu trabalho em vão porque creio que quando os homens chegam a avaliar seus próprios direitos, como meios de felicidade humana, antes do que desprezíveis ganhos, sentir-se-iam

mais honrados em favorecer do que em reter os inalienáveis direitos da mulher. Também quero oferecer algumas ideias sobre a educação a minhas irmãs, a menos que não desanimem de a alcançar pela opressão presente.

Nós podemos nos educar a nós mesmas, pode ser que hesiteis pela suposta inferioridade da inteligência da mulher para com o homem, mas se assim fosse não me atreveria a pegar na pena para estabelecer a igualdade de capacidades.

A desigualdade da educação nos proíbe sustentar semelhante posição pelos fatos, mas há muito tempo que tenho disposto esta questão a minha satisfação e talvez a minha conclusão vos inspire confiança para alcançar superior perfeição.

Nós acreditamos todos em um Criador e que ele é Onipotente, Omnisciente e senhor para adotar os meios para os fins que tem em vista.

Nós fomos criadas para sustentar certas relações como criaturas inteligentes. Deus dotou-nos com capacidade para desempenharmos as obrigações envolvidas nestas relações como criaturas racionais, deixai-nos observar as responsabilidades dentro da mais estrita esfera, a qual uma pessoa com senso comum quer limitar suas funções como mãe.

Depois de Deus, a mulher é o criador da raça, como é, como deve ser, pergunto eu: então Deus criou a mulher inferior ao homem? Quando assim fosse, seria falso em sua sabedoria criando uma criatura inferior para uma obra superior.

Se é verdade, como se admite, que a responsabilidade é igual ao homem, eu proclamo que Deus dotou a mulher com igual capacidade para desempenhá-las. E como devemos desempenhar estas capacidades? Minhas irmãs, eu que falo por experiência própria nesta matéria, declaro que a mim mesmo me eduquei, a não ser um ano que estive em um colégio, a instrução que tenho adquirido é das livrarias públicas e do estudo da natureza humana e desenvolvimento do espírito imortal, para cumprimento do destino humano. A nossa própria experiência e o mundo em que vivemos e pelo qual somos impressionadas é a melhor escola, tanto para o homem, como para a mulher.

A vida prática fornece a melhor disciplina para nossas faculdades, ela nos qualifica para seguirmos a vida como achamos e deixamos a melhor que talvez encontrássemos. Deste modo, eu estudei a mulher e estudei o homem e o resultado foi uma resolução fixa, uma coragem indomável para fazer com minhas faculdades e minhas mãos o que aprendi, aperfeiçoando-me nas minhas habilidades para com Deus e a humanidade e gozando da minha capacidade.

Com a luz da experiência, digo-vos, minhas irmãs, que a primeira coisa é aplicarmo-nos ao desempenho intelectual de nossas obrigações presentes, procurando aplicar todos os conhecimentos que nos deem capacidade para sermos úteis, somos sempre discípulas e não nos esquecemos de ensinar.

Como indivíduos, como mães, devemos primeiro acabar a ciência das leis do nosso físico, como seu organismo mental, depois necessitamos entender o conteúdo de nossas leis e relações sociais e domésticas pelas quais estamos encadeados a nossa espécie.

Eu não posso deixar este objeto sem chamar vossa atenção para outra face da educação.

Na mocidade, minha atenção foi examinar o valor da beleza e sua perfeição como afeição permanente. Não podia acreditar que Deus criasse tantas mulheres belas e que elas perdessem sua formosura no estado completo de suas faculdades ou encantos, e ainda fazemos todos os esforços em despender nosso tempo para sermos bonitas. Nós todas desejamos ser amadas e como poderá ser isso não tendo outras qualidades a nosso favor senão a beleza! Esses encantos só servem para a primavera da vida, logo que nosso tempo de dançar e de folias passa, em que havemos de agradar na idade avançada? Deus nos dotou com qualidades mais duradouras para melhor merecermos a afeição do homem. Minhas irmãs, eu acho que devemos nos igualar ao homem na sua cultura de espírito e de coração e não ficarmos na beleza e encantos que atraem somente a brutal natureza dos homens, porque quando a idade roubar esses encantos deixareis de ser amadas e insipidamente vivereis. Cultivai vosso espírito e vosso coração, que vós vos tornareis necessárias a suas melhores e maiores simpatias. Ajudai ao homem em todos os seus trabalhos sérios da vida e sede seu adjutório, com vosso próprio desenvolvimento para fins nobres e para convencê-los que sois circunspectas. Vendei vossas joias, se for necessário restringir vossa economia, aplicai o vosso tempo despendido em visitas inúteis, em enfeites, na cultura de vosso espírito e, então, responderá sua alma em vosso valor e os laços que vos prendem durarão por tempos e farão de vós companheiras para a eternidade. Educai vossas filhas para a vida prática e assim dotá-la-eis melhor do que com fortuna. Se elas se casarem pobres, poderão educar seus filhos, se os credores lhes tirarem tudo, nenhum meirinho poderá lançar mão desse capital e a educação será seu pão e o gozo de sua vida.

O espírito cultivado desfruta o mundo muito mais que o ignorante, pode prevenir-se contra milhares de males e dar ânimo e consolação em todas as condições da vida. Só o cego despreza o bonito, elevado e útil, como nós podemos pensar em liberdade e independência

quando somos ainda crianças grandes? Não há esperanças de sairmos da nossa escravidão se nós não nos aplicarmos mais a cultura do nosso espírito.

Com os dinheiros que se empregam em enfeites, antes comprar livros, do que serve andar enfeitada com a cabeça vazia? Brilhai antes com a vossa conversação do que com vossas saias.

Porque razão havemos de trazer algemas nesta época em que respira tudo liberdade?

A mulher que nasceu livre estará sempre em ferros? Devemos procurar ser mulheres livres, livres na escolha de nossa carreira, porque não sairão de nossa escolha, deputados, ministros, senadores? Dizem que nosso caráter é muito fraco, nossos corações e nossos sentimentos com facilidade se cativam, mas para a verdadeira mulher não há tentação alguma.

A honra, a liberdade, a eficiência na vida pública são direitos da humanidade. Elisabeth da Inglaterra, Christina da Suécia, Margarida de Parma, Catharina de Médici, Maria Thereza da Hungria são exemplos claros na história do mundo.

Nós devemos reconhecer a dignidade da mulher, como a baixeza de abuso de força, e devemos procurar dar exemplo ao mundo de casamentos constitucionais. Quebrems nossas algemas, a liberdade nunca foi prejudicial, pelo contrário, ela desenvolve todas as faculdades morais, faz florescer todas as artes, ciências e indústrias, engrandece as nações e enriquece os povos.

Quereis que a mulher se sacrifique, se incline a empreender tarefas difíceis, quando ela sabe que tais sacrifícios são mal interpretados? Que se esforce em ser fiel companheira de seu marido, que com ele partilhe todos os desgostos, todos os trabalhos, que o reconheça igual, quando amiudadas vezes é obrigada a respeitar um senhor? Quando, ensinada por seus pais, ouviu dizer: - ao marido cumpre mandar e a mulher obedecer? – Quando aqueles mesmos que deviam educa-la para a vida futura, aqueles que deviam inocular-lhes germens de nobreza, foram os primeiros que lhe declararam a mesquinha sorte que se reservava a ela? Quando eles foram os primeiros que lhe ensinaram!

A mulher não deve intervir nos negócios do marido, a ele só compete dar pão a sua família, e ela velar sobre a honra da sua casa, e mesmo nesta escravidão que existimos, vemos muitas senhoras distintas, em música, poesia na arte dramática, por ventura não agradece o seu desenvolvimento a mulher? A sua assídua dedicação? E se a mulher em sua esfera tão limitada, tem tido coragem para empreender tão difíceis tarefas, se ela sempre obrigava o homem a admirá-la e respeitá-la, a curvar-se perante ela, e confessar o grande talento que a distingue, se

a mulher, digo, convenciam muitas vezes o homem a reconhecer que tem bastante coragem para vencer as maiores dificuldades, se a mulher provava que é tão apta como o mesmo homem para compreender tudo, não seria criminoso o querer se conservar por mais tempo essa barreira tão pouco honrosa para o homem, tão pouco conveniente para a mulher e tão contrária a todo o progresso?

Ninguém se persuada que eu quero desmoralizar, que quero defender os seus direitos por interesse próprio, não, é só por filantropia e para enxugar tantas lágrimas que correm entre quatro paredes fechadas.

Não é meu intento semear intrigas e provocar descontentamentos no templo sagrado das famílias, não! Sou a primeira a propagar a moral, o que quero é que a mulher seja instruída conforme suas habilitações, o que queremos é que a mulher seja recompensada conforme seus merecimentos, o que queremos é que ela tenha uma posição na sociedade correspondentes as suas obrigações e aos seus talentos, só assim livraremos a mulher dos inumeráveis perigos a que está exposta a todo o momento. Só assim nos constituiremos em ente livre e respeitado na sociedade, só assim obrigaremos o homem a se conservar nos limites da decência, não ultrapassar as leis morais, não abusar de sua posição, fazendo com seu ouro calar a voz da virtude.

Só assim, enfim, propagaremos a verdadeira moral, respeitaremos a virtude, recompensamos o mérito, e seremos felizes!